



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Sônia Maria Ribeiro de Souza

**A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DO AGRONEGÓCIO E A
EXPANSÃO DA ATIVIDADE CANAVEIRA: ESTRATÉGIAS
DISCURSIVAS PARA A AÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO**

Presidente Prudente

Agosto/2011

SÔNIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA

**A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DO AGRONEGÓCIO E A EXPANSÃO DA
ATIVIDADE CANAVIEIRA: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PARA A AÇÃO DO
CAPITAL NO CAMPO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – PPGG/FCT/UNESP -, em cumprimento à exigências parciais para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

Presidente Prudente

Agosto/2011

Sônia Maria Ribeiro de Souza

**A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DO AGRONEGÓCIO E A EXPANSÃO
DA ATIVIDADE CANAVIEIRA: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PARA A
AÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Thomaz (Orientador) (FCT/UNESP)

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (FCT/UNESP)

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (UFG)

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG/Catalão)

Raquel Santos Sant'Ana (FCT/UNESP/Franca)

Presidente Prudente- SP: ____/____/____

Agradecimentos

É difícil encontrar palavras para dizer a todas as pessoas que me acompanharam ao longo da elaboração desta tese o quanto foram significativas. Muito do esforço e do carinho delas está aqui representado. Há aqui mais do que papel e tinta. Há incentivos e críticas, há conversas, há momentos de descontração, há medos compartilhados. Há, enfim, um feixe de relações que foram construídas, desconstruídas e reconstruídas no percurso e que formam um grande arco de apoio, que inclui pessoas e instituições, afetos e racionalidades, suportes técnicos específicos e solidariedades difusas.

Assim, início por minhas raízes mais profundas, sou grata à minha família, em especial ao meu pai (*in memoriam*), minha mãe e meus irmãos e sobrinhos, por respectivamente me desafiar pela exigência, me incentivarem com sua torcida entusiasmada e me tolerarem nos momentos de desânimo e de pouca convivência.

Ao Divino, demonstração de que há diálogo mesmo quando as palavras silenciam. O meu lugar de recuo necessário.

Ao Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr, orientador e amigo, mas acima de tudo modelo de intelectual crítico, em quem admiro a profunda coerência política pela qual pauta sua vida cotidiana, e de quem invejo a dedicação e disciplina investigativas. Não fosse ele um ser humano tão generoso, talvez esse trabalho não tivesse acontecido.

Agradeço aos “velhos” e novos amigos, pela convivência saudável, por terem compartilhado comigo esforços, alegrias, perdas e recomeços. Neuci, Pedro Pagni, Marcelino e Flávia, Ana Lúcia, Sílvia, Ricardo e Jacy, María Franco e Lima, João e Luciana, Fernanda e Jorge, Marcelo Catalão, Marcelo e Terezinha, Ana Maria, Munir, Luzimar, Juscelino, Cínthia, Gerson, Henrique, José Roberto, Jô e Fernando, Jack e Caio, Valmir, Guilherme, Priscila, Dourado, Fernando, Raquel e Rafael, Luis Carlos Flávio.

Karina e José “Duran” Alves, pelo apoio transformado em “força tarefa” na leitura generosa e criteriosa no último momento ou quando finalizar a tese parecia impossível. Agradeço imensamente pela paciência traduzida em afeto.

Denise e Edilson, amigos a quem devo o apoio e generosidade em momentos particularmente difíceis.

Aos meus novos e pequenos amigos. Ana Sophia, exemplo de superação e motivo de nossa alegria. Aos “tri” Luisa, Pedro e Marcelo, cujo dia é pequeno para gastar tanta energia.

Estão eles assim como os amigos *hors* “torre-de-marfim” – cuja companhia nas horas de folga foi fundamental para que eu mantivesse a sanidade.

Aos funcionários da sessão de Pós-Graduação Márcia, Ivonete, Erinat, Cintia e Andre, pelo atendimento sempre respeitoso.

Aos professores do curso de Pós-Graduação em Geografia.

Aos membros da Banca do Exame de Qualificação Bernardo Mançano Fernandes e Raul Borges Guimarães pelas contribuições.

Ao CNPq pelo financiamento inicial desta pesquisa.

A CAPES pelo financiamento no Estágio de Doutorado.

E, finalmente à FAPESP pela concessão de uma bolsa que me possibilitou três anos e meio de dedicação exclusiva à pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender o cenário em que se situa as políticas para a agricultura brasileira a partir das demandas do etanol ou da agroenergia. O mercado de biocombustíveis vem sendo estimulado pelas políticas públicas para contenção de mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que é visto pelos órgãos públicos brasileiros e por empresários do agronegócio como uma grande chance para estimular o crescimento econômico nacional. O discurso da eficiência do agronegócio fundamenta uma nova representação da agricultura capitalista, o qual escamoteia a concentração de renda, de terra e de capital e os efeitos perversos para os trabalhadores e camponeses. Assim, desse trabalho é oferecer alguns elementos para a compreensão do que parece estar na base do discurso do agronegócio, do qual decorre um outro, a questão do desenvolvimento como uma das formas de controle social do capital no campo brasileiro. O fio condutor do trabalho de pesquisa está referenciado na seguinte hipótese: de que forma, o discurso, enquanto uma prática, um elemento fundante do processo de ordenamento espacial constrói um território. Associam-se, para efeito desta tese, agroenergia, história e discurso. Como metodologia os temas são examinados sob a ótica da pesquisa bibliográfica e da análise do discurso tendo como ferramenta analítica o discurso em Foucault. Da Pesquisa bibliográfica, obtivemos um mosaico que compôs o referencial teórico para o alcance dos objetivos específicos. Dentre os quais: a) Estudar a relação entre o discurso da modernização da agricultura e a impulsão do discurso e práticas do agronegócio; b) Analisar a forma como o discurso da competência e da produtividade geraram e geram estratégias territoriais de controle; c) Estudar a relação entre o discurso da modernização da agricultura e a impulsão do discurso e práticas do agronegócio.

Palavras-Chave: Discurso, agronegócio, modernização da agricultura, atividade canavieira, agrocombustíveis.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender el escenario que se encuentra las políticas para la agricultura brasileña de la demanda de etanol o la bioenergía. El mercado de los biocombustibles sigue siendo alentado por las políticas públicas para contener el cambio climático a la vez que es vista por los organismos públicos y empresarios de la agroindustria brasileña como un gran oportunidad para impulsar el crecimiento económico nacional. El discurso de la eficiencia de la *agribusiness* fundó una nueva representación de la agricultura capitalista, que bordea la concentración de la riqueza, la tierra y el capital, y los efectos perjudiciales para los trabajadores y campesinos. Así, el objetivo de esta investigación es proporcionar algunos elementos teóricos para la comprensión de lo que parece estar basado en el discurso de la *agribusiness*, lo que implica otra, la cuestión del desarrollo como una forma de control social del capital en el campo brasileño. La idea central del trabajo de investigación se hace referencia en la siguiente hipótesis: cómo el discurso como una práctica, es un elemento importante del proceso de construcción de un territorio. Asociase con el propósito de esta tesis, temas de la bioenergía, la historia y el discurso. La metodología de las cuestiones se examina desde el punto de vista de la literatura y el análisis del discurso como herramienta de análisis con el discurso de Foucault. La literatura de investigación, se encontró un mosaico que compone el marco teórico para el logro de objetivos específicos. Entre ellas:

- a) estudiar la relación entre el discurso de la modernización de la agricultura y el empuje de los discursos y prácticas de la agroindustria,
- b) examinar cómo el discurso de la competencia y la productividad generada y generar estrategias de control territorial,
- c) estudiar la relación entre el discurso de la modernización de la agricultura y el empuje de los discursos y prácticas de la agroindustria.

Palabras clave: Discurso, *agribusiness*, la modernización agrícola, la producción de caña de azúcar, biocombustibles, espacio, capital, trabajo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização do Pontal do Paranapanema.....	170
Mapa 2- Espacialização das Agroindústrias.....	180
Mapa 3- Territorialização dos Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema.....	181
Mapa 4- Territorialização do Agronegócio Canavieiro, dos Assentamentos Rurais e Situação Jurídica das Terras no Pontal do Paranapanema.....	189

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Evolução da produtividade e da produção da cana-de-açúcar no Brasil por regiões e Estados Produtores.....	106
---	-----

LISTA DE FOTOS

Foto 1- Usina Conquista do Pontal.....	185
Foto 2- Laboratório da Usina Conquista do Pontal.....	186
Foto 3- Área de plantio de cana-de-açúcar.....	187
Foto 4- Área de colheita.....	187
Foto 5- Família de Assentados.....	203
Foto 6- Destilaria Alcídia.....	204
Foto 7- Trabalho no corte de cana-de-açúcar.....	211
Foto 8- Trabalho no corte de cana-de-açúcar.....	211
Foto 9- Frente de corte de cana.....	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Localização das Agroindústrias.....	180
Quadro 2- Localização das Agroindústrias.....	182

LISTA DE SIGLAS

ABAG = Associação Brasileira de *Agribusiness*.

ABAG/RP = Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto

ABIQUIM = Associação Brasileira das Indústrias Químicas

AEPET = Associação de Engenheiros da Petrobrás

AIAA = Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

ANP = Agência Nacional do Petróleo.

ANVISA = Agência de Vigilância Sanitária

APTA = Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

ARES = Instituto para o Agronegócio Responsável

ATR = Açúcar Total Recuperável

BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BIRD = Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento Mundial.

BM = Banco Mundial.

BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAI = Complexo Agroindustrial.

CATI = Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CDE = Conselho de Desenvolvimento Econômico

CDI = Conselho de Desenvolvimento Industrial

CEASA = Centrais de Abastecimento

CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

CENAL = Comissão Executiva Nacional do Alcool

CEPAL= Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEPAAL = Coligação das Entidades de Produtores de Açúcar e Alcool

CESP = Companhia Energética de São Paulo

CI = Conservação Internacional

CIMA = Conselho Interministerial do Açúcar e Alcool

CMN = Conselho Monetário Nacional

CNAL = Conselho Nacional do Álcool

CNE = Comissão Nacional de Energia

CONAB = Companhia Nacional de Abastecimento.

CONAMA = Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONSEA = Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSECANA = Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

CONTAG = Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COPERFLU = Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool

COPERSUCAR = Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

CPT = Comissão Pastoral da Terra.

CTA = Centro Técnico da Aeronáutica

CTC = Centro de Tecnologia Canavieira.

CUT = Central Única dos Trabalhadores

DIVISA = Delegacias Federais de Agricultura

EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAAP = Frente Ampla da Agropecuária

FAO = Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

FAPESP = Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FEE = Fundo Especial para Exportação

FERAESP = Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FGV = Fundação Getúlio Vargas

FMI = Fundo Monetário Internacional.

GATT = Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GDC = Grupo de Diálogo da Cana-de-açúcar

GRI = Global Reporting Initiative

IAA = Instituto do Açúcar e do Álcool

IBASE = Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICONE = Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

IEA = Instituto de Economia Agrícola.

IICA = Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INPE = Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPCC = Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPI = Imposto sobre Produtos Industrializados

IPVA = Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

ITESP = Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LOSAN = Lei Orgânica de Segurança Alimentar

MAPA = Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MCT = Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA = Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDICE = Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDL = Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MIC = Ministério da Indústria e Comércio

MME = Ministério de Minas e Energia

MST = Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

NEAD = Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

OCB = Organização das Cooperativas Brasileiras

OGMs = Organismos Geneticamente Modificados

OMC = Organização Mundial do Comércio

OMS = Organização Mundial de Saúde

ONG = Organização Não-Governamental

ONU= Organização das Nações Unidas

ONUD = Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial

OPEP = Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ORPLANA = Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo

PAA = Programa de Aquisição de Alimentos

PENSA = Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial

PIB = Produto Interno Bruto

PNA = Plano Nacional de Agroenergia

PNB= Produção Nacional Bruto

PND = Plano Nacional de Desenvolvimento

PLANALSUCAR = Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PMGCA = Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar

PNPB = Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

PNRA = Programa Nacional de Reforma Agrária.

PROALCOOL = Programa Nacional do Álcool.

PROCANA = Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo

PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PRO-OESTE = Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo

REDE =

RIDESA = Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro

SAPCANA = Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira

SEPLAN = Secretaria do Planejamento

SIFAESP = Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool no Estado de São Paulo

SNA = Sociedade Nacional da Agricultura

SNCR = Sistema Nacional de Crédito Rural

SOPRAL = Sociedade dos Produtores de Álcool de São Paulo

SRB = Sociedade Rural Brasileira

STI = Secretaria de Tecnologia Industrial

TNC = The Nature Conservancy

UDOP = União dos Produtores de Bionergia.

UDR = União Democrática Ruralista.

UFAL = Universidade Federal do Alagoas

UFG = Universidade Federal de Goiás

UFMT = Universidade Federal do Mato Grosso

UFPR = Universidade Federal do Paraná

UFRPE = Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ = Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFS = Universidade Federal do Sergipe

UFSCar = Universidade Federal de São Carlos

UFV = Universidade Federal de Viçosa

UNESP = Universidade Estadual Paulista

UNICA = União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo.

UNICAMP = Universidade Estadual de Campinas

USP = Universidade de São Paulo

WWF = World Wildlife Fund

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo1. Nas trilhas da modernização da agricultura e do agronegócio: a espacialização do discurso.....	18
1.1 A dimensão espacial do discurso.....	20
1.2 A emergência do discurso do desenvolvimento.....	25
1.3 Desenvolvimento econômico e modernização.....	31
1.4.As transformações do paradigma produtivo e (re)ordenamento do espaço agrário.....	35
1.5 O papel da EMBRAPA no processo de modernização da agricultura.....	38
1.6 Situando o agronegócio.....	49
1.7 Agronegócio e as estratégias de acumulação de capital.....	60
1.8 Mundialização, desenvolvimento e discurso.....	68
Capítulo 2. Os novos (re)arranjos no espaço agrário nacional e a emergência do discurso do agronegócio canavieiro.....	77
2.1 Do IAA ao Proálcool.....	79
2.2 A atuação do Estado e as formas de organização do agronegócio canavieiro.....	83
2.3 O processo de modernização do setor canavieiro e a COPERSUCAR.....	94
2.4. A ÚNICA: formação e representação de classe do setor canavieiro.....	98
2.5 Agroenergia: a nova frente do agronegócio.....	102
Capítulo 3. O agronegócio canavieiro no contexto de mudança de matriz energética.....	119
3.1 Do discurso do <i>agribusines</i> às articulações de classe: ou do <i>ethos</i> do moderno...120	
3.2 “As décadas do agronegócio”: ou das estratégias e oportunismos do capital.....127	
3.3 O agronegócio canavieiro e as fusões e incorporações.....135	
3.4 O etanol como estratégia de territorialização do capital internacional.....142	
3.5 Agroenergia: oportunidades de negócio no discurso de <i>sustentabilidade</i>145	
Capítulo 4. Discurso e dinâmica territorial do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.....	168
4.1 O Pontal do Paranapanema no contexto do agronegócio canavieiro.....169	
4.2 O discurso da inserção/integração e a realidade do prejuízo.....176	
4.3 O discurso da inserção e da viabilidade econômica nos assentamentos.....193	
4.4 As relações de trabalho enunciadas pela Odebrecht.....205	

Capítulo 5. Territorialização do agronegócio canavieiro na esteira do discurso da “energia limpa”	216
5.1 As transformações da agricultura: Estado e discurso científico.....	217
5.2 Agronegócio, políticas públicas e desenvolvimento.....	220
5.3 Do discurso da <i>sustentabilidade</i> à expansão do capital no campo.....	226
5.4. O discurso entre a fronteira do moderno e a representação de classe.....	234
5.5. No discurso a distância entre a intenção e a ação.....	241
Considerações Finais	251
Referências Bibliográficas	266

INTRODUÇÃO

A temática da pesquisa que apresentamos foi gestada na confluência de estudos que vinha realizando ao longo da nossa trajetória acadêmica. O trabalho da tese inclui novas leituras e os novos problemas formulados a partir da nossa vivência no Grupo de Pesquisa – CEGeT –, este voltado para as análises que têm como fundamento o trabalho, como categoria de análise, no âmbito da geografia.

Vimos nos dedicando aos processos que envolvem a formação dos discursos desde a Iniciação Científica. Num primeiro momento buscando compreender essa dinâmica a partir dos enunciados do jornal local, sobre a forma de enunciar os movimentos de luta pela terra. Num segundo momento, já em nível de mestrado, buscamos aprofundar essa análise, incorporando os jornais de grande circulação nacional. Queríamos entender a forma como o discurso jornalístico construía uma imagem do MST como *inimigo*; por meio de enunciados quase sempre vinculados ao perigo e a ameaça. O padrão do discurso mantido era o do conflito e da radicalidade do Movimento, em detrimento da necessidade de reforma agrária ou da distribuição dessas terras apropriadas por grileiros. Nesse sentido o discurso buscava atualizar uma memória discursiva vinculada aos processos e embates localizados nas lutas camponesas. Para tanto nos apoiamos na Análise de Discurso de orientação francesa – AD – utilizando a metodologia da lingüística.

Para o trabalho da tese, nossa escolha, no entanto, recaiu a dinâmica territorial na produção dos discursos, a partir de novas demarcações, reorientando uma leitura possível na geografia, a partir da concepção do discurso enquanto uma prática social e, como tal um elemento constituidor de arranjos espaciais e territoriais. Os estudos realizados durante os cursos de mestrado e doutorado possibilitaram-nos pensar o discurso, não só como manifestação da língua, mas enquanto materialidade, portanto como um conjunto de acontecimentos discursivos que possui seu lugar, assim, os discursos criam e recriam realidades e são capazes de transformar o mundo.

A tarefa investigativa central é procurar mostrar como o discurso do agronegócio, particularmente do setor canavieiro, foi gestado. O objetivo é estudar o fenômeno do discurso do agronegócio dentro do macrocontexto dentro do qual ele se insere, qual seja, o da luta sociopolítica e discursiva que se trava em torno da agenda

capitalista neoliberal e, como decorrência entender os contornos assumidos por essa luta dentro de um domínio espacial e territorial específico, isto é, no campo da agroenergia do etanol, dedicando ênfase especial a alguns dos discursos sobre a necessidade da produção e expansão da atividade canavieira, durante o período compreendido entre 1999 e 2010.

O campo do agronegócio canavieiro é aqui utilizado, portanto, como objeto empírico de argumentação. Reatualizado a partir dos pressupostos da modernização da agricultura, este tem sido viabilizado em projetos, em políticas públicas, e também tem sido objeto de uma profusão de discursos que envolvem os aspectos econômicos, políticos e científicos. Para tanto, optamos por utilizar o discurso como marco teórico central, em torno do qual será tecido este trabalho.

Para tanto selecionamos alguns textos produzidos na esfera governamental, por intelectuais, jornais da grande imprensa, jornais de entidades de classe, sobre a temática entre os anos de 1990 a 2009. Analisamos, especialmente, publicações do Ministério da Agricultura, em formas de projetos, Relatórios Anuais e revistas, produzidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, e da Secretaria da Agricultura, periódicos do setor representativo do agronegócio, como ABAG , jornais e revistas da UNICA, jornais da grande imprensa, artigos produzidos pelo IPEA.

Como as análises incidiam sobre o agronegócio canavieiro, trabalhamos com periódicos *on line* do agronegócio canavieiro. Assim, Revista *Opiniões* (várias edições), Mundo Cana (2009). Trabalhamos com recortes dos jornais online Jornal Cana, Jornal UNICA (várias edições). Também trabalhamos com recortes do Boletim *Online* da Odebrecht, particularmente em matérias que tinham o Pontal do Paranapanema como foco. Esses foram os veículos selecionados para dar conta da análise. Recortar os enunciados dos representantes do agronegócio canavieiro e que pudessem dar suporte às reflexões acerca de um dado padrão de institucionalização do discurso e dos interesses do setor agrário.

A análise não obedece a uma cronologia, mas antes sempre que se fez necessário mobilizamos recortes de fragmentos de texto de um ou outro período. O enfoque da leitura recaiu sobre as formas escolhidas para enunciar; ou seja, a ênfase foi dada sobre aspectos econômicos, científicos, sociais. Os artigos das revistas e jornais, os artigos científicos, os relatórios etc., compõem textos que problematizam e prescrevem formas

de praticar, de fazer, de conceber e, sobretudo de organizar os espaços a partir de novos arranjos produtivos, particularmente voltados para o desenvolvimento da agricultura capitalista. E, nesse sentido o poder e as relações de poder neoliberais como práticas capilares insidiosas que são produzidas/incorporadas por essas mídias acabam por circular como verdades nos espaços públicos combinando arranjos nos lugares e interagindo produtivamente nos territórios.

Utilizamos estes discursos como um mapa onde buscamos linhas e traçados que possibilitam (re)desenhar trilhas por onde circulam os saberes constituintes das expectativas atribuídas ao desenvolvimento do agronegócio, tanto por setores vinculados diretamente ao ramo produtivo, quanto dos setores governamentais, instituições de pesquisa etc.. Esses saberes foram definindo e prescrevendo um receituário que atende ao pressuposto de que para que o país cresça é necessário atender às demandas impostas pela produtividade máxima do mercado.

Ao descrever as estratégias, os mecanismos utilizados nessa direção, realizamos um mapeamento assinalando as conexões entre racionalidades políticas, econômicas e científicas compondo uma maquinaria que coordenou, na última década, as “novas” formas de produção da agroenergia do etanol, articulada à criação de demandas impostas pelos interesses econômicos.

Hipótese do trabalho

Como é construído o discurso do agronegócio no Brasil? Como se construiu essa idéia de um modelo de eficiência e de eficácia para o desenvolvimento econômico e territorial? Como se entrelaçam essas relações no âmbito do Estado, da livre iniciativa, da pesquisa?

O fio condutor do trabalho está referenciado na seguinte hipótese: de que forma, o discurso, enquanto uma prática, um elemento fundante do processo de ordenamento espacial constrói um território. Por outro lado, de que forma os discursos impactam o mundo do trabalho a partir da gestão e controle social imposto. Nosso intuito é verificar a incidência do discurso ou deste discurso nas práticas políticas, econômicas e sociais, no âmbito dos assentamentos rurais e das suas possíveis reconfigurações territoriais.

Neste caso, o território do agronegócio canavieiro. Se acompanharmos a forma como vão sendo incorporados o discurso da racionalidade técnica, do agronegócio como responsável pelo desenvolvimento do país, da imagem midiática do *glamour* das feiras de *agribusiness*, de cidades como capitais do agronegócio, entre tantas outras, podemos ter um vislumbre do que estamos enunciando como hipótese de trabalho.

As investigações sobre a agricultura brasileira, e do agronegócio em particular, tem se pautado pela análise dos processos de sua constituição destacando-o enquanto um movimento linear do capitalismo global e, nesse aspecto, como um fenômeno analisável do ponto de vista dos índices de produção, dos impactos provocados sobre os territórios, sobre as relações de produção, sobre as relações de trabalho etc. O que quer dizer que dificilmente se encontra estudos que privilegiam o desenvolvimento do agronegócio, vinculando-o também a partir da constituição de uma prática discursiva, isto é, de estudos situados nas fronteiras da análise do discurso. Portanto discursos para além de uma materialidade lingüística, que se ordenam para a produção de determinados espaços obedecendo a uma lógica; lógica de apropriação e de reprodução do capital.

E, nesse contexto, os discursos sobre as novas formas de produção de agroenergia, conforme veremos, têm feito com que o território brasileiro passe a se constituir para atender à lógica de uma economia globalizada a partir de arranjos territoriais evidenciados na expansão do agronegócio da cana-de-açúcar, da soja, do eucalipto etc. Entretanto, esse modelo tem fundamento sua institucionalização a partir do processo de modernização fortemente ancorado nos discursos de desenvolvimento econômico elaborados para os países considerados “pobres.” Concomitantemente ao debate político internacional, no nível nacional instaura-se o processo de territorialização da produção de agrocombustíveis, abrindo espaço para a expansão do agronegócio da cana-de-açúcar.

As mudanças tecnológicas e organizacionais que impregnam as formulações discursivas do agronegócio como “sinônimo de progresso no campo”, na realidade, constituem manifestações renovadas do capitalismo contemporâneo que, no afã de preservar o seu poder de acumulação, (re)inventa meios de produzir instrumentos de trabalho e de gestão adequados aos seus propósitos, ou seja, a permanente luta pela apropriação da mais-valia, juros e lucros.

Essas mudanças possibilitam que os capitalistas possam utilizar a luta competitiva por mais-valia relativa para aumentar a produtividade física e de valor da força de trabalho, ou seja, exerçam influência sobre a oferta de mão-de-obra e, conseqüentemente, sobre os salários mediante a criação de desemprego tecnologicamente induzido.

Para entendermos a rede discursiva que compõe o agronegócio, especificamente o canavieiro, discutimos no capítulo 1 no nível do conjunto de saberes de um período, situado no projeto modernizador da agricultura, buscando compreender os processos envolvidos que culminaram na modernização da agricultura. São alguns jogos de verdade responsáveis pelos rearranjos e transformações do espaço agrário que procuramos mostrar, mediante o mapeamento de estratégias que foram utilizadas como aquelas que criaram, orientaram, julgaram, transformaram, geriram o processo que ficou conhecido como modernização da agricultura. Novas formas de produzir, consumir, pensar e conduzir foram os imperativos que permitiram orientar e prescrever a agricultura “moderna”. Nesse sentido, um dos suportes que tornou possível as transformações do campo passou pelo discurso da necessidade do crescimento e desenvolvimento econômico.

A análise do material confirma o quanto vem sendo reatualizados discursos, que faz proposições para as sociedades contemporâneas, a partir de um receituário de concepções e práticas favoráveis à manutenção das políticas neoliberais e reconfigurando a dinâmica geográfica do espaço agrário.

No capítulo 2, realizamos algumas reflexões sobre as transformações decorrentes do agronegócio, em especial o canavieiro, no território nacional, buscando evidenciar as contradições e as novas cartografias rurais construídas no processo de produção e de reprodução do capital. As análises incidiram sobre os processos de modernização da agricultura e os investimentos do Estado no que se refere aos investimentos em ciência e economia atrelados ao capital e resultando na inserção do espaço agrário nacional na economia mundializada.

No capítulo 3, a partir de alguns fragmentos do discurso, situamos o conceito de agronegócio buscando explicitar seu funcionamento, a forma como mostram e elucidam uma lógica expressa na expansão do capital no campo de modo a justificar essa lógica travestida em investimento social, dado a preocupação em produzir fontes de energias

limpas e renováveis, em desenvolvimento econômico, em gerar renda etc. Tendo esse cenário como alvo, o capítulo teve como objetivo evidenciar o discurso do setor empresarial e como o mesmo se incorpora ao contexto agroenergético. Evidenciamos como grupos hegemônicos materializam a eficiência econômica e o ordenamento territorial por meio de formações discursivas que dão visibilidade econômica pautada no ideário neoliberal da eficiência, produtividade e do progresso.

No capítulo 4, analisamos os novos processos de reestruturação produtiva do capital no campo, traduzidos por meio do discurso do agronegócio canavieiro e que se materializam no Pontal do Paranapanema. Destaca-se nesse processo, a dinâmica da territorialização do capital no campo a partir da difusão de novas formas de produção, ou seja, a reestruturação produtiva da agricultura capitalista, que se evidencia na produção estandarizada, na intensificação do valor de uso materializado no uso privado da terra e nas alterações das formas de produção, na exploração da terra por meio da expropriação de camponeses, na monopolização da terra, vetores esses que são reflexos da divisão técnica e territorial do trabalho no espaço agrário. Esses arranjos produtivos revelam a dinâmica do agronegócio em escala global e que são básicos para o entendimento das rearticulações do capital no campo. Destacamos que o (re)dimensionamento da região tem se dado por meio da atuação das agroindústrias canavieiras, as quais vêm, atreladas aos poderes locais e regionais, enunciando discursos de desenvolvimento ou de alternativas de geração de renda, mas o que podemos afirmar que o que está em jogo é a uma aliança entre estado e burguesia agrária nacional, no sentido de manter uma hegemonia dos grupos econômicos e do capital transnacional.

E no capítulo 5, buscamos evidenciar as articulações de interesses e disputas que perpassam os setores do agronegócio e das relações de poder daí decorrentes, os embates em torno da questão agrária, as relações de trabalho que configuram um quadro em que os discursos que enunciam as benesses dos agrocombustíveis passam ao largo. O peso da história hegemônica de uma agricultura patronal e as mudanças em curso na matriz energética nacional apontam para um conservadorismo dinâmico através da manutenção de velhas formas de apropriação do território.

Destaca-se nesse processo, a dinâmica da territorialização do capital no campo a partir da difusão de novas formas de produção, ou seja, a reestruturação produtiva da agricultura capitalista, que se evidencia na produção estandarizada, na intensificação da

produção de mercadorias, do valor de troca materializado no uso privado da terra e nas alterações das formas de produção. Esses arranjos produtivos revelam a dinâmica do agronegócio em escala global e que são básicos para o entendimento das rearticulações do capital no campo.

E, finalmente, nas considerações finais, retomamos o discurso por meio de análises dos processos envolvidos na atual (re)configuração do espaço agrário. Assim, problematizamos a atuação da Embrapa e a formulação das políticas públicas, as quais são elaboradas a partir da formulação de um conjunto de saberes sociais e agronômicos associados ao pensamento científico moderno, com suas práticas de intervenção, as quais se complementam formando uma cadeia de controle com o objetivo de construir estratégias de desenvolvimento.

Buscamos evidenciar, portanto, a produção do discurso do desenvolvimento herdeira de um jogo de disputas de interesses e de movimentação de forças desencadeadas a partir da modernização da agricultura e o agronegócio.

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1- NAS TRILHAS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DO AGRONEGÓCIO: A ESPACIALIZAÇÃO DO DISCURSO

“A agricultura não quebra, ela muda de nome”¹

Introdução

O processo de modernização da agricultura brasileira e suas implicações para o campo foram alvos de intensos debates em muitas áreas do conhecimento entre as quais geografia, ciências sociais, economia, gerando uma extensa bibliografia acerca do tema. Não faremos uma revisão ampla desse debate, nosso intuito é apontar alguns elementos desse processo, contextualizar as transformações do padrão tecnológico e nas relações sociais com a finalidade de evidenciar os diferentes discursos normatizadores que incidiram sobre o espaço agrário com a modernização da agricultura e que são reapropriados pelo discurso do agronegócio com desdobramentos para os rearranjos espaciais na atualidade.

Para entendermos a rede discursiva que compõe o agronegócio, especificamente o canavieiro, propomos discutir, neste capítulo, no nível do conjunto de saberes de um período, situado no projeto modernizador da agricultura e que compõe uma rede de formações discursivas as quais Foucault (2000) descreve como um feixe de relações. Assim, utilizamos como ferramenta de análise a noção foucaultiana do discurso como acontecimento, não do discurso como representação do real, mas os discursos como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1997, p. 56). Nesse sentido, compreender a lógica de seu funcionamento pelo que são e pelo que dizem.

A partir dessa concepção é que tentamos colocar em série, ou em relação, as coisas ditas para transformar e “modernizar” a estrutura produtiva do país. Tentando

¹ Ivan Wedekin, colaborador do Instituto PENSA, 2010.

buscar detalhes, considerando-os, conforme Foucault (1997) como pequenas partes de estratégias maiores as quais investiram poderes e legitimaram saberes sobre as formas de produzir e que redundaram numa mudança de base técnica na agricultura. Consideramos tais discursos como fazendo parte de uma estratégia maior que, presumimos, tenha sido a modernização do campo, por meio de objetivos estratégicos: a) realizar uma transformação nas formas de produzir, mas também na mentalidade agrícola, isto é, nas relações sociais de produção, sobretudo pela “mudança no processo de trabalho agrícola, em que o trabalhador deixa de ser o agente ativo, o controlador do processo de trabalho, para se tornar um apêndice das máquinas” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 34); b) como estratégia global para a reprodução do capitalismo no campo.

Procuramos evidenciar uma rede discursiva em que inicialmente o discurso da modernização e do desenvolvimento surgem enquanto um saber e uma prática possível e, da mesma forma, orienta os processos associados à modernização da agricultura. Foucault (2000) afirma que não há verdade(s) independente(s) das relações de poder que a sustentam, não sendo, portanto, possível separá-las de seu processo de produção e esses “processos tanto são processos de saber como de poder” (EWALD, 1993, p. 21).

São alguns jogos de verdade responsáveis pelos rearranjos e transformações do espaço agrário que procuramos mostrar, mediante o mapeamento de estratégias que foram utilizadas como aquelas que criaram, orientaram, julgaram, transformaram, geriram o processo que ficou conhecido como modernização da agricultura. Novas formas de produzir, consumir, pensar e conduzir foram os imperativos que permitiram orientar e prescrever a agricultura “moderna”. Nesse sentido, um dos suportes que tornou possível as transformações do campo passou pelo discurso da necessidade do crescimento e desenvolvimento econômico.

O campo do agronegócio canavieiro, ou do etanol é aqui utilizado, portanto, como objeto empírico de argumentação. Reatualizado a partir dos pressupostos da modernização da agricultura, este tem sido viabilizado em projetos, em políticas públicas, e também tem sido objeto de uma profusão de discursos que envolvem os aspectos econômicos, políticos e científicos.

1.1. A dimensão espacial do discurso

O termo discurso apresenta muitos significados, geralmente associados à transmissão de informações apenas, a função cognitiva ou denotativa; a língua como finalidade de comunicar informações. Esta perspectiva denotativa tende a valorizar a função discursiva como um raciocínio seguindo um percurso, atingindo os objetivos propostos da comunicação de informação entre emissor e receptor (ORLANDI, 1999). O termo discurso, então, está associado ao uso da linguagem enquanto prática social e não como atividade puramente individual de representação do real. Está ligado a propósitos políticos, cognitivos, lúdicos, etc. na interação entre locutores situados entre classes e grupos sociais diversos.

Foucault, em sua incursão teórica pelo discurso, baseou-se em algumas questões as quais residiam em pensar o porquê de determinadas coisas serem ditas e não outras. Para o autor, talvez antes de dizer o que é isso, o que foi dito, o que quer dizer, ou como, como é que isso foi dito, talvez, antes de tudo isso, seja necessário responder a esta questão: por que é que isso foi dito, isso exatamente, e não outra coisa, que teria sido possível dizer? Responder à questão: *o que é que tornou possível dizer isso?* Nas palavras do autor “(...) como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2000, p. 31). Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; afirma Foucault em “A Arqueologia do saber” (2000, p. 51). E, da mesma maneira, não se pode dizer, ou dizer depois, aquilo que não se disse numa dada época, aquilo que poderia ter sido dito. Não é isso que se diz quando se responde à questão sobre o que é que tornou possível dizer isso.

Qualquer coisa é dita. O que constitui um acontecimento, um acontecimento discursivo. Dar conta desse acontecimento, descrevê-lo, eis a tarefa da análise do discurso para Foucault. Porque, justamente, quer-se dar conta da relação da linguagem com “outra coisa” (FOUCAULT, 2000), de “*uma prática*” em que a linguagem se relaciona com “*outra coisa*”. E aquilo que em Foucault está em questão na noção de discurso é que este é uma *prática*. O discurso como prática é essa instância da linguagem em que a língua está relacionada com “*outra coisa*”, a qual não é lingüística. Donde, a relação da língua com “*outra coisa*” que não é de natureza lingüística se dá no uso da linguagem, essa relação é o discurso. O discurso é uma prática que relaciona a língua com “*outra coisa*”, é aquilo a que Foucault chama prática discursiva,

Não a podemos confundir com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2000, p.136).

O discurso, enquanto algo pelo qual se luta, se insere numa formação discursiva, conjunto de regras, delimitada no tempo e no espaço, de caráter anônimo e histórica. Essas regras estão definidas de acordo com uma função enunciativa que adquire sentido quando produzida em certas áreas: o social, o econômico, o religioso etc.. Discurso, por conseguinte, *é um relacionamento complexo* no qual se define as próprias regras de exercício ou de existência da enunciação e dos enunciados.

A análise enunciativa ou discursiva de Foucault não se vai exercer na forma de uma interpretação, de uma análise do sentido: ela visa descrever aquilo que é efetivamente dito, mas do ponto de vista da sua existência: visa descrever “*modalidades de existência*”, visa definir um conjunto de “*condições de existência*” ou de condições de produção.

A concepção de discurso de Foucault (2000, p.135) então é “um conjunto de enunciados na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva”, um conjunto limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência – discurso pedagógico, discurso geográfico, discurso psiquiátrico, etc., por exemplo, – um espaço de regularidades associadas a condições de produção.

Foucault (2001, p.09) concebe ainda o discurso como um jogo estratégico de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e esquiva e também de luta; ou o espaço em que o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente.

Esse discurso, que passa por verdadeiro e que veicula saber – o saber institucional – é gerador de poder. A geração desse discurso, gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e distribuída por determinados procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder. Nesse aspecto, o poder se manifesta nas mais variadas instâncias do corpo social. Assim, a

dimensão do espaço pode ser analisada a partir de uma série de manifestações e de práticas discursivas que se inscrevem na vida social.

Em outro momento o autor salienta

(...) que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios (...). (FOUCAULT, 1976, p. 176).

É importante pensar, portanto, a fecundidade de estudos geográficos que privilegiem a ordem do discurso e as relações de poder já que parece evidente que a organização e produção do espaço, o controle dos territórios não se isentam desse emaranhado de relações.

Nas análises de Raffestin (1993), a construção de território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território estão imbricados na consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco às relações sociais. Portanto, não há território sem relações de dominação e subordinação. Ou de acordo com Foucault (1995),

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de um sobre outros. [...] o poder só existe em ato, mesmo, é claro que se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia em estruturas permanentes (FOUCAULT, 1995, 242).

Nesse sentido, as relações de poder só se enraízam no conjunto da rede social (FOUCAULT, 1995). Ou seja, numa sociedade, múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social: elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma articulação, uma acumulação, uma circulação, uma distribuição.

De acordo com Raffestin (1993, p. 53-54), “Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está muito ligado intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação.” O

sistema territorial é, nesse sentido, produto e meio de produção (RAFFESTIN, 1993). No entanto, é por meio do território que o espaço se concretiza, permitindo a apreensão da ação na construção das condições materiais e imateriais da vida. O espaço geográfico, portanto, é prenhe de contradições, conflitos, diferenças e tensões, e essa é sua essência.

Estabelecer, aqui, os vínculos entre Geografia e discurso significa qualificá-los numa relação dialética em que ambos se fazem e são interdependentes, isto é, o espaço não é neutro, mas socialmente produzido. Deste modo, ao tratar o discurso na tese, leva-se em conta que este não é acontecimento isolado, nem pode ser concebido fora de um espaço.

A reflexão que se desenvolve ampara-se na concepção de que se o espaço geográfico pode ser *lido* por meio dos conceitos de paisagem, território, lugar, essa *leitura* só pode ser feita porque existe um conjunto de enunciados que a tornou possível, que fez da Geografia um saber, uma ciência. Ou seja, foi a partir de um conjunto de práticas discursivas, de constituição de saberes que a Geografia se institucionalizou.

Ao longo da história da Geografia, espaço geográfico foi concebido de muitas maneiras, no entanto, não é objetivo retomar essa discussão. Toma-se como referência para os objetivos da tese, o conceito expresso por Milton Santos (1997) no qual o espaço geográfico constitui “um sistema de objetos e um sistema de ações”, isto é, o espaço entendido como resultado das formas como os homens organizam a vida e suas formas de produção.

Nesse sentido é fundamental que se compreenda o espaço como categoria construída tanto num contexto histórico determinado quanto numa cultura específica (MORAES, 1988). E, neste caso, as representações sobre o espaço também só podem ser entendidas num tempo e cultura definidos; em suas palavras “a necessidade de não diferenciar o produtor, o produzido e o contexto de sua produção” (MORAES, 1988, p. 21), introduzindo, nesta perspectiva, o sujeito nos processos sociais os quais a geografia busca entender.

Na produção do espaço, sob este ponto de vista, implica considerar a historicidade – ou o tempo de longa duração – (BRAUDEL, 1978) processo que produz espaços e as “leituras” e interpretações sobre ele, sua subjetividade, embora essas duas

dimensões do processo não possam ser desvinculadas dada a interferência que uma exerce sobre a outra. A “leitura” de um espaço, a forma de sua apreensão e concepção vão se refletir na sua produção material.

Daí a compreensão defendida, aqui, a partir de autores como Foucault e Raffestin, de que o espaço e o território não são somente objetos de disputa entre várias forças sociais presentes numa área, mas que também é produzido como forma de luta. Sendo produto do trabalho humano, fruto das relações que se estabelecem num determinado momento das forças produtivas, o espaço é produzido concomitantemente ao processo de existência humana.

Assim, o discurso como uma prática, tem uma dimensão espacial e se materializa nos lugares uma vez que de acordo com Soja, (1993, p. 103) “o espaço e a organização política do espaço expressam as relações sociais”.

Acreditamos que a concepção de discurso trabalhada, aqui, assume um papel importante no que se refere à gestão e o controle do território, pois, ao mesmo tempo em que o discurso vai constituindo-se enquanto mais um elemento organizador do espaço, as formas socioespaciais são afetadas por essa relação; o discurso é um dispositivo que se articula com a estrutura socioeconômica já que não é externo à sociedade, mas a constitui, ou ainda, é parte do próprio processo através do qual a sociedade se institui política, social e economicamente. Assim, acredita-se que,

Os discursos produzem as geografias dos lugares, as geografias das ações e resultam para os lugares ordenações. Atravessam os lugares e dão visibilidade aos processos sociais, políticos, históricos e ideologicamente construídos. É desta perspectiva que o discurso produz uma ordenação e comportamentos também ordenados que levam a diferentes formas de controle que são organizadores de espaços. (SOUZA, 2005, p.).

Quando o espaço é dominado e apropriado pelo homem, o espaço torna-se território. Assim, o território resulta das possibilidades, resulta da ação humana em um jogo distante de seu fim. Por isso o território é um trunfo nas mãos de quem o detém e representa possibilidades para quem não o detém, como aos sem-terra. Nesse sentido, o território pode ser interpretado, de acordo com Oliveira (1999, p.74), como “um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”.

O território é um todo concreto, mas, ao mesmo tempo, flexível, dinâmico e contraditório, com possibilidades que só se concretizam quando impressas e espacializadas no próprio território. O território é a produção humana a partir da apropriação e dominação e uso dos recursos que dão condições a existência humana. A linguagem – materializada no discurso – aparece, portanto, como parte da dinâmica geográfica, isto é, das territorializações, (des)territorializações e (re)territorializações que acarretam mudanças e deslocamentos no espaço e no território. É desta perspectiva que se relaciona espaço, discurso e território às relações de poder.

De posse destas considerações é que pode-se falar em práticas sociais e, dentre estas, uma específica, o discurso. Ao estabelecer-se como premissa que o espaço pode ser fonte e condição indispensável para a constituição dos discursos e, portanto, para a constituição de grupos sociais, é natural que haja nesse espaço disputas que vão se configurar em controle e domínio de territórios. Sendo assim, importa num espaço ou numa organização socioespacial, tanto sua produção material quanto sua produção simbólico-discursiva, já que o homem não é isolável nem de seus produtos (cultura), nem da natureza.

A forma como os homens se relacionam, as relações sociais, as práticas sociais fazem juntas o ‘tecido’ da sociedade e o discurso é resultado da representação do entendimento do homem acerca dessa organização social. Então, as relações entre espaço, discurso e território estão inseridas nas relações entre espaço e poder, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo afeta a política dos espaços, com intensidades e maneiras diferentes.

As relações entre espaço, discurso, território acontecem de maneiras e em escalas variadas, sendo que para compreendê-las é necessário, não apenas enfatizar a produção e reprodução do espaço como, também, a materialização dos discursos na sociedade capitalista. Daí a relação que se busca estabelecer entre o discurso do agronegócio, desenvolvimento econômico e reestruturação produtiva no espaço rural.

1.2. A emergência do discurso do desenvolvimento

A noção de desenvolvimento tem sido discutida sob diferentes aspectos tanto no espaço acadêmico como por instituições vinculadas ao estado ou a outras organizações

sociais. Tem provocado debates e diversos entendimentos e posições que se posicionam entre dois lados distintos, entre aqueles que o pleiteiam como uma via possível para a estabelecimento de uma racionalidade econômica que possa responder às incoerências e mazelas sociais suscitadas pelo capitalismo; e aqueles que acreditam que esta noção seja uma ideologia que busca dissimular o caráter predatório do capitalismo (MACHADO, 2006).

Buscamos abordar a noção de desenvolvimento como eixo de uma prática discursiva (1979; 2002) como uma forma de contribuir para esse debate, com o objetivo de entendê-lo como parte de um campo de disputas de interesses em essas noções, conceitos, ideias e estratégias empregadas adquirem relevância como meios de interação das relações de poder que envolvem o agronegócio e o processo de produção e reprodução do sistema capitalista. O que se busca entender é a emergência de um objeto de saber e da organização de um campo de poder ou seja, como a noção do desenvolvimento que tem embasado o discurso do agronegócio.

Buscamos evidenciar a produção do discurso do desenvolvimento como a representação de um campo de disputas de interesses e de forças provocadas a partir da modernização da agricultura e seu correlato – o agronegócio. O que se quer ressaltar é que essa idéia é derivada das disputas de interesse e poder ligadas às contradições da expansão do capitalismo industrial.

É o resultante de uma determinada combinação de forças que busca atender às demandas sociais, subordinando-as à lógica de reprodução do sistema, em espaços que se tornam cada vez mais interligados em função dos mecanismos da acumulação flexível.

O significado da palavra desenvolvimento está enraizado na forma como lemos, pensamos e representamos o mundo. No sentido mais geral e básico, refere-se ao processo pelo qual o potencial de um objeto ou organismo é realizado. A partir daí inúmeras metáforas podem ser criadas determinando, portanto, fortemente o caminho semântico desse conceito. (MACHADO, 2006, p. 3).

O núcleo de significados relacionado a ela circula em torno de crescimento, progressão, desenvolvimento, melhoria, etc. O que tem gerado várias tentativas, ao longo do tempo, de redefini-lo. Por mais que construamos explicações e estabeleçamos

seus limites, “(...) a linguagem não pode escapar da noção de um "caminho de viagem": do pior ao melhor, do simples ao complexo, do pequeno ao grande, do baixo ao alto.”(MACHADO, 2006, p.4). Ou seja, a noção sempre indicará uma idéia de progresso.

Essa ideia de evolução está enraizada no racionalismo ocidental moderno, em torno do qual giram elementos de uma prática discursiva (Foucault (2002). Um conjunto de significados fundamentados na idéia de desenvolvimento, alicerçados principalmente na crença na ciência e sua capacidade de produzir equipamentos tecnológicos, de produzir sistemas organizacionais mais eficientes e de promover gradativamente uma vida melhor em sociedade, tornou-se um elemento-chave na lógica do funcionamento do capitalismo industrial e, no curso de sua expansão, o processo de colonização do mundo. (MACHADO, 2006).

Não obstante, a conotação econômica que impregna a palavra desenvolvimento, sabe-se que conceito deve ir muito além dessa esfera. O modo de o homem moderno pensar o desenvolvimento, ao sabor do capitalismo, é impregnado pelo ideário iluminista e propulsionado pela ciência moderna, cuja racionalidade é pautada pela valorização do individualismo, do utilitarismo, da separação e da simplificação.

Apesar das conotações econômicas do termo desenvolvimento, sabemos que o conceito avança para além do viés econômico. Na modernidade a forma de pensar o desenvolvimento, sob os auspícios do capitalismo, é amparada no ideário iluminista da ciência e esta como portadora de uma racionalidade pautada no individualismo e utilitarismo.

Essa maneira de pensar na civilização ocidental moderna, segundo Furtado (2000) o comportamento racional está ligado ao desenvolvimento de comportamentos ligados a um padrão de eficiência, que por sua vez leva ao progresso tecnológico. “O progresso tecnológico é fruto do engenho e da capacidade criativa humana. É, portanto, essa capacidade de promover a racionalidade nos comportamentos que se cria e desenvolve” (FURTADO, 2000, p. 43).

A concretização dessa racionalidade técnica tecnologia inicia com a Revolução Industrial, por meio da qual o mundo passa por grandes transformações traduzidas na maneira de lidar com a natureza e na criação de seus produtos. Nesse ponto, a

“privatização/mercantilização da natureza” começa com maior força e um processo de acumulação sem fim (PORTO GONÇALVES, 2006).

A Revolução Industrial, em contraste com um pensamento linear, acabou por produzir desenvolvimentos distintos baseados entre os países. Assim, de acordo com seu grau de desenvolvimento, os países receberam a denominação de desenvolvidos (centrais) ou subdesenvolvidos (periféricos).

Para Furtado (1961, p, 180) “[o] subdesenvolvimento é (...) um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. Ou seja, o subdesenvolvimento não é uma fase inevitável do processo de formação das economias capitalistas (Furtado, 1961: 191), constituindo, antes, na realidade, uma “deformação”.

O ponto de partida do subdesenvolvimento seria “os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional (...) sem modificações maiores nas técnicas de produção” (FURTADO, p. 191, 1961).

Resultado de uma conexão, surgida em certas condições históricas, entre um processo interno concentrador e um processo externo de dependência, o subdesenvolvimento constituiria uma projeção da miniaturização, nos países periféricos, de sistemas industriais de países do centro, com alto grau de acumulação, acompanhada da diversificação das pautas de consumo de sua minoria privilegiada (FURTADO, 1981).

A revolução industrial, portanto, alterou o modelo anterior, alterando a lógica de produção e de acumulação de riquezas, dando origem a um sistema de relações econômicas internacionais, uma das maiores globalizações comerciais da história econômica, que resultou na formação de economias periféricas (SUNKEL, 1967). É nessa perspectiva que, a partir do imediato pós-Segunda Guerra, tem início um imenso investimento envolvendo recursos econômicos, científicos e tecnológicos no sentido de reorientar a trajetória dos países do Terceiro Mundo, sob a promessa de finalmente colocá-los definitivamente nos trilhos do desenvolvimento. Segundo, Machado (2006, p. 4),

É no interior das complexas relações de poder estabelecidas entre as nações na esfera mundial, e entre os diferentes setores ou classes sociais no âmbito de cada uma delas, que o desenvolvimento das regiões consideradas pobres entrou na *ordem do discurso*.

O que gerou uma série de mecanismos capazes de gerenciar padrões de comportamento, intervindo dentro de uma determinada lógica e, sobretudo, excluindo alternativas que possam ameaçar a mesma lógica. De acordo com Castel (1999, p.212),

Quando a demanda de quantidade e qualidade tornou-se imprevisível, quando os mercados ficaram mundialmente diversificados e, portanto, difíceis de ser controlados, e quando o ritmo da transformação tecnológica tornou obsoletos os equipamentos de produção com objetivo único, o sistema de produção em massa ficou muito rígido e dispendioso para as características da nova economia. O sistema flexível surgiu como uma possível resposta para superar essa rigidez.

Esse conjunto de mecanismos criados como forma de proteger os valores culturais capitalistas ocidentais da luta pela hegemonia na arena internacional formam o cerne do discurso do desenvolvimento. Uma das noções mais fortes desse discurso é o enquadramento do conceito de subdesenvolvimento como identidade de um país do Terceiro Mundo.

Construir um mundo "atrasado" política, social, ideológica e cientificamente foi um trabalho para o qual contribuíram, e ainda contribuem, agentes os mais variados, seja em relação às intenções, à formação profissional ou ao credo político; seja no interior de instituições especializadas; seja em centros de produção de conhecimentos. (MACHADO, 2006). Instituições como a CEPAL foram fundamentais na produção e difusão das estratégias discursivas que alimentam o discurso do desenvolvimento.

Assim que o discurso do desenvolvimento não é apenas um conceito que, utilizado pela economia, descreve o estágio de transição pelo qual passa um determinado país, nem é apenas uma fonte inesgotável de teoria econômica e soluções técnico-científicas para problemas políticos e sociais: o discurso do desenvolvimento é um dispositivo fonte da hierarquia e hegemonia cultural. (MACHADO, 2006, apud BIELSCHOWSKY, 2000).

Na década de 1990, o colombiano Arturo Escobar (1998) realizou um estudo aprofundado do desenvolvimento como regime de discurso e de representação social, de onde se construiu o Terceiro Mundo. Para o autor, há paralelos entre os métodos de

trabalho que já caracterizam os estudos do orientalismo, africanismo e colonialismo, e o que ele chama de política do *desenvolvimentismo*, pois estabelecem um aparato de produção de conhecimento e exercício do poder, como afirmou, “régimen de gobierno sobre el Tercer Mundo, un espacio para ‘los pueblos sujeto’ que asegura cierto control sobre el” (ESCOBAR, 1998, p. 30). Segundo o autor, a lógica de operação que caracterizou o *desenvolvimentismo*, faz parte do espaço global da modernidade e particularmente das práticas econômicas modernas. Assim que, segundo Machado (2006, p. 6),

A compreensão dos mecanismos de funcionamento de uma prática discursiva passa pela análise das interrelações entre os três eixos que a definem: as formas de conhecimento através das quais são elaborados seus objetos, conceitos e teorias; o sistema de poder que regula suas práticas; e as formas de subjetividade que se buscam moldar a partir desses saberes e dessas práticas.

O período correspondente à expansão econômica mundial, identificada por que Hobsbawm (1995) como a era de ouro do capitalismo, que o discurso do desenvolvimento surge com um mecanismo das relações de poder e dominação nos países industrializados e entre países produtores de matérias-primas.

A noção de desenvolvimento construída pelo discurso do desenvolvimento está pautada numa concepção histórica da relação entre o homem e a natureza, que tem como foco as sociedades industrializadas na Europa e na América do Norte. Essas sociedades são tomadas como modelos sociais universalmente válidos, a partir dos quais são estabelecidos parâmetros concebidos como universais para regular o atraso ou progresso dos demais países. (VIOLA, 2000). É em torno desse conceito que a noção de subdesenvolvimento foi proposta e transformada em pilar de sustentação das políticas voltadas para a superação do “atraso” e da “pobreza” nos países do Terceiro Mundo – políticas pautadas pelo discurso desenvolvimentista.

No final da década de 1960, quando o ritmo da expansão econômica começou a entrar em crise, as transformações ocorridas alteraram a conformação da ordem internacional, afetando quase todos os países do globo. As implicações dessa crise os e as estratégias produzidas pelo capital no processo de superá-la provocaram uma transição no *regime de acumulação*. O modelo fordista-keynesiano dá espaço a um regime de acumulação “flexível” (HARVEY, 2005).

Tal como proposto por Montenegro (2006, p. 78)

Os discursos e as práticas do desenvolvimento levam meio século oferecendo às áreas denominadas de subdesenvolvidas instrumentos para reestruturarem seu espaço produtivo, enchendo os lugares de equipamentos (barragens, estradas, escolas...), para torná-los mais eficientes e supostamente desenvolvidos, modificando as paisagens, para normalizá-las dentro de um padrão ocidental de progresso. Enfim, os impactos territoriais são tão importantes e intensos como outros impactos provocados pelo desenvolvimento (econômicos, sociais, políticos ou culturais). O papel do território como expressão de todo esse processo, assim como ator e depositário das políticas de desenvolvimento, é fundamental.

Pensar o desenvolvimento como prática discursiva significa, portanto, tentar compreender a forma de um espaço de conflito de interesses e de disputas por meio do qual ocorrem tanto a produção quanto e a legitimação de termos, conceitos, ideias que adquirem significado e criam efeitos táticos como elementos mediadores nas relações de poder-saber características do processo de expansão do sistema capitalista.

1.3. Desenvolvimento econômico e modernização

A questão do desenvolvimento econômico de países como o Brasil foi marcada pela aposta no progresso, no avanço científico e tecnológico, como estratégias garantidoras da qualidade de vida, assim como a crença na neutralidade da técnica foram os fundamentos do projeto político da modernidade. Para atender à lógica da acumulação capitalista em torno do desenvolvimento, foram mapeadas as relações de desigualdade entre regiões e países - de acordo com as diferenças culturais, políticas ou econômicas, práticas ou modos de fazer as coisas. Assim, o desenvolvimento se configura enquanto uma prática discursiva, uma forma de criar relações entre os diferentes aspectos da realidade, tornando-se assim um espaço para a criação de conceitos, teorias e práticas.

A maior parte dos elementos que compôs o discurso do desenvolvimento já estava em movimento desde a expansão do capitalismo industrial. Mas, a partir da mudança da forma de relacionar esses elementos começou com a proliferação das ideias que basearam as políticas de modernização, isto é, a formação de estruturas que

permitissem a industrialização e o desenvolvimento em espaços considerados tradicionais e apenas parcialmente na lógica econômica mercantil.

A política de modernização é a única forma de promover o descompasso entre superstições e tradições que travam a sociedade, e esta política deve ser realizada sem levar em conta os custos sociais, políticos e culturais envolvidos (ESCOBAR, 1998).). Modernizar significava, portanto, trazer racionalidade e eficiência ao sistema produtivo, o que exigia investimento de capital, além de vontade política. (MACHADO, 2006).

Outro elemento importante que compõe o discurso do desenvolvimento e em função do qual outros foram sendo articulados, dando-lhe coesão e, ao mesmo tempo, colocando suas regras em funcionamento foi tornar a pobreza alvo de discussão. Segundo Rahnema (2000, p. 229), “(...) durante muito tempo, e em muitas culturas do mundo, pobre nem sempre significou o oposto de rico”.

Nesse sentido a noção podia significar as várias condições de um indivíduo ou de um grupo desamparado ou em situação degradante. A partir da consolidação da sociedade de mercado houve uma alteração em seu significado, passando esta a ser considerada enquanto um conceito universal e perdendo seu caráter cultural. A expansão da sociedade industrial induziu à

(...) hegemonia das economias nacionais sobre as atividades autóctones, depois, a da economia mundial sobre todas as outras. Essas mudanças drásticas muito afetaram a maneira pela qual vieram a ser interpretadas as materialidades subjacentes às várias concepções de pobreza (RAHNEMA, 2000, p. 234).

Com a expansão da sociedade de mercado foi sendo construída a “unificação do mundo” criando novos referenciais tendo como princípios a crença no incremento tecnológico, na produção de bens de consumo, no progresso individual e aptidão, na liberdade e monopólio de riquezas materiais, as quais derivaram na criação de novas necessidades e que para serem satisfeitas exigia, cada vez mais, domínio e controle e uso dos recursos materiais.

Assim como com a ruptura das concepções e saídas convencionais ao tratamento da pobreza, foram construídas novas formas de conduzi-la e regê-la tornando-a como um problema social. (MACHADO, 2006).

E como problema social, as dúvidas sobre a maneira como governos e instituições tratavam a pobreza se aprofundaram no âmbito de empresas industriais, já que a expansão da economia demandava um mercado com disponibilidade de mão-de-obra barata, e também ampliavam problemas relacionados à produção de riquezas e aumento da pobreza, investimentos em recursos e de políticas de governo. Nesse cenário se registrou a emergência da economia política e, a partir da administração da pobreza, se abre espaço para a constituição de um novo campo de investigação e de produção de conhecimento e de geração de políticas de intervenção, o social (CASTEL, 1998).

Nesse sentido, uma das estratégias da emergente economia política foi a constituição da pobreza como resultante de ‘leis naturais’ que regeriam a sociedade. A pobreza então, se torna resultante de uma inaptidão individual de assegurar, nos ditames do mercado, a apropriação de riquezas. Foi essa noção econômica de pobreza que acompanhou o crescimento da sociedade industrial e se desdobrou na diferenciação de regiões, países, mantendo como base de comparação o padrão e a riqueza das nações economicamente bem-sucedidas. (MACHADO, 2006)

À noção de pobreza foram se constituindo práticas discursivas que davam ordem sentido à realidade às quais se referiam, trazendo tanto um campo de problemas, como a construção de saberes gerando um regime de verdade (FOUCAULT, 2002), construído em torno da ideia de que a solução ou as respostas para os problemas e mazelas da pobreza estavam assentadas no desenvolvimento econômico. Sacks (2003, p. 9), afirmou a esse respeito que “(...) a pobreza foi diagnosticada como a carência de poder de compra clamando para ser abolida através do crescimento econômico”. Segundo machado (2006, p. 74),

Foi a partir dessa perspectiva que os países de economia avançada, mais especificamente, os EUA, lançaram mão de um forte investimento do qual fez parte além dos recursos econômicos, todo um aparelho de discurso, de análise e de conhecimento, culminando na formação discursiva do desenvolvimento e o subdesenvolvimento, como o outro lado da civilização que emerge como realidade quase evidente.

O progresso, identificado como sinônimo de desenvolvimento econômico se expande e passa a fazer parte – por meio de implementação de projetos, programas com a finalidade de estimular o desenvolvimento – das regiões e países pobres do globo.

Convênios firmados com organismos multilaterais como, ONU (Organização das Nações Unidas), Banco Mundial; trabalhos de técnicos, especialistas e consultores, nas comissões e agências regionais, responsáveis pelo fornecimento de estudos e subsídios ao planejamento de políticas de governos etc., são as ações ligadas ao desenvolvimento econômico (SUNKEL, 1967).

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) é um exemplo claro do papel desempenhado nesse processo de profissionalização e institucionalização do desenvolvimento como uma construção determinada e que cria um espaço no qual os países pobres passam a ser conhecidos, definidos e sofrem intervenção (ESCOBAR, 1998), por meio de sua inclusão à política do conhecimento especializado.

Criava e punha em funcionamento mecanismos que autorizavam a um dado conjunto de ideias e práticas alcançarem o status de verdade. Sobre a questão do desenvolvimento foram criadas disciplinas que o constituíram enquanto uma área de conhecimento, “facilitando la incorporación progresiva de problemas as espacio de desarrollo, dando visibilidad a los problemas de um modo congruente con el sistema de conocimiento y poder establecido” (ESCOBAR, 1998, p. 95).

Com isso evidencia-se o caráter político do processo de institucionalização do discurso do desenvolvimento uma vez que tanto no que diz respeito à maneira como os problemas são construídos como na forma das soluções, houve um desvio na participação, aparentemente neutra da ciência, para a atuação de técnicos e especialistas. A estrutura construída em torno de agências e organismos internacionais empenhou-se na tarefa de ampliação e qualificação dos *profissionais do desenvolvimento* (MACHADO, 2006), com o intuito de garantir que a formulação e execução de políticas de desenvolvimento obtivessem sucesso.

Se considerarmos que a economia é uma ciência estabelecida a partir da relação entre produção e acumulação de riquezas e a acumulação associada à ideia de economia desenvolvida, então, a função da produção de conhecimento sobre a “natureza dos problemas do desenvolvimento” foi imputada aos economistas; assim o status de verdade de que se revestiam esses conhecimentos “deu-se não apenas por meio de métodos e procedimentos racionais utilizados na sua elaboração, mas também pela utilização de conceitos e termos criados para nomear, a partir desses métodos,

determinados processos e fenômenos de que abordam e que atribuem poder àqueles que os dominam e manipulam.”(MACHADO, 2006, p. 81).

O uso desses conceitos, por parte dos especialistas ou agentes das políticas de desenvolvimento, ainda foi mais enfatizado ao recorrer à matemática e à estatística, por exemplo, para dar mais credibilidade e apoio e, mais, criar um efeito de complexidade para a realidade a que se remetiam; ou seja, importante, fundamental, entretanto notadamente incompreensível para aqueles que não são peritos e, portanto, necessitam da explicação dos especialistas.(MACHADO, 2006).

Duden (2000, p. 225) afirma a esse respeito que, “Para os leigos, o crescimento do ‘PNB’, por exemplo, ou sua alternativa, o ‘valor agregado’, sugeriam algo assim como uma medida de riqueza que imediatamente necessitava de uma interpretação profissional”.

Os mecanismos que foram produzidos e utilizados como dispositivos do discurso do desenvolvimento incluíram uma extensa e variada rede construída em torno da denominada assistência e cooperação técnica ao desenvolvimento² e que explica sua institucionalização.

Não é nosso propósito aqui tecer uma revisão do processo de institucionalização do desenvolvimento econômico. Ao sumariar o núcleo das ideias e estratégias a ele vinculadas, a intenção é apontar o eixo constituinte de uma interpretação do desenvolvimento dos países de economias periféricas, em torno da qual o discurso do desenvolvimento se constituiu.

É certo que em torno de suas análises, concepções teóricas e proposições políticas, foi produzido um conjunto de conhecimentos que norteou grande parte das políticas dos Estados e suas agências, dirigido às economias periféricas. E, além disso, evidenciar que há uma linha norteadora entre as práticas que regeram os discursos do desenvolvimento e modernização da agricultura e a atual reconfiguração do espaço agrário com a expansão do agronegócio e agronegócio canavieiro.

²Dentre os organismos e agências internacionais que participaram desse processo podemos citar a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Mundial de saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial (ONUD), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e o Banco Mundial.

1.4. As transformações do paradigma produtivo e o reordenamento do espaço agrário

A partir da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a apresentar uma conjuntura marcada pelo rápido processo de tecnificação e cientifização do território (SANTOS, 1985, 1994). A emergência de um novo período denotou a configuração de um novo contexto geográfico, constituído por novos e significativos eventos.

Dentre estes se destacam o aumento do consumo, do crescimento econômico e do desenvolvimento. Neste momento a agricultura passou a ter como função suprir a demanda crescente do processo de industrialização e de alimentar a população urbana, voltando, portanto, a ser prioridade para atender o mercado interno em detrimento do externo. E, para tal passou a receber uma série de investimentos, não apenas em termos econômicos, mas também políticos, científicos que operaram no sentido de sua transformação.

Nesta perspectiva, a agricultura estaria na ordem de uma verdade produzida no interior dos discursos agrícolas, dos discursos econômicos e dos discursos científicos, da época, tanto daqueles que orientaram agricultores, quanto dos propostos enquanto políticas públicas, pelo Estado, em investimento em pesquisa.

O Estado que se instala a partir do golpe militar de 1964 passou a estimular a modernização da agricultura, buscando integrá-la à racionalidade do processo de acumulação capitalista. Tendo início em 1965 com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, a modernização agrícola brasileira, tomou impulso, em 1972, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), momento em que na formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a ciência e tecnologia passam a ser objetivo explícito da política econômica.

Iniciado na segunda metade do século XX, o processo de difusão mundial do padrão agrícola moderno foi liderado pelos países industrializados e apoiados por agências internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e corporações transnacionais produtoras de insumos agropecuários. Entre as décadas de 1960 e 1970, a internacionalização do modelo se intensifica caracterizando o

fenômeno conhecido como Revolução Verde³. O discurso que embasava este empreendimento tinha como enunciado fundamental estimular a produção de alimentos nos países subdesenvolvidos e combater o problema da fome por meio da transferência de tecnologia (SOUSA, 1996).

Dentre as inovações tecnológicas, o avanço da engenharia genética aplicada à agricultura foi um elemento fundamental e decisivo da Revolução Verde, pois implicou as técnicas modernas num conjunto de práticas que configuram o pacote tecnológico. A partir do melhoramento genético variedades de sementes de alto rendimento foram criadas, as quais exigiam fertilizantes químicos, agrotóxicos, irrigação e mecanização.(CAMARGO, 2009).

A internalização do padrão técnico moderno foi justificada e legitimada pelo discurso do necessário aumento dos índices de produtividade agrícola dos países subdesenvolvidos, por meio da substituição dos sistemas de produção local pelo pacote tecnológico. Desta forma, a Revolução Verde substituiu os modos tradicionais de produção pela agricultura modernizada, subvencionada pelo Estado e estimulada pela comunidade agrônoma e empresas produtoras de insumos.

O padrão técnico da agricultura moderna incorporou as dimensões políticas, econômicas e científicas nesse processo, entendido também como a continuidade da subjugação dos países do Sul pelo Norte e, nesse sentido esse modelo pode ser concebido como um elemento do processo de internacionalização na medida em que é uma estratégia de expansão do capital transnacional.

A internalização de tal modelo e a expansão das monoculturas é mais afim a mecanismos de política e poder do que aos enunciados das melhorias no processo produtivo. De acordo com Porto-Gonçalves (2006) a maior importância da Revolução Verde não reside ao aumento global da produção de alimentos, mas às transformações nas relações sociais e de poder, por meio da difusão tecnológica.

³ Convém ressaltar que para que a Revolução Verde se solidificasse foi construída uma base institucional para lhe dar apoio. Em 1943, Nelson Rockefeller, um dos chefes do poderoso grupo Rockefeller, criou no Brasil as empresas Agrocere, Cargill e a Empreendimentos Agrícolas (EMA). A Agrocere era destinada à pesquisa genética com milho e à produção de sementes de milho híbrido. A Cargill deveria atuar na comercialização internacional de cereais e na fabricação de rações. Por sua vez, a EMA destinava-se à fabricação de equipamentos agrícolas.

Embasado em argumentos de aumento nos índices de produtividade a justificativa para a internacionalização do padrão agrícola ocidental não se sustenta na medida em que, de um lado, a produção mundial de alimentos cresceu garantindo o sustento da população mundial, de outro lado, ainda são persistentes a fome e a desnutrição em diversas regiões do globo, tornando evidente que estes problemas vão além da questão da produção.

E, mais evidencia uma estratégia de controle e dominação e apropriação dos territórios no sentido de torná-los base de sustentação da agricultura capitalista moderna. Assim, o padrão técnico difundido pela Revolução Verde se legitima ao se constituir como a solução dos problemas do campo pelos governos de países em desenvolvimento.

Tendo como finalidade aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis, liberar recursos humanos e fornecer capital para o setor industrial, o projeto modernizador foi constituído. Outro aspecto a ser destacado é que a adoção desse modelo possibilitava ao país superar um suposto atraso tecnológico em relação aos países centrais, superar o atraso e a ineficiência da estrutura agrária, converter o país em um “grande celeiro” de exportação de produtos agrícolas e encaminhá-lo para o crescimento e desenvolvimento econômico (SOUSA, 1993).

Enquanto isso, o Estado se envolve com o setor empresarial e com as mais variadas organizações da sociedade civil na trama que busca despedir da política justamente os atores que pressionam pelo controle social sobre a esfera mercantil. A forma mais acabada desse disciplinamento dos atores se encontra na disseminação das tecnologias. Essa intervenção, capitaneada principalmente pelas planilhas do Estado, criando, entre outras coisas, órgãos de pesquisa, induziu consideráveis mudanças, mas nem sempre animadoras, no índice de produtividade da agricultura brasileira.

Um novo arranjo se forma no campo: mudanças na organização do trabalho agrícola em virtude da implantação da mecanização; mudanças na determinação do comportamento migratório e nas relações entre campo e cidade; implantação em larga escala de novos cultivares com a ajuda de sofisticados processos de hibridação de espécimes às condições edafo-climáticas locais e, conseqüentemente; transformação de representações e adequações do próprio saber agrônomo.

O atendimento ao meio rural não foi o principal objetivo das políticas de intervenção da época, antes foi uma capacidade de intervenção social legitimada, peculiarmente, por um instrumental de saberes, orquestrados ou manejados para uma transformação dos padrões agrícolas e agrários do rural brasileiro. E impulsionado, em grande parte pelo ideário do atraso.

Para dar conta de tais propósitos a criação de uma estrutura que pudesse dar conta de tais propósitos foi colocada em marcha e, assim, foi criada a Embrapa.

1.5. O papel da EMBRAPA no processo de modernização da agricultura

A história da Embrapa articula-se à prioridades marcadas pelo Estado, cuja criação teve como premissa o papel de revolucionar as bases técnicas da agricultura brasileira. De sua fundação até hoje, a empresa teve essa função reafirmada diante dos desafios que foram e são postos diante da discussão atual sobre a renovação dos combustíveis fósseis. Achamos relevante uma contextualização pelo entendimento de que as condições que dão origem à empresa e que posteriormente a conduzem a repensar sua atuação e discurso, inclusive no que diz respeito à agroenergia.

A Embrapa foi criada por meio da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, e foi instituída pelo Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973. Sua criação foi cercada pelo papel do Estado responsável, regulador e promotor de um projeto de modernização dos setores considerados estratégicos para o país, dentre os quais a agricultura.

Com a instauração do regime ditatorial, em 1964, aumenta a participação do governo na economia. Os investimentos em infra-estrutura e a criação de empresas estatais são algumas das ações voltadas para garantir a implementação deste projeto. Com a deflagração desse processo em 1970 é lançado o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, com o objetivo de inserir o Brasil no mundo desenvolvido até o final do século. As áreas definidas como prioritárias foram: saúde, saneamento e educação, agricultura e abastecimento, desenvolvimento científico e tecnológico, fortalecimento do poder de competição da indústria nacional (ALMEIDA, 2004).

Esse processo tem seu ponto elevado com a edição do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND/ 1972-1974) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND/ 1974- 1979). Segundo Almeida (2004, p. 178),

Este período correspondeu, portanto, ao ‘ponto alto’ do planejamento governamental no Brasil e o papel do Estado, não restrito à elaboração de planos e regulação geral da economia foi muito mais extenso e intrusivo do que em qualquer época da história econômica passada e contemporânea. Instituições públicas e agências diretas controlavam amplos setores da vida nacional, a começar pelas mais diversas políticas setoriais, não apenas comercial, aduaneira, e industrial, mas também no plano financeiro e creditício (bancos de desenvolvimento, de habitação e regionais, financiamentos a setores privilegiados), no campo diretamente produtivo no de controle de preços, sem mencionar o desenvolvimento regional e vários projetos de grande porte. As empresas públicas eram ‘consideradas como parte do arsenal de políticas do governo (ALMEIDA, 2004, p. 178)

Evidencia-se assim, que a prática do planejamento estendida a todos os domínios do Estado reproduzia uma rede de planos, programas, projetos e aparelhos institucionais, aos moldes da tecnocracia de gestão, indispensável ao “processo de articulação/subordinação da economia e dos recursos nacionais ao sistema produtivo capitalista mundial” (AGUIAR, 1986, p. 27).

O autor estabelece a institucionalização da atividade de planejamento como mecanismo político de um modelo de desenvolvimento econômico e das ações ligadas à segurança nacional. Hobsbawm (2003) também refere à década de 1970 como uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pela transferência de indústrias dos países desenvolvidos, produtores para o mercado mundial, para os países em desenvolvimento. A transferência da produção dessas indústrias e dos seus estoques também foi acompanhada pelos processos de produção, de pesquisa e desenvolvimento.

As origens da Embrapa remontam a esse contexto. Segundo Sousa (1993), a pesquisa agropecuária nacional, no final da década de 1960, estava em descompasso com o ritmo do desenvolvimento e das transformações que aconteciam em setores industriais afins à agricultura.

O projeto de modernização agrícola encaminhava o setor agrícola ao estreitamento das relações entre o setor industrial – máquinas, equipamentos, insumos – , ao setor industrial e agroindustrial transformador e processador de produtos agropecuários e abrangia, desde a segunda metade da década de 1960, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965. Com a disponibilidade de crédito em grandes quantidades a ausência de tecnologia que pudesse impulsionar o projeto, foi resolvida com a criação da Embrapa. Sua atribuição passa a obter recursos

nas mais variadas fontes e também pesquisadores que tivessem potencial e talento, os quais passam a receber investimentos em nível de pós-graduação tanto em universidades nacionais como internacionais, reunir equipes multidisciplinares, contatar organismos técnicos e financeiros internacionais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), os quais dão suporte para a implementação da empresa (SOUSA, 1993).

Em 1974, a Embrapa divulga seu Relatório de Atividades da Embrapa (EMBRAPA, 1975), no qual estão apontados os princípios pelos quais a empresa foi criada. Dentre eles: o estabelecimento de mecanismos de planejamento e coordenação com os Estados, universidades e o setor privado para a implantação de um sistema cooperativo e que prevenisse a duplicação de atividades; e a introdução de inovações nos métodos de pesquisa, com a finalidade de aumentar a eficiência, a produtividade e a produção agropecuária, objetivo maior da política econômica nacional.

A tônica do discurso era crescimento significativo de produtividade dos fatores terra e trabalho, em uma agricultura que tinha como fundamento a ciência e a tecnologia. Como estratégia supunham-se a expansão da fronteira agrícola e um conjunto de medidas que considerasse as áreas de assistência técnica, de pesquisa, crédito, política de preços mínimos, abastecimento e comércio internacional.

O que significava dizer: aumento da oferta de alimentos nas cidades, ampliação de mercado interno de insumos, máquinas e equipamentos, “atendendo a segmentos bastante representativos dos novos interesses na economia” (SOUSA, 1993, p. 42); a ampliação da capacidade da agricultura na produção de matérias-primas de qualidade e baixo custo para o setor industrial processador e, por fim, o aumento da produção de grãos para exportação visando ao aumento da receita nacional.

A pesquisa agropecuária, extensão rural e crédito formaram, então, um conjunto bastante articulado. A Embrapa tinha como função a pesquisa aplicada, que fosse capaz de atender, de forma pragmática, a demanda atual de tecnologia, que compreendia as solicitações do governo, dos industriais que tinham vínculo com a produção agrícola, dos serviços de formação como solicitados pela extensão rural e dos agricultores (AGUIAR, 1986).

O desenvolvimento da pesquisa teria que necessariamente levar em consideração as etapas da produção agrícola. Como resultado teríamos, então, o denominado de pacote tecnológico, o qual seria transferido ao agricultor. Segundo Aguiar (1986, p. 42-43), o pacote tecnológico compreendia,

(...) o conjunto de técnicas, de práticas e procedimentos agronômicos que se articulam entre si e que são empregados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Em outras palavras, o pacote tecnológico corresponde, por assim dizer, a uma linha de montagem, onde o uso de determinada tecnologia ou componente – segmentos melhorados, por exemplo – exige o uso de determinadas tecnologias ou componentes anteriores – máquinas e equipamentos para os serviços de preparo do solo; calagem para correção do solo – e leva ao emprego de determinadas tecnologias ou componentes posteriores – adubação e combate químico de pragas. O sucesso – ou insucesso – da atividade produtiva, portanto, ficaria totalmente condicionado ao uso completo do pacote tecnológico.

O pacote tecnológico seria então o veiculador e sustentáculo do processo de modernização da agricultura. Nesse sentido, a modernização entendida enquanto um processo demonstra a inserção da agricultura na economia mundial e enquanto discurso, a modernização reflete o conjunto político de mecanismos e de práticas utilizadas pelo Estado nas formas de intervenção na agricultura.

O Estado, portanto, está na origem do processo de modernização por meio de um tripé: sistema nacional de pesquisa e agropecuária, sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e sistema de crédito rural. São estes os principais instrumentos que giram em torno do pacote tecnológico; o primeiro por criar um conjunto de procedimentos, técnicas responsáveis, portanto por sua geração; o segundo pela sua disseminação e veiculação aos produtores; e, o terceiro por dar o suporte em recursos e financiamentos.

Relacionada à Revolução Verde, a modernização que se espalha no campo, se insere no âmbito internacional, a um processo engendrado entre os anos de 1930 e 1950 e se converte em fundamento para o modo de produção agrícola do século XX. O modelo alcança a maior parte dos países em desenvolvimento, mesmo que em base desigual e sua disseminação pode ser demonstrada pelo incentivo do governo norte-americano à criação de centros internacionais de pesquisa agrícola e de instituições nacionais de pesquisa.

No Brasil, as condições criadas para a adoção desse modelo começam a ser desencadeadas nesse mesmo período, embora sua viabilização só se dê a partir de 1965, quando há uma postura deliberada de se promover, no país, o padrão que já predominava internacionalmente (SOUSA, 1993; AGUIAR, 1986).

Nesse sentido, podemos abordar as transformações ocorridas na agricultura brasileira a partir da década de 1960, como um discurso, ou uma prática discursiva, na medida em que este pretendia mudar a mentalidade da população rural do Terceiro Mundo. O pressuposto, como já salientado, é de uma agricultura capitalista, sustentada por uma verdadeira revolução tecnológica. Nesse sentido, a Embrapa, entre outras estatais foi expressão de um processo que reforça a afirmação de que as ciências e as tecnologias, hoje, não são unidades autônomas e a convicção de que elas também não estão desarticuladas dos contextos histórico, geográfico, econômico, social e político.

Segundo Rosa (2005) a apropriação dos benefícios alcançados pela ciência se dá de maneira distinta pelas várias classes sociais, com a preponderância dos interesses da classe dominante de cada período. A autora afirma que “O veículo mais comum desta apropriação é, em geral, a aplicação tecnológica” (ROSA, 2005, p. 16). Assim, os benefícios alcançados tanto pela ciência como pela tecnologia configuram-se em elementos importantes na definição do que é moderno e o que é atraso, o que é desenvolvido ou o que é subdesenvolvido.

Ou ainda, se as nações que estão num patamar de desenvolvimento avançado transformam-se em modelos a serem seguidos, às nações consideradas atrasadas impõe-se o que Santos (1998) denomina de obsessão do descompasso, isto é, “aquela que mede a distância entre o Brasil e as sociedades avançadas. Tal obsessão domina a mente de economistas, políticos, homens de mídia e professores universitários, expressando-se como síndrome da modernização”. (SANTOS, 1998, p. 23). O autor ainda argumenta que

(...) a obsessão do descompasso é uma eterna corrida entre dois pólos: de um lado a sociedade capitalista existente, cujos efeitos capitalistas são no entanto negados; de outro, uma sociedade capitalista avançada, ideal e inatingível. E talvez seja precisamente esse truque através do qual o capitalismo funciona, num país periférico como o Brasil: os efeitos ruptores objetivos se transformam numa deficiência objetiva que só poderia ser superada através da adesão ao sistema (SANTOS, 1998, p. 24-25).

É a obsessão do descompasso que induziu, historicamente, as nações consideradas “atrasadas” seguir as “nações adiantadas” em direção a um modelo de desenvolvimento dependente que além de não ter produzidos os efeitos esperados em termos econômicos, os custos sociais e ambientalmente foram altíssimos. Criando estruturas de pesquisa, como a Embrapa, que pudessem levar a participação do país à incorporação das inovações tecnológicas, principalmente no que se refere aos novos métodos e técnicas de cultivo que levaram a expansão das forças produtivas no campo. Embora a apropriação das tecnologias geradas tenha se dado pela parcela mais capitalizada do setor, o que fez com que a modernização da agricultura não se desse de forma homogeneizada e nem fosse um fenômeno generalizado.

O processo desigual e incompleto do padrão tecnológico deve-se à própria heterogeneidade da realidade brasileira ligada aos padrões desiguais de renda, à concentração fundiária e aos desequilíbrios regionais (THOMAZ JR, 2002).

Os ganhos de produção e produtividade atribuídos à pesquisa fazem com que a Embrapa seja reconhecida por sua atuação e competência no cumprimento da atribuição que lhe foi confiada. Mas pensamos que mais do que isso, uma das grandes atribuições da empresa foi criar as condições necessárias para a mudança de mentalidade no campo, a partir de uma formação discursiva decorrente da economia, traduzida em desenvolvimento econômico.

O que confirma que sua criação foi para atender a um dado modo de produção e, portanto, assume e representa ideias e valores dominantes e coerentes com o contexto no qual e para o qual foi concebida e, posteriormente, no qual e para o qual atua. Assume, ainda, a representação e identidade com as quais se define na sociedade e que orientam as condições de produção de seu discurso, o qual expressa suas relações com outros discursos: o seu lugar social e o lugar social para quem sua fala é destinada.

A transformação do espaço rural se deu e tem se dado a partir de seu “aparelhamento”, insistentemente proposto pelos discursos dos órgãos de pesquisa como a Embrapa, por gestores públicos, por jornais e revistas, por entidades de classe, as quais nortearam o saber e a prática da agricultura. Tal aparelhamento também funcionou como formas de controle e de gestão do trabalho. “O aparelhamento prescrito teria como finalidade o exercício da atividade agrícola, núcleo do trabalho rural.”(WESCHENFELDER, 2006, p.10)

A dinâmica da agricultura deveria ser modificada e com ela o espaço rural. As atividades agrícolas seriam disciplinadas por meio de investimentos em novas formas de lidar com a terra, novos saberes deveriam ser elaborados e novas práticas instituídas. Era da *ordem do discurso* a preocupação em introduzir conhecimentos que pudessem alterar as formas de utilização do espaço de produção, alterar sua base técnica e, conseqüentemente as relações de produção.

Havia necessidade de organizar não só o espaço de produção, mas a maneira de pensar o trabalho agrícola, criando as bases que fizeram com que os pacotes tecnológicos fossem introduzidos com menos resistência possível. O disciplinamento e controle foram mecanismos eficazes e que tornaram o agricultor tão mais afeito aos discursos da produtividade, eficiência e racionalidade na condução a atividade agrícola. Assim, encontramos nos projetos, políticas públicas voltadas para a mudança de base técnica no campo, detalhamentos de orientações relativas a experiências a serem realizadas em diferentes momentos da produção: como preparar o solo, como selecionar sementes, como utilizar instrumento agrícola, até como manusear alimentos na hora de seu preparo. Em todo esse investimento a Extensão Rural teve um papel fundamental⁴. (SOUSA,1993; AGUIAR, 2003)

É nesse sentido, que a trama discursiva que buscamos descrever parece ir se constituindo por muitos fios, os saberes, objetos, espaços, territórios, que compõem o mundo rural em seu processo de transformação. Muitas “verdades” vão sendo produzidas por esses discursos que orientam, sugerem, prescrevem, selecionam; isto, além de definir as formas como se devia produzir, também vai dando forma ao um modo de ser e de agir de agricultores e trabalhadores rurais.

O espaço rural tornou-se um objeto minucioso de controle e, nesse sentido procuramos apresentar alguns mecanismos e como funcionaram alguns investimentos de poder que contribuíram para tal fato. Em tais discursos houve a preocupação em (re) ordenar o espaço rural, organizar a produção, distribuindo trabalhadores em lugares precisos para efetuar o trabalho, ensinando, entre outras coisas, novas técnicas relativas ao trabalho agrícola.

⁴ Como foge dos objetivos deste trabalho, não vamos entrar na discussão sobre o investimento em educação que foi necessário para mudar a mentalidade rural. Os cursos de extensão rural são exemplos claros. Todo um currículo foi organizado para atender a essa exigência: da formação de uma nova identidade rural, distinta do atraso, com práticas modernas de produzir.

Diferentes formas de planejamento davam conta de organizar os tempos, as atividades, compondo um arranjo que controlava a todos e cada um. Tais investimentos se dirigiam ao espaço rural como um todo e deram conta de ajustar a produtores e trabalhadores ao aparelho de produção. Por meio desse aparelhamento, disciplinamento e ordenamento de tempos e de espaços foi possível produzir o espaço rural moderno.

Assim, novos territórios e novas territorialidades são criados. Os discursos multiplicam enunciados tais como: valorizar a agricultura, ter maior produtividade agrícola, conhecer o meio físico e social, registrar e documentar, consumir e modernizar-se. A partir da realização de um trabalho intenso e detalhado de outros mecanismos que complementava a ação do governo e da EMBRAPA na condução da mudança nas formas de produção da agricultura.

A título de exemplificação, basta acompanharmos a formação dos pesquisadores e difusores de tecnologia da empresa que, segundo Corrales (2003, p. 68) “sob as bases estabelecidas nos modelos produtivista e conservacionista, que ainda representam referenciais dos seus valores e orientam suas atitudes como cientistas.”

O autor afirma que ao analisar os currículos dos cursos universitários de Agronomia e Biologia, formação predominante dos pesquisadores da empresa, verificou a existência de disciplinas pulverizadas em fragmentos dissociados, conteúdos específicos e isolados, com privilégio as conteúdos técnico-produtivo, voltados à eficiência do processo econômico-produtivo do agronegócio.

No que se refere a atuação atual da empresa na direção de pesquisas envolvendo a agroenergia, sua participação foi fundamental para as diretrizes do Plano Nacional de Agroenergia. Da mesma forma que a empresa atuou com pesquisas para o desenvolvimento do Proálcool, iniciado em 1975, em sua primeira fase.

Um novo ciclo iniciou-se com a perspectiva da criação do Proálcool na década de 1970. Para dar suporte a toda expansão criou-se o PLANALSUCAR e a COPERSUCAR. A expansão da cana-de-açúcar por vastas extensões em todo o território nacional era baseada em técnicas agrícolas avançadas, com grandes investimentos em irrigação, pesquisa de variedades genéticas, mecanização do trabalho e uso intensivo de insumos químicos.

O estímulo financeiro, juntamente com o desenvolvimento em pesquisa, possibilitou uma contínua elevação de padrões técnicos e produtividade econômica, tornando o setor agroindustrial brasileiro competitivo internacionalmente com a participação dos interesses do setor canavieiro por meio de suas organizações. Este assunto será discutido no capítulo 2.

No caso da cana-de-açúcar foi criado o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) que beneficiou-se de parte dos recursos do fundo especial de exportação (PINAZZA, 1991). A partir de então, segundo o autor, tecnologias foram disponibilizadas em escala nacional, originárias fundamentalmente do PLANALSUCAR e, em São Paulo, a COPERSUCAR atendeu a demanda do Estado de São Paulo, embora várias universidades e institutos continuaram a dar sua contribuição técnico-científica ao setor. Ao contrário do contexto geral da agroindústria brasileira naquela época, Graziano da Silva (1985) destaca, como exceção, à agroindústria de açúcar e álcool, o fato de que, em 1970, COPERSUCAR montou, no interior de São Paulo, um centro privado de pesquisa composto de laboratórios, campos experimentais e profissionais altamente qualificados.

De acordo com Graziano da Silva (1985), a COPERSUCAR precisava investir em tecnologia com a finalidade de buscar a competitividade do setor de açúcar e álcool paulista, tanto em relação à concorrência dos mercados internos e externos com os quais mantinha distinção em relação aos de custos de produção resultantes das inovações tecnológicas e agrônomicas não disponíveis para as outras regiões do País.

De acordo com Guevara (2009, p. 4) “(...) O Centro de Tecnologia da COPERSUCAR (CTC) desenvolvia (...) o estudo de novas variedades e novos processos de produção e mantinha um esquema de assistência técnica voltado para a solução de problemas das 70 usinas e destilarias autônomas associadas (...) à COPERSUCAR.”

Ainda de acordo com o autor a partir da análise de Belik (1985),

(...) em muitos casos, o CTC apenas ajustou e transferiu tecnologias já conhecidas em outros setores produtivos ou no exterior, graças ao constante intercâmbio e presença de consultores estrangeiros. Por outro lado, foram os produtores que definiram a existência dos problemas que eram levados pelos agrônomos que prestam assistência técnica ao CTC. Após o desenvolvimento das pesquisas, os seus

resultados “são repassados gratuitamente a todos os afiliados”. Para aquelas usinas não filiadas à empresa, a nova tecnologia também estava acessível, porém sob contratos de assistência técnica. (GUEVARA, 1999, p.3).

O eixo da modernização do setor sucroalcooleiro a partir de meados dos anos 1980, tem sido a utilização de equipamentos de controle microeletrônico do processo de produção industrial, de softwares de controle da produção agrícola e de novos implementos agrícolas (VIAN, 1997). Segundo o autor as novas tecnologias utilizadas se concentravam nas áreas de gerenciamento de informações (processador de texto, planilha eletrônica, sistema gerenciador de banco de dados) e de gerenciamento de telecomunicações (telefone, radiodifusão e internet).

Para Thomaz Jr (2002), a adoção de novas tecnologias, em partes ou em todo o processo produtivo, a partir das inovações incrementais no plano operacional, bem como, em menor escala, a substituição de equipamentos e maquinários e o conseqüente rearranjo da organização do processo de trabalho é que sustentam ou conformam a diferenciação tecnológica, da estrutura e funcionamento da planta fabril. O setor canavieiro emprega desde tecnologias de ponta até práticas que datam do neolítico, como o uso das queimadas para facilitar a colheita, além de relações de trabalho altamente precarizadas no corte da cana.

A evolução tecnológica do cultivo de cana-de-açúcar é constante, mas diferenciada segundo os interesses e as estratégias das empresas. Por outro lado, também acontecem importantes mudanças tecnológicas em setores agrícolas e industriais que se convertem em importantes concorrentes do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar.

Por outro lado, quando se analisa as políticas públicas ou privadas para o desenvolvimento da atividade canavieira, observa-se que os ciclos de pesquisas com a cana-de-açúcar no Brasil estão associados ao surgimento da sua expansão; ou seja, as motivações em pesquisa são sempre direcionadas pelas exigências da expansão do capitalismo no campo.

Ao desse processo avaliamos que para que as transformações pudessem ocorrer foi necessário também um grande investimento discursivo que propiciou essa mudança, criando as condições para que houvesse a expansão do capitalismo no campo. A

materialidade do discurso se concretiza, nesse sentido, a partir dos resultados não só da incorporação da técnica, do saber científico, mas também da introdução de uma nova dinâmica espacial que cria as bases para a ingerência da lógica de acumulação do capital, conforme veremos com o agronegócio, expressão atual do processo de modernização do campo.

Como desdobramentos de uma prática que direcionou, como vimos, o reordenamento do espaço agrário temos, a partir da década de 1990, no Brasil uma outra face desse processo, agora nomeado como agronegócio. Agronegócio que congrega em torno de seu sentido e significado, várias interpretações.

Da mesma forma que mecanismos, procedimentos, técnicas, foram desenvolvidos para modernizar o campo, hoje, o agronegócio (re)atualiza esse discurso, mas agora, com transformações em curso a partir do início dos anos 1990, marcado pelos processos desencadeados pela globalização econômica com a formação de grandes empresas ligadas ao setor, o fortalecimento e criação de agroindústrias e varejistas, que tem hegemonia na economia, agora mundializada. (ARRUDA, 2007).

1.6. Situando o agronegócio

A globalização, o surgimento e utilização de novas tecnologias, a crise financeira que afeta a produção agrícola, a perda dos instrumentos tradicionais da política agrícola para os mecanismos de mercado e o valor agregado dos produtos agrícolas provocaram as mudanças estruturais que ocorreram nas últimas décadas na agricultura. Essas modificações vão ser responsáveis pela geração de um novo modelo de produção, cunhado como agronegócio.(ARRUDA, 2007)

O termo agronegócio (agribusiness) foi criado em 1957, com a publicação do livro *A Concept of Agribusiness*, de John Davis e Ray Goldberg, ambos professores da Universidade de Harvard (EUA). O ponto principal da publicação de que o campo estaria passando por grandes mudanças resultando numa “revolução tecnológica” baseada em “avanços” na ciência usada na agricultura.

Os autores argumentam que a noção de que a agricultura é uma parte importante da indústria e que já existia há 150 anos, quando os agricultores produziam suas

próprias ferramentas, matérias-primas, combustível, habitação, roupas e eletrodomésticos, além de alimentos.

Atividades como armazenamento, beneficiamento e distribuição foram terceirizadas para outras empresas que passaram a produzir produtos industriais utilizados nesse modelo de lavoura, como tratores, caminhões, combustíveis, fertilizantes, alimentos, defensivos, entre outros. Conforme Arruda, (2007) para Davis e Goldberg,

(...) o *agribusiness* compõe a soma total das operações associadas à produção e distribuição de consumos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e dos itens derivados. (ARRUDA, 2007, p. 4)

Davis e Goldberg já haviam apontado a relação entre atividades agrícolas, indústria e serviços, mas Goldberg expandiu essa ideia a partir da publicação de seu livro *Agribusiness Commodity System*. Tudo gira em torno da produção, processamento e marketing de um determinado produto agrícola, com a participação de todos os envolvidos, incluindo governo, mercados futuros e associações comerciais. A partir daí surgiram outros termos como, por exemplo *filière* cunhado por Malassis. do *Institut Agronomique Méditerranée – IMM*, de Montpellier. (ARRUDA, 2007).

A partir das teorias desenvolvidas por Montpellier (*filière*) e Goldberg (*agribusiness*), Graziano da Silva (1998), analisa que estes reformularam como a produção da agricultura se encaixaria na economia moderna. Nesse sentido, seria a forma como as funções da agricultura começaram a ser assumidas pela indústria, fazendo com que a agricultura fosse perdendo seu predomínio pelas forma modernas de produzir. Em outras palavras, esses conceitos procuram explicar a lei do declínio secular da importância da agricultura na economia, à medida que ocorre a transferência de funções para outros ramos. Essa transferência histórica sobreposta à agricultura moderna e ao domínio da agroindústria acima das atividades rurais e agrárias. (ARRUDA, 2007, p.4-5)

Arruda (2007), afirma que o agronegócio comparece nas pesquisas brasileiras a partir da década de 1980, e ganha visibilidade com o trabalho pioneiro de Ney Bitencurt, com a publicação, em 1990, da obra *Complexo Agroindustrial: o agrobusiness brasileiro*. Também é desse período a criação da Associação Brasileira de

Agrobusiness. Ambos marcam, no Brasil, a vinculação do conceito de agronegócio vinculado ao “termo Complexo Agroindustrial”.

No Brasil, o termo agronegócio pode ser considerado polissêmico, uma vez que é associado aos termos de Complexo Agroindustrial com repercussões no conceito de *agribusiness* e de Sistema Agroalimentar formulados a partir de Malassis, com algumas variações em sua forma de abordagem.

A partir de 1980 e início dos anos de 1990, autores com diferenças tanto profissionais quanto em filiações teóricas e ideológicas iniciam a substituição do termo “agricultura (ou agropecuária) moderna” por “agroindústria” e os CAI (Complexos Agroindustriais) passam ser utilizados (Graziano da Silva, 1991; Kageyama et al., 1990; Muller, 1981 e 1982, entre outros). A intenção era apontar a integração agricultura-indústria pelas “duas pontas”: insumos e produtos, expressão que adotaria a “industrialização da agricultura” (Graziano da Silva, 1995). (Cf. ARRUDA, 2007).

O Complexo Agroindustrial é um intrincado conjunto de atividades que envolvem a produção e a transformação de produtos agropecuários. Trata-se de uma análise sistêmica do processo socioeconômico que engloba desde a geração até o beneficiamento e a transformação desses produtos, passando pela produção de bens industriais para a agricultura e pelos serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes. Além disso, também inclui os diversos grupos sociais envolvidos nesse contexto. (ARRUDA, 2007, p. 6).

Desta forma, o CAI, para Muller (1989) e Delgado (1985) é analisado a partir de uma abordagem “intersetorial” agricultura-indústria e não somente a partir da integração tecno-produtiva, “(...) já que a modernização que passa a conformar a agricultura compõe o fator que imprime maior agilidade ao processo e prepara a base do desenvolvimento capitalista.” (ARRUDA, 2007, p. 6).

De acordo com o estudo de Muller (1987), é possível observar que a agricultura foi dominada pelo capital de maneira gradual, inicialmente através das vias de circulação e posteriormente através do seu modo de produzir. Nesse sentido, o espaço agrícola passou a ser visto não somente como um setor funcionalmente conectado a outros setores de economia, mas sim integrado à dinâmica do capital financeiro e industrial, resultando em uma alteração da base tecno-econômica. Foi o capital

financeiro que permitiu a industrialização no campo e sustentou o novo desenvolvimento desigual e combinado. (ARRUDA, 2007, p. 6).

Já nos de 1990, o conceito de Complexo Agroindustrial passou a ser questionado como ferramenta em capacidade de análise em relação à dinâmica da agricultura, a partir da redução da participação do estado no que se refere aos investimentos e estímulos ao setor.

E, nesse sentido, abre espaço para investimentos de capitais privados interessados em atividades agroindustriais. À medida que o papel da intervenção estatal diminui, as possibilidades de desenvolvimento de estratégias de negócios se expandem e se fortalecem, incluindo as diferentes oportunidades criadas pela aplicação de novas tecnologias. (MAZZALI, 2000, apud ARRUDA, 2007). Assim que,

Rompe-se o ‘tripé’ que sustentara a modernização conservadora com a crise do Estado que deixa de ser o indutor do crescimento e da economia, e o tecido social aflora em sua complexidade. Novas parcerias entram em cena associadas aos vetores de transformação cuja organização, em redes, é indicativa da estrutura transicional do Estado e do território no país. (BECKER, 1997, p. 06, Apud ARRUDA, 2007, p. 6).

Para Arruda (2007), apesar do estado ter seu papel diminuído no que se refere aos estímulos à produção isso não faz com esteja fora dos interesses do mercado, uma vez que continua, por meio de políticas de concessão de terras, taxaço de juros, a criação de subsídios para importação e exportação etc., evidenciam sua participação. (ARRUDA, 2007, p. 7). De acordo com Harvey (2004b, p. 80, Apud ARRUDA, 2007, p. 7) o Estado,

(...) tem usado os seus poderes não apenas para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas, mas também, para adquirir e privatizar ativos como a base de acumulação do capital. O poder político, o governo territorializado e a administração se constituem numa variedade de escalas geográficas e compõem um conjunto hierarquicamente organizado de ambientes politicamente carregados no âmbito dos quais ocorrem os processos moleculares de acumulação do capital.

A incorporação da ciência e da técnica, também aparecem como novos elementos para uso do capital e produziram mudanças no Complexo Agroindustrial . (ARRUDA, 2007).

O desenvolvimento técnico-científico-informacional e a racionalidade econômica têm gerado uma revolução no setor agropecuário. De acordo com Santos (1997), essa mudança de paradigma tem impactado tanto a organização técnica, corporativa e social das empresas agropecuárias quanto os padrões de demanda, distribuição e consumo. Tudo isso tem como objetivo alcançar a integração competitiva no mercado mundial. O que era antes um setor tradicional, está sendo reinventado para alcançar um novo patamar de eficiência e produtividade. (ARRUDA, 2007, p. 8)

Da mesma forma que tanto os avanços tecnológicos, científicos e informacionais, impactaram e influenciaram mudanças profundas no espaço rural também essa produção de saber, as informações geradas sentaram as bases para a criação de uma economia comercial que viria a ser o agronegócio.

Com sua rede intrincada e interdependente, essa indústria efetivamente elevou o panorama produtivo e os lucros inerentes a ela. É evidente que este processo evidencia a expansão global do capital, impulsionado pela necessidade de produção de maior valor e expansão além das fronteiras nacionais. (ARRUDA, 2007, p. 8)

A propriedade agrícola, influenciada pelo modelo capitalista, busca incorporar cada vez mais ganhos em capital e aportes científicos em sua produção, estrategicamente disfarçando o processo para diminuir a quantidade de trabalho envolvido. Essa conduta gera uma estreita combinação entre produtos, bens e serviços relacionados à circulação unificada do capital, transformando a propriedade da terra em novas formas de produção.

O agronegócio, por sua vez, enquadra a produção agrícola em um amplo sistema de commodities, cuja lógica é impulsionada pelo processo de acumulação de capital, em sua articulação ao mundo glamouroso dos grandes negócios. (ARRUDA, 2007).

Nessa forma de economia, evidencia-se a preservação de elementos da acumulação primitiva, tal como descrita por Marx em 1974, como a expulsão de comunidades camponesas e a criação de uma classe proletária desprovida de terras, dentre outras. É por isso que pensadores como Oliveira (2003; 2005, Fernandes (2004) e Stédile (2005) argumentam que o agronegócio apresenta traços ideológicos que

disfarçam as contradições oriundas do processo de territorialização do capital no interior do campo brasileiro (ARRUDA, 2007, p. 9).

O agronegócio brasileiro está associado ao modelo econômico que inclui toda a cadeia produtiva, de base agrícola, alterando sua lógica de produção de forma a produzir em grandes áreas modernas de monoculturas para a exportação se utilizando de pouca mão de obra, além do uso intensivo de tecnologias e maquinários modernos.

As implicações desse processo são perceptíveis nos altos índices de produtividade, com aumento do PIB da agricultura ocasionando, ainda, a expansão de áreas de produção para exportação, com atenção para os interesses das corporações agroalimentares (THOMAZ JR, 2009), segundo a lógica do mercado globalizado. (ARRUDA, 2007, p.9).

Essa lógica expansionista demonstrada pela elevação do PIB do agronegócio e pela importância que ele assume no mercado externo reflete em realidade a inserção do território brasileiro na lógica da economia mundial.(Id, 2007, 10).

Situado no contexto de reestruturação produtiva no espaço agrário cuja expressão reflete o agronegócio, uma face do capital industrial e financeiro, o Brasil passa a ter seu território organizado e estruturado para sustentar uma demanda cada vez mais crescente pela incorporação de terras para o cultivo, de lucros, mas, ao mesmo tempo, carregando as contradições inerentes ao processo de reprodução do capital. (ARRUDA, 2007).

Conceitualmente pode-se dizer que o agronegócio é tributário da tradição da teoria econômica neoclássica representando “um agregado de subsistemas interrelacionados por fluxos de troca” (GRAZIANO SILVA, 1998, p. 67).

O que significa dizer que na modernidade capitalista, a prática agrícola é dependente de um setor econômico responsável por fornecer bens de produção, como a indústria de maquinários, implementos agrícolas e insumos, e de um setor que passa beneficia os produtos agrícolas nos moldes como a agroindústria.

São esses mecanismos que evidenciam as articulações em torno de uma série de atividades propiciando a integração entre os setores que o tangenciam como o financeiro, comercial e de serviços.

Quando se fala em agronegócio, portanto, se está referindo a um processo econômico, histórico, social, que vincula e subordina atividades tradicionais da agricultura a outros setores da economia.

Nesse sentido, o termo remete não apenas a agentes econômicos, mas a uma multiplicidade de atores que participam desse processo integrador: agricultores, fabricantes de máquinas, implementos e insumos agrícolas, transformadores da produção agropecuária, bancos, Estado, comerciantes, distribuidores, transportadores, armazenadores e outros.

Portanto, conceitualmente “se refere a um sistema que integra diferentes atividades econômicas tendo como eixo articulador a agropecuária. Essa atividade agropecuária, por sua vez, incorpora diferentes formas de produção”. (CAUME, 2009).

E por forma de produção nos apoiamos na fundamentação e contribuição da economia política marxista, que adota o trabalho como princípio ontológico que rege o mundo social, isto é, o que define as condições ou a essência de um empreendimento econômico são as relações sociais ‘urdidas’ no processo de produção de bens.

Articulamos, também, o agronegócio enquanto discurso, já que se refere a um conjunto de relações que o tornaram um campo de conhecimento com práticas específicas. E para entendermos o agronegócio como discurso não se deve ter os olhos atentos apenas para a forma como seus elementos foram gradativamente elaborados e para o surgimento de novos aspectos e organizações a eles vinculados, mas também para um *sistema de relações* que a partir dele se estabeleceu.

É nesse sentido que entendemos o agronegócio como um discurso, isto é, como uma prática, um funcionamento aliado a uma rede de dispositivos sociais, econômicos e que tem seus efeitos materializados nos territórios.

A conceituação de discurso como prática social sublinha a idéia de que o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder e há duplo e mútuo condicionamento entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas, embora permaneça a idéia de que o discurso seria constitutivo da realidade e produziria, como o poder, inúmeros saberes.

Esse discurso, que passa por verdadeiro e que veicula saber – o saber institucional – é gerador de poder. A geração desse discurso, gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e distribuída por determinados procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder. (FISCHER, 2001, p. 199).

Assim, entender o agronegócio também como uma prática discursiva, num primeiro momento, significa dizer que este traz em sua concepção um conjunto de regras, de procedimentos que são baseados na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção agrícola, propiciando transformações econômicas e, num segundo momento que este não promove apenas uma mudança econômica: altera drasticamente as políticas, sociais e a organização do trabalho nos lugares.

Produz novos arranjos, portanto, não só da ordem econômica, mas reconfigura lugares, territórios. Assim, o conceito de agronegócio deixa de ser apenas, um conceito ligado aos aspectos econômicos, assumindo uma feição de uma economia mundializada com desdobramentos nas relações sociais de produção.

Da mesma forma que discutimos anteriormente sobre a forma como o discurso da modernização da agricultura, nas décadas de 1960/70, alterou a base técnica de produção, mas também alterou as relações sociais de produção, transformando modos de vida, formas tradicionais de produzir ao inserir mudanças de hábitos de consumo, de trabalho etc.

A incorporação de métodos modernos de produzir, baseados na ciência, envolveu uma mudança de ordem interna, de aspectos bastante subjetivos, pois como se explica vencer a resistência dos grandes proprietários de terras, das mudanças de formas tradicionais para a atividade empresarial no campo, ou da mudança do que Bruno (1997) reporta como *ethos*, o “nós, os empresários rurais”?

O desenvolvimento de métodos científicos, portanto de um conjunto de relações, para a realização da produção agrícola, visando o aumento de produtividade e a redução de custos, aperfeiçoou e expandiu seu processo produtivo, induzindo a importantes progressos técnicos, que foram fundamentais para imprimir inovações às forças produtivas.

Com a pesquisa tecnológica foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados nesta atividade, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo novas possibilidades à realização da mais-valia mundializada, por meio de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos.

A estruturação histórica do agronegócio brasileiro só efetivamente se consolidou quando o setor agropecuário se integrou aos demais setores da economia, tornando-se um mercado de bens de consumo e de capital fornecidos pela indústria. Foi essa a principal consequência de nosso processo de “modernização conservadora”: transformou a estrutura de produção agropecuária através da radical modificação tanto da base técnica de produção, quanto das relações de trabalho.

Há, portanto, um conjunto de regularidades que conferem homogeneidade e coerência ao agronegócio em seu enfoque modernizante enquanto discurso, conforme nos referimos acima. Entre os pilares que o sustentam está a defesa de um padrão de exploração moderno, comprometido com a expansão ilimitada da produção e da produtividade.

Seu princípio organizador tem por contradição um padrão de exploração totalmente oposto, qual seja, a que funciona em tempo parcial, incapaz, em última instância, de assegurar uma ocupação plena da força de trabalho, de responder aos imperativos do mercado e de incorporar integralmente as inovações tecnológicas.

Na percepção de Foucault (2000), como enfocado, o discurso é concebido como resultado do encontro entre um sujeito enunciativo, um momento histórico e um lugar determinado. No nosso caso, o discurso da modernização ostenta sinais evidentes de um tempo histórico, de atores sociopolíticos e circunstâncias facilmente reconhecíveis em face de suas implicações e do sistema de relações que lhes correspondem.

Quando aludimos à formação discursiva não nos estamos referindo imediatamente a uma teoria científica, mas a acontecimentos históricos e eventos linguísticos que encerram processos concretos, práticas, concepções e estratégias. Ao falar de modernização agrícola poder-se-ia evocar um sistema de dispersão de que fazem parte enunciados formulados por instâncias diversas, os quais inexistem fora de seu tempo.

É dentro desse sistema de dispersão que historicamente é modelado o discurso da modernização, apregoado pelas instituições públicas, organizações socioprofissionais e uma gama de atores sociais, cujas regras de formação são bastante definidas. Alguns exemplos são suficientes para ilustrar a natureza dos enunciados que conformam a modernização enquanto formação discursiva.

Quando falamos de produtividade, especialização, ingresso de divisas, ganhos à escala, complexo agroindustrial, cadeias agroalimentares estamos referindo a uma classe de objetos e eventos linguísticos facilmente identificáveis e inter-relacionados.

O conceito de agronegócio não é visto como um objeto natural e imutável, que apenas espera pela descoberta da ciência. Ao invés disso, reconhecemos que sua emergência como tema central de conhecimento e políticas públicas ocorre em virtude da junção de diversas áreas de conhecimento – economia, sociologia e administração – que contribuíram para o entendimento sobre o objeto científico *agronegócio* e que pode ser problematizado a partir de uma formação discursiva com conexões e racionalidades políticas e econômicas da modernização da agricultura⁵.

Foi em torno de um conjunto de relações, de procedimentos, de técnicas, que se definiu o campo a partir do qual o agronegócio passou a operar. Além de permitir a criação de objetos, conceitos e estratégias as quais rearranjaram o espaço agrário aos moldes das exigências do capital.

Os aspectos centrais no desencadeamento de mudanças nos padrões produtivos tradicionais são considerados aqui como componentes do discurso do desenvolvimento que sustenta o agronegócio, conforme discutimos inicialmente.

Assim, de um lado foi-se colocando questões centrais para o capital, como o avanço tecnológico, recursos, industrialização e desenvolvimento agrícola, estrutura agrária, comércio; e também investimento na questão cultural, como por exemplo, a difusão dos valores modernos, que dependia de investimentos em educação e em pesquisa.

⁵ A esse respeito a criação de cursos voltados para extensão rural foi uma importante estratégia utilizada para a incorporação do discurso da necessidade de modernização das práticas agrícolas. Outra estratégia foi o investimento em pesquisa, nesse sentido a criação da Embrapa foi fundamental.

Nesse sentido estava em preparação o caminho para que a modernização da agricultura passasse a funcionar como aspecto central de uma estratégia política, econômica de controle e dominação que marcou profundamente o espaço agrário nacional.

A realização da análise da expansão do agronegócio é uma tarefa que implica avaliar a estrutura e o movimento de mundialização do capital que se territorializa nas formas e modalidades mais complexas e antagônicas, tanto no campo quanto na cidade.

Com o intuito de entender a complexidade que apresenta a expansão do agronegócio, particularmente o canavieiro, tornou-se necessário (re)avaliar a concepção neoclássica do agronegócio sob a ótica do método marxista como instrumento imprescindível para desvendar as contradições decorrentes do processo. Mas também buscar apreendê-lo pela ótica da construção dos discursos que têm na modernização da agricultura seu corolário.

A formulação que desenvolvemos busca situar na compreensão do agronegócio enquanto *formação discursiva*, ao qual está articulada à noção correspondente de modernização da agricultura. Buscamos destacar essa forma de compreender a complexidade destes temas como forma de inspirar novas reflexões.

O agronegócio representa um discurso que busca legitimar-se na atualidade, apoiado em novos conceitos do ponto de vista da regulação das atividades sócio-econômicas que afetam o espaço e os territórios. No plano acadêmico e sócio-político, permite compreender a dimensão que esse debate alcança na primeira década desse milênio.

1.7. Agronegócio e as estratégias de acumulação de capital

O agronegócio, conforme Arruda (2007), é responsável pelas alterações tanto na forma como na organização da produção da agricultura, nas formas de ser e pensar o trabalho agrícola, na “integração” entre a agricultura e indústria representando, portanto, um novo patamar dos processos de acumulação, portanto do capitalismo no campo. (Harvey (2003, Apud ARRUDA, 2007). Segundo a autora (2007, p.17) em acordo com Harvey (2003),

(...) a sobreacumulação em um determinado sistema territorial, que representa a ordenação espaço-temporal, é uma condição de excedentes de trabalho e de capital que poderão ser absorvidos pelo deslocamento temporal, o qual poderá acontecer por meio de investimentos em projetos de capital de longo prazo, pelos deslocamentos espaciais mediante abertura de novos mercados, de novos arranjos e competências produtivos e novas possibilidades de recursos sociais e de trabalho em outros lugares.

Nessa direção a compreensão desse processo passa, necessariamente, por uma leitura desse processo em que as transformações do campo brasileiro, a partir do século XX, o colocam na lógica global da produção e reprodução capitalista inaugurando uma “nova fase imperialista, em que se dá a reconfiguração do espaço por meio do capital, tanto no plano econômico, quanto no plano social e político”(ARRUDA, 2007, p. 17).

A reestruturação produtiva da agricultura chega ao espaço agrário, mediante a flexibilização do espaço agrário na difusão dos sistemas de técnicas e objetos típicos do período técnico-científico-informacional do sistema capitalista (SANTOS, 2000). A aceleração nas dinâmicas socioespaciais intensifica-se com o advento da modernização da produção agrícola e industrial, pela expansão do comércio e dos serviços.

As inovações tecnológicas produziram novas de produção alterando as relações no espaço geográfico. Isso resulta na emergência do que se passou recentemente a denominar por agricultura científica, mas que se inicia com a passagem da fase dos complexos agroexportadores para a dos Complexos Agroindustriais (CAIs) (SILVA, 1996) e toda a modernização característica da hegemonização da economia do agronegócio. (ARRUDA, 2007).

As mudanças decorrentes da modernização capitalista e a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) representam um desenvolvimento econômico e social desigual no capitalismo, caracterizado por disparidades territoriais entre regiões altamente dinâmicas e inseridas no mercado e outras extremamente atrasadas. Nesse contexto, o complexo agroindustrial que se apresenta sob a forma do circuito espacial da produção é um resultado da eficiência do capital na reprodução do espaço geográfico, visando à acumulação de capital e à manutenção das relações capitalistas de produção. (ARRUDA, 2007, p. 17).

Assim, o complexo agroindustrial evolui, liderado por poderosas corporações agroindustriais em rede, novas formas de integração econômica e social surgem no cenário rural. São desenvolvidos produtos mais complexos, diferenciados, específicos e de valor agregado elevado, o que demanda a construção de vantagens competitivas por meio da presença de novos agentes econômicos estratégicos. Nesse sentido, novas estratégias organizacionais empresariais são criadas com o objetivo de aumentar a produtividade e utilizar os fatores de produção de maneira cada vez mais eficiente, principalmente com o auxílio da tecnologia e da difusão da inovação. (ARRUDA, 2007, p.17).

Assim que o setor agroindustrial passa por uma evolução, com a atuação das grandes corporações empresariais trabalhando em rede e promovendo integração econômica e social nas áreas rurais. Uma mudança importante é a produção de itens mais complexos, específicos e com alto valor agregado, requerendo a criação de vantagens competitivas por meio da chegada de novos agentes estratégicos. Com isso, novas estratégias organizacionais empresariais são criadas para aumentar a produtividade e utilizar de forma eficiente os fatores de produção, com destaque para o uso da tecnologia e a adoção de inovações. (ARRUDA, 2007, p.17).

A partir da introdução do capitalismo no campo, instala-se novo modelo de dominação do capital privado reestruturando as relações de produção para atender a lógica de um mercado cada vez mais globalizado que afeta as relações sociais de produção e introduzindo “a *commoditização* agrícola, com destaque, portanto, à ampliação dos negócios oriundos das atividades agrárias.” (ARRUDA, 2007, p. 18-19).

Nesse sentido, nas áreas onde a agricultura é *commoditizada* e tecnificada, a lógica espacial impõe uma nova dinâmica e produtividade. Esse fenômeno é caracterizado pela presença de empresas especializadas em exportação e importação, como as Trading Companies, bem como por grupos que se beneficiam da densidade técnica-informacional no espaço. Nessas regiões, o monopólio das grandes propriedades territoriais é crucial para a reprodução do capital, com todas as suas particularidades no processo de produção e valorização desse capital. (ARRUDA, 2007, p. 19).

As regiões dinamizadas pelo agronegócio estão articuladas a um processo veloz de rearranjos socioespaciais propiciados pela intensificação da circulação e aumento dos

fluxos de capitais nacionais e internacionais, “(...) possibilitando os investimentos em infraestruturas de transporte, comunicações e serviços.” (ARRUDA, 2007, p. 19).

A atividade agropecuária é intrinsecamente complexa, envolvendo uma série de relações interconectadas que se manifestam na distribuição de bens, na circulação de capital, no domínio e na monopolização das exportações, além da transformação das relações de produção para se adequar às exigências de um mercado global cada vez mais dinâmico. Nesse contexto, a ciência emerge como uma força fundamental, atuando para fomentar a produtividade e a lucratividade do setor.

Conforme Arruda (2007, p.23), o agronegócio é um circuito espacial de produção, no qual os agentes envolvidos mantêm uma interdependência fundamental. É possível observar a eficiência do capital nesse processo, o qual envolve a produção, circulação e consumo de fluxos de mercadorias. Em suma, o agronegócio é resultado da eficiência na gestão do espaço.

Assim, a prática discursiva do agronegócio gestada na lógica do circuito produtivo do setor agrário, no contexto da globalização, ultrapassa dimensão de cadeia produtiva e adquire contornos mais complexos, à medida que integra verticalmente capital, informação, ciência e tecnologia entre os diversos agentes que o compõem. Em torno de um determinado circuito produtivo organizam diferentes agentes econômicos, canais de distribuição, a indústria e os comércios especializados de insumos e fatores de produção. (ARRUDA, 2007).

Com a expansão do processo de reprodução ampliada do capital no setor agrícola por meio da industrialização, aumenta também o fluxo de capital a fim de impulsionar o processo produtivo. Para ter acesso aos meios de produção - terra, insumos, serviços, mão-de-obra -, é preciso investimentos de capital e também na terra, bem como em tecnologia e conhecimento, incluindo assistência técnica e conhecimento científico. Isso permite uma maior integração da agricultura com a economia em geral, contribuindo para a reprodução e acumulação do capital. (ARRUDA, 2007). Esse conhecimento, como veremos adiante, é um investimento de uma prática discursiva, conforme já enunciado.

Conforme Arruda (2007, p. 33) a partir das análises de Kautsky sobre o processo de modernização da agricultura este destacava o movimento da agricultura para o domínio científico, estando sujeita à captura pelos interesses capitalistas. Com o surgimento das escolas agrônomicas e dos cursos de contabilidade, a agricultura moderna passou a depender da racionalidade exigida pela ciência. As grandes explorações conseguiram aplicar essa racionalidade, melhorando a produtividade e os lucros. Novas descobertas em áreas como a mecânica, química e fisiologia, somadas às mudanças econômicas e sociais, ampliaram e aprofundaram o ensino agrônomico. Para gerenciar com eficiência e preservar a riqueza da terra, entrou em cena a contabilidade científica e comercial, estabelecendo uma aliança firme entre a ciência e os negócios⁶.

A partir dessa relação entre ciência e capital há toda uma construção de dispositivos em que a espacialização de um discurso se estrutura e revela que o conhecimento se tornou uma mercadoria valiosa no setor agrícola. A demanda por cursos técnicos e universitários voltados para a agricultura científica e globalizada tem crescido exponencialmente.

De engenharia química a gestão do agronegócio, passando por ciências agrárias, marketing e contabilidade empresarial, uma verdadeira máquina racional e modernizada foi erguida para impulsionar o campo. Todo o saber produzido é direcionado para a aplicação de métodos, técnicas e ferramentas que visem maximizar a rentabilidade dos ativos utilizados na produção agropecuária. (ARRUDA, 2007, p. 33-34)

Conforme já evidenciado em Marx, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, vinculadas ao avanço do conhecimento científico e o incremento das técnicas são fatores impactam no aumento do capital e também refletem no controle sobre o trabalho; e podem ser observadas no processo de modernização da agricultura.

⁶ Para Kautsky, a trajetória capitalista na agricultura subverte com a ruína de todos os que não têm a sorte de ingressar nas fileiras dos grandes capitalistas. A grande exploração nesse contexto da modernização tecnológica leva vantagem sobre a pequena. Ao lado disso, as vantagens relativas ao crédito e ao comércio contam favoravelmente à grande empresa. Em tese, é a base extensa (criação de animais, melhoramentos infraestruturais, emprego de técnicas e máquinas, oferta de trabalho, razão para o lucro) que faculta superioridade à grande exploração (KAUTSKY, 1980).

Assim, que “(...) a ciência colocada a serviço do capital passa a ser produzida com a finalidade de ampliar o próprio capital, a produção científica, mesmo sendo considerada por Marx como trabalho improdutivo, se torna um ramo de atividade econômica. (HARVEY, 1990, Apud, ARRUDA, 2007, p.37-38).

Nessa direção, a interação entre ciência, tecnologia e produção agrícola é crucial para a alimentação do capitalismo. É sabido que a incorporação de tecnologia no processo produtivo é uma forma de ampliar o capital fixo e, conseqüentemente, aumentar a velocidade de produção e distribuição de mercadorias. Ou seja, o agronegócio com sua poderosa combinação de máquinas e microeletrônica está produzindo cada vez mais mercadorias em tempo recorde, com menos trabalho e maior produtividade. Essa união, por sua vez, também impulsiona o crescimento do capitalismo. (ARRUDA, 2007, p. 38).

A autora afirma ainda, baseada em Santos (1996) que a união da técnica e da ciência fortaleceu a interação entre conhecimento e produção. Com o advento da tecnociência, foi possível aprimorar métodos de estudo e previsão por meio da cibernética, partindo de resultados desejados para estabelecer as causas necessárias. Essa convergência consolida a base material em que se unem as ações e discursos da globalização. (ARRUDA, 2007, p. 38).

Graças à tecnociência, a realidade é modificada por meio do processamento de informações e os conceitos de espaço e tempo são modificados em resposta aos interesses do capital. (ARRUDA, 2007). “(...)Para o capital interessa fundamentalmente a possibilidade de converter os resultados e os seus procedimentos em quantidades que possam ser apropriadas de acordo com os seus interesses.” (Id, p. 38).

Só para exemplificar como a ciência foi transformada em acordo aos interesses do capital, basta acompanharmos toda a lógica que envolve os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), as pesquisas que envolvem o sequenciamento genético, e sua posterior comercialização, o programa Biota da Fapesp⁷.

⁷Esse programa teve início em 1999, com o objetivo de sistematizar a coleta, organizar e disseminar informações sobre a biodiversidade do Estado de São Paulo.

A junção entre a informação genética e digital na agropecuária, conhecida como bioinformática, comprova que o conhecimento enraizado no capital fixo é menos dependente do tempo e da quantidade de emprego utilizados na produção agrícola. Com a aplicação avançada da tecnologia na produção agrícola, a capacidade do trabalhador começa a ser cada vez mais substituída pela máquina.

A produção e geração de riqueza, portanto, está sendo gerada através do trabalho objetivado como máquina, deixando gradualmente de ser criada pelo trabalho direto do homem. A ação produtiva da maquinaria é de extrema importância no processo produtivo, e só é possível através da mediação tecnológica, ou seja, aplicação da ciência no processo produtivo.(ARRUDA, 2007).

Desse modo tanto o processo de produção como a exploração sobre o trabalho (extração da mais-valia) são manifestações claras da mercadoria. Da mesma forma que estas, compostas pelos valores de uso e troca, incorporam também a mais-valia proveniente da exploração do trabalho. Por isso, as corporações do agronegócio buscam incessantemente pela ampliação da produção, a fim de alcançar uma universalização da mais-valia relativa. (ARRUDA, 2007).

A esse respeito Thomaz Jr (2009, p. 235) afirma que

O caso do agronegócio canavieiro, (...) a demonstração concreta do distanciamento entre crescimento econômico e desenvolvimento, uma vez que o modelo agroindustrial registra elevados patamares de benefícios que se acumulam longe do contingente de trabalhadores que geraram essa riqueza, sendo que, ao longo do tempo, o sistema passa a excluir cada vez mais parcelas crescentes de trabalhadores até mesmo da produção da riqueza, com substituição crescente de trabalho vivo por trabalho morto.

Nas análises de Arruda (2007) sobre a forma como o desenvolvimento técnico-científico-informacional, tem desdobramentos para o aumento da produção este, além de ter impulsionado a produtividade, a modernização agrícola também trouxe consigo um crescimento acelerado do processo de concentração de recursos e, conseqüentemente, de problemas sociais no campo.

Como resultado, houve o desemprego em massa de trabalhadores rurais e uma concentração exacerbada da oferta de matérias-primas nas mãos de poucos capitalistas.

É por esse motivo que podemos constatar a ênfase do aumento na eficiência da mão-de-obra, justificando os indicadores de crescimento econômico do agronegócio. (ARRUDA, 2007, p. 39)

Segundo Thomaz Jr (2009, p. 290),

(...) se a agricultura capitalista referenciada no modelo da modernidade e dos requisitos do agronegócio se expressa tanto na *grandiosidade* das supersafras, como retrata o suporte dos mais elevados coeficientes de concentração da terra e de riquezas do planeta, não é de se espantar a crueza da barbárie imperante. A título de exemplo, poderíamos ressaltar o desemprego rural, que diferentemente do que apregoam os representantes do agronegócio, somente na primeira metade da década de 2000, tem alcançado marcas expressivas.

Com o desenvolvimento da ciência e tecnologia na produção da agricultura, essa nova racionalidade propicia o aumento do controle sobre os processos de trabalho, os quais passam a operar segundo a lógica do capital, cuja exigência incide sobre um tipo de perfil de trabalhadores exige que este opere de acordo com essa racionalidade, ou seja, “trabalhadores qualificados, educados e flexíveis. (...)”, e ao mesmo tempo agrava a exclusão daqueles que não podem participar dos sistemas produtivos. (ARRUDA, 2007, p. 40)

A racionalidade técnica incorporada às formas de produção e gestão da propriedade rural está vinculada à manutenção da propriedade da terra. À medida que a terra auferir tanto renda absoluta e diferencial, fazendo com que os produtores rurais “modernos” adotando a gestão nos moldes desta racionalidade conservarão esta fonte de acumulação e também ampliarão ainda mais “por meio da adoção de novas tecnologias aplicadas à produção.” (ARRUDA, 2007, p. 41).

Assim como o capital por meio das agroindústrias buscam aumentar e expandir mercados seja no setor de insumos e ou na oferta de serviços especializados atuam em instituições de pesquisa tanto por meio de incentivos financeiros como também criaram seus laboratórios de pesquisa. (Id, 2007). Assim que,

O aumento da produção agropecuária está relacionado ao avanço técnico-científico no processo de produção, propiciado pela participação de instituições do setor público e privado na realização de pesquisas científicas com destaque para a Embrapa e a Fundação de Pesquisa do Estado Mato Grosso. A primeira desempenha, conforme destacamos, um papel relevante no processo de modernização do campo e expansão do agronegócio hoje, notadamente pela realização de pesquisas que envolvem programas direcionados para o desenvolvimento de técnicas de correção do solo, da produção animal e vegetal através do melhoramento genético, controle e produção de sementes com alta produtividade, enfim uma variedade de pesquisas que têm orientado as políticas agropecuárias do país, e atualmente, sua participação em pesquisas para o desenvolvimento da agroenergia. E a segunda tem desenvolvido pesquisas e projetos como o Programa de Melhoramento Genético do algodão o para o Cerrado, programa de incentivo à lavoura da soja dentre outros. Essas estratégias tornam evidente o papel do Estado capitalista e de fundações internacionais “sem fim lucrativos” ao viabilizar a acumulação do capital em um determinado setor. (GRAZIANO DA SILVA, 1998)

Na cadeia que envolve o agronegócio são formadas Associações de classe que oferecem informações aos produtores sobre novas tecnologias e mercado (ABAG), entre outras, informações estratégicas sobre questões agrícolas e agroindustriais nas negociações internacionais (ÍCONE), UNICA, maior organização do setor agroenergético, além de serviços oferecidos pelas empresas de diversos ramos da atividade e a promoção e publicidade que compõem a estratégia estimular novos consumos por meio do marketing.

E finalizando, o setor de apoio e de cooperação de infraestrutura especializados de apoio à comercialização que tanto podem ser públicos como privados. Destacam-se como provedores a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), as Centrais de Abastecimento (CEASA) e os serviços de vigilância sanitária – representados pela Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) –, as Delegacias Federais de Agricultura (DIVISA) e as Instituições Estaduais nas respectivas unidades da Federação e universidades públicas e privadas.

Conforme salientamos, a composição atual do espaço agrário vem sofrendo profundas alterações e se manifesta na reestruturação produtiva. Do modo de organização até as formas de produção, distribuição e circulação o campo vem assumindo um perfil homogêneo nas suas formas de produção para atender às exigências do capitalismo global.

1.8. Mundialização, desenvolvimento e discurso

A mundialização do capital, como tendência geral do capitalismo em considerar o espaço como sem fronteiras ou sem barreiras para sua reprodução, tem sido responsável por um re-ordenamento das formas de organização do capital alterando a dinâmica geográfica do capitalismo e vem respondendo pelas principais transformações operadas na produção do espaço geográfico. Originária da crise de acumulação dos anos de 1970 e para responder a essa crise deflagrada nesse período tem-se como estratégia a mundialização do capital, como afirma Chesnais (1999, p. 24),

Esse movimento caracterizou-se, na década de 80, por um claro recuo dos investimentos externos diretos e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, bem como por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio.

Nesse sentido, sendo interpretada como um movimento de financeirização acelerada e crescente da economia mundial e operando de forma desigual para os diferentes agentes; isto é, o capital move-se livremente em busca de novos espaços de valorização, pressionando pela abertura de novos mercados nacionais e pela desregulamentação do trabalho. Entretanto os trabalhadores permanecem restringidos às fronteiras nacionais. Há, por meio da expansão dos domínios financeiros e técnicos produtivos, uma aceleração dos processos de deslocalização e segmentação tanto econômica quanto social (BENKO, 2002; CASTEL, 2000).

Esse movimento de financeirização ao ocasionar profundas transformações nos paradigmas produtivos e nos cenários sociopolíticos em escala internacional, fez com que os Estados nacionais passassem, a partir dos anos 1980, a ser cada vez menos representados como fronteiras defensivas de proteção de territórios politicamente delimitados, passando a ser vistos, nesta conjuntura, como plataformas ofensivas para a economia mundial.

Os capitais financeiros tornaram-se independentes das estruturas produtivas e das regulações políticas em escalas nacionais e os Estados, em contrapartida, passaram a depender, cada vez mais, em função de endividamento, dos mercados privados. Os Estados perderam, portanto, autonomia, pela via da desregulação bancária perdendo também a capacidade de administrar as moedas nacionais (BENKO, 1999). De acordo com Baumgarten (2002, p. 34),

A capacidade de intervenção dos Estados nacionais dá-se no sentido de baixar os custos de produção – modificando a legislação trabalhista –, institucionalizar os ajustes macroeconômicos necessários à livre expansão do capital e impulsionar a revolução técnico-científica, cujos objetivos são mudar o perfil da composição do mundo do trabalho e aumentar sua produtividade (DEL ROIO, 1999).

No que diz respeito às políticas públicas, disseminou-se a crença na racionalidade que decorre dos ajustes de mercado e das negociações efetuadas em espaços de decisão segmentados e, nesse sentido, os mecanismos da mundialização do capital vieram simultaneamente favorecer as inovações técnicas e enfraquecer as organizações sindicais, cimentando as bases de uma modernização crescentemente incapaz de integrar a sociedade.

O que se viu foi um certo discurso hegemônico pretender induzir que os processos históricos passem a ser governados pela própria dinâmica da inovação tecnológica, debilitando as condições de vida da população. (BAUMGARTEN, 2002).

Consolidada a inserção internacional como principal vetor de dinamização econômica, o discurso da competitividade foi sendo enunciado para legitimar o desemprego – considerado como custo social inevitável ou então atribuído à “incompetência” dos trabalhadores ditos dotados de pouca capacidade de “empregabilidade” – e levar à mobilização “guerreira” dos que não perderam seus empregos. (BAUMGARTEN, 2002). Ou como afirma Thomaz Jr (2009, p. 49) “tem-se a (re)criação de um *novo* trabalhador, com novas qualificações e natureza multifuncional (polivalente)”.

A questão deixa de ser a inexistência e a impossibilidade do pleno emprego, e passa a ser a falta de requisitos necessários para se adaptar à nova realidade que se configura. A individualização do problema culpabiliza o trabalhador pela sua situação de desempregado na medida em que o mesmo, se parar de estudar e se reciclar, não terá mais o seu emprego garantido, colocando as negociações coletivas em segundo plano. O indivíduo passa a ser responsável pela sua trajetória de sucesso ou fracasso⁸.

O neoliberalismo integra a racionalidade do governo à ação racional dos indivíduos, em uma clara demonstração da polaridade entre subjetividade e poder.

⁸ A esse respeito basta acompanhar as relações de trabalho no setor canavieiro, em que os trabalhadores são submetidos a uma lógica perversa de e, na maioria das vezes, a ausência de qualificação é a maior justificativa para se submeter a este tipo de ocupação.

Os estudos que priorizam a relação entre Estado e sociedade revelam que o neoliberalismo, não é a redução do Estado ou sua limitação a funções básicas, ao contrário, no modelo neoliberal, o Estado não só retém sua função tradicional, como incorpora novas tarefas e funções.

Desenvolve indiretamente técnicas de controle dos indivíduos sem, no entanto, precisar responsabilizar-se por ele. A estratégia de formar sujeitos responsáveis por si mesmos (e também pelos coletivos, famílias, associações, etc.), transferem a responsabilidade pelos riscos sociais, antes atribuída ao Estado, para a esfera das escolhas individuais.

A aparente “retirada” do Estado, também é uma técnica de governo. A competência regulatória do Estado, é paulatinamente substituída pelo apelo à responsabilidade individual e ao auto-cuidado. A estratégia neoliberal é, portanto, suplementar os antigos mecanismos regulatórios e disciplinares, com o desenvolvimento de técnicas de auto-regulação (LEMKE, 2001). De acordo com Baumgarten (2002, p. 37)

Assim, os Estados nacionais passaram a ser meros espaços comerciais abertos, sendo moldados às dinâmicas das estratégias que vinculam o “nacional” aos processos de mundialização (BENKO, 1999, CHESNAIS, 1999). Nesta perspectiva, observa-se uma inversão nas formas de legitimação dos Estados: enquanto que num determinado período, por exemplo, do desenvolvimentista, a legitimidade era garantida por meio do aumento do gasto público, hoje, as políticas públicas se legitimaram pela redução das despesas, pelo baixo investimento em setores sociais, etc., mas priorizando os investimentos em setores representativos do grande capital, como é o caso da agricultura capitalista.

No que se refere ao agronegócio canavieiro, as estratégias implementadas pelas empresas em resposta a crise, instalada desde a década de 1970, enquadram-se no projeto neoliberal, cuja tônica é o envolvimento e a cooperação do trabalhador, transformando-o num parceiro que interioriza as metas e os objetivos da empresa, desestruturando a organização coletiva do trabalho. Veremos no capítulo 4, as estratégias utilizadas pelas agroindústrias para manter o trabalhador sob controle.

A desqualificação do Estado tem sido “o carro chefe” do discurso neoliberal, no qual se configura o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, na

medida em que esse se torna o promotor da competitividade e o indutor da desregulamentação das relações de trabalho.

O grande capital implementa a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, o acesso ao patrimônio e ao fundo público, com a desregulação sendo apresentada como modernização que valoriza a sociedade civil, liberando-a da tutela do Estado protetor.

Mudanças significativas ocorreram nos setores da economia, com a nova onda tecnológica configurando um novo paradigma de produção industrial. Esse novo paradigma surgiu como uma resposta à crise de acumulação capitalista, estratégia de reorganização da produção e dos mercados, influenciando na organização da sociedade e nas relações entre capital, trabalho e Estado.

Os anos de 1973 a 1983 foram marcados por um período de crise, caracterizado pela instabilidade financeira, e a redução dos preços em relação à produção. Como consequência, surgiram tendências no mercado mundial: inovações tecnológicas, novas formas de organização do trabalho, transformação das estruturas e estratégias empresariais, novas bases de competitividade etc.

O avanço da biotecnologia, conforme já destacado, é um exemplo claro desse processo em que produtos agroindustriais, como a cana-de-açúcar, com sequenciamento genético, produção de variedades que se adaptam a determinados solos e condições climáticas, enfim, é necessário o investimento em muitos planos e pesquisas, para produzir as melhores variedades, as mudas que melhor adaptam às diferentes regiões, país, os fertilizantes, o plantio, a colheitadeira, e seus meios de transporte. Contudo, esse processo que vem acompanhando o mundo moderno não avança em movimento uniforme.

Processo esse que é regido por uma lógica que impacta o mundo do trabalho manifesto na redução do emprego regular e o uso do trabalho parcial, temporário, precário e subcontratado como exigência da atual divisão territorial da produção capitalista.

Como argumenta Thomaz Jr (2009) o controle do trabalho aparece, nesse sentido, como estratégia fundamental para o desenvolvimento de estratégias de acumulação e, nesse contexto, alguns lugares mostram-se bastante atraentes por

oferecerem muito mais facilidades para a implementação de padrões flexíveis e precários de contratação, contribuindo para atender às exigências de um novo modelo de desenvolvimento.

Diante disso, a crise atribuída ao planejamento e aos mecanismos de financiamento do crescimento com distribuição de renda consistiu em uma forma determinada de conduzir o conflito na dinâmica do processo de desenvolvimento. Isto é, o desenvolvimento foi o mecanismo e estratégia de composição de blocos de capital e de organização de mercados.

O desmonte do Estado Keynesiano-fordista veio colocar em novos termos as relações entre as esferas políticas nacionais e internacionais e os processos de produção/gestão/coordenação das crises no “capitalismo mundializado”.

Para Thomaz Jr (2009, p. 48),

É dessa época o marcante processo de fusões, da constituição das Sociedades Anônimas e propriedades por cotas e ações, dos monopólios, cartéis, o que imprimiu novas características ao modo de produzir, tendo à frente a liderança dos EUA. Isso se deu sob rígida referência de um padrão diferencial de desenvolvimento social e econômico entre as nações, daí as expressões *fordismo*, *fordismo periférico*, *sociedade salarial incompleta*, com o apoio explícito das agências multilaterais e de fomento do capitalismo, em nível mundial: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), GATT, depois Organização Mundial do Comércio (OMC). Nessa fase, tem-se, aliada à estruturação da *máquina social de produção*, a conciliação de novas atribuições ao Estado burguês (keynesiano), a passagem para a fase monopolista do capitalismo e a materialização do imperialismo, a consolidação da sociedade salarial e o controle dos trabalhadores. (Grifos do autor).

O autor argumenta ainda que,

[...] essa via se consolidou consorciando, de um lado, a reestruturação produtiva do capital, à base de uma nova revolução tecnológica (informática, microeletrônica e tecnologia de informação – TI), o que apressou e tem intensificado o papel das grandes corporações transnacionais, pela via do aprofundamento da concorrência inter-capitalista (THOMAZ JR, 2009, p. 48)

Nessa mesma direção Oliveira (2009, p. 6) afirma que,

[...] o desenvolvimento do capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial precisa ser entendido como processo de **consolidação dos oligopólios internacionais que deram origem à formação das empresas multinacionais: sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros**. As multinacionais passaram a ser portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo [...] (Grifos do autor).

Neste contexto, uma nova ortodoxia do desenvolvimento incorporou ao longo dos anos 1990 um conjunto de formulações discursivas que procuraram redistribuir legitimidade e poder no que se refere ao governo dos homens e das coisas. A noção de “governança”, adicionada às condições do ajuste liberal dos anos 1980, é uma das mais sugestivas em significados.

Baseada no receituário do Banco Mundial nasce do esforço conceitual de especialistas que buscavam legitimar a ação das agências multilaterais de desenvolvimento em países em que os Estados nacionais afiguravam-se corruptos ou com “baixos índices de governabilidade”.

A questão posta foi: como “auxiliar” o desenvolvimento de países periféricos sem comprometer a soberania política dos seus governos, em respeito aos próprios estatutos do Banco Mundial. A estratégia discursiva encontrada foi a de separar funções propriamente políticas das funções ditas de “governança”, entendidas como referentes à “boa gestão dos recursos de um país”. Ou seja, questões vistas do ponto de vista gerencial e, portanto passíveis de sofrerem ingerência de organismos multilaterais⁹.

Assim como os Estados nacionais incorporaram historicamente as práticas governativas no século XIX, assiste-se, atualmente a uma externalização de algumas dessas práticas, seja pela via das privatizações, seja pela via de uma *discursivização* sobre “parcerias”, “responsabilidade social das empresas”, “desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental” e assim por diante. Tudo de acordo com o lema “uma sociedade que toma em mãos os seus próprios problemas”.

Da mesma forma como se quer fazer acreditar que as reformas de mercado necessariamente geram crescimento, prosperidade, desenvolvimento, difunde-se a ideia de que existe um receituário administrativo autônomo, desvinculado do mundo da política, da estrutura e da alçada do Estado, e que o mesmo é necessário para dar

⁹ Pode-se conferir no documento World Bank, Governance and Development, Washington, 1992, p.1-61.

eficácia aos propósitos enunciados do referido ajuste. Em outras palavras, mais uma vez, os enunciados de crescimento econômico e desenvolvimento, ao longo do tempo e do espaço propiciam a passagem de uma formação à mesma, insinuando outra diversa.

A rápida contextualização e demonstração parcial dessa complexa trama que envolve o processo de reprodução do capital no espaço agrário, representado pelo circuito produtivo do agronegócio, permitem-nos compreender a forma em que o capital atinge na íntegra sua reprodução, rompendo fronteiras, envolvendo todo o espaço e pessoas inserindo-os ao processo de mercantilização criando novas necessidades, transformando tudo em mercadoria.

O circuito produtivo do agronegócio representa a forma mais evidente do capitalismo contemporâneo, cuja manifestação se encontra na ampliação dos circuitos da mercadoria, do capital produtivo, do dinheiro no mesmo ritmo ditado pelos fluxos da financeirização e mundialização do comércio. Na busca da produção e acumulação ampliada de riquezas aumenta-se incessantemente o volume de mercadorias, seja pelo aumento da capacidade de produzi-las, seja pela transformação de bens materiais ou simbólicos em mercadoria.

Como afirma Smith (1988) o capital pressionado pela constante ameaça de superacumulação busca transformar os lugares em mercados para as suas mercadorias, lugar de consumo. É nesse contexto de ordenamento espaço-temporal do capitalismo que nações inteiras, regiões são requisitadas à adoção de modelos produtivos que atendam à lógica do mercado mundial, mediante a produção de novas mercadorias, de novas formas de produzi e consumir.

E, nesse contexto, os discursos sobre as novas formas de produção de agroenergia, conforme veremos, têm feito com que o território brasileiro passe a se constituir para atender à lógica de uma economia globalizada a partir de arranjos territoriais evidenciados na expansão do agronegócio da cana-de-açúcar, da soja, do eucalipto, etc.

Entretanto, esse modelo, conforme assinalamos anteriormente, tem fundamento ou sua institucionalização a partir do processo de modernização fortemente ancorado nos discursos de desenvolvimento econômico elaborados para os países considerados

pobres. Concomitantemente ao debate político internacional, no nível nacional instaura-se o processo de territorialização da produção de agrocombustíveis abrindo espaço para a expansão do agronegócio da cana-de-açúcar.

Tendo em vista a perspectiva do discurso, trataremos no próximo capítulo a territorialização do capital a partir da expansão da atividade canavieira. O avanço da cana-de-açúcar se deu e tem se dado a partir de um contexto em que se entrelaçam discursos econômicos, políticos e científicos numa relação de simbiose com o capital e que têm (re)configurado o espaço agrário na lógica de acumulação do capital e transformando a agroenergia numa nova frente do agronegócio. O enunciado “ a energia que se planta” tem sido a base de um discurso em que o papel da agricultura se (re)define diante da economia globalizada.

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2 - OS NOVOS (RE)ARRANJOS NO ESPAÇO AGRÁRIO NACIONAL E A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

Introdução

Discutimos no capítulo anterior a articulação entre o processo de modernização da agricultura, desenvolvimento e agronegócio. A compreensão de que o agronegócio é também uma prática discursiva que vem sendo constituída a partir das transformações da agricultura brasileira, particularmente desde seu processo de modernização. Nesse sentido, é um discurso que tem aliado as próprias mudanças ocorridas com a Revolução Verde, na década de 1960-70, com a introdução dos pacotes tecnológicos para a agricultura, que intensifica o capitalismo no campo com profundas alterações nas suas relações de produção e nas relações sociais.

Estas mudanças foram dirigidas pelo poder público em um consenso relativo na implementação de políticas públicas, instrumentalizadas por agentes inseridos em uma "comunidade epistêmica" (EMBRAPA), um grupo com posição intelectual semelhante, composto por profissionais afeitos a pensamentos sociopolíticos comuns e compartilhados.

Evidentemente, existem correntes em disputa, mas um pano de fundo prevalece, principalmente quando o objetivo no Estado é um pacto de dominação. Esta fonte autoritária da tradição política brasileira — apesar de às vezes parecer esquecida ou relegada ao passado — ainda se afirma nos expedientes técnico-burocráticos e nas intervenções governamentais. As políticas públicas são elaboradas a partir da formulação de um conjunto de saberes sociais e agronômicos associados ao pensamento científico moderno, com suas práticas interventivas, as quais se complementam formando uma cadeia de observação, apreensão e explicação dos fenômenos cabíveis às estratégias de desenvolvimento.

Nesse contexto a atual (re)configuração do espaço agrário nacional, por meio da atividade canavieira, tem se fundamentado no discurso do agronegócio que se aponta como um modelo de desenvolvimento econômico gerador de emprego e renda, o que

evidencia e dissimula uma prática histórica da agricultura capitalista que o faz por meio da exclusão exacerbando desigualdades sociais, concentração de riqueza, de terra, de renda e de poder. (VALERIE et al, 2009). Diante de um cenário mundial de crises financeira, alimentar, energética e climática, o Brasil se coloca em evidência ao lançar uma campanha agressiva em defesa da sustentabilidade da agroenergia, do etanol, em particular. É neste contexto que se insere a discussão sobre a introdução dos agrocombustíveis na matriz energética brasileira. Conforme apontam Vianna et al (2007), a literatura científica e de divulgação internacional especializada tem colocado ênfase na discussão sobre a produção agroenergética como forma de redução das emissões de gases de efeito estufa, particularmente das emissões de veículos. Por sua vez, a introdução dos agrocombustíveis na matriz energética brasileira está centrada em um conjunto de argumentos que cobrem desde as dimensões da inclusão social e da organização dos agricultores, até manifestações implícitas de interesses corporativistas setoriais, passando pelas questões ambientais e territoriais.

O presente capítulo tem como objetivo realizar algumas reflexões sobre as transformações socioespaciais decorrentes do agronegócio, em especial o canavieiro, no território nacional buscando evidenciar a lógica contraditória intrínseca e as novas territorialidades rurais construídas no processo de produção espacial. Tarefa essa que implica analisar como o agronegócio produz e (re)produz o território, segundo a lógica de (re)produção ampliada do capital, sem perder de vista que essa (re)produção se deu num contexto de apropriação dos discursos da finitude dos combustíveis fósseis e das ameaças climáticas.

Com a expansão dessa atividade, o espaço agrário é (re)dimensionado pelo agronegócio passando por uma reorganização da produção decorrente da sua inserção ordem econômica mundial com a presença de corporações e empresas agroindustriais integradas nesse processo. O capital assume o protagonismo nos processos de redefinição dos territórios brasileiros a partir dessa inserção atuando no sentido de garantir o monopólio da produção sobre estes territórios e, ao mesmo tempo, dotando-os da lógica financeirizada internacional com o apoio do Estado.

O Estado brasileiro, historicamente, sempre atuou com a elaboração de programas diversos de desenvolvimento para a agricultura. Sempre tratou, na maioria

dos casos, em programas setoriais, os quais não propiciaram o desenvolvimento rural no país. As políticas públicas direcionadas ao espaço rural, a exemplo do Proálcool e, atualmente, do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, do Plano Nacional de Agroenergia, que traçam diretrizes para a matriz energética nacional, são evidências da continuidade do modelo de desenvolvimento anterior. Em consonância com uma determinada racionalidade o governo brasileiro vem mantendo uma política agressiva de incentivos para a produção de álcool combustível (etanol), garantida pelo discurso da “sustentabilidade” do modelo nacional.

Nesse sentido, um dos argumentos desenvolvidos na tese é que a crise energética internacional que eclodiu na década de 1970, representou uma ocasião, não só de mudança paradigmática no campo da energia, como também para o incremento do discurso do desenvolvimento do país redundando na expansão do agronegócio canavieiro. Apesar de apenas recentemente, a partir de 2006, terem sido intensificados os debates sobre uma real mudança paradigmática no campo da energia, foi nessa época que começou a ficar claro que tal mudança viria a ser necessária num curto espaço de tempo – passando de tecnologias dependentes de combustíveis fósseis e, portanto, escassos, para rotas tecnológicas calcadas em fontes renováveis. O que nos impele a afirmar que no que diz respeito aos setores vinculados a agroenergia, os maiores beneficiários têm sido grupos econômicos que, ao molde do Proálcool, dispõem de poder político e de estrutura organizacional capaz de colocar o aparato do Estado à disposição de seus interesses e, nesse sentido, se apropriam de um discurso (crise energética) e implementam um negócio bastante lucrativo propiciando a expansão do processo de acumulação do capital.

2.1 Do IAA ao Proálcool

A agroindústria canavieira, no Brasil, sempre esteve sujeita ao intervencionismo estatal, ainda mais acentuado nos de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). De acordo com Paulillo et all (2007, p. 27),

(...) o produtor da agroindústria canavieira passou a estar sujeito a uma série de arranjos institucionais que ligavam os interesses organizados do setor – sobretudo os do Nordeste – com as estruturas

de decisão do Estado. Esse arranjo institucional, por um lado, proporcionava ao produtor, seja de que região fosse, um certo paradigma subvencionista como modelo de sobrevivência.

Durante os anos de 1960, foi criado pelo governo militar o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), destinado a fornecer as bases materiais necessárias ao crescimento econômico e à “modernização” da agricultura brasileira. De acordo com Thomaz Jr (2002, p. 81).

O SNCR, combinado com outras ações e políticas específicas do Estado, para a agricultura, “gerou uma massa de excluídos que protagonizaram com seu sofrimento” o que diversos autores chamaram de “modernização” da agricultura brasileira, porém assim adjetivada: dolorosa (...), conservadora (...), compulsória (...), perversa (...).

Os estudiosos da agricultura brasileira destacam que o papel do Estado nesse processo é, via de regra, minimizado em favor da organização de classe do setor. Segundo Palmeira (1989, p. 11), isso se deve a

(...) um discurso que, explícita ou implicitamente, credita tais mudanças a um empresariado moderno, urbano que *foi ao campo* ou a um empresariado rural que, sabe-se lá por que razões (talvez por já ser pensado como sendo um empresariado, ainda que enrustido) modernizou-se. [...] Mas tanto os documentos governamentais quanto muitas das análises feitas por economistas e cientistas sociais tendem a tratar o setor privado e o Estado como entidades estranhas uma à outra. Todos ressaltam, não há dúvida, o peso dos empresários na condução dos negócios do Estado.

Diferentemente do que se aborda nesse trabalho defende-se a ideia de que é por dentro do Estado que são definidas, traçadas políticas e projetos que privilegiam o setor agrário brasileiro, conforme pode ser acompanhado pelo próprio processo de modernização. Isso pode ser acompanhado pelo aparelhamento do Estado por meio de grupos hegemônicos representantes da agricultura. Assim, não é só pelo viés da representação ou pelo tráfico e mediação de interesses. A dinâmica do processo de modernização favorecida pelo Estado revela as próprias transformações ocorridas no Estado nesse processo. Como afirma Thomaz Jr (1996, p. 82),

(...) a “modernização” da agricultura no Brasil, associada à industrialização da agricultura e casada com a “revolução verde” –, potenciada e dirigida pelo Estado, via incorporação diferencial e seletiva do “progresso técnico” – intensificou a integração intersetorial através da constituição e consolidação do CAI, priorizando os produtos exportáveis (...).

Nesse sentido, é oportuno evidenciar não só os meios pelos quais a ação do Estado se consubstancia, mas também destacar o que tem significado a participação do Estado brasileiro no espaço rural. Particularmente as políticas voltadas para atender as demandas postas pelo setor agroenergético são reveladores dessa dinâmica.

Quando pensamos atualmente na visibilidade criada com as ameaças climáticas, a finitude dos combustíveis fósseis etc, esse discurso catastrófico e oportunista, acaba por reunir um conjunto de mecanismos e de estratégias a partir das relações entre discursos políticos, econômicos, institucionais, científicos, técnicas e sistemas de normas que se formaram e se formam em consonância com os interesses e necessidades do capital. Basicamente três elementos se entrecruzam no jogo desse discurso: 1) a preocupação com “escassez” que na realidade é com a defesa das condições de produção e de acumulação; 2) a elaboração de políticas públicas que orientam e traçam diretrizes para essa expansão; e, 3) o investimento em pesquisas, muitas destas em instituições que justificam e referendam esse estado de coisas. A esse respeito, basta acompanharmos o mercado de sequestro de carbono.

O contexto da década de 1970, em virtude de fatores como a crise do petróleo, causada pelos conflitos no Oriente Médio, a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e pela queda do preço do açúcar no mercado internacional pode ser “lido” nessa perspectiva, quando o governo brasileiro passou a incentivar a produção do álcool como alternativa à gasolina importada e ao petróleo como fonte de energia legitimando não só a expansão da atividade, mas também um aparato técnico-científico na busca de produtividade e eficiência com pesquisas de melhoramento genético da cana-de-açúcar, consolidando, assim a relação entre produção de saber, desenvolvimento e capital.

Por outro lado, essa política provocou ainda maior concentração da propriedade da terra, dela excluindo pequenos produtores, colonos e posseiros, além de garantir a subordinação do trabalho ao capital e controlar o processo de trabalho. O próprio progresso técnico teve esse caráter instrumental. De acordo com Thomaz Jr (2002, p. 82),

O Estado ao promover a industrialização da agricultura, beneficiando atores seletos (grandes proprietários de terra e grandes grupos empresariais e financeiros), o fez à base de profunda exclusão social, deixando à margem a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis até hoje, pela produção da maioria dos produtos da cesta básica.

Os debates gerados em função das críticas ao tratamento dispensado ao Proálcool por meio das políticas de desenvolvimento, bem como as tentativas de implementar ações que viabilizassem uma maior integração entre os aspectos econômicos e os demais (político, cultural), fizeram com que os interesses do capitalismo – como elemento do crescimento econômico –criasse um ambiente político, favorável à produção das estratégias discursivas que o favoreceram.

Segundo Paula Cristina Monteiro Ozório, embora o Decreto nº 76.593, de 1975, que institucionalizou o Proálcool, deixasse transparecer uma preocupação social e orientasse ações no sentido de sua proteção, “a realidade demonstrou que essas formalidades legais acabaram por sucumbir à força política e econômica que orientou seus objetivos” (OZÓRIO, 2007, p. 35).

Os objetivos definidos no discurso de implantação do Proálcool foram de propiciar melhor distribuição de renda, gerar empregos, melhorar os níveis de instrução e de capacitação dos trabalhadores, aumentar a produção de alimentos, utilizando técnicas de plantio intercalado em um sistema de rodízio de culturas, além de incentivar a formação de cooperativas de pequenos e médios produtores. É desnecessário mencionar que nenhum desses objetivos foi perseguido quando implementado o Programa. No que se refere à questão ambiental, por exemplo, a plantação da cana-de-açúcar se deu em um sistema de latifundista e de monocultura voltado para a exportação, em que a queima da palha da cana foi praticada sistematicamente, trazendo como consequência imediata a poluição ambiental e a degradação do solo, aumentando os riscos de erosão e de que as terras venham a se tornar inaproveitáveis.

Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves, a monocultura é “a negação de todo um legado histórico da humanidade em busca da garantia da segurança alimentar, na medida em que, por definição, a monocultura não visa a alimentar quem produz e, sim, à mercantilização do produto” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 90). Com a demanda do Proálcool, conforme já amplamente discutida em um sem-número de pesquisas sobre o tema, a monocultura da cana não só guardou uma grande distância entre os propósitos iniciais que o justificaram e a sua implementação que, embora se argumentasse que seria uma das formas de promover a cultura de alimentos, acabou gerando, de fato, a sua substituição pelo plantio da cana. E, ainda mais, servindo aos propósitos e interesses do setor da agroindústria canavieira ao se articular aos interesses do setor automobilístico.

Os discursos que foram apropriados pelo capital e, no caso do Proálcool, fazem parte da matriz discursiva do desenvolvimento econômico que, conforme discutimos no capítulo 1, fundamentados na década de 1960/70, no processo de modernização da agricultura teve como estratégia a criação de uma estrutura que viabilizasse o desenvolvimento econômico de áreas ou regiões consideradas tradicionais ou apenas parcialmente inseridas na lógica de uma economia de mercado.

2.2. Atuação do Estado e formas de organização do setor canavieiro

Como estratégia de manutenção e preservação dos incentivos à produção e expansão do álcool e, por conseguinte, do fortalecimento da burguesia vinculada à atividade, o desenvolvimento econômico ainda continuava sendo o mote principal. Daí a preocupação de buscar mecanismos que ajudassem a forçar uma integração entre mercado e o setor canavieiro.

O Proálcool sedimentou-se nacionalmente quando o setor da agroindústria canavieira articulou-se ao setor automobilístico propondo o uso do álcool hidratado¹

¹ O álcool hidratado carburante consiste em uma mistura na proporção de 96% de álcool puro para 4% de água, usada como alternativa à gasolina no Brasil, a partir dos anos 70. O álcool anidro, por sua vez, “é usado como aditivo em combustíveis, sendo composto por 99,5% de álcool puro e 0,5% de água. A gasolina recebe 22% do produto para substituir o chumbo, elemento químico venenoso e prejudicial à saúde e ao meio ambiente. Este tipo de álcool é menos poluente e, se for adicionado na proporção correta, não afeta o desempenho de motores. (...) O Brasil produz 35% de álcool anidro e 65%, de hidratado.

Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_120_22122006154842.html. Acesso em 02/10/2010.

como alternativa à gasolina. Somaram-se, assim, os interesses do capital agroindustrial com os das indústrias multinacionais montadoras de automóveis e das empresas produtoras de bens de produção para o setor (como tratores e implementos agrícolas). Contudo, foi a partir de 1980 (depois da segunda crise do petróleo) que o governo brasileiro passou a apostar no álcool hidratado como carburante, tendo sido essa política direcionada ao oeste paulista, por meio do Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo (Pro-Oeste).

Tendo como suporte operacional o Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA), o Pro-Oeste deveria limitar a expansão desenfreada da cultura da cana pelo Estado, ocupando terras destinadas à produção de alimentos, objetivo que não se efetivou. Segundo avaliação de Thomaz Júnior, na prática, a intenção não era “mexer com os grandes produtores paulistas” (THOMAZ JR, 2002, p. 94).

Para incentivar o consumo de veículos a álcool, algumas estratégias foram adotadas: redução de impostos como IPI e IPVA, isenção de ICMS e preços vantajosos com relação à gasolina para o abastecimento com etanol, estímulo à conversão de motores à gasolina para álcool etc.

Apesar disso, os problemas que os carros a álcool apresentaram foram muitos e seu custo de manutenção não compensava o menor gasto com combustível, o que os levou a serem recusados pelo consumidor. Assim, nos últimos anos da década de 1980, o setor entrou em crise e, apesar dos esforços dos empresários do setor automobilístico e do governo brasileiro, a utilização do etanol como combustível acabou caindo em descrédito por parte dos consumidores nacionais, e também no mercado internacional.

Em 1989 o setor agroindustrial, seguindo a tendência neoliberalizante que marcou o Governo Collor, passou por um processo de desregulamentação: o IAA, que, até então, era o único exportador dos produtos derivados da cana, saiu de cena, e os agentes passaram a operar em um sistema de livre mercado, gerando impactos extremamente negativos em toda a cadeia produtiva (MORAES, 2002). A produção agrícola e fabril era controlada pelas usinas e marcada pelo baixo aproveitamento dos subprodutos, além de ter sua competitividade apoiada principalmente nos baixos

salários praticados no setor. Apesar das consideráveis diferenças técnicas existentes entre as regiões produtoras do Nordeste e do Centro-Sul, mesmo nesta última existiam fortes diferenças de produtividade (BELIK; VIAN, 2002).

O processo de desregulamentação do setor ocorreu de forma conturbada, com três adiamentos – estava previsto para o início de 1997², mas veio a concretizar-se totalmente apenas dois anos depois. De acordo com Barros e Moraes (2002), esse adiamento evidencia o conflito de interesses e de opiniões existente, bem como a necessidade de identificar os atores envolvidos para melhor entendimento do processo que, conforme sustentam, pode ser resumido da seguinte forma:

A alteração do ambiente institucional trouxe a necessidade de articulação e coordenação entre os agentes da cadeia, significando uma drástica mudança dos papéis até então exercidos, já que anteriormente o Estado assumia não só as funções de planejamento e comercialização dos produtos do setor, como também era o mediador dos conflitos que sempre permearam sua história (BARROS e MORAES, 2002, p. 356).

Ainda de acordo com autores,

O processo de desregulamentação ocasionou uma divisão entre o setor que deu origem a uma série de disputas intraclasses. Primeiro envolvia uma diferenciação entre as regiões produtoras, Norte/Nordeste e Centro-Sul. Em relação aos grupos de interesse e seus objetivos presentes no processo de desregulamentação, são identificados, primeiramente, dois grupos cujos problemas e interesses eram distintos: as duas regiões produtoras, Norte/Nordeste e Centro-Sul.(BARROS e MORAES, 2002, p.358)

A diferença de competitividade na área agrícola entre as duas regiões produtoras faz com que a região Norte-Nordeste necessite de subsídios para poder competir com a região Centro-Sul (o que não impediu que aquela região viesse diminuindo sua produção nos últimos dez anos, em oposição ao crescimento da produção da região Centro-Sul).(BARROS e MORAES, 2002). Nesse sentido, apontam que

A desregulamentação do mercado e as incertezas sobre a continuidade dos mecanismos públicos de sustentação existentes encontraram

² Em 1997 foi criada a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA), para defesa dos interesses do setor, de forma articulada, junto ao Estado, tarefa bastante complicada levando em consideração as divisões internas no que se referia conveniência ou não de um livre mercado para o setor.

resistência não só dos industriais da região Norte-Nordeste, como principalmente dos fornecedores de cana-de-açúcar, que lutaram pela prorrogação do tabelamento de preços deste produto, pela manutenção dos subsídios agrícolas, e pela regulamentação do governo no que se refere à sua comercialização. (BARROS e MORAES, 2002, p.359)

A região Norte-Nordeste tinha interesse em manter a intervenção (a utilização do sistema de cotas de produção nesta região é facilitada pelo fato da demanda pelos produtos do setor ser maior que a oferta, contrariamente ao que ocorre na região Centro-Sul) como forma de controlar a expansão da produção da região Centro-Sul.(BARROS e MORAES, 2002).

Os conflitos em função dos diferentes posicionamentos na região Centro-Sul tinham origem em diversos fatores. Primeiro, os estados desta região que tinham como propósito aumentar sua produção. Para isso, era atraente conservar a regulamentação e o sistema de cotas de produção, de forma que controlasse, de certa forma, os estados mais competitivos impedindo seu crescimento.(Id, 2002). E ainda,

(...) dentro dessa região, os diferentes estados competem de forma diferenciada em relação ao custo do transporte do álcool combustível. Os produtores dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, e do oeste de São Paulo, mais distantes dos centros de consumo, teriam dificuldades em concorrer com os outros produtores de São Paulo em ambiente de livre mercado, se a liberação ocorresse sem uma fase de transição, com certas regras estabelecidas. Dessa forma, pressionavam para que a liberação ocorresse em outros termos, o que também contribuiu para o atraso da mesma. (BARROS e MORAES, 2002, p. 361)

Na região Centro-Sul, no Estado de São Paulo, o maior estado produtor de cana-de-açúcar e seus produtos derivados, o setor também divergia entre os grupos que receavam a desregulamentação e outros que a aspiravam (como a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de São Paulo, COPERSUCAR, que se sentia prejudicada com as distorções que aconteciam no sistema de cotas da mesa de comercialização de álcool do governo), confiantes que o livre mercado resolveria os problemas existentes, e que os mais competitivos estariam aptos para operar no regime liberado.(BARROS e MORAES, 2002).

Nesse contexto foi criada a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA), substituindo a entidade que representava, até então, os industriais

(Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, AIAA), cuja finalidade era integrar os produtores diante dos problemas advindos da liberação e, ainda, fortalecer sua representação para lidar com o processo de desregulamentação e com o novo ambiente liberado.(Id, 2002).

No entanto, segundo os autores,

(...) no âmbito da UNICA também não havia um consenso sobre a desregulamentação, coexistindo os que gostariam da liberação imediata e aqueles que preferiam postergá-la. Além disso, os problemas enfrentados no setor durante o processo de desregulamentação (como os altos estoques de passagem na safra 1998/ 99, avaliados em 2 bilhões de litros, que pressionavam os preços dos produtos, aliados às projeções da nova safra, cujo volume estimava-se ser alto) dificultavam a convergência de opiniões sobre a questão da liberação. (BARROS e MORAES, 2002, p. 361)

Dessa forma, muitas unidades de São Paulo se distanciaram da UNICA e, com produtores de outros estados que faziam parte da Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo, SOPRAL (entidade que representava as unidades produtoras do Proálcool, cujos membros eram SP, PR, MT, MS, GO e ES), fundaram a Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Alcool (CEPAAL), que tinha como propósito solidificar os interesses vários estados produtores, dirimindo as divergências. (Id, 2002)

Segundo os autores,

Outro fato que inicialmente dividiu o setor, e que também foi um dos motivos da criação da CEPAAL, foi a diferença de objetivos de longo prazo no que se refere à questão do álcool anidro *versus* hidratado (embora essa questão tenha se enfraquecido ao longo do tempo dados os altos estoques existentes na safra 1998/99 e a necessidade de reativar o Proálcool).(BARROS e MORAES, 2002, p.362).

Nesse sentido,

produtores afiliados à UNICA acreditavam que, dado o enxugamento do Proálcool, e a queda de demanda pelo álcool hidratado, os esforços do setor deveriam ser feitos para incentivar a produção e o uso do álcool anidro, usado como aditivo à gasolina. Dentre as razões citadas, estão: para o álcool anidro já existe uma reserva de mercado (assegurada por lei), que garante uma demanda proporcional ao teor da mistura com a gasolina (24%); tem maior viabilidade econômica em relação ao hidratado porque seu poder energético é maior,

substituindo a gasolina na razão de 1 para 1, podendo competir com este produto em livre mercado; está em sintonia com o mercado global, que procura um oxigenante não-poluinte para ser adicionado à gasolina, o que facilita sua aceitação por parte dos vários agentes (incluindo as montadoras, que dispõem de fontes mundiais de motores para alguns veículos, e os produtores de gasolina).(BARROS e MORAES, 2002, p. 362).

Entretanto, para a produção do álcool anidro, sem aumentar a necessidade do hidratado, implicava num estreitamento do programa do álcool, redundando na diminuição das unidades produtivas. As destilarias que vinham da fase do Proálcool, que foram responsáveis pela produção do hidratado, defendiam este como o principal produto, e o álcool anidro deveria ser o regulador dos estoques, uma vez que ele poderia ser misturado à gasolina. Id, 2002).

Nesse sentido, a questão que envolvia a desregulamentação, foram criadas as na duas entidades representativas dos industriais, na região Centro-Sul, ambas com diferenças sobre o tema. A UNICA propugnava o livre mercado, com poucas regras a fase de transição e a CEPAL propunha adiar a liberação uma vez que a safra 1998/99, em estoque e à falta de regras de transição, necessárias para permitir a convivência dos estados produtores com desvantagens competitivas (decorrentes dos problemas de logística).

A CEPAL acreditava na necessidade de uma regulamentação para a comercialização do álcool para as distribuidoras de combustíveis, impondo a contratação formal de certa quantidade de álcool demandada pelo mercado. (BARROS e MORAES, 2002).

Assim, no âmbito das tomadas de decisão

(...) os seguintes atores principais pressionavam e mobilizavam seus recursos para atingir os objetivos almejados: as duas entidades representativas dos produtores do Centro-Sul, as dos produtores do Norte- Nordeste, e as entidades dos fornecedores de cana-de-açúcar (incluindo os da região Norte-Nordeste, que têm um apelo social muito grande, dado o grande número de pequenos fornecedores existentes, e que se opunham à liberação do preço da cana-de-açúcar). (BARROS e MORAES, 2002, p. 362).

Ainda houve alterações nesse processo com a criação em agosto de 1997, do Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool (CIMA), que tinha como objetivo alterar a forma de tomadas de decisões, até então o sistema era descentralizado, e isso exigiria da coordenação dos diferentes órgãos do governo simpáticos afetos ao produto e com o objetivo de analisar e propor políticas relativas ao setor sucroalcooleiro. (BARROS e MORAES, 2002).

É importante salientar que mesmo obtendo lucros altíssimos os usineiros do país, com o aumento do consumo de álcool devido ao lançamento dos carros bicombustíveis, eles conseguiram ter perdoadas, pelo Banco do Brasil³, suas dívidas, em um valor superior a 1 bilhão de reais, obtendo o benefício principalmente entre 2004 e 2006, por meio da repactuação de débitos decorrentes de empréstimos e financiamentos contraídos durante os anos de 1990 (MENDES, 2001; THOMAZ JR, 2002).

No mesmo período foi criado o Comitê Consultivo do Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool (CIMA), composto por seis representantes dos produtores de açúcar e álcool das duas regiões produtoras (de diferentes estados); quatro representantes dos fornecedores de cana; quatro parlamentares da Câmara dos Deputados de diversos partidos e regiões; e dois senadores da República (do Rio Grande do Norte e do Mato Grosso).

Em janeiro de 1999, foi criada a Câmara Técnica do CIMA, com especialistas do setor, indicados por produtores de açúcar e álcool, por plantadores de cana, e por entidades de classe dos trabalhadores da agroindústria, sendo que o seu objetivo era dar suporte às medidas apresentadas ao CIMA.(BARROS e MORAES, 2002).

As decisões tomadas pelo CIMA tinham a seguinte ordem: inicialmente eram debatidas as questões na Câmara Técnica, que depois das análises e discussões eram enviadas ao Comitê Executivo, que analisava o problema e o discutia com o Comitê Consultivo, que levava uma posição ao CIMA, que era quem tomava a decisão final. As decisões do CIMA tinham força de decreto, a partir de sua criação o ministro da Fazenda Pedro Malan (responsável pelas medidas provisórias referentes à

³ BB dá perdão bilionário para usineiros. Disponível em: F:\Pesquisas\Biodiversidade e Biocombustíveis\Folha de S. Paulo - BB dá perdão bilionário para usineiros - 14-01-2007.html. Acesso em 02/11/2010.

desregulamentação) considerava as opiniões do Conselho nas tomadas de decisões referentes ao setor.

A composição nas etapas de formulação e implantação do Proálcool, segundo Santos (1993) era nessa ordem: o presidente da República, Ernesto Geisel; os Ministérios da Indústria e Comércio, Minas e Energia, Fazenda, Agricultura; a Secretaria de Planejamento (SEPLAN); o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); a Petrobrás e o Conselho Nacional de Petróleo (CNP); o Centro Técnico da Aeronáutica (CTA); a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI); o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE); a Comissão Nacional de Energia CNE; o Conselho Nacional do Alcool (CNAL); a Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL); o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI); o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central e os agentes financeiros.(BARROS e MORAES, 2002).

Santos (1993) identificava, ainda: a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR), o Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado de São Paulo (SIFAESP); a Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool (COPERFLU); o Sindicato da Refinação de Açúcar dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; associações de produtores e fornecedores de cana e a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (ABIQUIM), todos vinculados ao setor privado. (Id, 2002).

Em função do contexto da ditadura o poder Legislativo tinha pouca participação, assim mesmo o Judiciário. A outra ponta, que eram os pequenos produtores de cana e os trabalhadores, profundamente afetados pelo programa, estavam fora do processo decisório. (BARROS e MORAES, 2002).

Para os autores (2002), a fragmentação da estrutura decisória na fase de implementação do Proálcool (que causou disputas entre agências, que freqüentemente competiam entre si, dadas as superposições das competências) foi corrigida na segunda fase do programa, quando o MIC emergiu como a organização hegemônica do centro de decisão.

A partir de então, embora cada agência burocrática fosse responsável por determinadas políticas, os vários centros de decisões (produção, distribuição e atividades financeiras) assumiram seus formatos definitivos, permitindo que os atores

privados canalizassem suas demandas para pressionar por seus interesses. Os conflitos interburocráticos, ou entre os atores públicos e privados eram resolvidos pelo próprio presidente da República (SANTOS, 1993).

Dessa forma,

(...) influenciar o processo de tomada de decisão dependia da capacidade dos atores de ter acesso ao aparelho do Estado, que era a arena privilegiada de decisão, o que era restrito aos grupos de grandes proprietários afetados pelo programa, dentre eles: plantadores de cana, usineiros, proprietários de destilarias autônomas, fabricantes de destilarias, montadoras de automóveis e seus respectivos sindicatos e associações de interesse, além dos próprios governadores do Nordeste, que atuavam em defesa dos interesses de seus estados. (BARROS e MORAES, 2002, p. 368).

A partir da redemocratização do país o Proálcool começou a sofrer críticas daqueles que não haviam participado de sua criação.

Embora sendo reconhecido em alguns aspectos no que se refere de geração de renda, de divisas, de melhoria das condições atmosféricas, de geração de empregos, descentralização da produção etc., a ainda a sua percepção era negativa em função não só pela forma ditatorial como foi criado (visto que o presidente Ernesto Geisel e seus ministros resolveram e fizeram o programa), “(...) também pelas constantes notícias veiculadas na mídia ao longo do tempo sobre as questões dos subsídios, do endividamento das usinas, de sonegação fiscal, de problemas trabalhistas (incluindo trabalho infantil) (...). (BARROS e MORAES, 2002, p. 364).

Também a questão econômica, pela queda dos preços do petróleo influenciou na manutenção do Proálcool junto à opinião pública, já que o álcool precisava de apoio do Estado para competir com a gasolina, ainda mais quando este estava bastante endividado e os recursos mal davam para garantir educação e saúde à população. (Id, 2002). Em função dessa percepção, setores sucroalcooleiros entenderam que “(...) a retomada do Proálcool que apresentou um crescimento muito maior que o necessário em um ambiente democrático, associada a uma crise econômica não poderia ser feita da mesma forma e através dos mesmos canais existentes na época de sua criação. (Id, 2002, p. 366).

Segundo os autores (2002, p. 366) “(...) a partir de então emergiram atores e arenas decisórias (por exemplo, os trabalhadores e pequenos fornecedores de cana, e as manifestações públicas), que na época de criação do Proálcool não tiveram nenhuma influência nas escolhas das políticas, enquanto outros tiveram sua influência intensamente reduzida.”

Para Barros e Moraes (2002),

(..) a dificuldade do Governo Federal em definir a política do álcool, e a necessidade de se levar a discussão para o Congresso Nacional, que até então tinha poucas informações sobre a questão da inserção do álcool na matriz energética nacional. Verificado o papel fundamental da ação política para manter o assunto na pauta da discussão do Congresso, surgiu a necessidade de um trabalho conjunto dos produtores com a base parlamentar. (BARROS e MORAES, 2002, p. 366).

Assim, a partir da ação dos sindicatos de produtores de São Paulo (SIAESP/SIFAESP), foi criada, em 1996, a Frente Parlamentar do Setor Sucroalcooleiro, com o objetivo de representar a defesa dos interesses dos estados produtores no Congresso e inicialmente composta por deputados federais dos estados de São Paulo, Alagoas e Pernambuco. A Frente Parlamentar formada por parlamentares dos estados produtores (NE, PR, SP, MT, GO, MG, RJ).

Apesar de lento e conflituoso, “ segundo Fairbanks (2006), (...) esse processo de liberalização forçou os produtores a saírem de uma cômoda situação na qual conviviam com cotas de produção, preços previamente definidos, financiamentos subsidiados para usinas e canaviais, e monopólio oficial para a exportação de açúcar, passando a ter que lidar com o mercado livre” (BARROS e MATOS, 2002, p. 367).

Plínio Nastari (apud, FAIRBANKS, 2003) concorda com o caráter fundamental da liberalização, mas ressalva que sua implantação não se deu de forma adequada, gerando nova crise no setor, em 1999/2000, o que atribui a três fatores principais: 2) falta de organização do setor para vender seus produtos, enquanto os distribuidores de combustíveis estavam muito bem preparados; 1) baixo preço do petróleo no mercado internacional, situado por volta de US\$ 11/barril na época da liberação dos preços do álcool, bem como taxa de câmbio apreciada, não permitindo a competitividade do

combustível a época; 3) existência de estoque de 1,8 bilhão de litros de etanol em poder dos usineiros, pressionando os preços para baixo.

Também na segunda metade dos anos 1990, verificaram-se fortes quedas no preço do açúcar no mercado internacional, o que decorreu principalmente das políticas protecionistas dos países produtores – e o açúcar talvez seja o produto que, com mais frequência, tem sido objeto desse tipo de política.

No final da década, contudo, o preço do açúcar voltou a subir, em decorrência de fatores climáticos de outros países produtores, além da mobilização da sociedade que originou o Pacto Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, que conseguiu uma série de benefícios, como isenções de tributos, implantação da “frota verde” e até mesmo “o adiamento ou relaxamento da aplicação da lei das queimadas” (MORAES, 2002, p.88).

Em 1996, foi criada a Frente Parlamentar do Setor Sucroalcooleiro no Congresso Nacional, integrada por parlamentares dos estados de São Paulo, Alagoas e Pernambuco, com o objetivo de defender os interesses dos estados produtores no Poder Legislativo Federal. Essa coligação, depois passou a ser composta por parlamentares de todos os estados sucroalcooleiros (PR, SP, MT, GO, MG, RJ e PE) (MENDES, 2001).

Os próprios governos estaduais e municipais passaram a atuar como instrumentos de pressão, ao perceberem a importância da indústria do açúcar e do álcool na geração de empregos e de receita. “Em outras palavras, a influência dos estados subnacionais sobre a definição das políticas nacionais do complexo sucroalcooleiro ocorreu por duas vias: através do Congresso Nacional e de um canal direto com a Presidência” (MENDES, 2001, p. 57).

Evidencia-se, assim, ainda que os interesses da indústria do açúcar e do álcool sempre encontraram alianças com outros interesses econômicos, nacionais e internacionais, assim como nos três níveis da administração pública, constituindo-se em um dos mais fortes lobbies no Congresso Nacional. Traçado rapidamente o contexto das articulações e interesses envolvendo o setor agroenergético a seguir situaremos o contexto que explica essa demanda.

2.3. O processo de modernização do setor canavieiro e a COPERSUCAR

Criado no início dos anos de 1930, o IAA surge para atender interesses das oligarquias que sempre tiveram predominância na atividade canavieira. No período em que vigorou o Instituto, havia uma dependência forte do Estado das unidades produtivas em relação aos subsídios. Sua função era a de controlar os mercados do açúcar e do álcool desde o monitoramento da área plantada, volume de produção de cada unidade produtiva, da comercialização e do controle dos preços (SZMRECSÁNYI, 1979).

O IAA competia, em relação às pesquisas e ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas, por meio do Programa Nacional do Melhoramento Genético (PLANALSUCAR), com Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR), sem conseguir se articular a outras instituições de pesquisa, como a Embrapa e outras instituições e as Secretarias Estaduais da Agricultura. (MUNDO NETO, 2010).

Até a década de 1990, o poder no setor sucroalcooleiro esteve concentrado nos grupos tradicionais, donos de grandes extensões de terras e com capacidade de exercer poder sobre o Estado. O IAA teria sido o principal instrumento de gestão dos mercados do açúcar e do álcool durante o período conhecido como da modernização conservadora (THOMAZ JR, 2002).

Com a modernização da indústria canavieira, além da centralidade do Estado, houve uma alteração do centro do poder desta atividade, da região Nordeste do país, para a região Centro-Sul, passando o Estado de São Paulo a ser o novo centro de mando. Na década de 1970, motivado pela grande crise do petróleo, o Estado criou o Programa do Álcool (Proálcool) cujo objetivo principal era desenvolver uma fonte de energia alternativa ao petróleo, ou pelo menos à gasolina. (THOMAZ JR, 2002; PAULILLO; MELLO, 2005; MUNDO NETO, 2010).

O IAA e o Proálcool foram sustentados pela idéia de que o Estado deve ocupar papel central no processo de desenvolvimento de uma indústria ou de uma sociedade. Mesmo que com regimes políticos distintos, a posição de Estado intervencionista predominou do período da criação do IAA até o fim da década de 1980. O enfraquecimento do IAA e sua posterior extinção estariam relacionados a um conjunto

de fatores: esgotamento do Fundo Especial para Exportação (FEE), financiadora do Instituto; ampliação das possibilidades para o setor e dos atores envolvidos com o ingresso de grande parte deles no setor de energia; pressões da Cooperativa dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR), principal representante dos industriais no período; carência de infraestrutura; perda do controle de coordenação do Proálcool para uma comissão interministerial (THOMAZ JR, 2002; PAULILLO; MELLO, 2005).

O fim do Proálcool e a extinção do IAA estariam relacionados a mudanças de ordem mais geral, fundamentalmente aos discursos liberalizantes importados por profissionais ligados à economia e ao direito corporativo (DEZALAY; GARTH, 2000). Este processo teve início nos anos de 1990, notadamente por meio da desregulamentação dos mercados e das privatizações, mas também das operações de fusões e aquisições de empresas.

Na década atual, a agroindústria sucroalcooleira tem se destacado no volume de operações de fusões e aquisições de empresas e na ampliação do capital internacional na estrutura acionária dos principais grupos industriais (abordaremos esse assunto no capítulo 3).

No Estado de São Paulo, desde a década de 1930 até a década de 1990, uma das estratégias adotadas pelo Estado para operacionalizar o desenvolvimento, primeiro da agricultura, depois da agroindústria foi o incentivo às cooperativas agropecuárias que, no decorrer do tempo, em grande medida, tornaram-se cooperativas agroindustriais (PANZUTTI, 1997).

A Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR), uma das mais importantes cooperativas agroindustriais brasileiras, nestes últimos anos, sofreu transformações significativas.

A COPERSUCAR (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) foi criada como cooperativa central em 1959 com o objetivo de comercializar a produção de seus associados. Inicialmente, era formada por dez usinas paulistas e duas entidades cooperativas regionais, a Coopira e a Coopereste. COPERSUCAR (2010a)

Enquanto cooperativa de usineiros, a COPERSUCAR, teve papel central no processo de modernização da indústria sucroalcooleira. Ela teria incentivado e contribuído para o PROÁLCOOL, atuando no espaço político e institucional. Sua atuação não se restringiu apenas no âmbito dos mercados. Ela impulsionou o desenvolvimento tecnológico da indústria. Em 1979, foi criado o Centro de Tecnologia COPERSUCAR (CTC) que se tornou um dos principais centros de pesquisas canavieiras do país e do mundo.

Em 2004, como parte da sua reorientação estratégica e reestruturação organizacional, o CTC desvincula-se da COPERSUCAR e passa a ser denominado de Centro de Tecnologia Canavieira⁴. Desde então, a logística e comercialização dos produtos da indústria tornaram-se o foco da Cooperativa. Após a liberação dos mercados, a COPERSUCAR passou por mudanças significativas e mesmo inesperadas. Destacam-se as baixas em seu quadro de cooperados.

No apogeu, final dos anos de 1970, a COPERSUCAR reuniu mais de uma centena de associadas. Atualmente possui trinta e seis. Além da perda quantitativa, grandes grupos deixaram-na e passaram a operar independentemente. Em 2005, o grupo NOVA AMÉRICA se retirou da companhia levando o direito de explorar a marca de açúcar refinado UNIÃO, líder no varejo nacional.

Em 2008, foi o grupo SÃO MARTINHO que se retirou. Estes dois grupos, junto com os grupos COSAN, GUARANI e INFINITY BIO ENERGY foram os que ingressaram no mercado de capitais brasileiro e que estariam entre os grupos dominantes do setor (MUNDO NETO, 2010).

Mas também ocorreram adesões a ela, como a dos grupos FERRARI e PIONEIROS, reforçando o novo perfil dos acionistas: grupos médios ou pequenos,

⁴ O CTC foi criado para realizar pesquisas e desenvolver novas tecnologias para aplicação nas atividades agrícolas, logísticas e industriais dos setores canavieiro e sucroalcooleiro e, também, para criar novas variedades de cana-de-açúcar. O Centro tem um orçamento anual de 30 milhões de reais e as pesquisas de melhoramento genético realizadas pela Coopersucar são financiadas pelos produtores cooperados.

As variedades desenvolvidas pelo programa geram *royalties* - quando são utilizadas comercialmente - que são aplicados na manutenção do programa. A Coopersucar é responsável pelas variedades SP, que compõem cerca de 60% das lavouras das unidades cooperadas e 45% das áreas dos demais produtores (ROSSETO, 2009).

vinculados a famílias tradicionais. Em 2008, foi anunciada a criação da Produpar S.A., ou COPERSUCAR S.A.

A COPERSUCAR S.A. nasce como a maior empresa brasileira e uma das maiores exportadoras mundiais de açúcar e agroenergia. A empresa foi criada pelos mesmos produtores de açúcar e álcool que integram a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo e passam a ser acionistas da Produpar, holding que detém o seu controle.

Com a nova natureza societária, a empresa terá maior capacidade e flexibilidade para alavancar investimentos para ampliar parcerias estratégicas no Brasil e no Exterior, consolidar sua liderança no mercado interno e ampliar sua atuação global (COPERSUCAR, 2009a).

Com esta estratégia a COPERSUCAR protagonizou uma operação emblemática e que indica a busca de adequação organizacional ao modelo de empresa dominante no setor. Mudou sua estrutura organizacional e aderiu ao modelo de empresa que, recentemente, passou a predominar entre os grupos dominantes no campo, a empresa de acionistas (MUNDO NETO, 2010). A criação da COPERSUCAR S.A. tenciona com os princípios cooperativistas e segue os discursos dominantes no agronegócio brasileiro.

De acordo com Grynszpan (2009), as iniciativas de Ney Bittencourt de Araújo, considerado um dos patronos do agronegócio brasileiro, além de contribuir para a institucionalização da idéia de agronegócio no Brasil, foi fundamental para a articulação entre a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA), vinculado à Universidade de São Paulo (USP).

De acordo com Décio Zylbersztjan, uma das principais lideranças do PENSA, “para o caso das cooperativas, a preocupação com governança corporativa é mais importante do que para empresas de acionistas, posto que ela carece do mecanismo controlador de mercado para resolver ou mitigar os seus problemas de agência.” (ZYLBERSZTJAN, 2002, p. 14).

No formato de uma cooperativa tradicional não seria possível a “Gestão Moderna”, ou a Gestão por resultados, racionalização de custos e despesas, agregação de valor para *acionistas* e clientes, agilidade na tomada de decisão e profissionalização das atividades executivas que são as práticas adotadas pela Cooperativa nos últimos anos e incorporadas pela COPERSUCAR S.A (ZYLBERSZTJAN, 2002). A COPERSUCAR S.A adotou uma espécie de governança corporativa “familiar” que contribui para a manutenção das relações de poder na esfera particular de cada grupo que continua sob controle de famílias tradicionais. Além da adequação em termos de modelo de empresa, a COPERSUCAR tornou-se um dos principais grupos representados pela UNICA.

2.4. A UNICA: formação e representação de classe do setor canavieiro

A União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA) foi criada em 1997, a partir da como resultado da composição de várias entidades de representação de industriais após a desregulamentação dos mercados do açúcar e do álcool, no início da década de 1990. (MUNDO NETO, 2010).

De acordo com Paulillo e Mello (2005) ela surge como forma de harmonizar interesses conflitantes entre as antigas organizações de representação, em especial a Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool (AIAA) e a Sociedade dos Produtores de Álcool de São Paulo (SOPRAL). Sendo que esta última seria uma das principais organizações gestadas durante a segunda fase do Proálcool para representar os interesses das destilarias autônomas e que, pouco depois, congregou também as usinas que se desligaram da COPERSUCAR. Os conflitos se davam em torno da defesa da continuação da intervenção estatal e do livre mercado. A posição majoritária na UNICA era a favor da liberalização do mercado. Com a liberalização dos mercados do açúcar e do álcool a UNICA se fortaleceu. (MUNDO NETO, 2013).

Como desdobramento de sua criação a UNICA juntamente com Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (ORPLANA), criou o Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA), formado por representantes dos produtores de cana e dos industriais,

cuja atribuição foi a de instituir um sistema de pagamentos para a cana *in natura* com autonomia do Estado atuando, primeiro no Estado de São Paulo e depois nos outros estados. (MUNDO NETO, 2013). A criação e, posterior fortalecimento da UNICA evidencia a força das novas formas de representação do empresariado nacional que caracterizou o período de liberalização da economia da década de 1990. A UNICA tornou-se um modelo de representação de interesses do setor sucroalcooleiro.

Como ocorre no âmbito das empresas dominantes na agroindústria sucroalcooleira, a constituição dos conselhos e das diretorias executivas, na UNICA, tem como função articular a indústria como um todo, para adequá-la aos discursos que garantiriam sustentabilidade das atividades produtivas, fundamental para a aceitação internacional e reconhecimento do etanol como *commodity* energética. Desta forma, a UNICA propõe realizar sua inserção na sociedade, particularmente junto a investidores, consumidores e o Estado. (MUNDO NETO, 2013)

Para atrair investidores as empresas precisam demonstrar viabilidade econômica, mas também são cada vez mais questionadas quanto à compatibilidade de suas ações em relação às dimensões ambientais e sociais. O discurso da “sustentabilidade” passa a ser uma condição para aqueles que atuam nas atividades sucroalcooleiras. A plasticidade do termo e o embate para definição do conceito de “sustentabilidade” no espaço econômico refletem parte da luta pelo poder no seio da sociedade. (MUNDO NETO, 2012).

Os grupos das agroindústrias sucroalcooleiras, por meio de estratégias orquestradas pelas organizações de representação dos industriais do setor, particularmente a UNICA, procuram cada vez mais se distanciar da imagem de vilões ambientais e do histórico negativo em termos de relações sociais (seja nas relações trabalhistas seja naquelas com as comunidades no seu entorno) para tornarem-se exemplo de negócios sustentáveis.

A Responsabilidade Social Corporativa e a Gestão Ambiental que, segundo Grün (2005), tornaram-se pilares da Governança Corporativa brasileira estão presentes nos enunciados institucionais da maioria das empresas do setor, mesmo aquelas que não participam diretamente do mercado de capitais.

Em 2008, a UNICA ocupou posição crítica no projeto que criava a Cartilha de Sustentabilidade para os agrocombustíveis elaborada com a participação de grandes corporações (a Shell, Petrobras, British Petroleum, Bunge, Toyota), e das ONGs WWF e Amigos da Terra-Amazônia Brasileira. A UNICA defendeu, em especial, a dimensão econômica da sustentabilidade, ou seja, que os projetos de produção de agrocombustíveis fossem avaliados também em função da viabilidade e eficiência econômica (BARROS, 2008).

A UNICA é formada por 119 associadas “responsáveis por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil” (UNICA, 2010). No Conselho Deliberativo da UNICA predominam representantes dos grupos que dominam o campo. O conselho é composto pelo seu presidente executivo (profissional do mercado) e por vinte e cinco representantes de algumas de suas principais associadas.

Grande parte dos conselheiros são executivos dos grupos dominantes no campo que operam na lógica financeira predominante no capitalismo contemporâneo, seja por operarem em mercados de capitais (COSAN/NOVA AMÉRICA, SÃO MARTINHO, GUARANI), ou por serem executivos de subsidiárias de grandes grupos econômicos, dominantes em outros campos, (LDCbioenergia, ETHbioenergia/BRENCO), ou serem executivos envolvidos com operações de fusões e aquisições nas quais participaram grupos internacionais (MOEMA/BÜNGE, EQUIPAV/ SHREE RENUKA), ou ainda por estarem ligados à COPERSUCAR (SÃO MANUEL, PIONEIROS, ZILOR⁵, FERRARI, COCAL) . Os representantes destes grupos industriais seriam os principais responsáveis por trazerem para a UNICA a concepção de controle dominante no mercado de capitais. (MUNDO NETO, 2012).

O conselho de administração da UNICA é composto pelos representantes mais importantes e sua diretoria é profissionalizada, a exemplo de seu presidente executivo, Marcos S. Jank⁶, que antes de ser executivo consagrou-se no ambiente acadêmico,

⁵ A Zilor foi fundada em 1946 com o nome Zillo Lorenzetti, sobrenome das famílias que deram início às atividades da empresa com a produção de açúcar e álcool. Em 2007, a empresa passou a se chamar Zilor.

⁶ Professor Associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA-USP (Área: Economia Internacional, Política Comercial, em tempo parcial). Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Representante do Departamento de Economia da USP na Comissão do Curso de Graduação em Relações Internacionais da USP.

particularmente por meio dos estudos sobre o agronegócio brasileiro. Isso indica porque a ciência é uma das principais fontes e força de legitimação do discurso político e do capital.

Marcos Jank é um representante estratégico do setor. Como um “especialista” em economia e relações internacionais pode ser significado como representação política profissionalizada, com formação técnica/científica para atuar frente ao setor. Um outro aspecto importante a esse respeito é que, dado a função que ocupa professor/representante de classe do setor agroenergético, acumula poder com base em seu domínio de um campo de saberes ou técnicas. Na qual o saber é uma dimensão inseparável do poder, os especialistas enunciam com estatuto de verdade, enunciam a partir de um lugar que lhes confere legitimidade.(MUNDO NETO, 2012).

Os discursos políticos, econômicos e científicos são, portanto o lugar de uma disputa pelo poder que se faz por meio de uma concorrência pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou a totalidade de um determinado grupo. A força dos discursos reside, nesse sentido, no terreno da ciência, pelo valor de verdade e pela força de mobilização que ela encerra, isto é, pela força do grupo que a reconhece; e é o que faz dos discursos político, científico e econômico, instâncias capazes de validar e legitimar os fundamentos da competência dos interesses de classe.

A UNICA, entidade de classe, destaca-se como ator importante do discurso econômico e do discurso político, mas conta com significativas contribuições do discurso científico. Além da constituição de uma diretoria executiva profissionalizada, a UNICA tem reunido lideranças, defensoras do etanol, que transitam no campo científico, no campo econômico e no campo político ampliando significativamente o poder da organização em diferentes esferas da sociedade brasileira e do ambiente internacional.

Ao discorrermos sobre as organizações de classe tínhamos em foco duas questões: 1) pensarmos de que forma, num contexto delineado em torno de crises, disputas, conflitos de interesses, essas se articulam por meio dos discursos que circulam em meios institucionais, políticos, acadêmicos, sociais etc, para iniciar uma ofensiva no campo; 2) evidenciar como, mesmo que convivam em espaços de disputas de interesses,

conseguem unificar num discurso “modernizante”, unido à ideia de “governança” como uma estratégia de conduzir e de resolver conflitos e de padronizar modelo de desenvolvimento econômico.

2.5. Agroenergia e a nova frente do agronegócio

Por meio de várias pesquisas, entre elas destacamos (THOMAZ JR, 2009; OLIVEIRA, 2009; ASSIS e ZUCARELLI, 2007) têm sido evidenciados as contradições que estão articuladas ao universo dos ganhos do país em sua quando de sua entrada e procura de liderar no mercado mundial de agrocombustíveis, independente dos impactos causados na agricultura camponesa, agricultura familiar e trabalhadores rurais.

Vinculado ao discurso institucionalizado do desenvolvimento sustentável⁷, os agrocombustíveis são propagandeados como saída tanto para a questão das mudanças ambientais globais, quanto para as ameaças de finitude das reservas de petróleo (ASSIS e ZUCARELLI, 2007). Os desdobramentos desse processo já estão sendo eununciados, como a ameaça ao direito à segurança alimentar, a desestruturação das relações de produção e de reprodução social, os conflitos fundiários e o deslocamento compulsório, e a redução dos trabalhadores da indústria canavieira à condição análoga a de escravo (THOMAZ JR, 2007; SILVA, 2008).

A ênfase na discussão sobre a produção agroenergética como alternativa às emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, principalmente pelos produzidos do consumo de combustíveis fósseis⁸ vem sendo alvo da literatura científica e de divulgação internacional especializada. É possível acompanhar o debate em da relação entre o uso de terras destinadas para cultivo de alimentos e o embate acerca da produção de agrocombustíveis em todo o mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2008), há um antagonismo claro nessas duas formas de produção, uma fins energéticos, e para a produção de alimentos, poderá ocasionar o aumento dos preços dos produtos alimentícios e da terra, provocando a expansão da

7 Zhouri (*et al*, 2005) explicita que o conceito de desenvolvimento sustentável “compreende significados imprecisos, cambiantes e controversos ao relançar a “ideologia do desenvolvimento” no contexto da atual fase da globalização”.

8 Esse debate se acentuou a partir de 1997 com o Protocolo de Kyoto: tratado internacional entre os países industrializados que estabelece metas para redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Todas as nações signatárias deveriam reduzir em 5% a emissão de gases como o CO₂ em relação aos dados de 1990, até o ano de 2012.

fronteira agrícola, além do desmatamento e a insegurança alimentar.(LAGES e PENIDO, 2009).

A produção de agrocombustíveis, principalmente nos países do hemisfério norte, é aceita, muito em função do discurso da preservação ambiental (ASSIS e ZUCARELLI, 2007). Esse discurso se consolida na apropriação dos recursos naturais, sobretudo, dos países latino-americanos e caribenhos, encarados como estratégicos na composição e equilíbrio da eficiência energética e energia renovável, principalmente através do uso da biomassa. Nessa perspectiva ambiental vinculada a uma concepção amparada no crescimento econômico justificativa-se o uso de “energias limpas”, sem considerar os conflitos no campo (ASSIS e LASCHEFSKI, 2006; ASSIS e ZUCARELLI, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2007; THOMAZ JR, 2009).

Países como Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) promovem a o uso de políticas específicas para estimular a mudança de matriz energética baseada combustíveis fósseis por fontes renováveis de origem de bioma. Assim, nos EUA, o estímulo à produção e consumo do etanol, derivado do milho, a partir anos de 1990, deram origem ao *Clean Air Act*, que estabeleciam padrões de qualidade do ar das cidades norte-americanas (PAIXÃO e FONSECA, 2008). Da mesma forma que a UE, a partir do cumprimento do Protocolo de Kioto, em 2003, pretende ampliar a participação de energia renovável a partir da biomassa de 6% para 12%, em 2010, aumentando esse percentual para 20%, em 2020 (ARAÚJO, 2008), sob a égide do discurso “ambiental”. (LAGES e PENEDO, 2009). Segundo as autoras (2009, p. 2)

Os EUA, a UE, a China, a Índia e o Brasil, principais países e regiões produtoras e consumidoras de agrocombustíveis lideram as articulações diplomáticas e indicam a consolidação e a espacialização dos agrocombustíveis no mercado internacional (LASCHEFSKI, 2008). Diante desse contexto, o Fundo Multilateral de Investimentos⁹ do Banco Interamericano de Desenvolvimento aprovou um novo conglomerado (*cluster*) de atividades destinadas à promoção de mercados de energia limpa¹⁰. Liderando as preocupações mundiais, os EUA e a EU, nesse sentido, ampliam as possibilidades do Brasil

⁹ O Fundo Multilateral de Investimentos é um fundo autônomo administrado pelo BID que proporciona subsídios, investimentos e empréstimos para promover o desenvolvimento do setor privado, o treinamento da força de trabalho e a modernização da pequena empresa na América Latina e no Caribe.

¹⁰ O novo *cluster* já aprovou dois financiamentos para projetos de apoio a oportunidades de mercado de energia limpa: um subsídio de US\$975.000 para a Fundación Chile e um subsídio de US\$600.000 ao Instituto Ecológica para trabalhar em áreas rurais de Tocantins, Brasil.

tornar-se o grande fornecedor mundial da *commodity* (PAIXÃO e FONSECA, 2008; ARAÚJO, 2008).

Da mesma forma que, no Brasil, a produção de agrocombustíveis está pautada, na Política Nacional de Biocombustíveis, no Plano Nacional de Agroenergia (PNA) e no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)¹¹. Essas políticas, também estão alicerçadas no discurso que passa pela inclusão social¹², crescimento econômico e desenvolvimento regional, questões ambientais, ao mesmo tempo em que traz implícitos interesses setoriais (BRASIL, 2006; BRASIL, 2005), como de grupos transnacionais do agronegócio, do setor automobilístico e das cadeias produtivas a eles articuladas.

Para a região Nordeste, o enfoque do discurso é o da inclusão social e o propulsor seria a produção do “biodiesel”. Por outro lado, no Centro-Sul o foco é essencialmente o atendimento do mercado consumidor nacional e internacional de etanol a partir da cana-de-açúcar, articulado ao discurso da geração de divisas ou de alternativa econômica.

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, seguido pela Índia e pela Austrália. Em média, nas últimas safras, 52% dessa produção destinaram-se às fábricas de etanol (anidro e hidratado) e 48% às de açúcar. A cultura espalha-se pelo Centro-Sul e pelo Norte-Nordeste do país, (Quadro 2), ocupando cerca de 2% da área agricultável do solo brasileiro, equivalendo a cerca de 7 milhões de hectares (MAPA/Secretaria de Produção e Agroenergia).

¹¹ Dentre outras medidas do governo brasileiro destaca-se a criação, em julho de 2003, de um Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de estudar a viabilidade de utilização do biodiesel como fonte alternativa de energia. Além de várias leis, decretos, instruções normativas e resoluções, a exemplo da Lei nº 11.097/05, introdutora do biodiesel na matriz energética brasileira (BERMANN, 2007).

¹² Para o Plano Nacional de Agroenergia (BRASIL, 2005, p. 64), o “biodiesel será um importante instrumento de geração de renda no campo. No semi-árido, por exemplo, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares com mamona e uma produção média entre 700 e 1,2 quilos por hectare, pode variar dentre R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil”. Dentre os mecanismos utilizados pelo governo na tentativa de garantir a inclusão social está o Selo Combustível Social, certificado concedido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) aos produtores de biodiesel que adquirirem uma quantia mínima de matéria-prima da agricultura familiar. Todavia, segundo Bermann (2007, p. 74) não há uma “estrutura de fiscalização que garanta que os arranjos entre os empresários e os produtos sejam social e ambientalmente correto.

Quadro 1- Evolução da produtividade e da produção de cana-de-açúcar no Brasil por safra¹³

Safra	ÁREA (mil hectares) *			PRODUTIVIDADE (t/Ha)			PRODUÇÃO (mil t) **		
	Centro-Sul	Norte/NE	BRASIL	Centro-Sul	Norte/NE	BRASIL	Centro-Sul	Norte/NE	BRASIL
2005/2006	4.744,3	1.096,0	5.840,3	69,2	44,1	65,5	334.136,6	48.345,4	382.482,0
2006/2007	5.020,0	1.143,3	6.163,3	74,5	48,0	69,6	373.912,9	54.904,0	428.816,9
2007/2008	5.718,4	1.227,9	6.946,3	75,4	52,6	71,3	431.233,5	64.609,7	485.525,1
2008/2009	5.989,2	1.068,7	7.057,9	84,9	60,0	81,1	508.638,8	64.099,7	572.738,5
2009/2010	6.309,8	1.099,8	7.409,6	69,0	55,7	62,4	542.852,0	61.091,0	603.916,0
2010/2011	6912,9	1120,1	8033,0	81,1	55,4	77,5	560.544,3	62.037,3	622.581,6

* Fonte: CONAB (Boletim de Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-açúcar (Obs.: Dados aproximados)

** Fonte: MAPA/SAPCANA

Os estados mais representativos das regiões brasileiras são: Paraná, na região Sul do País; São Paulo, na região Sudeste, Alagoas, no Nordeste e, segundo MAPA (2007), dos estados do Centro-Oeste, Goiás destacou-se pelo crescimento em mais de 130% da produção de cana-de-açúcar, entre as safras 1999/00 e 2006/07, ultrapassando a produção do Mato Grosso do Sul, na safra 2000/01 e tornando-se o principal produtor da região a partir da safra 2005/06. Essa tendência (Tabela 1) continuou e aumentou nas safras de 2009/2010/2011 (MAPA/Secretaria de Produção e Agroenergia).

Tabela 1- Evolução da produtividade e da produção de cana-de-açúcar no Brasil por Regiões e Estados Produtores

2009/2010 2010/2011	ÁREA (mil Hectares) *			PRODUTIVIDADE (t/Ha)			PRODUÇÃO (mil t) **		
	Safra 09/10	Safra 10/11	VAR. %	Safra 09/10	Safra 10/11	VAR. %	Safra 09/10	Safra 10/11	VAR. %
MT	202,99	207,05	2,00%	69,20	65,98	-4,65	14.045,63	13.660,68	-2,74%
MS	265,40	396,16	49,27%	87,50	84,50	-3,74%	23.297,82	33.476,50	43,69%
GO	471,90	599,31	27,00%	84,96	77,10	-9,26%	40.092,43	46.204,78	15,25%
ES	68,04	68,05	0,02%	58,93	51,80	-12,11%	4.009,63	3.524,82	-12,09%
MG	588,82	649,94	10,38%	84,79	86,18	1,65%	49.923,38	56.013,60	12,20%
RJ	45,83	51,33	11,99%	71,13	49,44	-30,49%	3.259,99	2537,72	-22,16%
SP	4.129,87	4357,01	5,50%	87,81	83,02	-5,45%	362.644,76	361.723,27	-0,25%
PR	535,96	582,32	8,65%	84,90	74,39	-12,38%	45.502,88	43.320,92	-4,80%
RS	1,04	1,69	63,29%	46,82	48,53	3,66%	48,45	82,02	69,27%
CENTRO-SUL	6.309,83	6.912,86	9,56%	75,15	68,99	-8,19%	542.824,96	560.544,31	3,26%
AM	3,84	3,80	-1,14%	55,09	91,31	65,77%	211,75	346,99	63,87%
PA	10,90	9,98	-8,44%	57,19	52,29	-8,57%	623,41	521,85	-16,29%
TO	0,68	3,08	350,29%	66,02	77,59	17,52%	45,16	238,98	429,19%
RO	1,77	2,61	47,79%	63,00	52,37	-16,87%	111,25	136,69	22,87%
MA	39,39	42,10	6,88%	56,09	55,28	-1,44%	2.209,39	2.327,49	5,35%
PI	13,59	13,29	-2,23%	74,60	62,96	-15,61	1.014,08	836,70	-17,49%
CE	2,34	2,76	17,95%	66,01	13,14	-80,10%	154,47	36,26	-76,53%
RN	67,04	65,72	-1,96%	52,44	40,17	-23,41%	3.515,68	2.639,71	-24,92%

¹³ Trabalhamos aqui com os dados que foram divulgados, aproximados, pois a colheita ainda não terminou, por isso dados aproximados.

PB	115,54	111,80	-3,24%	54,02	46,93	-13,14	6.241,76	5.246,32	-15,95%
PE	321,40	346,82	7,91%	56,81	47,88	-15,73%	18.259,33	16.604,68	-9,06%
AL	447,98	438,57	-2,10	54,18	64,54	19,13%	24.269,76	28.305,30	16,63%
SE	37,90	36,99	-2,40%	39,07	54,19	38,69%	1.480,83	2.004,39	35,36
BA	37,40	42,57	13,82%	56,00	65,59	17,11%	2.094,55	2.791,97	33,30%
NORTE/NE	1.099,77	1.120,09	1,85%	53,73	55,71	-3,51%	60.231,41	62.037,33	3,00%
BRASIL	7.409,61	8.032,95	8,41%	66,44	62,35	-6,15%	603.056,37	622.581,64	3,24%

* **Fonte:** CONAB (Boletim de Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar (Obs. Dados aproximados)

** **Fonte:** MAPA/SAPCANA

Em levantamento divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2011), a previsão de produção total de cana-de-açúcar a ser moída pela indústria sucroalcooleira na safra 2010/11 é de 623 milhões de toneladas, segundo o primeiro levantamento da safra. Se confirmado, o aumento será de 8,41% em relação à safra 2009/10, o maior obtido até agora. Já a produtividade média aumentou em relação a temporada anterior, e agora é de 77,5 toneladas por hectare.

O estudo da Conab mostra que do total de 623 milhões de toneladas de cana-de-açúcar a serem esmagadas, cerca de 54,6% (362,8 milhões de toneladas) se destinam à produção de 28,5 bilhões de litros de álcool. Deste volume, 20,14 bilhões de litros são do tipo hidratado e 8,4 bilhões do anidro. A outra parte, cerca de 45,4% (301,6 milhões t), vai para a produção de 38,7 milhões t de açúcar. Na safra anterior foram produzidas 33 milhões t do produto. O consumo interno aproxima-se de 11,11 milhões t, somando consumo direto mais produtos industrializados.

A área plantada pela cana-de-açúcar no país alcança, na safra 2010/11, 8, 33 milhões de hectares ou 9,2% a mais do que na safra anterior. O Estado de São Paulo tem a maior parte, com 4.357 milhões de hectares, seguido por Minas Gérias, com 649 mil hectares, Paraná, 582 mil hectares, Goiás, 599 mil hectares, Alagoas 438 mil hectares e Mato Grosso do Sul, com 396 mil hectares (CONAB, 2011).

De acordo com União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) as estimativas apontam para um aumento de 10% na moagem de cana-de-açúcar na safra 2010/11. O total projetado para a nova safra deve atingir 595,89 milhões de toneladas, contra os 541,50 milhões de toneladas estimados para a safra 2009/2010.

Segundo o diretor técnico da UNICA, Antonio de Pádua Rodrigues, a previsão de aumento na moagem deve ser avaliada com cuidado. “A cana que deverá estar disponível para a produção de etanol e açúcar na safra 2010/2011 é praticamente a

mesma que estava no campo no início da safra 2009/2010, que teve a colheita severamente prejudicada pelas condições climáticas desfavoráveis. Em outras palavras, em termos de moagem, a nova safra deverá ser aquela que não foi possível concretizar no ano passado. (FOLHA ONLINE, 21/4/2011, s/p)

De acordo com o secretário de Produção e Agroenergia, Manoel Bertone, do Ministério da Agricultura, a expansão tem ocorrido em acordo com os objetivos socioambientais e compatível com a produção de alimentos, seguindo os critérios definidos pelo Zoneamento Agroecológico Nacional da Cana-de-Açúcar, que proíbe o cultivo em áreas sensíveis e determina critérios para seu financiamento.

Conforme já salientado, a maior concentração espacial ocorre no Estado de São Paulo, considerado o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. De acordo com a previsão feita pelo Instituto de Economia Aplicada (IEA, 2010) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgãos da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, a área agrícola cultivada pelos sete principais produtos da safra de verão em São Paulo deve crescer 2,9% na safra 2010/2011, em relação à 2009/2010, de 1,25 milhão para 1,28 milhão de hectares.

O estudo realizado aponta o algodão, com aumento de 115,5% na área cultivada, para 20 mil hectares, principalmente pela retomada de antigas regiões produtoras na região de Avaré. O estudo ainda avalia as perspectivas para as culturas de amendoim, arroz, batata, feijão, milho e soja. O IEA e a Cati apontaram, ainda, que a safra 2010/11 de cana-de-açúcar, já próxima do final da colheita, deve ficar em 438,4 milhões de toneladas, alta de 3,6%. A área plantada cresceu 3%, para 5,7 milhões de hectares. Dados semelhantes aos apresentados pela Conab, com pequena variação. Em relação aos dados de colheita de 2010, para o Estado de São Paulo, a área de cana-de-açúcar disponível para colheita na safra 2009/10 foi de 4.897.778 ha, equivalente a 19,7% da área total do Estado.

Diante do que foi exposto, como suporte institucional do governo federal, o Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 (PNA, 2006), apresenta um conjunto de diretrizes baseadas em pesquisa, tecnologia e infra-estrutura (sobretudo logística), com a finalidade de promover essa expansão através da desconcentração industrial do mercado de agrocombustíveis, sobretudo o da produção de etanol.

A expansão descentralizada também é sugerida por estudo da UNICAMP (2005), através de cenários para a produção de etanol visando 5% e 10% de adição no consumo mundial de gasolina. Segundo esse estudo, a produção brasileira para o primeiro cenário (5%) teria uma expansão de 8 para 21 milhões de hectares e seria suficiente para atender a demanda internacional. Tal expansão seria descentralizada, distribuída em 346 municípios entre as regiões Centro-Sul (60%) e Norte-Nordeste (40%), ocupando principalmente áreas de pastagens, cujas condições de clima e solo permitirem.

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC, 2004) realizou um levantamento de áreas para avaliar o potencial agrícola do Oeste do Estado de São Paulo. Para os autores, os solos ou associações de solos encontrados nesta região são em termos de classificação (umidade, fertilidade e textura), em sua grande maioria, os mesmos encontrados na grande fronteira agrícola dos cerrados no Centro-Oeste brasileiro. Nesse sentido, as regiões do cerrado constituem forte atrativo para novos empreendimentos, sobretudo devido suas características edafoclimáticas. Estas regiões apresentam climas de médio a alto potencial para a produção de cana-de-açúcar, com elevada demanda potencial para irrigação da cultura (UNICAMP, 2005).

Apesar dos estudos apresentados (PNA, 2006; UNICAMP, 2005) indicarem a necessidade de desconcentração espacial da produção sucroalcooleira e de sua expansão em áreas de pastagens, os dados levantados e pesquisas já realizadas (THOMAZ JR, 2009; OLIVEIRA, 2009) demonstram que esta expansão tem ocupado as áreas de maior potencial produtivo, induzida por outras variáveis de mercado, e sugerem uma nova concentração espacial, correlacionada preferencialmente aos solos de melhor aptidão e uso agrícola e de priorizar áreas de pastagens.

Assim, os desdobramentos das articulações entre produção e mudança de matriz energética estão entrelaçados aos interesses do capital, sem que problemas gerados a partir dessas alterações como as conexões entre degradação do meio ambiente e problemas sociais não fazem parte das discussões e nem são estabelecidos e, na verdade, são vinculadas de maneira mais direta à capacidade de auto-regulação do livre mercado. (ARRUDA, 2007)

As consequências desse processo é a consolidação e legitimação no território do capital industrial que se traduz no uso cada vez mais intensificado de máquinas modernas, implementos agrícolas de última geração e do uso das biotecnologias, engenharia genética etc., ligado ao financeiro por meio das políticas de créditos e especulação, garantindo uma lógica de mercantilização do território em escala nacional e global, que “proletariza” o campo, alijando um número cada vez mais crescente de camponeses do processo produtivo e acentuando a concentração de terras nas mãos de poucos. Ou seja, sob a sobredeterminação das commodities agrícolas e dos aportes tecnológicos as pequenas unidades de produção camponesa e familiar têm sua reprodução ameaçada em função da falta de recursos financeiros, de infraestrutura e de tecnologia. (ARRUDA, 2007).

Como afirma Thomaz Jr. (2009, p. 164),

Sustentados pelo modelo de organização em grandes extensões de terras sob a regência da propriedade privada, os conglomerados transnacionais que também expropriam, subordinam e sujeitam a estrutura familiar/camponesa em todo o planeta, e por meio das megaplantas de processamento agroindustrial controlam a produção/circulação de alimentos, também exercem controle sobre a produção de sementes reengenheiradas e transgênicas.

Os rebatimentos desse processo em consequência dos arranjos produtivos da agricultura de base empresarial que tem como suporte a expansão das *commodities* agrícolas, as quais se estabelecem no território patrocinando a tecnificação do trabalho, da organização do processo produtivo pelo uso intensivo de máquinas, fertilizantes, etc., pela mão de obra qualificada. Ou conforme Thomaz Jr (2009, p. 136)

Esses rearranjos, que acontecem no âmbito internacional e que repercutem as transformações da organização sociotécnica da produção, revitalizam a dinâmica geográfica da produção, identificando a marca central da reestruturação produtiva do capital.

Assim, as agroindústrias se despontam na nova reordenação do território transformando a produção, concentrando a terra que, como mercadoria, é apropriada e passa a ser concentrada nas mãos de empresas agropecuárias associadas à indústria e ao comércio nacional e multinacional. A territorialização ou “as formas de expressão do metabolismo do capital” (THOMAZ JR, 2009, p.136) representado pelas corporações agroindustriais acaba por transformar os arranjos espaciais e a dinâmica do território.

Estas acabam lucrando muito ao obterem benefícios propiciados pela dependência do produtor ao capital financeiro que, em função da crise na agricultura e das flutuações do mercado externo, traçam estratégias ancoradas no uso das tecnologias, aumentando a produtividade, a rentabilidade a qualidade e sua competitividade no mercado mundializado.

A forma de atuação do sistema capitalista atual, na qual o discurso do agronegócio se materializa, revela a maneira como têm sido garantidos privilégios sobre propriedade da terra e também os poderes monopolistas que resultam em transformar em mercadorias. Na reprodução ampliada do capital, as agroindústrias se apropriam do desenvolvimento tecnológico e da ciência transformando-as em mercadorias e aumentando o poder e a acumulação de rendas monopolistas. O que é um paradoxo pois, a mesma ciência que aprofunda é diretamente responsável pelas transformações na agricultura e que ocasiona mudanças no processo de produção é a mesma que contribui para, segundo uma lógica de racionalidade imposta pela globalização do capital, reproduzir novas relações de poder e dominação no território.

O controle do mercado agroalimentar e agroenergético são exemplos claros dessa forma de atuação, uma vez que o aumento do poderio dessas empresas amplia o seu espaço na produção de bens de capital – por meio do desenvolvimento da biotecnologia – numa escala sem precedentes no aumento da produtividade e, conseqüentemente na diminuição dos custos de produção e das vantagens auferidas em forma de lucro no mercado. A estratégia das corporações ou dos oligopólios é a centralização de capitais, isto é, as fusões representam formas de preservação do poderio financeiro e formas de dominação do mercado.

Assim, o agronegócio reúne globalmente regiões em relações tanto na forma de produção quanto no consumo, viabilizado pelo desenvolvimento das novas tecnologias, introduzindo áreas do território brasileiro sob a alçada de algumas empresas multinacionais do ramo biotecnológico, agroquímico, tradings etc. intensificando a drenagem de riquezas e as desigualdades entre regiões e ou país.

É nesse contexto que agronegócio canavieiro incorpora ou se estende sobre novas áreas, quer sejam tradicionais na produção de alimentos, em áreas de assentamento rurais, de comunidades extrativistas etc., em que a agricultura de base

empresarial, competitiva e para exportação se evidencia numa clara estratégia global para a reprodução do capitalismo e, conseqüentemente para a valorização do capital, alterando as relações sociais de produção existentes (THOMAZ JR, 2001; MENDONÇA, 2009).

Sendo o espaço produzido pelas condições sociais e de poder que ocorre sobre uma base territorial concreta, num determinado momento histórico este reflete a heterogeneidade que se compõe, a partir de hábitos, costumes e cultura particular criando territórios e territorialidades distintos que são evidenciados não apenas pela determinação de padrões técnicos e informacionais que se materializam no espaço, mas pelas contradições decorrentes das diferentes formas de apropriação do espaço, traduzido nas diferentes formas de viver e de consumir.

Esse espaço socialmente produzido, atendendo à lógica de poder dos grupos dominantes contribui como afirma Lefebvre (1973), para a (re)produção de relações sociais, evidenciada tanto no nível de reprodução do cotidiano, dos meios de produção e da força de trabalho, em áreas que estavam “à margem” do processo de reprodução ampliada do capital no território brasileiro. Ou seja, mesmo que o agronegócio canavieiro produza impactos nos lugares gerando empregos e renda, portanto, cumprindo com o discurso do desenvolvimento local e regional, essa condição é temporária.

O que significa dizer que a espacialização do processo de reprodução do capital com o reordenamento de territórios desempenha uma função estratégica para a integração social, política e, principalmente de interesses econômicos dos grupos dominantes que compõem o segmento do agronegócio canavieiro com a participação do Estado. Portanto, o processo de incorporação dessas novas áreas redimensionadas pelo agronegócio está entrelaçado aos interesses de burguesias agrárias e Estado e, também articuladas aos interesses de empresas transnacionais que compõem o circuito produtivo que giram em torno da produção de commodities, revelando a lógica de reprodução do capital e interesses públicos e privados.

É assim que no campo, a racionalidade do processo produtivo investido pelo saber e pela técnica, possibilita a redução do tempo de produção por meio do avanço da biotecnologia, agricultura de precisão; pela redução do tempo de circulação das

mercadorias por meio dos modernos e eficazes meios de transportes, numa lógica que transfigurada na aceleração da produtividade e ampliação das condições de produtividade de excedente, lucro e mais valia. Ou como afirma Ianni (1996, p. 52) “tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global”.

A crescente incorporação da visão de uma economia empresarial pelos produtores rurais, os agora denominados “empresários rurais”, não apenas provocou a transformação contínua e radical nas formas de trabalho e produção, como alterou o comportamento do produtor que passa a gerir a propriedade sob os moldes de uma empresa industrial.

O crescimento econômico é materializado na paisagem por meio de estruturas geográficas que são marcos identificadas como progresso, por exemplo, as paisagens homogêneas da atividade canavieira, sendo os mecanismos e estratégias utilizados pelo poder público local no sentido de atrair investimentos alicerçados em um discurso a ser aceito e incorporado pelos agroempresários e população local.

Esse foi o investimento de uma prática discursiva, conforme discutimos no capítulo anterior, em que a relação entre a produção de conhecimentos e a incorporação da ciência, considerando o universo do discurso, emergiram com o processo de modernização do campo, a partir de enunciados em que “atraso”, crescimento e desenvolvimento econômico foram a tônica. E também expressa uma de trama relações em que se articulam elementos dos discursos econômicos, políticos, científicos, sociais a partir das práticas do agronegócio canavieiro; prática essa entendida não só como um conjunto de atividades agroindustriais levadas a efeito por determinados grupos sociais no espaço agrário brasileiro.

Estas transformações efetuadas no interior do capital agroindustrial canavieiro, como a incorporação das novas tecnologias e equipamentos no processo de produção, os investimentos em P & D; a adoção de novos sistemas de gestão e controle do processo produtivo e de trabalho; a diversificação produtiva e a diferenciação inter-empresas são alguns elementos que se somam às ações gestadas pelo Estado em termos de aporte

financeiro e de políticas que beneficiaram esta fração do capital antes e pós desregulamentação.

Segundo Thomaz Jr (2007), a compreensão desses processos deve, necessariamente, passar pela discussão sobre a reestruturação produtiva do capital que vem sendo implementada em âmbito mundial e, mais precisamente, nas novas áreas que vêm sendo incorporadas mediante a territorialização do agronegócio, especialmente o agronegócio sucroenergético. Conforme assinala o autor,

É como se o projeto de desenvolvimento tivesse que ser *único* para o conjunto da sociedade, contanto que seu recorte para o campo fosse afinado aos interesses exclusivos de classe (das classes dominantes nacionais e estrangeiras). Estas, representadas, pois, pelas grandes empresas capitalistas relacionadas ao agronegócio, cujos vínculos se estendem de forma mais ou menos expressiva ao capital industrial (agro-químico-alimentário), capital bancário e financeiro, aos latifundiários e grileiros de terras públicas e devolutas (THOMAZ JR, 2007, p. 2)

Assim, a reprodução de formas de produção camponesa, por exemplo, é negada, e mais do que isso, é bruscamente alterada por outra lógica de produção, fazendo com que o trabalho de base familiar seja subordinado ao capital nas esferas comercial, financeiro e industrial. (THOMAZ JR, 2007, p. 2).

Esse processo vem propiciando mudanças nas relações sociais de produção, com graves alterações no trabalho. Essa “nova” organização da produção a partir da flexibilização, desregulamentação etc. e as mudanças nas relações de trabalho - superexploração, sujeição, precarização etc. ainda não foram totalmente assimiladas pelas organizações sociais e sindicais, as quais ainda não conseguiram dar as respostas a essas investidas do capital. Assim, qualquer análise sobre a territorialização e expansão da atividade do setor sucroalcooleiro, particularmente nas áreas selecionadas para receber investimentos (Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul)¹⁴, necessita ser pensada a partir da lógica de expansão do capital industrial e financeiro, materializado nos complexos agroindustriais, os quais produzem alterações

¹⁴ Ana Maria Soares de Oliveira (2009), desenvolveu sua tese de doutorado, “*Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*”, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr, na qual analisou as estratégias utilizadas pelo capital agroindustrial canavieiro no Brasil, tendo como fio condutor de análise a reflexão sobre a relação capital x trabalho.

na forma de uso e exploração nas terras e no trabalho (OLIVEIRA, 2009; THOMAZ JR, 2007, MENDONÇA, 2010).

Esse processo que se intensificou, a partir dos anos 1980 e 1990, impulsionando uma série de transformações, com novas ofensivas do capital na produção, com a finalidade de obter novos patamares de acumulação. A introdução de inovações tecnológicas abrem espaço para a flexibilização da produção e das relações de trabalho nas empresas, as quais têm rebatimentos diretos na segmentação da força de trabalho e na divisão social do trabalho inter-empresas. Como é o caso da redução de trabalhadores com contratos permanentes e o aumento do contingente de trabalhadores temporários (ALVES, 2000).

O que se observa é uma maior desvalorização da força de trabalho, na medida em que a reprodução material passa a depender do vínculo com o emprego, aumentando a dependência do trabalhador em relação à empresa. Os trabalhadores temporários, pela forma de contrato diferenciada, na maioria dos casos não têm acesso aos mesmos benefícios dos trabalhadores estáveis, ficando assim fora da maioria das políticas de benefícios oferecidas pela empresa. Portanto, as mudanças nas práticas de organização do trabalho estão mobilizando uma ação eminentemente política, que tem na subordinação “consentida” dos trabalhadores a expressão máxima do capital.

É interessante salientar que, na década de 1980, o Estado desempenhou um papel importante nesse processo, por meio da oferta de subsídios, os quais foram sendo substituídos lentamente pela redução dos custos agroindustriais e também pela busca de outras fontes de receitas, como por exemplo, a diversificação de produtos. Desta forma é que a adoção de inovações tecnológicas e organizacionais intensificou-se estimulada pelo cenário de reestruturação da economia mundial e pelas mudanças econômicas e políticas em curso no contexto nacional. (THOMAZ JR, 2002).

A reestruturação chega ao espaço rural acirrando o conflito capital-trabalho e apresentando um conjunto de desafios para os trabalhadores da agroindústria canvieira, diante destas redefinições. Esse processo de reestruturação produtiva do capital sucroenergético viabilizado pela incorporação de tecnologias e equipamentos no processo de produção, a adoção de novas formas de gestão e controle do processo de

produção e de trabalho, propiciou a elevação dos níveis de produção e de eficiência agroindustrial (THOMAZ JR, 2003).

O aumento da produtividade e competitividade tornou-se condição principal para as empresas que, ao estabelecer metas adotam as formas racionais de gestão e de controle do processo produtivo e de trabalho e também, por necessidade, “novos” padrões tecnológicos e ambientais investindo em uma série de produtos, os quais geram novas forma de controle. Nessa perspectiva, foram criados os Sistemas de Gestão Ambiental e de Controle de Qualidade, os quais são parâmetros utilizados para a certificação e o controle de produtos e processos (exemplo as ISO 9000 e ISO 14000 e certificação orgânica)¹⁵, os quais tem tornado as empresas mais exigentes quanto ao controle e a qualidade de seus produtos, conseqüentemente, passando a exigir mais dos trabalhadores envolvidos direta e indiretamente no processo (OLIVEIRA, 2003).

O que tem favorecido a apropriação do discurso ambiental pelo capital agroindustrial canavieiro; ou seja, as exigências no contexto nacional e internacional, de uma mudança de paradigma: do petróleo para a era dos agrocombustíveis, em outras palavras “a energia que se planta”, que tem significado uma corrida desenfreada para a produção de agrocombustíveis.

A incorporação desse debate por parte do setor produtivo pode ser “lido” tanto pela perspectiva da conscientização do setor sobre a da necessidade de implementar ações menos agressivas ao meio ambiente, quanto da transformação da questão ambiental em instrumento de proteção de mercado. O discurso ecológico tem se materializado em estratégias em que projetos de certificação orgânica, dos projetos de co-geração de energia e de seqüestro de carbono, servem de suporte para a ação do capital. Um dos subprodutos da cana-de-açúcar, o bagaço, tem sido utilizado para a produção de energia elétrica, o que alimenta o discurso da produção de energia limpa e renovável. Assim, o próprio processo de dominação do capital, travestido em preocupação ambiental, acaba saindo fortalecido a partir da apropriação das demandas e dos discursos ambientais. Como afirma Thomaz Jr (2003),

¹⁵ Ana Maria Soares de Oliveira (2003), pesquisou esse assunto em sua Dissertação de Mestrado “A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental”.

Em nome de determinados pré-requisitos (*ambientais*), torna-se possível a aceitação das mercadorias (açúcar e álcool) ou o privilegiamento de mercados cativos, sem antes serem diagnosticadas as reais condições de trabalho, formas de pagamento, cumprimentos de acordos coletivos etc. (THOMAZ JR, 2003, p.234).

Assim, é preciso avaliar de que maneira a aposta nos agrocombustíveis como nova “matriz” de energia limpa e renovável também serve para ‘renovar’ o discurso do agronegócio e suas estratégias de ocupação territorial e neste embate, a pressão exercido por uma demanda industrial por cultivos energéticos, a luta pela terra e pela reforma agrária tornam-se um entrave a esses propósitos.

No próximo capítulo apresentamos, por meio desses discursos, a forma como são entrelaçadas as matrizes discursivas econômica, política, científica. O fio condutor é evidenciar como determinados discursos são engendrados na forma saber/poder e como estes são geradores e portadores de verdades. E uma das grandes verdades construídas pelos discursos foi a urgência da mudança da matriz energética. Respalhada por uma plêiade de discursos de várias matrizes econômicas, sociais, políticas, científicas.

Conforme já foi salientado, os discursos constroem os objetos do que falam. Assim, discurso, poder, ciência se entrelaçam na forma de argumentos que são postos em circulação hoje, sobre desenvolvimento econômico do país, tendo como suporte o agronegócio em suas mais variadas formas e, o agroenergético em particular.

Ao discutirmos a atividade canvieira desde o Proálcool e todos os desdobramentos advindos dessa prática vinculada ao discurso, quisemos situar um conjunto de tal prática desde sua emergência até sua erupção na atualidade; descrever como a ela se articulam, se excluem mutuamente, se reencontram, re-combinam e possibilitam o surgimento de novos discursos, tematizando problemas a serem resolvidos e oferecendo sempre as mesmas soluções com variadas matizes.

Os discursos que têm justificado esses (re)arranjos nos territórios são, no mais das vezes amparados na emergência da ameaça de uma crise mundial provocada por um sem número de problemas oriundos da crise energética. A própria palavra crise é elucidativa para o que nos propomos discutir. Em primeiro lugar, o uso abusivo dessa palavra não consegue disfarçar uma vontade normalizadora. A evidência de uma situação irregular ou mesmo caótica que precisa urgentemente reencontrar-se com uma

funcionalidade ou ordenação perdida. Mas tal vontade adquire contornos bastante específicos: o controle das formas de produção e de geração de energia em todas as suas formas biomassa, eólica etc. Assim produz a destruição e capitaliza ainda mais respondendo ao medo da destruição, como instância de controle apaziguadora “nós temos como produzir energia” e “nós temos como resolver o problema de escassez mundial de energia renovável”. (Des)territorializa o meio ambiente, deteriorando-o, e a mesmo tempo (re)territorializa um planeta na emergência de um colapso. Esse nos parece o movimento do capital em suas novas formas de acumulação. Ou da forma como os discursos adquirem materialidade por meio da expansão da atividade canavieira, este atua criando e (re)criando os arranjos e (re)arranjos nos espaços e territórios ao sabor dos anseios e desmandos do capital.

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3- O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO CONTEXTO DE MUDANÇA DE MATRIZ ENERGÉTICA

Introdução

No capítulo anterior discutimos como o agronegócio canavieiro se espacializou por meio dos incentivos de políticas públicas, como o Proálcool. Derivado dos discursos da demanda por energias renováveis, da necessidade do crescimento e desenvolvimento econômico, a expansão da atividade canavieira tem (re)configurado o espaço agrário nacional incorporando novas áreas ao circuito espacial da produção e evidenciado o processo de acumulação do capital.

A expansão do capital nesse contexto se dá a partir da expansão do agronegócio provocando um (re)ordenamento territorial que privilegia uma lógica de reprodução ampliada do capital por meio da comercialização e escoamento de *commodities*, constituindo um mecanismo fundamental na condução das transformações socioespaciais que passam a configurar no território, bem como a própria incorporação da concepção de agronegócio no meio econômico e político brasileiro.

A concentração de riqueza que se evidencia nesse processo manifesta-se no espaço pela presença de uma estrutura fundiária altamente concentrada, com o predomínio do latifúndio ou da grande propriedade improdutiva. A esse respeito Thomaz Jr (2009) pondera que a articulação entre o poder econômico, ou de grupos hegemônicos, sustentado pelos mecanismos institucionais, é o que tem permitido, em áreas selecionadas para receber investimentos, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil, além de abrir novas linhas de crédito com juros mais baixos e prazos maiores. Outra medida que está sendo estudada são os estímulos tributários ao aumento da produção de cana-de-açúcar, além de financiamentos em condições interessantes para ampliar a produção. Está sendo cogitado, por exemplo, um corte de PIS/Cofins em equipamentos.

Essas medidas afetam em muito o Pontal do Paranapanema. A transformação das terras devolutas em áreas de exploração da atividade canavieira, disciplinando o processo de acesso a terra, normalmente via arrendamento, tendo em vista as pendências

jurídicas são ações recorrentes em favor da legitimação da grilagem (THOMAZ, 2009), bem como inibindo o processo de reforma agrária selando, portanto, o compromisso dos governantes com a burguesia rural e empresarial.

As alterações no espaço se dão em áreas em que a atuação de grupos oligopolizados promove reconfigurações dos territórios cujos interesses estão ancorados no capital em detrimento dos interesses sociais e ambientais. A partir da construção dessas estruturas ou empreendimentos econômicos outros processos são materializadas no sentido de atender demandas mercado mundial (ARRUDA, 2007).

As facilidades concedidas pelo Estado propiciam e induzem um intenso processo de deslocamentos de empresas e de empresários/produtores rurais para várias regiões do país. Nesse quadro de expansão do agronegócio canavieiro, articulações e alianças entre usineiros, latifundiários e poder público são realizadas para legitimar a posse das terras públicas, (conforme discutiremos no capítulo 4) em relação ao Pontal Paranapanema. Por outro lado, da mesma forma que as alianças são realizadas com o intuito de expandir o capital no campo.

Tendo esse cenário como alvo, este capítulo tem como objetivo evidenciar o discurso do setor empresarial e como o mesmo se incorpora ao contexto agroenergético, nesse sentido localizando-o espaço-temporalmente e explicitando sua lógica de funcionamento, a partir das estratégias materializadas nas fusões e corporações. Evidenciamos como grupos hegemônicos materializam a eficiência econômica e o ordenamento territorial por meio de formações discursivas que materializam uma visibilidade econômica e espacial em uma escala ampliada, criando uma ideia de eficiência, eficácia e sucesso.

3.1. Discurso do *agribusiness* às articulações de classe: ou do *ethos* moderno

Na atualidade, os enunciados que caracterizam argumentos e práticas do agronegócio continuam baseados no ideário da Nova República, resguardada, nesse sentido a relação espaço-tempo. A defesa dos modernos padrões de rentabilidade, produtividade e competitividade, a defesa de um determinado padrão de desenvolvimento, o imperativo da gestão empresarial como condição de reprodução social e também como prática política são os pressupostos do agronegócio.

O agronegócio contou com discursos oriundos de projetos políticos específicos. Nesse sentido, foram esboçadas, grosso modo, as linhas de novo projeto dominante dos grupos agroindustriais brasileiros: a modernização definitiva da agricultura, mediante seu funcionamento em bases totalmente empresariais e, sobretudo, internacionalizadas.

Nessa conjuntura faltava muito pouco para afirmar-se o conceito de *agribusiness*. E seria por meio da atuação de Roberto Rodrigues, que esse conceito se cimentaria, partindo da dupla proposta de abertura da agricultura brasileira às grandes linhas da “competitividade” internacional e de difusão da noção do agronegócio.

Em suas palavras, “Devemos nos associar aos setores secundários e terciários a montante e a jusante da produção para desenharmos as linhas todas a seguir. Só então será revertida a *descapitalização do nosso agro*” (Informativo OCB. Brasília, 1990, p.08. Grifos no original). Ainda em suas palavras, a valorização política dos representantes da agricultura brasileira dependia da adoção de,

(...) um regime econômico liberal, para que os investimentos privados sejam maciços. O Brasil precisa se articular com este mundo moderno para não perder o trem da contemporaneidade! Mas é óbvio que precisamos rearranjar as classes do vagão brasileiro para estarmos atrelados coerentemente a este trem.

A ABG, fundada em 1993, e um dos principais mecanismos de legitimação da entidade consistiu em enfatizar, por meio da grande imprensa, a importância do *agribusiness*, ressaltando tanto sua participação no PIB e na balança comercial do país quanto no potencial empregatício e na minoração da porcentagem do dispêndio das famílias brasileiras.

O discurso que justificaria a legitimidade da ABAG se fundamentava no argumento de que já estava sedimentada, no país, uma “nova agricultura”, diversa daquela até então vigente e, nesse sentido, era premente, a necessidade de construírem-se canais de representação política ainda mais eficazes e compatíveis com a relevância econômica dessa “nova” agricultura.

Assim, para atender essas exigências, seria desenvolvido um trabalho de elaboração de um discurso que dispunha sobre o conjunto das atividades econômicas do país à agricultura, agora definida como “atividade principal”, posto ter “respaldado” a

economia brasileira em crise desde os anos 80, gerando parte considerável do PIB nacional. Numa operação simbólica e política da maior envergadura, as lideranças da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) recriariam a própria noção de agricultura, atrelando-a àquela, bem mais ampla, de “agronegócio”, não mais limitada à atividade agrícola propriamente dita. Conforme Araújo e Pinazza (1994, p. 35)

Um novo segmento surgiu *antes da porteira da fazenda* - o da *pesquisa e experimentação* - que passaram a ser exigências fundamentais através da produção de sementes melhoradas, corretivos e fertilizantes; tratores, defensivos, vacinas, rações e medicamentos. Surgiram ainda mecanismos especializados de crédito, para custeio e investimento e apareceram *ações de marketing no campo*. (Grifos nosso)

De novo esse “segmento” não apresentava a novidade que propagava, na verdade podia ser creditado aos moldes da à “modernização” da agricultura verificada na década de 1970, conforme já discutimos – embora, agora, fosse vinculado às atividades financeiras. Na verdade, o novo era a associação verticalizada ou a integração, de todas as atividades agrícolas e estas arquitetadas “(...) a partir da idéia de interdependência intersetorial e que somente se completaria no assim chamado “mundo posterior à fazenda”, envolvendo desde o armazenamento e transporte, até a industrialização e financiamento da produção.” (MENDONÇA, 2005, p. 23). Nas palavras do então presidente da ABAG “o agricultor passou a ser um especialista em plantar e criar, íntima interdependência com os segmentos a montante e a jusante da fazenda.” (ARAÚJO; PINAZZA, 1994 p. 120). Ainda de acordo com Mendonça (2005, p. 23),

(...) a noção de *agribusiness* organizou e instrumentalizou um complexo de operações, de cunho muito mais comercial e financeiro e cuja importância não pode ser aquilatada, apenas, por seu desempenho econômico, mas por sua influência política. Foi essa nova “leitura” da agricultura que se tornou avalista de um sistema produtivo amplo e intrincado, diante do qual urgia criar-se uma mega-agremiação dotada de poder político proporcional à sua importância, ainda que, segundo o discurso dos dirigentes da ABAG, nenhuma das entidades pré-existentes fosse desaparecer:

“A ABAG não é uma associação a mais. Ela não nasce para substituir as associações dos vários segmentos que a constituem, todas elas participantes de seu Conselho Consultivo”. (ARAÚJO; PINAZZA, 1994, p. 141, grifos no original).

Segundo Mendonça (2005, p. 23):

A criação da ABAG pode ainda ser vista como uma reação dos empresários agroindustriais à “incompetência” do Estado em enfrentar a crise econômica brasileira, incompetência que resultara numa suposta estagnação da agroindústria, legitimando, assim, a transferência, para as entidades de classe, da responsabilidade pela busca de novos rumos para o setor e o país.

A retórica neoliberal dos anos de 1990 assentada segurança alimentar e competitividade, embora discrepantes na origem, foram harmonizadas via “transformação” do *agribusiness* brasileiro em parceiro da segurança alimentar mundial. Por meio desse movimento se “mascarou” a evidência de que por trás dessa entidade estava fortemente vinculado um *lobby* empresarial bastante lucrativo, travestido de compromisso social. (MENDONÇA, 2005). Nesse contexto, a contradição estava materializada num país visto como um dos maiores exportadores mundiais de produtos do *agribusiness*, mas apresentava a sexta população mais malnutrida do planeta¹

Entretanto, para além de sua importância econômica interna, o *agribusiness* era tido como fundamental para a inserção competitiva do Brasil no mercado internacional e, sobretudo, para a melhoria social do país. Conforme foi publicado pela entidade,

A história dos países desenvolvidos revela que foi a adoção de uma política de segurança alimentar que significou muito mais que prover alimentos à população. É uma estratégia para o crescimento econômico com demanda sustentado, onde há melhor estabilidade e distribuição dos frutos do progresso social e melhor qualidade de vida. Não se diga que eles buscaram esse caminho porque são ricos. A verdade é o contrário. Eles tornaram-se ricos por que assim o fizeram. (ABAG, 1993, p. 2)

A ABAG imprimiu um enfoque empresarial aos interesses do *agribusiness* à noção de Segurança Alimentar. Nesse sentido Roberto Rodrigues (1999) afirma que

O trabalho mostra que segurança alimentar dispõe de um conceito preciso e não é sinônimo de socorro alimentar. Define-se como acesso assegurado a todas as pessoas, em todos os tempos, ao alimento necessário a uma vida saudável. Os riscos de uma família não dispor

¹ A esse respeito é interessante observar que ainda hoje se convive com padrões modernos de agricultura e de produtividade, com situações terrivelmente contrastantes como é o caso de dados do IBGE 2010, divulgados na Folha online, 31/07/2011, em que no município de São Desidério, 30% da população vive com renda média per capita inferior a R\$ 70, linha de miséria do governo federal. São Desidério produz, de forma intensiva algodão, soja e milho, ou seja, lavoura de exportação que concentra renda e não gera empregos.

de uma dieta adequada de suprimentos passam pela produção agropecuária, emprego e renda. A montagem e aplicação dessa estratégia não se dão em curto prazo (RODRIGUES, 1999).

A estratégia articulada setor e seus dirigentes residia no aumento dos salários, o que incidiria em poder de compra, facilitado pela diminuição dos preços dos alimentos. A fórmula pensada para tal seria diminuir a incidência de impostos sobre produtos alimentares. A queda nos preços também seria ser adquirida garantindo índices de produtividade, através de pesquisa científica e tecnológica. (MENDONÇA, 2005). Para a autora,

(...) a contradição embutida em semelhante auto-justificação reside no fato de tratar-se de uma entidade representativa das grandes cadeias de atividades altamente empresarializadas e financeirizadas, destinadas, prioritariamente, à exportação, sem grande afinidade com o mercado interno ou a “mal alimentada população brasileira”, embora tivesse emergido como portadora de uma finalidade estratégica: compatibilizar “desenvolvimento econômico” e “bem-estar social”. (MENDONÇA, 2005, p. 25).

Assim que o novo projeto de agricultura proposto por esses também novos “ruralistas”, era baseado na competitividade, tecnologia e gestão. Segundo um dos representantes do setor “O centro do poder migrou para a capacitação científica e tecnológica, centrada na informação e em novas técnicas de gestão. O melhor produto, pelo preço mais baixo, passa a ser a lei da competitividade” (ARAÚJO, N. B.; PINAZZA, L. A, 1994 p. 116).

Esse processo de constituição do agronegócio, segundo Thomaz Jr (2009, p. 2), não se deu em um espaço político e socialmente esvaziado, nem tampouco resultou da atuação de setores e/ou técnicos vinculados à agropecuária, mas foi resultante das iniciativas levadas a efeito por empreendimentos agropecuários de grande porte, advindos da modernização agropecuária. Assim, uma "nova" agricultura - racional, científica e progressista - capaz de superar o "atraso" acabava por imputar ao campo a condição de arauto da modernidade. Com base nesses pressupostos, distintos segmentos de grandes proprietários rurais advogaram a maior intervenção do Estado em matéria de agricultura, não apenas no tocante à criação de melhores condições para a circulação de seus produtos, como também para sua própria produção.

Em entrevista à revista *Panorama Rural*, Roberto Rodrigues, representante do setor rural da noção de agronegócio, dando realce aos investimentos e ganhos relacionados ao uso e incorporação de tecnologia na atividade agropecuária, afirma que,

(...) estes se capitalizaram, investiram em tecnologia, aumentaram produtividade e estão produzindo a mais impressionante revolução da história recente da agricultura brasileira. Esta revolução tem 3 vertentes: a mais visível é a tecnológica. Nas modernas fazendas brasileiras encontramos hoje tratores, implementos e colheitadeiras de última geração; plantio direto e agricultura de precisão já estão dominados; novas fórmulas de adubos, defensivos e novas variedades de sementes vão se multiplicando; práticas culturais inovadoras são introduzidas. É o estado da arte da agricultura mundial. (RODRIGUES, 1999, p. 1).

Essa declaração explícita e reforça o elo entre a construção/constituição da noção de agronegócio e a incorporação de tecnologia, numa lógica – a da modernização – com a adoção dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, mas também deixa claro um discurso que sinaliza para a distinção do setor do agronegócio que aderiu a esse modelo de desenvolvimento da agricultura, dos setores considerados “atrasados” e incapazes de acompanhar os avanços tecnológicos. Há também nesse discurso uma tentativa de diferenciação entre dois modelos de exploração, ou seja, do latifúndio e da pequena produção. Segundo Alentejano (1997, p.23),

(...) o padrão tecnológico adotado e difundido não se adequa às necessidades da pequena produção e as razões para isso são simples: as características estruturais da agricultura familiar brasileira não se adequam ao padrão tecnológico disponível; o processo não foi feito para os pequenos. De um lado, características como limitada disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições ecológicas adversas – piores terras – policultura, insuficiência de recursos para investimentos e mão-de-obra numerosa dificultam o acesso à moderna tecnologia.

No entanto também é preciso considerar que não é apenas a imposição de um modelo tecnológico que tem como seu fundamento a lógica de mercado, ou seja, resulta não só dos processos econômicos que culminaram em rendimentos cada vez maiores, mais investimentos em tecnologias, etc. além da viabilização de políticas agrícolas em prol das frações acima mencionadas. É, em nosso entendimento um investimento discursivo que produziu saberes e poderes moldando formas e jeitos de pensar e praticar a agricultura e que foi responsável por sua transformação.

A apropriação e uso da noção de agronegócio ganha destaque também a partir de um contexto social e político em que há tensões e disputas entre os vários segmentos do espaço rural brasileiro. Assim, os usos e as apropriações de noções como a de agronegócio são constituídas por relações de poder e se materializam nos espaços rurais enquanto uma prática definidora de um modelo agropecuário hegemônico.

Para pensar a questão, na atualidade, envolvendo disputas entre setores, por exemplo, da agroindústria canavieira, no Pontal do Paranapanema, Thomaz Júnior (2008) afirma que,

O que estamos assistindo, então, nos últimos meses, no Brasil, em relação às disputas regionalizadas por terras, privilégios, isenções, favores entre grupos empresariais canavieiros e de outros setores do agronegócio, em especial voltados à produção de biodiesel (mistura de gordura vegetal ou animal ao álcool etílico ou metílico), nada mais é do que as novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, um amplo arco das classes dominantes, as quais demonstram com todas as letras a amplitude e o jogo de interesses de classe que gravitam em torno desse tema (THOMAZ JR, 2008, p. 1)

Desse modo foi assegurado, e continua sendo assegurado em outras bases, não apenas a potencialização da acumulação capitalista no país, como também o aprofundamento da subordinação da agricultura às grandes linhas do comércio e aos blocos mercantis resultantes da “globalização”.

A nova condição do Brasil ao *status* de país agrário-exportador, mediante a imposição do novo projeto hegemônico, da ampliação das desigualdades socioeconômicas vigente no país, em geral, e no “meio rural” em particular, fez com que se aprofundasse o abismo existente entre “modernas empresas agroindustriais” e agricultura camponesa, relegada a um lugar cada vez mais “antiprodutivo”, visto sua incapacidade de integrar-se aos parâmetros financeiros e tecnológicos do novo paradigma em vigor, sem contar o aprofundamento da concentração fundiária, a expropriação das comunidades e populações rurais. Esse é o contexto social, histórico e geográfico que esse conceito se legitimou, substantivou-se e adquiriu representação política.

3.2. “As décadas do agronegócio”: ou das estratégias e oportunismos do capital

O livro *Agronegócio do Brasil*, de Marcos Fava Neves; Decio Zylbersztajn e Evaristo Marzabal Neves (2006), cujo teor é uma coletânea de textos dedicados ao agronegócio e publicados originalmente nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Valor Econômico*, nos dá uma indicação do clima de euforia patrocinado pela crença do tema como “salvação da lavoura”. Como os próprios autores afirmam é um texto de fácil leitura e compreensão, dado a preocupação em lograr entendimentos e plena aceitação do que os autores denominam de “estilo simples e direto na defesa das ideias...”. O livro também traz o seu prefácio de Roberto Rodrigues, à época Ministro de Estado da Agricultura.

O início do capítulo apresenta a seguinte afirmação de Marcos Fava Neves,

Vocês são competitivos em algumas cadeias produtivas por causa do preço da terra e da mão-de-obra barata’, diziam os estrangeiros no Congresso Mundial de Agronegócios de 1994, na Venezuela. Dez anos depois, no mesmo evento, no México, não houve nenhuma plenária que não citasse o agronegócio do Brasil, que vem impressionando a todos. Eu divido esse tema em três partes para tentar explicar isso: a **competência** adquirida, o **potencial** e os **desafios**. Uma opinião um pouco ufanista, entusiasmada (NEVES, 2006, p. 03) (Grifos do autor).

Segundo o autor, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de cerca de 30 a 35% numa safra, em 2003, que ultrapassou 120 milhões de toneladas de grãos. Para o autor isso é um dado imbatível já que no período o agronegócio respondeu por 42% das exportações brasileiras, num saldo de UU\$ 25,8 bilhões da balança comercial, um crescimento de 27% nas exportações em relação à 2002. O autor avança nos números apresentando dados comprobatórios do Brasil como o maior exportador do mundo de cana-de-açúcar, laranja e café, com destaque para mais dois produtos, líderes em exportação, carne bovina, carne de frango, crescimentos que giraram em torno de 50% e 28%, respectivamente, em relação a 2002. Com esses dados o autor reforça o seu argumento da forma como o país superou problemas e apresentou a competência para esse salto na balança comercial.

Para que o país apresentasse esse desenvolvimento, este afirma que a aposta em tecnologia foi fundamental: sistema de irrigação localizada, uso de defensivos de última geração, maquinário eficiente, melhoramento de sementes, monitoramento de satélites

etc. e, investimentos privados e públicos “(...) das empresas de insumos aqui instaladas (que bateram recordes de vendas em 2003 e 2004) e do papel da impressionante Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) e de outros centros públicos de pesquisa”, continua o autor.

Sobre o que seria o potencial brasileiro o autor afirma, baseado em dados do Departamento de Agricultura americano que,

(...) dos *854 milhões de hectares* existentes no Brasil, apenas *50 milhões são atualmente usados*. Outros 42 milhões não podem ser usados porque são cidades, estradas, lagos, etc. Outros *444 milhões* são florestas e *devem ser usados sustentavelmente*, aproveitando os bilhões de dólares da diversidade. *Sobra*, então algo entre 130 milhões e 140 milhões de hectares ainda não usados no *cerrado*, bem como 170 milhões de hectares de *pastagens* – e parte disso pode ser convertida para grãos e outras culturas. A soja pode ser produzida em uma área entre 50 milhões a 100 milhões de hectares, gerando algo entre 150 milhões a 300 milhões, *se o mercado mundial assim desejar* (...) (NEVES, 2006, p. 4-5) (Grifos nossos).

Não precisa ser um grande entendedor para vislumbrar o que esses números representaram e representa ou o que o autor denomina de potencial: um diagnóstico de estoques de terra para uso do capital e a disponibilidade para investimento do capital estrangeiro. Basta acompanhar os índices do avanço do capital sobre a região amazônica, sobre o cerrado. No que se refere aos desafios enunciados pelo autor, este enumera a questão da estabilidade política, as altas taxas de juros, infra-estrutura de transporte, a questão ambiental, entre outros e ainda “O Estado e setor privado devem operar juntos nessa agenda (...). E deve haver marcos regulatórios claros, que não ‘seqüestrem’ recursos de investidores” (NEVES, 2006, p. 6).

Depois de mais uma série de argumentos em defesa do agronegócio – crescimento de commodities, investimento em marketing, associativismo, a defesa do país como fornecedor mundial de alimentos, etc. – o autor termina seu artigo afirmando “O agronegócio é nosso negócio”. Como o próprio autor salienta fica claro o ufanismo de seu discurso.

O que não está evidenciado em seu discurso: dos estoques de terra disponíveis qual é o percentual que deve ser destinado à reforma agrária, que percentual deve ser destinado à produção de alimentos; de que maneira o país pode ser fornecedor mundial de alimentos com produção de commodities; e, além disso, o que não é mencionado é

que o investimento sobre o campo e a agricultura, tem sido para atender uma demanda, bastante específica, que é a de geração de energia. O que significa que a produção de alimentos não é, de forma alguma, a preocupação fundamental, o que está posto, assim parece, é uma competição por terra agriculturável entre tipos de cultivo e de produção de alimento. E nessa lógica, um padrão de produção e de consumo imposto pela acumulação do capital.

Decio Zylberstein, pesquisador Esalq/USP, defende o agronegócio a partir de uma série de argumentos ancorados no avanço que significou para as cadeias produtivas do país a participação das universidades, as quais deixaram de discutir o enfoque das políticas públicas e passaram a focalizar o agronegócio, caracterizando um papel mais aplicado ao ensino e à pesquisa. Nesse sentido, atribui ao PENSA (Programa de Estudo dos Negócios do Sistema Agroindustrial), da USP, um papel inovador, já que este incorporou a participação das instituições e dos custos de transação das cadeias produtivas e esta incorporação permitiu o avanço dos estudos e de uma atuação mais prática sobre as cadeias produtivas. Para o autor a criação do PENSA, deu um salto nesse sentido, uma vez que “(...) inúmeros estudos permitiram que o Programa da USP aportasse conhecimento gerado à solução de problemas do setor privado (...)”. (ZYLBERSTEIN, 2005, p. 22).

O que a defesa dessa parceria revela como característica principal é a adaptação da gestão governamental a uma conjuntura de competição investimentos, à qual se somam práticas governativas mais afeitas aos esquemas de gestão de atores empresariais privados, com ênfase na “governança”.

Dentre as novas formas organizacionais a serem adotadas, destaca-se a governança corporativa como um meio de superar o chamado “conflito de agência”, presente no fenômeno de separação entre a propriedade e a gestão empresarial. A empresa que adota as práticas de governança corporativa cria mecanismos eficientes para garantir que o comportamento dos executivos esteja alinhado aos interesses dos acionistas, através dos princípios de transparência, prestação de contas (*accountability*) e equidade.

Para o autor,

Conceitos como *responsabilidade social* ganham peso, redefinindo os direitos sobre os resíduos gerados após todas as obrigações contratuais

terem sido preenchidas, o que demanda novos mecanismos de controle das corporações. Ou seja, quanto mais desenvolvido o capitalismo, quanto maior a importância dos fundos de investimentos nas economias, quanto maior o envolvimento dos não-acionistas nas organizações, com mais certeza *é possível afirmar que o problema da governança é de toda a sociedade* (ZYLBERSTEIN, 2006, p.37) (Grifos nosso).

A esse respeito convém destacar que se no contexto da globalização neoliberal o Estado é percebido como fragilizado para a tarefa de promover o acesso aos bens públicos, isso se deve mais a uma construção discursiva que lhe imputa tal condição do que propriamente por impossibilidades que lhe sejam inerentes. A disseminação desses postulados como dotados de validade universal em certos discursos econômicos proferidos em nome de uma pretensa neutralidade política fundamentada em uma racionalidade técnico-instrumental, aliada à incorporação de uma narrativa da responsabilização individual. Desse modo, um conjunto de elementos contribui para a criação de um cenário propício para induzir os indivíduos à assimilação da crença de que a transformação de suas condições de vida é uma tarefa que compete quase que exclusivamente a si mesmos, isoladamente ou agregados a outros indivíduos que se encontrem na mesma situação.

Nessa perspectiva, o problema não é como se configura o atual estágio de acumulação capitalista, mas é, antes, como difundir o espírito empreendedor entre aqueles aos quais se impõe a destituição do acesso a um emprego socialmente protegido. Fundamentada na ideologia da competência, esse discurso cria um espaço em que o sujeito social se vê responsável por sua capacidade de se empregar e abre também espaço para a solidariedade social por meio do voluntariado e da filantropia e, nesse movimento o Estado é esvaziado de suas atribuições passando grupos ou organizações sociais assumirem a busca dos direitos inerentes à cidadania. (BARBOSA, 2007). É essa última ideia que dá suporte ao discurso segundo o qual as empresas, assim como os indivíduos, devem responsabilizar-se pelos seus atos ante a sociedade.

Ao discutir o papel do Estado, Zylberstein (2006, p.23) afirma que,

Ele [o Estado] deve prover os incentivos para os agentes atuarem, sendo os incentivos mais importantes aqueles que assegurem bens públicos redutores de custos de transação. Em especial a definição de

direitos de propriedade, a capacidade de resolver disputas judiciais em tempo hábil, a capacidade de valer a lei e a estabilidade institucional.

O mais importante nesse discurso é o sentimento genérico que provoca, atingindo subjetividades, desencadeando processos em o que prevalece que para construir o “bom clima de negócio” (HARVEY, 2003). A ação do Estado é largamente legitimada por sua ‘impotência’ diante dos imperativos de acumulação do capital. Com efeito, para o Estado, tornado “refém”, o engajamento nas causas da expansão mercantil não é mais o seu segredo, mas a própria fonte de seu crédito político. (BARBOSA, 2005).

Nesse sentido, conforme Bezerra (2005, p. 102),

Enquanto isso, o Estado se envolve com o setor empresariado e com as mais variadas organizações da sociedade civil na trama que busca despedir da política justamente os atores que pressionam pelo controle social sobre a esfera mercantil. A forma mais acabada desse disciplinamento dos atores se encontra no discurso feito pelo autor, ou seja, cabe ao Estado elaborar e aplicar leis que assegurem o lucro e a expansão do capital. A parceria entre público e privado é uma estratégia que se fundamenta nas formações discursivas crescimento e desenvolvimento econômico.

Essa lógica se dá por meio de mecanismos ancorados em políticas neoliberais que, a partir da diminuição do papel do Estado do bem-estar social um instrumento para o bom funcionamento dos mercados e estes como meios adequadas de garantia da saúde econômica em tempos de economia globalizada. Para os defensores dessa lógica, a liberdade de mercado é agir sem as amarras de demandas sociais coletivas que possam impedir a livre expansão dos mercados.(BARBOSA, 2008, p. 184).

Em matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, de 17 de julho de 2011, dados divulgados em Relatório do Ministério da Agricultura atualiza as cifras obtidas pelo agronegócio,

(...) o bom resultado se deveu ao aumento das exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo), carnes, *complexo sucroalcooleiro (açúcar e álcool)*, que responderam por 82,4% do total de US\$ 43,1 bilhões de produtos agropecuários. Se o desempenho exportador do agronegócio no segundo semestre repetir o do primeiro (...) o total das exportações em 2011 será bem maior que o recorde exportado em 2010, de US\$ 76,4 bilhões. (Grifos nosso).

Mais adiante o jornal enfatiza a necessidade de se manter os índices de produtividade e projeções promissoras e salienta a ausência da participação do Estado nesse processo, como se o setor não dependesse de uma série de ações do Estado e não houvesse uma parceria por meio de Ministérios, Secretarias etc., salientando a opção do Estado nos investimentos do setor industrial, e o uso de tecnologias que justifica os índices alcançados.

(...) É a conseqüência da competitividade de um *setor produtivo* que, de certo modo desdenhado por políticas públicas adotadas há três ou quatro décadas – sempre focadas no estímulo ao crescimento e à diversificação do setor industrial –, *soube superar suas dificuldades* por meio do *uso de variedades adequadas mais produtivas*, além de recursos gerencias cada vez *mais modernos*. (Grifos nosso).

Em 2007, Fábio Siqueira, economista vinculado à FGV, divulga, na Gazeta Mercantil, projeções otimistas apoiadas em números, dados e cotações sobre as commodities agrícolas e destacando a participação dos grãos na produção de biodiesel.

Se depender das projeções para o campo, os agricultores e pecuaristas só têm a comemorar nos próximos cinco anos. O cenário internacional é favorável ao setor. (...) a perspectiva do *uso de grãos para a produção de biodiesel tem elevado as cotações das commodities agrícolas*, que devem se manter em patamares superiores aos históricos (...). (Grifos nosso) (SIQUEIRA, 2007. p. 05)

Mais adiante o economista destaca a participação da produção do álcool no desenvolvimento da agricultura. Segundo ele, “(...) Outro fator que vai fazer a agricultura dinamizar é a expansão da frota de veículos *flex*. Pelas projeções a produção de álcool, por exemplo, passará de 18 bilhões para 25 bilhões de litros em 2012. (SIQUEIRA, 2007, p. 05)”.

Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal, também em consonância com os discursos que se apóiam em índices de produtividade, destaca o papel da modernização do campo e a participação da agropecuária no setor industrial. Em matéria veiculada no jornal Folha de S. Paulo, destaca

De vez em quando, voltam a circular pela mídia reportagens e comentários criticando o modelo brasileiro de exportações de produtos primários (minérios e produtos agrícolas) (...) *Ninguém deseja que o Brasil seja eternamente um país agrícola apenas. Qualquer pessoa sonha com a geração de empregos qualificados na indústria e no setor*

de serviços, com renda melhor para a *massa trabalhadora*. Mas esses itens não são excludentes. (...) complementam-se.

Mais adiante enfatiza,

O aumento da área plantada e da produção agropecuária demandam, por exemplo, mais máquinas e implementos agrícolas (...) também demandam mais sementes, corretivos, defensivos, fertilizantes e isso exige tecnologia e uma indústria de insumos competitiva. (...) demandam armazéns e silos, transporte multimodal, (...) logística super qualificados (...) produção e distribuição adequada de energia (...) e uma moderna rede de comunicação. Tudo isso é indústria.

(...) a crescente *produção de matéria-prima agrícola a preços competitivos* com o resto do mundo dá margem ao explosivo aumento da indústria de alimentos (...) *E a de agroenergia*, barateando custos dos combustíveis e *reduzindo as emissões de CO2*. E é claro que no entorno de todo esse imenso aparato industrial que depende diretamente da *produção agropecuária* – e que *compõe o agronegócio* (...) Portanto o setor agropecuário *está por trás da monumental revolução industrial* que o Brasil vem experimentando (...) (RODRIGUES, 2010, s/p)

Embora seja um artigo extenso, merece ainda continuar apresentando os enunciados uma vez que são reveladores de uma matriz discursiva que chamamos a atenção na tese que está sedimentada na modernização da agricultura e apresenta conceitualmente o que é o agronegócio. Tanto os aspectos econômicos quanto políticos estão enunciados. E no final da matéria enfatiza,

E mais que isso: o FAO mesmo explica que até 2050 *o mundo precisa ampliar em 70% a sua produção de produtos agrícolas* para alimentar e vestir a população exponencialmente crescente, em especial nos países em desenvolvimento. E todo mundo sabe que as áreas para este *crescimento estão na América do Sul e na África Subsaariana*. Mas todo mundo sabe que o *Brasil é o país que detém a melhor condição de atender essa demanda, pela disponibilidade de terra, pela eficiente tecnologia tropical e por ter um agricultor altamente capacitado*. (RODRIGUES, 2010, s/p)

Como podemos observar até aqui, os discursos materializam realidade e criam os objetos de que falam. Nosso argumento vai justamente nessa direção; ou seja, o aparelhamento prescrito para o espaço rural ainda hoje, é um imperativo dos tempos vividos pelo processo de modernização do campo. Há a necessidade de disciplinar, não apenas o trabalho agrícola, mas especialmente o produtor, o agricultor e, para tanto é necessário continuar os investimentos na manutenção desse processo. Os enunciados

acima além de referirem-se a necessidade de manutenção de uma nova mentalidade para o campo, aberta aos processos de modernização, dada sua responsabilidade no processo de ‘revolução industrial’, reforça o ideário da modernização do campo por meio da integração das cadeias produtivas, a eficiência da produção que vai além dos usos adequados de tecnologias.

A mediação discursiva que preconiza a formulação de um novo agricultor “capacitado”, um *agronegociante*, alguém que deve estar voltado às transformações globais, pode surpreender ao se lembrar e recomendar práticas agrícolas que o discurso, paradoxalmente e oportunamente possa considerar como sendo arcaicas, e o “agronegócio”, mais “adequado” para os tempos de mercado mundializado.

As formações discursivas construídas tendo como base o progresso e desenvolvimento numa clara compreensão do campo como representação do atraso são diluídas e (re)incorporadas e (re)valorizadas pela concepção contemporânea que são construídas tanto no campo quanto na cidade por meio de um discurso pautado no agronegócio. Tanto o rural como o urbano passa a ser pensado não apenas pela topologia ou formas (morfologia, logística), mas também, por meio de práticas discursivas.

Como apontamos no capítulo 1, esses enunciados reforçam uma inserção na lógica de ordenação espaço-temporal do capitalismo no campo. E expansão global do capitalismo no campo projetando o país na inserção de países historicamente carentes de matéria-prima, portanto alvos do movimento de financeirização do capital. E enunciam uma nova forma de produção: a produção de agroenergia. Considerando que os discursos exercem poder e produzem saberes, a introdução da matriz energética brasileira no circuito espacial e mundial da economia, acaba por torná-la uma complexa rede de formação de saberes em torno da qual gravita um série de questões que vão desde o desenvolvimento de pesquisas, a destinação de fundos de investimentos, disputas de interesses, articulações e alianças em torno da defesa de sua viabilidade econômica, fusões, aquisições e concentração e internacionalização de capital.

3.3. O agronegócio canavieiro e as fusões e incorporações

Nos últimos três anos, uma tendência que vem se acentuando são os investimentos estrangeiros no agronegócio agroenergético. Transações, anúncios de aquisições e projetos confirmam que os estrangeiros temem perder as melhores porções do negócio brasileiro de recursos naturais. Grandes fundos privados começam a abocanhar o negócio da agroenergia brasileira. A Adecoagro anunciou que pode vender ações com o propósito de levantar dinheiro para investir na agroindústria latino-americana, especialmente no Brasil. A empresa começou em 2002, adquirindo terras na Argentina num momento em que esta se encontrava assolada pela crise (FREIRE, 2010).

No Brasil, tem a Destilaria Angélica, em Mato Grosso do Sul, adquirida com financiamento do BNDES, e a Monte Alegre, em Minas Gerais. Na divisa dos Estados de Tocantins e Bahia, a empresa investe na plantação de soja, algodão e café. Assim, o capital internacional atua fortemente no país por meio de empresas como a Adeagro. Assim como outras grandes *tradings*, transnacionais como Cargill, Louis Dreyfuss, Syngenta etc.(PITTA, 2010).

A British Petroleum (BP) que também já na produção de álcool, e anunciou em 2009, um investimento da ordem de US\$ 6 bilhões de dólares para produzir etanol, no Brasil, nos próximos dez anos e irá atuar por meio da Tropical Bioenergia, associada ao Grupo Maeda e a Santelisa Vale, do estado de Goiás, cuja área destinada a produção de cana-de-açúcar é de 60 mil hectares. Outra empresa que já manifestou interesse é a Syngenta que, em julho de 2009, divulgou a aquisição de terras destinadas à produção de mudas transgênicas de cana-de-açúcar na região em Itápolis, São Paulo, com intenção de estender a produção para Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. (PITTA, 2010)

Ainda nessa corrida em direção às fusões, no início de 2010, novas fusões foram anunciadas. A Bunge também anunciou a compra de quatro usinas do Grupo Moema, entre elas a usina Itapagipe, que tinha participação acionária de 43,75% da empresa Cargill. Com isso, a multinacional terá o controle de 89% da produção de cana do Grupo Moema, avaliada em 15,4 milhões de toneladas por ano. (PITTA, 2010).

Em fevereiro, de 2010, foi divulgada a fusão da ETH Bioenergia, que pertence ao grupo Odebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), que espera transformar-se na maior empresa de etanol no país, com capacidade para produzir três bilhões de litros por ano. Os acionistas da Brenco são Vinod Khosla (fundador da Sun Microsystems), James Wolfensohn (ex-presidente do Banco Mundial), Henri Philippe Reichstul (ex-presidente da Petrobras), além da participação do BNDES. Já a Odebrecht tem sociedade com a empresa japonesa Sojitz. O novo grupo irá controlar cinco usinas: Alcídia (SP), Conquista do Pontal (SP), Rio Claro (GO), Eldorado (MS) e Santa Luzia (MS). O conglomerado faz parte da construção de um alcoolduto localizado entre o Alto Taquari e o porto de Santos e, além disso tem projeto de instalar usinas na África. A empresa espera captar R\$ 3,5 bilhões até 2012, dos quais pelo menos 20% serão fornecidos pelo BNDES, sem contar outros R\$ 2 bilhões que o banco já havia investido na Brenco (VALOR ONLINE, 2010, s/d).

Em fevereiro de 2010, a petroleira holandesa Shell anunciou uma associação com a Cosan² para a produção e distribuição de etanol. A finalidade é a produção de quatro bilhões de litros até 2014. Segundo afirmou a Shell, quando noticiou a associação, pretende criar “um rio de etanol, correndo desde as plantações no Brasil até a América do Norte e a Europa”. Um dos maiores símbolos da monopolização do setor, bem como da desnacionalização da produção de álcool e açúcar no Brasil, pois a Shell passou a controlar a produção de etanol, açúcar e energia e o suprimento, além da distribuição e comercialização de combustíveis. (PITTA, 2010)

Nessa mesma direção, a Vale também anunciou que pretende produzir diesel a partir de 2014, na região amazônica, utilizando o óleo de palma, por meio de uma parceria com a empresa Biopalma da Amazônia S.A. O intuito é a produção de 500 mil toneladas de óleo de palma por ano. Parte do combustível para se usado nas locomotivas da estrada de ferro e nas minas de Carajás, no Pará (ZAFALON, Folha Online, 2010, s/p).

A formação de conglomerado implica no aumento da centralização e da concentração com a presença crescente do capital internacional na indústria dos agrocombustíveis bem como a expansão do poder e dominação de determinados grupos.

² Convém destacar que a Cosan foi denunciada por prática de trabalho escravo, com repercussão internacional. (CPT, 2009).

Também em 2010, o grupo indiano Shree Renuka adquiriu 50,79% de participação das duas usinas de açúcar e álcool do grupo Equipav. O negócio foi avaliado em R\$ 600 milhões. Com a aquisição, a empresa indiana se insere em São Paulo, maior Estado produtor de cana e de álcool e açúcar do país, e expande seu domínio sobre a região Centro-Sul.

O grupo era controlado pelas famílias Toledo, Tarallo e Vetorazzo, que ficaram com os 49,21% restante do negócio. O grupo indiano já havia adquirido o controle de duas usinas do grupo paranaense Vale do Ivaí. A companhia é um dos maiores produtores de açúcar da Índia, com produção estimada em 1 milhão de toneladas por ano (ÚNICA, 2010).

No Brasil, deverá acelerar a disputa para ficar entre as cinco maiores. Com duas usinas de açúcar e álcool instaladas em São Paulo, os ativos da Equipav estavam entre os mais almejados por grandes grupos multinacionais, uma vez que suas unidades são consideradas algumas das mais eficientes da nova safra de projetos sucroalcooleiros.

O grupo indiano se compromete a fazer aporte adicional de R\$ 218 milhões para promover essa nova fase de expansão. Segundo o presidente do grupo “O Brasil é a Arábia Saudita do etanol” (Valor Online, 2010, s/n), o que revela a euforia dos grupos estrangeiros em relação ao agronegócio agroenergético do Brasil.

Nessa direção o processo de desnacionalização do setor da agroenergia, do etanol, por exemplo, é amplamente divulgado, como uma das benesses para o desenvolvimento do país. Em outubro de 2009, esse fato foi enunciado no jornal Folha de S. Paulo.

A internacionalização do setor agroenergético brasileiro deu mais um grande passo (...). A tradicional empresa paulista Santelisa, com 70 anos e que tinha no comando as famílias Biagi e Junqueira Franco, passou para as mãos do grupo francês Louis Dreyfus, que já detinha a LDC Bioenergia. Da união das empresas, com 13 usinas no total, surge a LDC SEV, da qual 60% serão do gigante francês (ZAFALON, 2009).

É interessante observar a esse respeito o discurso pronunciado pelo Presidente Lula, em 2007, que proclamava os usineiros como “heróis nacionais”. O investimento estrangeiro que era a tônica passou a ser a regra, ou seja, hoje os investimentos se dão a partir da aquisição de ativos tradicionais, como a Santelisa. O Secretário da Agricultura

de São Paulo, João Sampaio, comenta a esse respeito “Essa é apenas a primeira onda de investimentos estrangeiros”. Acrescenta ainda que “A segunda onda virá com investimentos pesados dessas empresas, na compra das atuais ou na formação de outras”. (Folha de S. Paulo, Cad. C, 28/10/09).

O que isso nos permite afirmar é que esse movimento mostra o que definiu o ex- Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues “o futuro do agronegócio”, ou seja concentração e internacionalização. Ou ainda, o monopólio das grandes empresas no processo ampliado de financeirização e o avanço do capital internacional por meio dessas aquisições.

Quando da descoberta do Pré-sal, criou-se um clima de euforia no setor agroenergético e mobilizou uma acalorada discussão envolvendo governo, empresários do setor em defesa dos agrocombustíveis e uma certa instabilidade no que se refere à dominação ou hegemonia deste sobre os combustíveis fósseis. O que levou o Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, João Sampaio³, a se posicionar ironicamente em relação à “nota verde” do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, os quais propunham divulgar informações sobre os níveis de emissão de gases de automóveis de pequeno porte – carros de passeio.

Segundo Sampaio (Folha Online, 2009, s/d), “Em desrespeito ao setor agrícola e em prejuízo da sociedade, criou-se um clima de instabilidade para o agronegócio”. Mais adiante afirma

As jazidas de petróleo do pré-sal, mais uma dádiva natural do Brasil, são uma riqueza expressiva e um diferencial competitivo no comércio exterior. (...) conferindo sobrevida à *velha economia* baseada nos combustíveis fósseis (...). O Brasil detentor da melhor situação mundial (...) para produzir biocombustíveis, em especial o etanol, terá, então posição privilegiada. Poderá ampliar o uso interno de fontes renováveis (...) e sem a mínima suscetibilidade às crises internacionais (...). (SAMPAIO, 2009, s/p).

Mais adiante enfatiza,

(...) desprezar a importância do pré-sal seria tolice tão desmedida quanto um retrocesso nos biocombustíveis. Por isso são preocupantes algumas posições e atos de organismos públicos federais que, de repente, parecem esquecer as *vantagens* socioeconômicas e ambientais

³ João Sampaio, além de Secretário da Agricultura, é economista e empresário do setor agrícola e presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea).

da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, *empregadora de mão-de-obra intensiva*, grande exportadora e *base de pesquisa*, inovação e tecnologia. (...). (SAMPAIO, 2009).

Ainda em suas críticas ao Ministério do Meio Ambiente afirma que a ‘nota verde’ é um “desserviço”, pois põe em dúvida os avanços no desenvolvimento do etanol em suas vantagens como “combustível mais barato, limpo e renovável”. Ainda secretário questiona o Plano de Ação para o Controle do Desmatamento no Cerrado, o qual assinala a cana-de-açúcar como uma das grandes responsáveis pela devastação da área que “não procede, considerando que 98% da cultura não provoca o corte de uma árvore sequer, pois são utilizadas áreas há muito tempo destinadas à agropecuária”.

Como afirmamos anteriormente, o clima de disputa tem favorecido a expansão da atividade canavieira e revela os níveis de parceria envolvendo público e privado e, muitas vezes criando conflitos de interesses entre as escalas governamentais. O que não deixa de ser um paradoxo. Por outro lado também evidencia que nem sempre os conflitos se dão apenas entre organizações que defendem outras formas de produção ou outro modelo de desenvolvimento para o país.

Por dentro da própria estrutura do Estado, as disputas são acirradas e não há consenso quanto ao que é viável ou não ao desenvolvimento do país. Mas também argumentamos que essa é mais uma estratégia bem aos moldes do “dividir para conquistar”.

Assim, em iniciativas que buscam, pelo menos em nível de discurso, manter um certo controle sobre a atividade e dar algumas respostas às demandas postas por movimentos sociais, organizações ambientalistas, organismos internacionais etc., há questionamentos, vejamos:

(...) num ato que até parece articulado com esse programa, o governo federal lançou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Em tese, a proposta é correta, na medida em que coíbe desmatamentos para fazer plantação. Até aí, nada contra. O projeto, entretanto, coloca restrições à lavoura até mesmo em áreas agrícolas e pastoris já existentes

A artilharia contra a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, incluindo a insinuação de que o pré-sal pode significar a obsolescência do etanol, parece inserir-se num olhar distorcido pelo comprometimento ideológico do governo com o MST, que nem existe juridicamente, a CUT e movimentos sociais de intenções dúbias. Por causa disso,

produtores rurais em geral têm sido ameaçados por propostas como o exagerado aumento da produtividade mínima das fazendas e a reforma do Código Floresta, além de prejudicados por medidas como as sanções relativas às reservas legais e áreas de preservação permanente (...). (SAMPAIO, 2009, Folha Online, s/d).

A esse respeito convém destacar que os enunciados em questão posicionam o sujeito tanto numa perspectiva conservadora, de uma orientação liberal, no sentido da absoluta ausência de intervenção estatal na atividade particular ou intervenção moderada e, além disso, numa defesa de uso e exploração da terra quase de maneira irrestrita. Segundo Prioste et al (2009, p. 11)

O agronegócio se fundamenta no sistema de propriedade intelectual como forma de agregar valor e concentração de mercados, com a utilização de variedades registradas e protegidas, ligadas à opção pela transgenia, associadas à aplicação de agrotóxicos, por exemplo, que une *royalties*, taxa tecnológica e agregação de insumos em uma só mercadoria, nesse sentido sua resistência em atender exigências de cumprimento da legislação ambiental, o que explica os discursos que buscam sua flexibilização.

E o investimento pesado da bancada ruralista, da Confederação Nacional da Agricultura, em contraposição aos enunciados das Organizações Não-Governamentais Ambientistas, membros do Ministério Público (instituição à qual cabe, dentre outras funções, fazer observar o cumprimento da Lei e a defesa de bens sociais) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que condicionam o uso da terra e a produção, ao cumprimento de sua função socioambiental.

Em um contexto de crise alegada do setor agroenergético, foi realizado pela UNICA um encontro o Ethanol Summit, em São Paulo, em junho de 2009. O encontro tem como finalidade debater “sobre as perspectivas” para o setor, segundo Marcos Jank, presidente da organização.

Num cenário de crise as disputas e as divisões do setor se acentuam. Roberto Rodrigues afirma que “o setor está dividido”. “Que as usinas que se endividaram ainda passam por um processo difícil. Já as que não contraíram dívidas estão se saindo bem. Deve haver concentração maior do setor.” (Folha de S. Paulo, 02/06/09).

Plínio Nastari, presidente da Datagro, também acena com a melhora do setor, “Após termos chegado ao fundo do poço, estamos saindo da crise”, afirma. A crise enunciada diz respeito aos preços alcançados pelo açúcar, que apresenta um déficit

mundial de 7,8 milhões de toneladas na safra 2008/09. Segundo Nastari, na próxima safra essa tendência se mantém e a oferta deve ser 4,5 milhões inferior à demanda. Enquanto que o álcool deve se recuperar. Esse quadro cria as condições para a intervenção do Estado via financiamentos. É assim que o BNDS aumentou a participação no setor agroenergético em 36% acima do volume em 2008, desembolsando, de janeiro a abril de 2009, R\$ 3,2 milhões (VALOR ONLINE, 2009, s/d).

Em 2010, análise dos indicadores do agronegócio, Rodrigues fala da importância da recuperação do Brasil no cenário mundial diante da crise econômica global. Com a diminuição dos volumes das exportações, foi o consumo interno que garantiu a atividade produtiva no país. Segundo ele,

(...) o esvaziamento da crise deve também voltar a intensificar o mercado externo, especialmente nos países em desenvolvimento, com populações e renda crescentes. (...) Tudo isso marca com certeza o horizonte de um Brasil fortemente presente nos mercados agrícolas internacionais (RODRIGUES, 2010, Folha Online, s/p).

Dados divulgados, em 2010, pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, intitulado Projeções do Agronegócio Brasileiro demonstram as expectativas enunciadas pelo ex-Ministro. Segundo o relatório o milho deverá aumentar de 51 milhões de toneladas em 2008/09 para mais de 70 milhões em 2019/20, crescimento de 37,5%. A soja, de 57 milhões de toneladas para 82 milhões, 43, 5%. A carne de frango, de 11, 13 milhões de toneladas para 16,63 milhões, aproximadamente 50%. O algodão 68%, aumentando de 1,19 milhão de tonelada para 2, 01 milhões e a celulose de 12, 7 milhões para 18, 10 milhões, ou acima de 43%.

De todos esses dados é o etanol o que apresenta um maior crescimento. A previsão é que este cresça 127, 33%, passando dos 27 bilhões de litros para 63 bilhões em 2019/20. Comentando as projeções Roberto Rodrigues salienta que,

Esses expressivos aumentos da produção estarão fundamentados na maior *produtividade* por área, graças às *novas tecnologias* agropecuárias geradas em nossos órgãos de *pesquisa* e à notável melhoria de gestão incorporada pelos nossos produtores rurais. (...) Claro que isso depende de estratégias a serem implementadas pelo governo e pelo setor, mas o fim da crise já está provocando um grande movimento na área agroenergética em torno de aquisições e

incorporações (RODRIGUES, 2010, Folha Online, s/p) (Grifos nosso).

A ênfase do discurso baseado na produtividade, no uso de tecnologias, no investimento em pesquisa sempre tem destaque nos enunciados sobre o tema agroenergia. E nesse caso, a evidência do discurso coloca em questão os ganhos relacionados aos domínios técnico-científicos e, investe o governo de responsabilidade pela mudança de um cenário de crise que tem justificado os investimentos do capital internacional por meio das aquisições das agroindústrias.

3.4. O etanol como estratégia de territorialização do capital internacional

Conforme se observou a hegemonia das grandes corporações tem provocado conseqüências econômicas no espaço agrário, com implicações na transformação da estrutura agrária, em produtos voltados para a exportação, assim como na mudança dos hábitos alimentares da população dos países em que se instalam, que passam a produzir para atender à lógica expansionista das empresas do setor agroindustrial. As configurações estão manifestadas pela integração de capitais, com reflexo na base técnica e, principalmente, na concentração e centralização do capital e na concentração de terras para a produção. (ARRUDA, 2007).

A aquisição pelo capital internacional de grande parte dos empreendimentos do setor pode ser explicada pelo presidente da Louis Dreyfuss, proprietária da Santelisa Vale, ao afirmar: “O Brasil é provavelmente o único país do mundo em condições de expandir o setor”. Para Marcos Jank, Presidente UNICA, a reestruturação pela qual passou o setor e que propiciou as fusões e aquisições se deve a que “Um terço do nosso setor teve dificuldades financeiras” (RODRIGUES, 2011, p. 11).

Em termos de percentuais, o capital internacional detém 22% do setor do etanol. Para Marcos Jank, “Esse capital é muito bem-vindo. Senão não teríamos tido uma quebraadeira bastante forte. No entanto, a presença estrangeira é ainda muito pequena, bem menor do que qualquer outro setor, inclusive no da agroindústria” (RODRIGUES, 2011, p. 11).

Os representantes do setor alegam a esse respeito que, além da continuidade do movimento de concentração em função de uma demanda acentuada de crescimento

desse mercado, isso é importante para a criação e fortalecimento das empresas. O presidente da ETH, defende a entrada de capital internacional, justifica dizendo que esse fato,

Mostra o vigor e a atratividade do setor. Todo mundo olha para o etanol brasileiro como exemplo de sucesso. É normal que as grandes empresas de energia do mundo olhem para o Brasil como o país de grande potencial (GRUBISICH, 2011, p.12).

Para Thomaz Jr,

(...) esse processo de concentração e centralização de capitais (nacional e estrangeiro), que se territorializa por todo o espaço produtivo agroindustrial canavieiro, juntando as empresas instaladas nas áreas novas com as já existentes nas áreas tradicionais, já revela *novas* relações de poder, ou seja, redefinição de poucos grandes grupos empresariais que intensificarão as disputas entre si e demarcarão novas rotinas, no tocante à subordinação/dominação do trabalho, vinculada, pois, ao patamar técnico das operações agrícolas (mecanização da colheita e do plantio) e na planta agroprocessadora (THOMAZ JR, 2009, p. 320)

O etanol vem assumindo, ao longo dos últimos anos uma importância estratégica na composição da matriz energética brasileira. Entretanto, segundo dados divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo, em 22 de fevereiro, o volume de cana-de-açúcar processado na safra 2011/12 deve apresentar a primeira queda em 11 anos.

Segundo estimativa da consultoria Datagro, a moagem no Brasil deve ficar em 611 milhões de toneladas na próxima safra, ante 617 milhões da anterior. O rendimento agrícola (produção de cana por hectare) deve cair entre 4% e 5% em relação à safra 2010/11, afirma Plínio Nastari, presidente da Datagro.

Nastari afirma que os fatores que influenciaram essa queda foram a intensidade do fenômeno climático La Niña, em 2010. Já o rendimento industrial -medido em oferta de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana- deve ficar estável, pois a falta de chuvas aumenta a concentração de açúcar na cana. A produção brasileira de açúcar deve aumentar 4,5%, para 39,5 milhões de toneladas, no limite operacional das usinas. Já a produção total de álcool deve cair 4%, para 26,1 bilhões de litros (ZAFALON, Folha de S. Paulo, Cd. Dinheiro, 02/06/2009).

Mesmo considerando essa queda, ainda assim o setor agroenergético movimentou a cifra de R\$ 60 bilhões. O que explica, portanto a voracidade do capital

internacional sobre a atividade no país. Para o presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET), Fernando Siqueira, as fusões e concentrações revelam um momento particularmente preocupante e afirma que “O Estado brasileiro terá muito mais dificuldade de controlar o setor do etanol, que agora se internacionaliza”. (ZAFALON, Folha de S. Paulo, Cd. Dinheiro, 02/06/2009).

Pensamos que o problema não reside apenas na internacionalização do etanol, uma vez que historicamente sempre em posse do setor privado, sendo que a intervenção do Estado sempre foi muito pequena. A esse respeito Thomaz Jr (2009, p. 319) argumenta

(...) o que está em processo, neste momento, é que a performance dos principais grupos agroindustriais canavieiros e suas diferentes composições (capital nacional, de controle misto com capitais externos e capital externo propriamente) reforçam os referenciais do processo atual de consolidação de práticas concentracionistas que demarcam novas escalas de controle do capital sobre o território e sobre a sociedade em geral.

Fernando Siqueira, ainda segundo reportagem da Folha de S. Paulo, afirma que o risco de fusões em um setor tornado estratégico, “É a desnacionalização do futuro, da energia renovável. O etanol é um dos componentes da matriz energética brasileira. É um segmento cada vez mais estratégico para o país”. (SIQUEIRA, Folha de S. Paulo, Cd. Dinheiro, 02/06/2009)

Se em um primeiro momento a euforia do etanol ocasionou uma descentralização espacial provocada por grupos nacionais em busca de outras regiões produtoras, o que se observa agora é um movimento de concentração e centralização do capital que faz com que os mesmos agentes econômicos distintos reclamem cautela sobre o processo de desnacionalização do etanol, alegando a necessidade de garantir a soberania nacional sobre esse produto.

Os discursos eufóricos sobre o país ser o único, em escala mundial, que detém tecnologia para o desenvolvimento do etanol, além de uma experiência acumulada de mais de 30 anos na produção, diante da espacialização do capital internacional traduzido nas aquisições e fusões parecem não ter mais efeito.

3.5. Agroenergia: oportunidades de negócio de *sustentabilidade*

Em um número especial sobre os agrocombustíveis, particularmente o etanol, publicado na revista *Opiniões*, Antonio Donato Nobre, (pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) fez a seguinte avaliação do momento atual do Brasil, frente ao desenvolvimento do etanol,

Enquanto o mundo desenvolvido move-se a passos de tartaruga, resistindo e empurrando para o futuro distante as necessárias mudanças em seus portfólios de emissões, o Brasil tem um trunfo significativo: é o primeiro e único país do mundo que terá mais de 50% de sua frota de veículos queimando combustíveis renováveis já no início do novo período do acordo climático, em 2012, quando termina Kyoto. Sabemos que esse protagonismo verde não surgiu de preocupações climáticas. O motor flex é certamente uma solução criativa e barata, que permitiu a consolidação do etanol como combustível viável, apesar da natureza oscilante da sua produção (NOBRE, 2009).

Estimulado por políticas públicas, o mercado de agrocombustíveis vem se firmando sob o baluarte da energia limpa e do ideal de crescimento econômico do país. Tal discurso, que vem coadunar preservação ambiental e exploração capitalista da natureza, se alicerça na confiança no sistema de peritos⁴, ou seja, “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35). O discurso ambiental, aqui, se articula fortemente ao discurso científico/técnico, capaz de “resolver” os problemas ambientais de forma “eficiente”.

O discurso proferido pelo Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, quando da visita do presidente George W. Bush ao país em meados de março/2007⁵, pauta-se na primazia da técnica, elemento estruturante da modernização ecológica, que surge como desdobramento da idéia de desenvolvimento sustentável.

(..) *nem sempre o mundo está preparado e apto para mudanças importantes, se não houver incansáveis debates* até as pessoas se

⁴No original expert Systems. É possível observar que políticos, imprensa e empresários continuamente se utilizam de peritos, especialistas e técnicos para noticiar o “aquecimento global”, as “alterações climáticas” e as benesses dos agrocombustíveis. Nessa tendência de tratar questões políticas como se fossem problemas técnicos ou burocráticos, “esferas inteiras da vida social são subtraídas ao debate político e à necessidade de justificação política, sob a alegação de que elas estão sujeitas apenas a imperativos técnicos, que estão sob a jurisdição de especialistas e não precisam de qualquer justificação” (ROUANET, 2006).

⁵Disponível em: <http://www.info.planalto.gov.br>. Acesso em 26 de maio de 2007.

convencerem de que o planeta Terra precisa ser despoluído. E *está nas nossas mãos*, que o poluímos, despoluirmos. No campo do etanol, temos um programa extremamente bem-sucedido, fruto de mais de 30 anos de muito trabalho e de inovação tecnológica.

Eu estou convencido, presidente Bush, de que os Estados Unidos, com sua grande capacidade tecnológica e empresarial, serão um sócio, um parceiro extraordinário nesse empreendimento. (...) nós poluímos tanto o Planeta durante o século XX, e temos agora que dar a nossa contribuição para despoluí-lo no século XXI. Afinal de contas, somos responsáveis e queremos que os nossos filhos e que os nossos netos possam viver num mundo menos poluído que o mundo em que estamos vivendo hoje. (...) Além desse bem à Humanidade que faremos, com a introdução dos biocombustíveis, nós estaremos permitindo que pela primeira vez a gente possa utilizar os combustíveis como uma fonte de distribuição de renda e geração de empregos sem precedentes na história da Humanidade, sobretudo se nós analisarmos o que fazer com os países do continente africano, se nós analisarmos o que fazer com os países mais pobres da América do Sul, se nós analisarmos o que fazer com os países do Caribe e da América Central, onde os Estados Unidos mantêm parceria com todos esses países. Eu penso que essa parceria entre Estados Unidos e Brasil pode significar, definitivamente, a partir do dia de hoje, um novo momento da indústria automobilística no mundo, um novo momento dos combustíveis no mundo e, eu diria, possivelmente um novo momento para a Humanidade. Por isso, muito obrigado pela sua visita. (Luis Inácio Lula da Silva) (Grifos nossos).

De fato, a modernização, nos moldes da Revolução Verde, postula que a eficiência técnica seria garantidora da continuidade do crescimento econômico a partir da redução do uso de recursos naturais. Conforme Mészáros (2007, p. 189), “(...) O uso da tecnologia deveria superar por si só todos os obstáculos e dificuldade concebíveis”.

Dessa forma, empresas e governos agiriam apenas no campo da lógica econômica, imputando ao mercado a capacidade institucional de resolver os problemas advindos do uso dos recursos naturais ‘poupando’ o meio ambiente e abrindo mercado, prática que sagra o consenso político e promove o progresso técnico (ACSELRAD, 2004, p.23). Nesse contexto, os governos atuam como meros facilitadores das atividades dos grandes conglomerados econômicos, ou “corporações-monstro” (MÉSZÁROS, 2007; LASCHEFSKI, 2005).

Por outro lado, uma abordagem geopolítica do discurso proferido pelo presidente brasileiro, desvela a emergência de novas formas de imperialismo, desdobramento

latente que reveste de um caráter humanitário as “alianças” internacionais entre países “subdesenvolvidos” dos continentes africano e latino-americano e grandes lideranças do setor agroenergético como o Brasil e os Estados Unidos.

Segundo Laschefski (2005, p.7) as nações que se apresentam como lideranças no setor agrocombustíveis ambicionam o controle político e econômico de forma indireta sobre outras nações formalmente independentes. Percebe-se no discurso do presidente Lula uma afirmação ao domínio do espaço que, ao guardar afinidade com o poder social exercido sobre a vida cotidiana, implica na inexorabilidade dos programas de expansão dos agrocombustíveis.

O que nós gostaríamos é que os países ricos, ao adentrarem a era dos biocombustíveis, façam parcerias com os países mais pobres, sobretudo na África, para que a gente possa produzir lá parte dos biocombustíveis que os países ricos desejam. É uma forma de a gente ajudar a desenvolver a África, e é uma forma de resolver o problema da migração. O uso crescente de biocombustíveis será uma contribuição inestimável para a geração de renda, inclusão social e redução da pobreza em muitos países pobres do mundo. Queremos ver as biomassas gerarem desenvolvimento sustentável, sobretudo na América do Sul, na América Central, no Caribe e na África (Presidente Luis Inácio Lula da Silva, 2007).

Roberto Rodrigues também enfatiza esse aspecto.

O tema central é para onde vai crescer a produção, pois cana precisa de terra e sol. O estudo está pronto: estamos falando dos países que ficam entre os Trópicos de Câncer e Capricórnio, que são os da América Latina, África e Ásia. E estes são os países mais pobres do mundo. Olha que situação interessante. A agroenergia pode ser um instrumento que, além de mudar o paradigma agrícola mundial, mudará a geopolítica global (RODRIGUES, 2009, Folha Online, s/p).

Também é de Roberto Rodrigues um interessante fragmento acerca dos usos do etanol e ao que de fato correspondem a preocupação com a geração de energias renováveis. Na mesma entrevista quando questionado sobre a possibilidade da desvantagem brasileira acerca da expansão da atividade para outras áreas, ele afirma,

Essa visão é míope. Com a criação de um grande mercado mundial de etanol, nós venderemos o que vale muito mais: o know-how. Venderemos álcool também, pois queremos ser um grande fornecedor global, e vamos vender usina, carro *flex*, legislação ambiental, distribuição. Ou seja, nosso maior bem é o conhecimento em cana. A tecnologia desenvolvida no País nas últimas décadas vale muito

dinheiro. Com um grande acordo global, vamos vender estação experimental, tecnologia agrícola e industrial, e ainda gerar empregos onde estas tecnologias forem instaladas (RODRIGUES, 2009, Filha Online, s/d).

Diante disso uma série de medidas vem sendo tomadas, além dos programas já enunciados, com vista ao investimento em pesquisas que possam garantir o rumo do país à liderança mundial de agroenergia. Os enunciados, na maior parte das vezes não se furtam a um estado “febril” de deslumbramento frente às possibilidades visualizadas para que tal fato se concretize, eliminando, por vezes, o cuidado ou a devida parcimônia na condução e gestão do público. Como podemos acompanhar quando da criação, em maio de 2006, da Embrapa Agroenergia⁶ os diversos posicionamentos sobre tal realização de setores ligados ao governo e dos setores ligados a grupos econômicos que têm interesses em seu desenvolvimento.

A criação do Embrapa Agroenergia é uma das ações mais relevantes dos últimos tempos para as cadeias produtivas de agroenergia. Trata-se da materialização de um enorme potencial de desenvolvimento de inovação e transferências de tecnologias, garantindo oportunidade e liderança à agricultura brasileira de energia com sustentabilidade e competitividade (Denilson Ferreira- Embrapa Agroenergia). (Grifos nossos).

O desenvolvimento está associado à energia (fóssil e renovável). Agroenergia é uma grande oportunidade para o Brasil, pela sua vocação agrícola, pela sua competência técnico-científica e por demandas crescentes de inovações nacionais e internacionais (Reinhold Stephanes, ex-Ministro da Agricultura).

Nós estamos caminhando em direção a alguma coisa que escapa à compreensão de boa parte do mundo do que é a agroenergia (Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura).

A biomassa era a matéria energética que movia o mundo no passado e que estamos voltando a esse patamar, base nas cadeias modernas competitivas. Nenhum país do planeta tem a extensão, a tecnologia, a gente, a terra e o clima capaz de fazer a mudança de energia como o Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República).

Os discursos oficiais relacionados ao programa de geração de agroenergia buscam o apoio de profissionais técnico-científico, os quais compõem órgãos estatais, como EMBRAPA, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério de Minas e

⁶ A Embrapa Agroenergia foi criada para complementar e ‘revigorar’ pesquisas em agroenergia já desenvolvidas e contribuir na tomada de decisões públicas e também privadas com ‘dados técnicos’ consistentes (INFORMATIVO EMBRAPA, 2009).

Energia (MME), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE), assim como outros órgãos, entidades, institutos de pesquisas públicas ou privadas. O Estado também utiliza os conhecimentos produzidos por pesquisadores que compõem a comunidade científica nacional e internacional. Esses agentes escolhidos para embasar o ponto de vista oficial enunciam de um determinado lugar que os legitima e os autoriza a dizer por isso são conhecidos e reconhecidos legitimamente pela sociedade como os produtores e detentores do conhecimento. Como podemos acompanhar num texto de circulação da Embrapa, em que são articulados o desenvolvimento econômico e o social.

Em todas as civilizações, a transformação, a conservação e a utilização de energia em várias formas (térmica, mecânica, elétrica, eletromagnética) são estratégicas e de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social. Para garantir suprimento de energia para toda a população mundial até 2050 será preciso dobrar o volume de energia em relação à atualmente utilizada.(EMBRAPA, 2010, p.1).

Em um relatório publicado pelo IPEA/PENSA/USP, em 1998, os destaques são dados para a competitividade do setor, além de evidenciar e justificar a atividade monocultora.

Na produção de *cana-de-açúcar*, basicamente, dois subsistemas regionais convivem no Brasil, um no Centro/Sul (C/S) e outro no Norte/Nordeste (N/Ne), sendo o primeiro mais competitivo e dinâmico que o segundo. Ambos, no entanto, são citados como os dois primeiros em competitividade no mundo. As vantagens do subsistema produtor de cana do C/S são as de estarem na região considerada como a de melhores características edafoclimáticas existentes no mundo, parque industrial forte, base para pesquisa agropecuária tradicional e tradição. As vantagens do N/NE são a localização para atender ao mercado local de açúcar e álcool, e o acesso a cotas especiais de exportação, principalmente para o mercado norte-americano (WAACK; NEVES, 1998, p. 04).

No Brasil, a viabilidade econômica, a sustentabilidade de cada fonte renovável e a disponibilidade de recursos naturais para a geração de energia são variáveis entre regiões. Os biomas terrestres e aquáticos no País têm alto potencial de produção de biomassa (EMBRAPA, 2011, p. 4).

A Agroenergia potencializa os conceitos e princípios, as estratégias e ações, e a consciência coletiva para as tratativas de competitividade e sustentabilidade, em bases técnicas e negociais. Ela constitui uma

oportunidade para o resgate do direito do cidadão, quanto às **mudanças climáticas globais, aquecimento global, emissão de gases de efeito estufa, segurança energética e disponibilidade de fontes renováveis de energia**. E, o **ordenamento territorial, sistemas agroindustriais produtivos, mercados e logística para a energia de biomassa** estão redefinindo os **mercados competitivos**, atuais e potenciais, em todo o mundo (EMBRAPA ENERGIA, 2010, p.1). (Grifos no original).

Como podemos observar os enunciados mantêm uma regularidade e se posicionam se lermos esses enunciados como fazendo parte de uma formação discursiva que o processo de entrelaçamento dessas “verdades”. Há nesses enunciados um entrelaçamento entre essas “verdades” em que o saber político e o saber econômico se juntam para elaborar “verdades” que criam o saber ecológico.

Assim, instaura-se no país uma retórica em que assimila-se e adapta-se ao discurso econômico dominante entrelaçando-se, portanto, discursos e práticas que têm o espaço como referência, configurando novos territórios de atuação do capital. A exemplo da ocupação da Amazônia, do Cerrado, Triângulo Mineiro, Oeste paulista e sul de Mato Grosso do Sul (THOMAZ JR, 2009; OLIVEIRA, 2009).

Em reportagem publicada, em 2009, no periódico do setor agroenergético Opiniões, Suzana Kahn Ribeiro, Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, afirma que

O Brasil irá *enfrentar os desafios* da mudança climática tanto por meio de *estratégias de mitigação* como de adaptação, porém cabe ressaltar a relevância do aprofundamento do *conhecimento dos custos* dessas alternativas, de maneira a se optar pela adoção das medidas mais custo efetiva para o país. (RIBEIRO, 2010, p.1). (Grifos nosso).

Mais adiante ela continua,

Como *alternativa*, de grande capacidade de mitigação e, simultaneamente, *promoção do desenvolvimento nacional*, está o uso do *bioetanol*, tanto na substituição de combustíveis líquidos, no setor de transporte, como insumo para a geração de eletricidade. O bioetanol também atende uma demanda por diversificação energética.

Do ponto de vista *estratégico*, é interessante, pois *pode ser produzido em diferentes regiões*. Do ponto de vista ambiental, é *positivo* uma vez que é produzido a partir de biomassa renovável, suas emissões de CO₂, principal gás dentre os GEEs são praticamente anuladas, pois, quando a biomassa volta a crescer, utiliza-se do mesmo CO₂ liberado para a

atmosfera. É nesse contexto que *o bioetanol assume um importante papel no que tange à medida de mitigação de GEEs* nos setores de transporte e de geração de energia limpa (RIBEIRO, 2010, p.1). (Grifos nosso)

Conforme podemos acompanhar, nos fragmentos a incorporação da eficiência do etanol é acompanhado por um discurso competente que se fundamenta em nos mesmos enunciados do risco das ameaças climáticas. Um discurso que é enunciado por um profissional representante de um órgão do governo e que tem acompanhado as discussões sobre a questão ambiental. A relação entre interesses do Estado com interesses privados pode ser sugerida, já que a relação custo benefício do etanol com a redução de gases CO₂ não é consenso entre os pesquisadores.

Em outro fragmento vimos o posicionamento de José Goldemberg⁷, pesquisador. Publicado na introdução/apresentação do livro ‘Etanol e bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética’, da UNICA, em 2010. Em defesa da biomassa ele afirma,

(...) biomassa é no fundo uma forma de energia solar e, portanto renovável, em contraste com os combustíveis fósseis, que são a principal fonte dos problemas ambientais que enfrentamos.

A solução é “modernizar” o uso da biomassa e nenhuma outra tecnologia teve, até agora, tanto sucesso quanto a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar no Brasil. Etanol é um excelente substituto da gasolina e o trabalho pioneiro realizado no país nessa área desde o início do século XX – e sobretudo depois de 1975 – comprova amplamente a evidência dessa rota tecnológica (GOLDEMBERG, 2010).

Interessante pensar que esse discurso foi enunciado em livro da UNICA, uma das maiores interessadas na expansão da atividade canavieira e utilização do etanol como recurso energético para resolver os problemas ambientais. Um discurso competente, sem dúvida, pois, trata-se de um pesquisador que há anos está ligado aos debates das questões ambientais. Não resta dúvida também que é uma das formas de apropriação dos discursos de que falamos e a imbricação entre os discursos científicos, econômicos e políticos que são apropriados e tornados estratégias para o capital.

⁷ José Goldemberg é físico e tem artigos e livros publicados sobre física, energia e meio ambiente. Foi Secretário de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente da Presidência da República e do Estado de São Paulo.

E nos põe a refletir em duas questões: primeiro, o limite entre um genuíno interesse em discutir um problema real e a responsabilidade em apresentar soluções, pois não podemos desconsiderar os problemas decorrentes do uso dos combustíveis fósseis e as denúncias que há anos vêm sendo feitas por pesquisadores, ambientalistas, movimentos sociais e ONGs; e segundo, a visibilidade alcançada, por meio de pesquisas, debates públicos, de fenômenos transformados em objetos de estudo que acabam sendo incorporados pela lógica da mercadoria.

E, nesse sentido, mais uma vez vemos como os discursos transformam em objetos aquilo sobre os quais enunciam e o papel que eles exercem nas práticas sociais. Desse modo, o discurso funciona como uma prática que tem sua eficácia ao produzir verdades acerca dos fenômenos sociais, econômicos, políticos os quais se constituem em objetos que são definidos pelas instituições científicas.

No que se refere à questão ambiental e o uso que é feito dela é preciso entender – para além do conteúdo dos enunciados, de suas imprecisões, plasticidade, e ambigüidades – a configuração de espaço de disputas de interesses – perpassado por produção e legitimação de saberes – no interior do qual essas noções, conceitos, ideias – independente do grau de precisão que se possa a elas imputar – adquirem sentido e produzem efeitos táticos como elementos de mediação nas relações de poder que se estabelecem em torno da problemática ambiental, enquanto uma das contradições inerentes ao processo de expansão do sistema capitalista.

No periódico Mundo Cana, em setembro de 2000, Roberto Rodrigues foi entrevistado sobre o contexto em que se definia a agroenergia como a grande oportunidade do país e afirma que o “nosso bem maior é o conhecimento”. Afirma ainda:

O produtor rural precisa defender, e defende, a sustentabilidade como um conceito que incorpora três vertentes: os setores econômico, ambiental e social. Se algo é sustentável ambientalmente, mas não traz renda para o homem do campo, é socialmente inviável. E se for bem economicamente, mas o meio ambiente for destruído, também não é possível. Esta questão precisa ser encarada com estas vertentes. Nós precisamos de critérios de sustentabilidade que levem, inclusive, à verificação do sistema de produção, tendo em vista a certificação do produto final. (RODRIGUES, 2009, p. 5)

O que torna um produto mais ou menos sustentável? De que ponto de vista? O que a certificação garante? Os enunciados acima são indicativos de que na lógica de expansão da atividade canavieira, ou na lógica da expansão do capital, o discurso da *sustentabilidade* foi sendo apropriado pelo capital e certificação de produtos é apenas mais uma estratégia para ampliação e garantia de mercado. Outro aspecto a respeito da noção de sustentabilidade é que ora esta é tomada como remédio para todos os males, ora desqualificada como mais uma forma encontrada pelo sistema para maquiagem as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico.

Um dado importante da relação imbricada entre Estado e interesse privado pode ser acompanhado a seguir, ainda na entrevista de Roberto Rodrigues,

Falta estratégia. Você sabe, por exemplo, quanto de álcool o País quer produzir em 2011? Ninguém sabe, nem o governo nem o setor privado. Acredite: o governo tem 12 ministérios cuidando do etanol, com muita gente da melhor qualidade, mas as equipes não trabalham em sintonia. Eu já propus e proponho novamente a criação de uma Secretaria Nacional da Agroenergia, de nível ministerial.

Também é interessante pensar a relação entre as questões institucionais e militância política em questões ambientais. Em entrevista dada a revista *Opiniões*, revista do agronegócio canavieiro, Marina Silva, senadora e reconhecidamente militante se posiciona dessa forma,

Mas avançar nessa direção é apenas uma das nossas tarefas. A outra, tão importante quanto essa, é *compartilhar com o resto do mundo as nossas experiências de sucesso na produção e consumo de energia de fontes renováveis*. Nesse ponto, *o etanol da cana-de-açúcar joga um papel ímpar. As áreas do planeta adequadas à produção da cana-de-açúcar coincidem com as de países em desenvolvimento com forte tradição agrícola*. Mesmo alguns países africanos e do Caribe, com histórico de conflitos armados em períodos recentes, podem vir a se beneficiar, à medida que avance o processo de transição para regimes políticos mais democráticos. Pode ser até que a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar seja um componente importante no estabelecimento de relações comerciais estáveis desses países com a comunidade internacional (SILVA, 2009).

Marcos Jank, presidente da UNICA, na revista online *Opiniões*, em 2008, afirmou que

Estamos em uma *época de grandes transformações para o setor sucroalcooleiro*. É impressionante a quantidade *de visitantes que vêm conhecer e saber mais sobre o que está acontecendo nessa área, nessa*

transformação maravilhosa desta antiga planta chamada cana-de-açúcar, depois de mais de 500 anos no Brasil. Na Unica, *já não tratamos mais do setor sucroalcooleiro, agora é o setor agroenergético*, porque falamos não só do combustível, mas também da eletricidade vinda da cana, de futuros bioplásticos e biorrefinarias.

Mais adiante ele afirma:

Ao invés de falarmos sobre o futuro do álcool, na verdade, é o futuro do etanol, que é realmente a forma como queremos encarar o álcool daqui para frente. Um *produto ambientalmente correto, socialmente justo, competitivo e mundializado*. Nosso principal objetivo é discutir a globalização, a mundialização e a consolidação do etanol como uma *commodity* comercializada no mundo inteiro (JANK, 2008, s/p)

Acerca da sustentabilidade declara:

Hoje, existem mais de 50 programas de certificação de biocombustíveis em andamento no mundo, sendo feitos por governos nacionais, ONGs, *Round Tables*, entre outros. A Unica está participando de 10 debates, hoje, na Suécia, na Holanda, no Reino Unido, na Alemanha, em Bruxelas e no *Round Table on Sustainable Biofuels in better sugarcane initiative*. Já não escolhemos mais a mesa, vamos a todas e tentamos equilibrá-las. O que está se exigindo dos biocombustíveis em um ou dois anos de vida – pois apesar dos 30 anos de Brasil, este é o tempo que ele tem no mundo - nunca se exigiu do petróleo em 200 anos. É a necessidade da comprovação de uma sustentabilidade econômica e ambiental inacreditável, conduzida por uma discussão quase insana (JANK, 2008, s/p).

Em meio aos discursos sobre a relevância do etanol, também há uma tendência na individualização e oportunismo que se distancia um pouco das tônicas que estamos tratando aqui, mas é importante no sentido de evidenciar outro aspecto dos discursos políticos. Como vemos o pronunciamento do Deputado Federal, de São Paulo, pelo PPS, Arnaldo Jardim, publicado no periódico online, *Opiniões*, da UNICA

É notório o meu compromisso com o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, particularmente com as limpas e renováveis. Na Assembléia paulista, coordeno a Frente Parlamentar que trata deste assunto, onde assumi uma postura de vanguarda pró-ratificação do Protocolo de Kyoto, o que desencadeou uma série de iniciativas no sentido de estarmos sintonizados com os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Cobrei, vigorosamente, o governo federal para que implantasse o Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas) e alertei, na ocasião da sua implementação, que a baixa valorização não impulsionaria a produção da energia oriunda da biomassa (JARDIM, 2010, s/p).

A Revista Política Agrícola, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), traz uma variedade de temas e debates de especialistas ligados ao tema do desenvolvimento da agricultura. Em um artigo sobre as possibilidades do Brasil no comércio internacional do etanol pesquisadores do IPEA (Instituto de Economia Aplicada) afirmam,

No cenário internacional, há pelo menos dois grandes mercados de etanol que podem se consolidar brevemente. De um lado, há a perspectiva de crescentes aquisições do produto como fonte combustível alternativa ao petróleo, em linha com as disciplinas e incentivos estabelecidos no Protocolo de Kyoto, sobretudo no caso dos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, é bastante provável que a China se torne uma grande importadora de fontes energéticas alternativas, seja em decorrência de seu dinamismo econômico, seja por suas restrições de segurança alimentar em ocupar áreas agrícolas para produzir cana-de-açúcar e, posteriormente, etanol (FREITAS, R. E. & MENDONÇA, M. A. A, 2008, p.32).

Os pesquisadores argumentam:

Também é preciso assinalar que os EUA e a UE já implantaram diversos programas para expandir suas produções de etanol a partir de cereais, notadamente milho e trigo. É razoável acreditar que em curto e médio prazos esses mercados se apresentem mais resistentes à compra direta de etanol nos mercados mundiais, em favor das produções locais e de seus objetivos estratégicos específicos. Entretanto, são *áreas que não dispõem de novas terras* para a expansão agrícola, e, no caso europeu, há também interesses de aquisição de etanol para cumprimento das *metas assumidas no Protocolo de Kyoto*.

Em que pese a *disponibilidade de área para pronta expansão territorial* da cultura, não se pode deixar de considerar aspectos paralelos para o seu adequado desenvolvimento, a saber:

- As novas áreas precisam *dispor das condições hídricas* minimamente requeridas.
- A ocupação de novas áreas deve evitar o comprometimento dos recursos hídricos originais.
- É necessário que sejam *viabilizadas estruturas e modos de transporte e armazenagem específicos* às características do açúcar e/ou do etanol de modo a inclusive não agravar os problemas logísticos correntes quando do escoamento da cultura da soja no Centro-Oeste, por exemplo (Grifos nosso).

Ainda sobre a disponibilidade de terra para expansão da atividade canavieira,

A evidência é de que existe área disponível para aumentar em 30 vezes a área atual plantada com cana-de-açúcar, sem prejuízo das

áreas de preservação ambiental, as de outras culturas e as de produção de carne. Além disso, com o aperfeiçoamento da tecnologia de produção de álcool com base em celulose, em níveis de utilização econômica, a necessidade de novas áreas para a expansão da cultura da cana-de-açúcar será muito menor (GOES et al. 2009, p. 50).

Para os autores a expansão da atividade canavieira, oferece vantagens para o país e, além não vai afetar a produção de alimentos

(...) expansão da indústria sucroalcooleira no Brasil, motivada pelo crescimento da produção e pelo consumo do etanol nos mercados interno e externo e pela modernização da indústria canavieira. Essa demanda manterá o País no ranking dos grandes produtores de açúcar e etanol e contribuirá decisivamente para o desenvolvimento da agroenergia. Outro fato importante evidenciado é de que a expansão da cultura de cana-de-açúcar não oferecerá riscos à produção de alimentos, dada a grande disponibilidade de áreas agricultáveis no Brasil. (GOES et al. 2009, p. 50).

Nesses enunciados percebe-se que os pesquisadores assinalam como vantagem a ser aproveitada pelo país, a ausência de terras em países como EUA e UE, da mesma forma que em outros momentos aparecem em outros fragmentos, a questão do estoque de terra disponível do Brasil para a expansão da atividade. E comparece também a questão dos recursos hídricos.

O que torna importante refletir sobre duas questões. Primeiro é refletir sobre a questão da propriedade da terra. Partindo da leitura do componente social da propriedade, no qual está inserto inclusive o direito agrário, a Constituição da República do Brasil estabelece em seu artigo 5º, XXIII, a necessidade da observância do princípio da função social da propriedade. Isso porque, a propriedade atua como um instrumento de promoção dos valores sociais, de caráter patrimonial e extrapatrimonial. Ainda, deve-se atentar para a relação entre a função social da propriedade e os demais direitos fundamentais.

Nesse sentido, sendo a função social elemento interno estruturante da propriedade, a condição de proprietário deve transcender a esfera privada e cumprir todo o potencial presente no bem, com vistas à concretização dos valores sociais nela reconhecidos. Em última instância, entendemos que o respeito e a consagração do princípio da função social da propriedade traduzem o ideal de justiça, que “remete a

uma distribuição equânime de partes e à diferenciação qualitativa do meio ambiente” (ACSELRAD, 2004, p. 28).

É assim, que ainda persiste como fundamento do monopólio fundiário, uma concepção de propriedade como direito natural que permeia de forma marcante os enunciados, as argumentações e as práticas dos grandes proprietários de terra e empresários rurais. Essa noção de propriedade é considerada pela burguesia agrária como sendo a forma mais antiga e segura de se criar riqueza e de se obter reconhecimento político e poder. Sendo naturalmente um direito, a noção de propriedade fundiária carrega consigo atributos e discursos que atualizam “os elementos ideológicos do domínio” (OLIVEIRA VIANA, 2000).

A defesa e o exercício do direito de propriedade fundamentam um discurso sobre a função social da terra e uma visão elitista que vêm, ao longo dos séculos, excluindo trabalhadores rurais do processo produtivo e priorizando o papel do Estado como guardião dos interesses da burguesia agrária nacional. (BRUNO, 2009; THOMAZ JR, 2007)

Nesse sentido, no contexto nacional, as dissonâncias e contradições advindas da inserção do Brasil no mercado mundial de agrocombustíveis se materializam através dos impactos sentidos pelos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, seja na insegurança alimentar, no desrespeito ao postulado da função social da propriedade ou ainda nos novos arranjos espaciais que passam a vigorar no *lugar*.

Segunda questão é o que envolve a disponibilidade de recursos hídricos. A esse respeito Mendonça (2007) e Thomaz Jr (2009) significou- a como agrohidronegócio. Para Mendonça (2009, p. 04) o agrohidronegócio é o resultado da

(...) a expansão das monoculturas para a produção de energia (cana-de-açúcar, soja, palma etc.) combinadas com o represamento dos principais rios para garantir o abastecimento de água aos grandes complexos agroindustriais e as cadeias produtivas que alimentam a expansão do capital.

Thomaz Jr a esse respeito considera (2009, p. 69) que,

A evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias para o capital. Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no

empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos focando esse processo no âmbito do agrohidronegócio (THOMAZ JR, 2009, p. 69).

Em uma análise do uso dos agrocombustíveis numa perspectiva econômica, os enunciados de um discurso de um pesquisador,

Parece paradoxal pensar em biocombustíveis como instrumento para promover a recuperação de preços agrícolas, quando se observa que a fome e a miséria ainda fazem parte da realidade de quase 1 bilhão de pessoas, conforme dados amplamente divulgados pela FAO. Entretanto, esse novo componente de demanda, ao permitir o aumento dos preços de mercado, pode viabilizar os produtores não beneficiados com subsídios, especialmente nos países mais pobres. Desse modo, a formulação de políticas para biocombustíveis deve estar inserida num contexto mais amplo (...).(VIEIRA, 2010, p. 8).

Mais adiante ele justifica afirmando que,

Os programas de fomento aos biocombustíveis têm tido quatro motivações principais:

a) estratégica (maior segurança energética); b) econômica (redução das despesas com importações de petróleo e, eventualmente, geração de divisas com exportações de biocombustíveis); c) social (geração de empregos e renda internamente); d) ambiental (mitigação das emissões de gases de efeito estufa) (VIEIRA, 2010, p. 12)

Sobre a questão da sustentabilidade ele assinala que,

Esse conceito pressupõe o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade: a) econômico (apresentar custos suportáveis); b) social (relações socialmente justas em benefício da coletividade); c) ambiental (o uso dos recursos naturais renováveis sem levar à sua exaustão). Desse modo, ao pensar os biocombustíveis enquanto alternativa energética, a busca por esse equilíbrio deve fazer parte de uma agenda global (VIEIRA, 2010, p. 17-18)

Em 2007, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou um relatório intitulado Balanço Nacional da Cana-de-Açúcar e Agroenergia. O objetivo foi de disponibilizar informações sobre o tema da agroenergia. Por meio desse relatório é possível acompanhar os dados sobre a produção de cana, álcool e açúcar de 1989 a 2006.

Um tema cada vez mais freqüente na agenda global é o desenvolvimento das fontes renováveis de energia. Com a escassez das reservas de petróleo e a iminência das mudanças climáticas, a agroenergia surge como uma importante alternativa ao futuro do planeta e à geração de renda ao trabalhador rural. Em comparação a outros países, o Brasil possui uma Matriz Energética bastante limpa. A participação das energias renováveis no total da energia primária ofertada internamente é de quase 45%, enquanto nos demais países essa participação corresponde, em média, a cerca de 13%. (BRASIL, 2007, p. 9).

Outra fonte de pesquisa é a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro - RIDESA, formada por Universidades Federais - Ministério da Educação e Desporto. Criada com o objetivo de agrupar as atividades do abolido PLANALSUCAR, continuar com pesquisas para a melhoria da produtividade do setor. O convênio foi constituído entre nove universidades (UFPR, UFSCar, UFV, UFRRJ, UFS, UFAL, UFRPE, UFMT e UFG). Estas universidades localizavam-se nas áreas de atuação das Coordenadorias do ex-PLANALSUCAR.

Técnicos e infraestrutura foram incorporados das sedes das coordenadorias e estações experimentais. Com o apoio de parte significativa do Setor Sucroalcooleiro, por meio de convênio, a REDE começou a desempenhar suas funções em 1991, aproveitando a capacitação dos pesquisadores e as bases regionais do ex-PLANALSUCAR, aos quais se juntaram professores das universidades. Integra a para o desenvolvimento da pesquisa 31 estações experimentais estrategicamente localizadas nos Estados onde a cultura da cana-de-açúcar apresenta maior expressão.

O trabalho da RIDESA é essencialmente em pesquisa para o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar que possam ser adaptadas a determinados tipos de solo, clima, relevo e adaptadas à colheita mecânica. De acordo com o diretor adjunto da entidade, Geraldo Veríssimo, das 13 novas variedades de cana desenvolvidos pelo Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar da RIDESA, 6 foram adaptadas para apresentar melhores resultados na colheita mecânica. A RIDESA conduz o Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar (PMGCA) (RIDESA, 2010).

Em 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar. O zoneamento foi criado com o objetivo de

umentar a produção de etanol no país para atender a demanda por agrocombustíveis. A medida proíbe a expansão da cana no Pantanal, Amazônia e Bacia do Alto Paraguai. Segundo o, à época, ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, “As regras são exclusivas para a expansão da cana no país, mas vão ser incorporadas às áreas já consolidadas”.

Os critérios para expansão da cana estão previstos em um projeto de lei enviado ao Congresso e um decreto que orienta o financiamento da produção. O objetivo do governo, conforme repetiu mais de uma vez Minc, é produzir “etanol 100% verde” (FOLHA ONLINE, 2009).

O projeto coloca diretrizes para a produção de cana no país, fundamentado na proteção do meio ambiente, na conservação da biodiversidade e na utilização racional dos recursos naturais. Os critérios estabelecidos são: a opção por áreas que não necessitem de irrigação plena, para economizar água e energia; o uso de terras com declive de até 12 graus para permitir a mecanização e eliminar as queimadas; a utilização de áreas degradadas ou de pastagens para a expansão do plantio de cana-de-açúcar. (BRAIDO, 2015).

Como se pode observar para sustentar essa atividade ou para que esta atinja os altos patamares de produtividade, o uso e desenvolvimento de tecnologias estão cada vez mais exacerbados. Todas as formas de controle sobre a gramínea cana estão demarcados. Essa estratégia de um investimento pesado em aparatos tecnológicos, formação de pesquisadores, criação de institutos de pesquisa, fundos de investimentos, enfim, esse conjunto de mecanismos que garantem a reprodução capitalista no espaço.

Nesse processo de (re)produção capitalista no espaço torna-se mister levar em conta que, além das considerações econômicas e políticas, a produção do espaço se realiza, também, por meio do discurso, como já enfatizamos no capítulo 1, ou de formações discursivas, especificamente crescimento econômico.

O Estado e os grupos econômicos materializam a eficiência econômica e o ordenamento territorial por meio de formações discursivas que materializam uma visibilidade econômica e espacial em uma escala ampliada, criando uma idéia de eficiência, eficácia e sucesso.

As áreas de expansão da atividade canavieira constituem-se em exemplos bastante representativos desse processo. Esse espaço não representou apenas um

receptor que proporcionou as condições de reprodução do capital, mas significou também a permissão social para engajar-se nesse evento. A atuação do Estado favorece e possibilita o processo, quer seja oferecendo as condições tanto materiais para a sua (re)produção, quanto o aporte ideológico construído que contribuiu para a interação das relações sociais existentes.

Entre as principais ações da UNICA para ampliar a legitimidade do etanol de cana de açúcar como fonte de energia sustentável, destaca-se o ETHANOL SUMMIT: fórum de debates internacional sobre o etanol e outras fontes de energias alternativas, reunindo pesquisadores, lideranças políticas, investidores e demais interessados.

O ETHANOL SUMMIT foi instituído como um evento bianual organizado pela UNICA e patrocinado por empresas, associações, representantes de governo que compartilham de interesses em torno dos negócios da indústria em geral e do etanol em específico. Entre as lideranças políticas e econômicas, celebridades, nacionais e internacionais, que participaram das duas edições do SUMMIT, estiveram, em 2007, o mega investidor George Soros que ingressou na indústria canavieira nacional com grupo ADECOAGRO, associada da UNICA, e o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Na edição do SUMMIT de 2009, esteve presente o ex-presidente norte-americano Bill Clinton que possui investimentos no grupo BRENCO, e o presidente Luis Inácio Lula da Silva, defensor do etanol brasileiro e também, dos industriais.

O grupo BRENCO, um dos principais arranjos de *private equity* na indústria sucroalcooleira, representado no conselho da UNICA pelo Sr. Henri Philippe Reichstul. Entre as celebridades acadêmicas presente no SUMMIT ETHANOL, destaca-se o físico e ex-reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg, um dos pioneiros na academia a defender o etanol de cana de açúcar e o ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues. Goldemberg, desde a época do PROALCOOL tem atuado em agências governamentais ligadas à energia, defendendo a produção do etanol de cana-de-açúcar como uma energia alternativa.

Sua avaliação está focada na análise da eficiência energética do etanol de cana, ou seja, quantas unidades de bioenergia são geradas para cada unidade de energia fóssil empregada. Ele foi homenageado na segunda edição do ETHANOL SUMMIT 2009 pelas contribuições para o desenvolvimento da indústria agroenergética. Na ocasião,

Goldemberg aproveitou para reforçar que há espaço para a expansão do etanol de primeira geração.

Atualmente a UNICA consolidou-se como a principal organização dos interesses dos industriais. Ela tem atuado em duas grandes frentes: ambiente internacional e ambiente doméstico. Sua missão é “liderar o processo de transformação do tradicional setor de cana-de-açúcar em uma moderna agroindústria capaz de competir de modo sustentável no Brasil e ao redor do mundo nas áreas de etanol, açúcar e bioeletricidade”, e suas prioridades concentram-se em iniciativas para tornar o etanol uma *commodity* e as empresas associadas “modelos de sustentabilidade sócio-ambiental” UNICA (2009).

De acordo com Boltanski e Chiapello (2009, p.35) o capitalismo pode ser entendido a partir de “uma fórmula mínima que enfatiza a *exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos*”. Mas os absurdos que este sistema engendra tanto nas relações sociais de produção como em relação à acumulação ilimitada de capital, só pode ser aceito mediante justificações compartilhadas e é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela.

Essas justificações sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista.

Nesse caso, pode-se falar de *ideologia dominante*, contanto que se renuncie a ver nela apenas um subterfúgio dos dominadores para garantir o consentimento dos dominados e que se reconheça que a maioria dos participantes no processo, tanto os fortes como os fracos, apóia-se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Aqueles que estão à frente da UNICA procuram justamente dar um novo sentido à indústria sucroalcooleira, dar um novo espírito aos negócios sucroalcooleiros. Este esforço pode ser percebido desde a campanha para substituição do termo álcool

combustível para etanol, ou de sucroalcooleiro para *sucroenergético*, ou ainda na adoção de novas expressões, como bioenergia e biocombustíveis, e, fundamentalmente, na defesa da sustentabilidade das atividades produtivas. A defesa apóia-se na diferenciação do etanol de cana de açúcar, muito mais eficiente energeticamente, do que aquele produzido a partir de outras matérias-primas, em particular o milho, utilizado pelos Norte Americanos e a beterraba, entre países Europeus (JANK; NAPPO, 2009).

A adoção da abordagem *multistakeholder*, promovendo o “Grupo de Diálogo da Cana-de-açúcar” (GDC) entre as empresas e a sociedade, é a forma de discutir e encaminhar as soluções para as críticas. No GDC, a sociedade civil é representada pela Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Instituto Observatório Social, o Global Reporting Initiative (GRI), Conservação Internacional (CI), The Nature Conservancy (TNC), World Wildlife Fund (WWF) SOS Mata Atlântica e Amigos da Terra – Amazônia Brasileira (JANK; NAPPO, 2009, p. 38).

A articulação entre a indústria e a sociedade é sugerida e “facilitada” pelo Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES). Entre as “boas práticas” socioambientais, a iniciativa de antecipar o fim da queimada de cana-de-açúcar em relação ao prazo estipulado pela legislação, ganha destaque. A solução para os problemas centrais do corte manual de cana de açúcar (queimada e trabalho precário) é a colheita mecanizada. O problema do desemprego em massa é resolvido pela qualificação profissional e recolocação do pessoal nas atividades do corte mecanizado (motoristas e operadores de máquinas).

A UNICA vem participando das negociações em torno da normatização do trabalho de corte de cana manual (VALOR ONLINE, 2009). Ele agora deverá ser regido por um contrato formal de trabalho entre as indústrias ou proprietários rurais e os trabalhadores do corte de cana, sem a participação dos “gatos”. Essa possibilidade ganha força e adesão dos industriais no momento de intensificação da mecanização da colheita e diminuição expressiva do número de trabalhadores envolvidos no corte manual de cana de açúcar.

Para garantir que suas associadas desenvolvam práticas sustentáveis, a UNICA investe na “certificação socioambiental de biocombustíveis” a partir dos “três pilares da

sustentabilidade (triple bottom line): ambiental, social e econômico.” (JANK; NAPPO, 2009, p. 48). Para auxiliar suas associadas no processo de adequação ao modelo exigido para obter a certificação, a UNICA possui uma consultoria interna de sustentabilidade. Se destaca também o incentivo a projetos que sejam enquadrados como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (projetos MDL), modelo sugerido, a partir do protocolo de Kyoto, para viabilizar o mercado de créditos de carbono.

A mudança de sentido para as atividades sucroalcooleiras está, em grande medida, relacionada à difusão da ideia de reduzir ou compensar a emissão de gases que provocam o efeito estufa. A geração de energia elétrica a partir do bagaço de cana-de-açúcar tem sido considerada exemplo de projeto MDL para a indústria sucroalcooleira e apresentada como exemplo de estratégia sustentável (MENEGUELLO; CASTRO, 2007; NEVES; CONEJERO, 2007; JANK; NAPPO, 2009).

Apesar das forças em torno da defesa do etanol como energia sustentável, as críticas persistem. Weid (2009) faz uma síntese das principais críticas atuais disparadas à indústria sucroalcooleira. Indica trabalhos científicos sobre a eficiência energética do etanol de cana-de-açúcar que apresentam resultados diferentes, e menos otimista, do que aqueles apresentados pelos defensores. Também indica como é equivocada a percepção de que a indústria do petróleo é a principal adversária dos “agrocombustíveis”, pois os grandes grupos desta indústria do petróleo vêm investindo em fontes de energia alternativa, particularmente no etanol de primeira e de segunda geração.

Outro ponto apresentado é a alta dependência da indústria canavieira dos insumos derivados do petróleo (fertilizantes nitrogenados, combustíveis e lubrificantes). Weid (2009) indica ainda os impactos dos combustíveis sobre a produção de alimentos, mais evidente no caso do milho e pelo menos indiretamente no caso da cana de açúcar.

Sachs (2009) indica que há os que acreditam que biocombustíveis só poderão ser sustentáveis se forem produzidos de forma a incluir os agricultores cuja base social de produção é familiar e não na lógica da indústria moderna dominante, organizadas segundo a lógica da agricultura patronal e do capitalismo financeiro.

Os discursos políticos e econômicos relacionados ao programa de geração de agroenergia apóiam-se no corpo de profissionais técnico científico. Estes, estão

presentes nos órgãos estatais, como EMBRAPA, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE), bem como em outros órgãos, entidades, institutos de pesquisa públicas ou privadas.

O Estado também utiliza os conhecimentos produzidos por pesquisadores que compõem a comunidade científica nacional e internacional. Esses agentes escolhidos para embasar o ponto de vista oficial fazem parte de uma comunidade epistêmica e como tal elaboram discursos que se transformam em verdades portanto, são reconhecidos legitimamente como produtores e detentores do conhecimento.

O discurso científico apropriado pelo Estado tende a enfatizar determinados aspectos que lhes convém em detrimento de outros, utilizando-os, em determinadas situações, ora como críticos, ora como cúmplices, de acordo com sua conveniência. Pelo simples fato de levantar um questionamento o discurso científico pode funcionar como uma maneira de acusar ou como forma dar credibilidade e certificação. Assim, a ciência, ao manifestar pontos de vistas diferentes por meio de discursos coerentes e empiricamente válido, ajuda o Estado a transformar a representação do mundo social e, viabilizando práticas ajustadas a essa nova representação do mundo social.

Nos discursos relacionados à política de agroenergia, o Estado se apropria do conhecimento científico que descreve como provável a ocorrência de um problema relacionada a questão energética, enfocando as limitações das reservas dos combustíveis fósseis, buscando, com isso, mobilizar a sociedade para contornar esse problema, e assim tornar a emergência desse problema relacionado a escassez de energia algo impossível.

O Plano Nacional de Agroenergia (PNA), elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e lançado no dia 14 de outubro de 2006 pelo à época Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que foi elaborado a partir das ameaças de crise: 1) o declínio da oferta de carbono fóssil; 2) o aumento da demanda por petróleo; 3) a dependência de outros países para o suprimento de petróleo; 4) o aumento dos preços do petróleo e 5) as mudanças climáticas globais.

Esses problemas relacionados são colocados como um problema de toda a sociedade e que demanda do Estado uma solução. Mas ao tomar tão vorazmente a tarefa de produzir o combustível que o mundo precisa, no ritmo de produção e consumo industrial e que a acumulação do capital nos impõe se reatualiza os termos de exploração e de subordinação.

Nesse sentido, podemos entender esse movimento como uma estratégia mundializada para reprodução do capital. E como tal, esse movimento redefine regiões para sua expansão como pode ser acompanhado no Pontal do Paranapanema, uma das regiões em expansão da atividade canavieira que Thomaz Jr (2009), aponta como uma das áreas prioritárias de avanço da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. É a discussão apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 04- DISCURSO E DINÂMICA TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Introdução

No capítulo 3 evidenciamos, por meio de fragmentos dos discursos, a forma como a lógica da expansão do agronegócio canavieiro, particularmente do etanol, se constitui e como elucidam uma lógica expressa na expansão do capital no campo. Com o objetivo de justificar essa lógica uma série de mecanismos e de estratégias discursivas foram criadas e se traduzem nos enunciados de investimento social: produzir fontes de energias limpas e renováveis, gerar renda, criar empregos.

E como podemos acompanhar em realidade os discursos acabaram por transformar a busca por energias renováveis numa atividade extremamente rentável para os investimentos do capital. Partindo desse entendimento, neste capítulo temos por objetivo analisar as formas como o capital canavieiro se instala no Pontal do Paranapanema, suas ações e estratégias de atuação.

Destacamos que o (re) dimensionamento da região tem se dado por meio da atuação das agroindústrias, as quais vêm, atreladas aos poderes locais e regionais enunciando discursos de desenvolvimento ou de alternativas de geração de renda, mas o que podemos constatar é que está em jogo a produção e reprodução do território, segundo a lógica de reprodução do capital, no contexto da expansão do agronegócio agroenergético.

Tomaremos para a análise o caso de duas agroindústrias vinculadas ao agronegócio agroenergético, a Destilaria Alcídia e a Conquista do Pontal. A Destilaria Alcídia foi incorporada a ETH Bioenergia em 2007, e a Conquista do Pontal foi instalada também em 2007. A ETH, empresa controlada pela Odebrecht S.A., atua na produção e comercialização de etanol, energia elétrica e açúcar, produtos destinados ao mercado interno e internacional.

A ocupação de terras na região do Pontal do Paranapanema se deu a partir da incorporação das terras devolutas para a cafeicultura e, posteriormente, pelas pastagens extensivas. À medida que essa formação capitalista se constituía e generalizava, criava-

se um quadro de reorganização do espaço agrário vinculado à concentração da propriedade fundiária, pois as terras devolutas eram transformadas em propriedades privadas.

Essa apropriação privada das terras devolutas disponíveis na região resultou em um processo violento de expropriação da população local. São essas, em forma breve, as condições sob as quais se estabeleceram os rearranjos produtivos nessa região. De forma intensa as terras foram ocupadas, constituindo-se os latifúndios, e iniciando um processo acentuado e estruturalmente significativo da instauração da burguesia e capitalismo agrários na região.

Nos últimos anos o Pontal do Paranapanema passa por transformações a partir das novas formas de exploração da terra com a expansão da cana-de-açúcar. Isso faz com que a dinâmica da região se altere e aguça o conflito em torno da posse da terra.

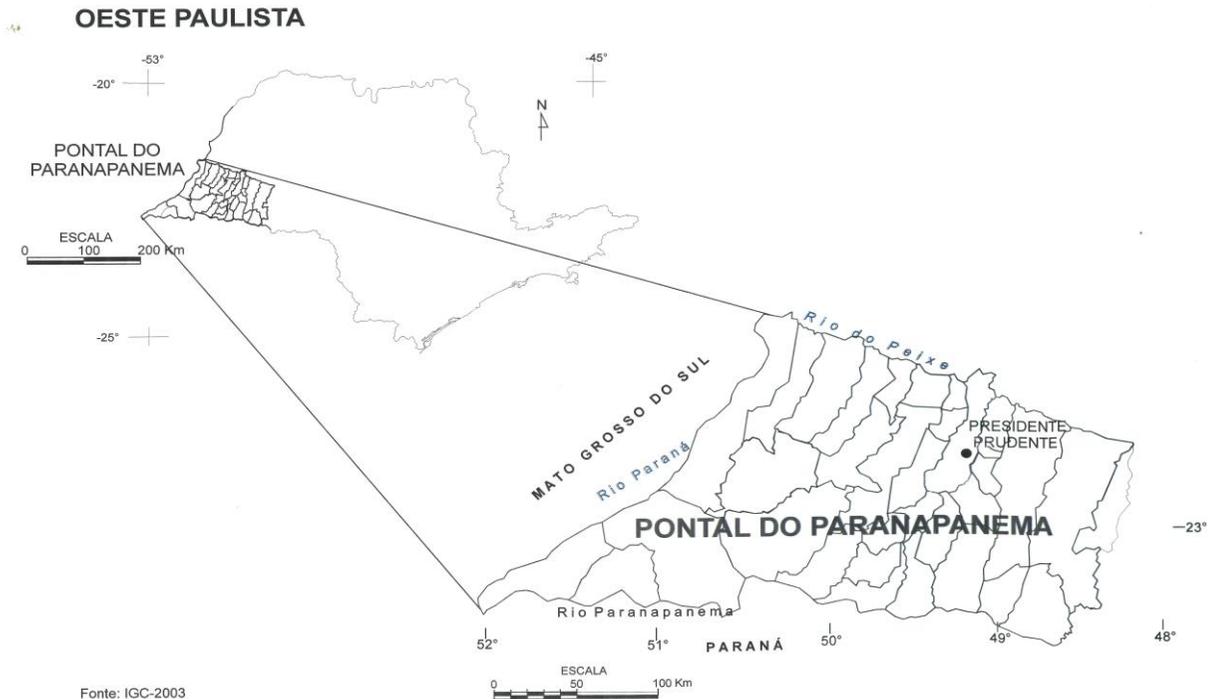
Desde julho de 1990, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, tem se (re) configurado a região dos latifúndios, a partir de um processo de enfrentamento que redundou em conquistas de assentamentos, por meio das ocupações de terras.

A despeito da consolidação de uma forma de ocupação e de economia regional de base pecuária, as estruturas sociais vão se (re) articulando e criando novos arranjos de forma a ampliar a reprodução do capital. É assim que está em curso um o processo de expansão/territorialização do capital canavieiro na região do Pontal do Paranapanema com a expansão da atividade canvieira.

4.1. O Pontal do Paranapanema no contexto do agronegócio canavieiro

O Pontal do Paranapanema é uma região com grandes extensões de terras devolutas, o que a constitui em espaço de conflitos latentes que envolvendo movimentos sociais de luta pelo acesso à terra e pela Reforma Agrária frente a apropriação indevida de terra devolutas por latifundiários/grileiros.

MAPA 1 . LOCALIZAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA



Fonte: IGC-2003
Org.: Thomaz Jr., 2002; Leal, 2003
Ed. Gráfica: Maria S. Akinaga Botti

O contexto social e político do Pontal do Paranapanema pode ser explicado, portanto, a partir de muitas ocupações, de inúmeros trabalhadores mobilizados e acampados, de diversas ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado para identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas.

A luta pela terra e a política de assentamentos se originam, no início da década de 1960, mas é a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região após 1990, com a presença de acampamentos e "posses" em algumas glebas que esta se intensifica. Como protagonistas dessas lutas estão distintas categorias de trabalhadores: arrendatários, posseiros, bóias-frias e ex-barrageiros, moradores nesta região do Estado ou no Norte do Paraná (FERNANDES, 1996).

A evolução da questão agrária na região tem entre seus pares opostos composto pelos proprietários-fazendeiros e trabalhadores rurais arrendatários, que trabalhavam especialmente com a cultura do algodão, nos anos 1950-60. Entretanto, em função da relação de produção – arrendamento – nunca teve sua permanência na terra garantida. A partir dos anos 1960, a pecuária se intensifica na região e começa um processo intenso de expulsão dos arrendatários das terras então destinadas à criação de gado.

Nas décadas de 1970 e 1980, começam a ter lugar notícias de lutas pela permanência na terra, realizadas por arrendatários. Algumas dessas lutas chegaram à década de 1990, com acampamentos e ocupações, fazendo com que parte desses trabalhadores fosse beneficiada pela política de assentamentos realizada pelos Governos Estadual (Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP), e Federal (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA). Segundo Antonio (1990, p. 7)

Deve-se ressaltar que a questão jurídica das terras no Pontal do Paranapanema é antiga, desde o início dos anos sessenta, mas o conflito entre trabalhadores rurais sem-terra e latifundiários com mais eminência ressurgiram nos anos setenta. A eclosão dos conflitos está muito ligada a questão dos contratos de arrendamento e parceira. (...) após o término destes contratos nas fazendas da região, muitos trabalhadores rurais decidiram permanecer nas mesmas, estimulados pela existência da disputa dessas terras entre Estado e Fazendeiros.

Durante as décadas de 1970 e 80, com o fim do ciclo da cultura do algodão, cresceu o número de bóias-frias desempregados, os quais anos depois foram

mobilizados a lutar por um pedaço de chão. Da mesma forma que os ex-barrageiros formam o contingente de trabalhadores sem-terra na região.

Na década de 1980, quando a obra de construção das barragens da CESP estava em fase de conclusão, gerou um grande desemprego o que levou a uma mobilização desse contingente de trabalhadores, os quais conseguiram o assentamento na Gleba XV de novembro, na primeira metade dos anos 1980 (FERNANDES, 1996; ANTONIO, 1990), considerada a maior área de assentamento no Pontal do Paranapanema, localizada no município de Teodoro Sampaio.

Atualmente, há, na região do Pontal do Paranapanema 109 assentamentos de trabalhadores rurais, os quais compõem aproximadamente de 5.500 famílias assentadas. O Pontal do Paranapanema compõe a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

Esta é composta por 53 municípios, na qual está inserido o Pontal do Paranapanema. Desse total, 15 municípios possuem assentamentos rurais, ou seja, mais de 50% dos municípios da região apresentaram transformações em sua estrutura fundiária, embora ainda seja constituída predominantemente por terras devolutas (MAZZINI, 2007).

O Pontal do Paranapanema tem sido alvo, nos últimos cinco anos, do processo expansionista do agronegócio canavieiro, protagonizado por grandes grupos empresariais, particularmente a Odebrecht. Um dos principais atrativos são as condições edafo-climáticas, acesso fácil a água e relevo favorável à mecanização.

A expansão da cana-de-açúcar tem se dado muitas vezes em áreas degradadas, particularmente pastagens, que na maioria dos casos são terras griladas, mas também tem avançado para as áreas de lavoura branca, da agricultura de base familiar.

A voracidade pela incorporação de terras para o cultivo, a sede pelo lucro expressa todas as contradições inerentes ao processo de reprodução do capital agropecuário e agroindustrial, nessa porção do território. (THOMAZ JR., 2009).

A crescente demanda por produtos sucroalcooleiros vem ocasionando uma intensa busca por áreas aptas para o cultivo da cana. Assim, a referida região vem nos últimos anos sendo alvo de investimentos agroindústrias canavieiras, por *dispor* das

últimas “reservas” de terras do Estado de São Paulo, com solo, clima e relevo considerados favoráveis para a expansão dessa cultura.

Segundo Thomaz Jr (2009, p.317) o que tem justificado essa expansão, travestida em discurso de desenvolvimento, na realidade

(...) é dar um basta ao conflito em torno da ocupação das terras e, para isso, o governo estava tomando as providências cabíveis, de um lado, com o Projeto de Lei 578 que prevê a regularização das terras acima de 500 hectares, e de outro, colocando os agentes de fomento do Estado a serviço do financiamento de obras, instalação de indústrias, por exemplo, as processadoras de cana-de-açúcar etc.

Nesse sentido, o avanço do agronegócio canavieiro na região adquire forte conotação política, tendo em vista que, tanto para o Estado como para os empresários rurais é interessante legitimar a posse da terra ou o grilo e, assim, tornar plausível o título de propriedade da terra, o que é feito com a articulação com o capital agroindustrial por intermédio de arrendamento de terras, e outras formas de legitimação da posse da mesma.

Desde a década de 1980, a região foi palco de investimentos do setor canavieiro, ocasião em que foi objeto da aplicação de políticas específicas visando a territorialização do capital canavieiro durante a vigência do Proálcool.

É importante destacar que na escala regional foi circunstancial a participação do PRO-OESTE, que tinha por objetivo deslocar os recursos da CENAL para o Oeste Paulista, visando garantir e promover o equilíbrio econômico regional.

Conforme já destacamos anteriormente (capítulo 2) até a década de 1990, o processo intervencionista do Estado teve como propósito garantir o equilíbrio entre produção e consumo de açúcar, usando para isso os planos de safra e a política de preço e crédito.

Segundo Bray; Ferreira e Ruas (2000), a questão da ampliação das áreas canavieiras tradicionais do Estado de São Paulo como também o surgimento de novas áreas no Oeste Paulista, envolveram políticas agrícolas e agroindustriais do IAA, PROÁLCOOL e PRO-OESTE através do Programa de Expansão da Canavicultura para

produção de combustível do estado de São Paulo (PROCANA). Conforme nos aponta Antonio (1992, p.73),

A incorporação dessa região vai se concretizar com a questão do Estado, a partir de 1964, no sentido de criar determinada infraestrutura para produção e reprodução do espaço necessário a expansão do capital, visto que o setor privado estava receoso e apreensivo em investir nessa região, pois a mesma apresentava-se com constantes conflitos de terras, originados nas formas como essas terras públicas foram indevidamente apropriadas por latifundiários. (ANTONIO, 1992, p. 73).

Antonio (1992), aponta ainda que a primeira ação do Estado contemplava investimentos públicos em infraestrutura com a implantação de novas rodovias e asfaltamento das rodovias vicinais; construção de 3 Usinas Hidrelétricas (UHE) Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera, e, os subsídios concedidos pelo Proálcool para implantação das destilarias Alcídia, em Teodoro Sampaio, Dalva, em Santo Anastácio e Decasa, em Marabá Paulista, sendo que estas foram as primeiras unidades produtivas projetadas para a região.

Os discursos nos quais o Estado se valia naquele contexto, era o estímulo às exportações brasileiras, sob a alegação de promover o desenvolvimento do país. Segundo Ruas (1996, p.99),

A dispersão de unidades industriais produtoras de álcool (destilarias autônomas) no Estado de São Paulo pode ser considerada como ponto positivo do PROÁLCOOL, tendo, inclusive, ocorrido a entrada de novos grupos empresariais no setor, mas com altos custos sociais, pois estas indústrias foram implantadas com altos subsídios governamentais.

Assim, no Pontal do Paranapanema, a configuração da agroindústria canvieira se deu a partir de relações políticas nas quais foi tecido um jogo de interesses envolvendo a preparação de grandes projetos direcionados a áreas anteriormente consideradas insignificantes, do ponto de vista da produção de matéria-prima direcionada para produção de álcool.

É desse movimento que o Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo (Pró-Oeste) foi gestado, sendo responsável para dar sustentação ao Programa de

Expansão da Canavieira para produção de combustíveis do Estado de São Paulo (PROCANA).

Uma questão a ser assinalada é que à época, no caso do Pontal do Paranapanema, foram os proprietários privados da terra que desenvolveram a atividade agroindustrial na região e, nesse sentido, a entrada dos proprietários rurais no Programa Nacional do Alcool, acabou por possibilitar a expansão do modo tipicamente capitalista de produção na agricultura (MONTEIRO, 1992, p. 25).

De acordo com Bray, Ferreira e Ruas (2000), com a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo, a Secretária da Agricultura procurava utilizar a infraestrutura já existente, sem necessidade de mais investimentos públicos; mudar o processo de migração ao criar empregos diretos e indiretos necessários à concretização do programa; interiorizar o desenvolvimento por meio do fortalecimento das economias regionais; preservar e ampliar a oferta de alimentos, bem como manter a participação do setor agropecuário paulista na pauta da exportação.

Destacam que a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo pretendia promover a distribuição de destilarias em várias regiões do Estado, especialmente na região de Presidente Prudente, para a qual tinha o projeto de instalar de 29 unidades produtoras, projeto que acabou não sendo concretizado.

Foram instaladas no Pontal do Paranapanema as seguintes unidades produtivas: Alcídia, em Teodoro Sampaio; Alta Floresta, em Caiabú; Bela Vista, em Narandiba; Dalva, em Santo Anastácio; Decasa, em Caiuá; Laranja Doce, em Regente Feijó, Zero Onze, em Iepê (THOMAZ JR, 2002).(Mapa 2)

É assim, que no atual momento de (re)configuração por que passa o país por meio da ênfase dos discursos do agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico e social, a região tem sido inserida no circuito espacial da produção canavieira representada pela cooptação da população pelo capital agroindustrial.

O que vem sendo facilitado sobremaneira pelo volume de informações transmitidas pelos meios de comunicação em geral, que apresenta resultados altamente positivos desta “moderna” forma de produzir, no entanto não evidencia as conseqüências ou os desmontes de estruturas tradicionais de produção e a subordinação

cada vez maior da população rural aos desmandos da expansão e ampliação do capital em sua apropriação e controle do território.

À medida que vem se desenvolvendo, a agroindústria canavieira vem impondo uma modificação substantiva no sistema econômico-social e político da região. De forma breve, vejamos alguns aspectos das modificações ocorridas: a) pastagens e outras culturas brancas (milho, algodão, feijão) substituídas por extensos canaviais; a pequena propriedade de base familiar vem sendo subjugada aos interesses do capital agroindustrial ao arrendar terras para o plantio da cana; b) presença de trabalhadores migrantes de outros estados, principalmente nordeste; c) alterações na dinâmica e na precarização do trabalho uma vez que assentados têm engrossado no corte da cana-de-açúcar e esse fato revela uma contradição importante na medida em que os assentamentos são experiências resultantes de um processo acirrado de luta pelo acesso à terra, constituindo-se uma expressão importante de gestão de um território; d) com grandes extensões de terras devolutas, o Pontal do Paranapanema constitui-se numa região de conflitos envolvendo movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária e latifundiários.

Há, ainda nesse sentido, um interesse cada vez maior por parte do Estado e dos latifundiários em legitimar as terras devolutas que foram apropriadas por meio de grilagem tendo em vista legalizar o título de propriedade da terra, resultando então, num forte embate político (THOMAZ JR., 2007c). E uma das formas em que essa atividade se concretizou foi por meio dos contratos de integração, conforme veremos a seguir.

4.2. O discurso da inserção/integração e a realidade do prejuízo

Um dos primeiros registros que se tem sobre o fornecimento de cana para a agroindústria nos assentamentos do Pontal do Paranapanema data do início em 1993, no assentamento Água Sumida, no município de Teodoro Sampaio. Embora contasse em relatório como projeto-piloto envolvendo apenas onze produtores (9% de 121 assentados), tem-se que “27 beneficiários teriam interesse em implantar a cana”¹, para entregar à Destilaria Alcídia (Teodoro Sampaio).

¹ A esse respeito consultar a proposta da Destilaria Alcídia sobre a implantação da cana-de-açúcar nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania/Instituto de Terras/Departamento de Assentamento Fundiário, São Paulo, s.d.

A Destilaria Alcídia, ao longo dos anos, foi a principal empresa processadora da cana fornecida pelos assentados da região. Além da utilização das terras, a destilaria também foi beneficiada, indiretamente, com os recursos financeiros dirigidos aos assentados em forma de créditos subsidiados, específicos para a agricultura familiar.

Convém destacar que quando da implantação do projeto de fornecimento de cana para a Destilaria Alcídia, o MST não estava ainda organizado na região, o que pode explicar a facilidade, o assédio e a ausência de oposição a este projeto.

Em função da renda obtida com essa integração ser muito baixa os assentados da Água Sumida deixaram de plantar cana para a Alcídia e a experiência encerrou em 2002. O cultivo da cana-de-açúcar para acabou no Água Sumida, mas continuou em outros assentamentos da região, como ocorreu nos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata, próximos à Destilaria em questão.

Os assentados implantaram essa cultura para fornecer cana à usina, integração que foi intermediada pelo ITESP, seguindo as indicações da Portaria n°77². Quanto a implantação da cultura da cana nos referidos assentamentos esta foi totalmente financiada pelo Pronaf, "integração" que permitiu a empresa processadora implantação da cana nessas áreas sem nenhum custo, já que todas as operações realizadas pela usina foram pagas pelos assentados com o financiamento realizado, levando-os ao endividamento.

Assim, essa integração provocou uma série de problemas, sobretudo o endividamento bancário, já que a plantação de cana foi feita mediante empréstimos, via linha de financiamento do Banco do Brasil *BB-Convir*, que contou com recursos Pronaf, linha D, em torno de R\$18 mil por assentado.

Essa foi uma das estratégias levadas a efeito por uma aliança envolvendo agroindústrias, Estado, em diferentes expressões (Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, ITESP, por meio da Portaria n°77), em resposta aos problemas vivenciados pelos assentados, que sem condições de garantir sua reprodução

² No artigo 2º da Portaria ITESP-77, de 2004, que substituiu a Portaria 75, de outubro de 2002, está garantido que “as culturas para fins de processamento industrial poderão ser implantadas nos lotes com área de até 15 ha, ocupando até 50% da área total, e nos lotes com área superior a 15 ha, ocupando até 30% do total”. Por meio da Portaria n° 77 o ITESP normatizou o plantio de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais sob sua responsabilidade.

se vêem “forçados” a plantar cana no lote, ou seja, uma “inversão de objetivos da agricultura camponesa, e além disso, uma prática deliberada para desmontar e desestruturar sua existência, mesmo havendo interesses em mantê-los, todavia subordinados, controlados e subsumidos ao capital” (THOMAZ JR, 2009, p. 204).

Essa ação “fragiliza os camponeses, os movimentos sociais que reivindicam e lutam pela reforma agrária e política de assentamentos, pois passam a ser controlados pelo capital e a gravitarem na sua órbita de controle e determinação” (THOMAZ JR, 2009, p. 59). E é evidência também da falta (ou ausência) de políticas públicas dirigidas a assentamentos e também uma das alternativas de enfrentamento que este se apóia, já que este precisa de condições mínimas de garantir sua permanência na terra.

A partir dos interesses e necessidades demandados por setores dominantes do espaço agrário, as medidas são tomadas em acordo com um aparato jurídico-discursivo, como é o caso de Leis, Deliberações, Portarias que são utilizadas de acordo com as conveniências do Estado atrelado ao capital.

Diante de um quadro bastante desfavorável à sua reprodução aos assentados a opção que resta é de se associarem ao circuito canavieiro, na condição de fornecedores de cana-de-açúcar, um arranjo denominado de arrendamento, em que o assentado cedia parte de seu lote.

Segundo Thomaz Jr (2009, p.332) essa integração nada mais é do que uma das estratégias adotadas pelo capital agroindustrial canavieiro, para ampliar a produção e, conseqüentemente, consolidar seu poder econômico e as estratégias territoriais/expansionistas. Nesse processo, os assentados não somente entregam as suas terras para as agroindústrias, por meio do arrendamento, como também passam a trabalhar na colheita ou no corte da cana, com isso as agroindústrias extraem mais renda da terra.

Nestas regiões que são inseridas na rota do agronegócio canavieiro o processo de arrendamento e da integração torna-se uma prática comum nas estratégias das agroindústrias e de produtores. Diante desse cenário, as transformações ocorridas afetam tanto a agricultura tradicional como a agricultura de base camponesa uma vez que além da compra, mas passam também a operar por meio de um processo que vai além do arrendamento de terras.

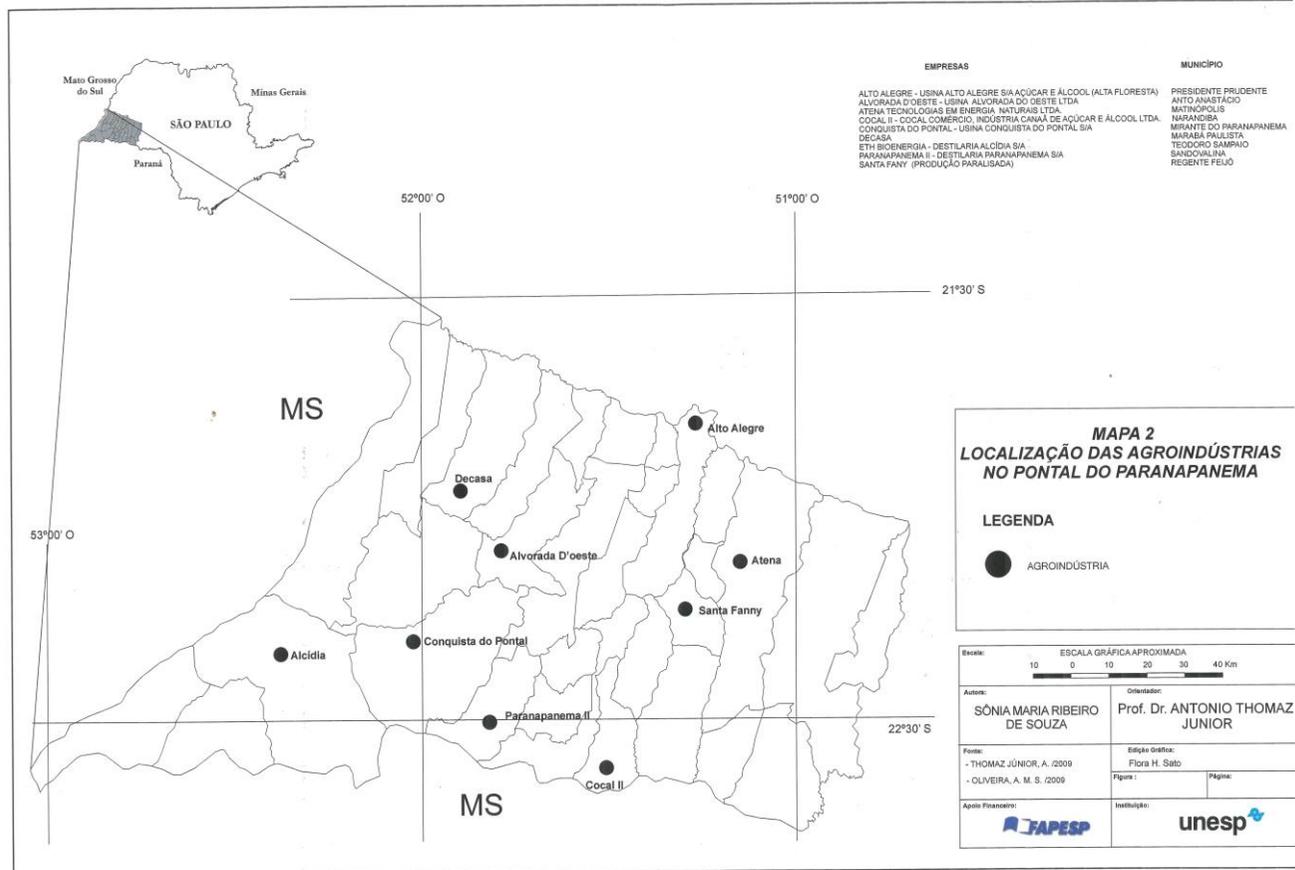
O que significa dizer que: “Nem arrendamento nem cessão, mas algo que prende o camponês ao sistema de crédito que viabiliza a integração da produção camponesa ao capital agroindustrial, por meio do *BBConvir*”.

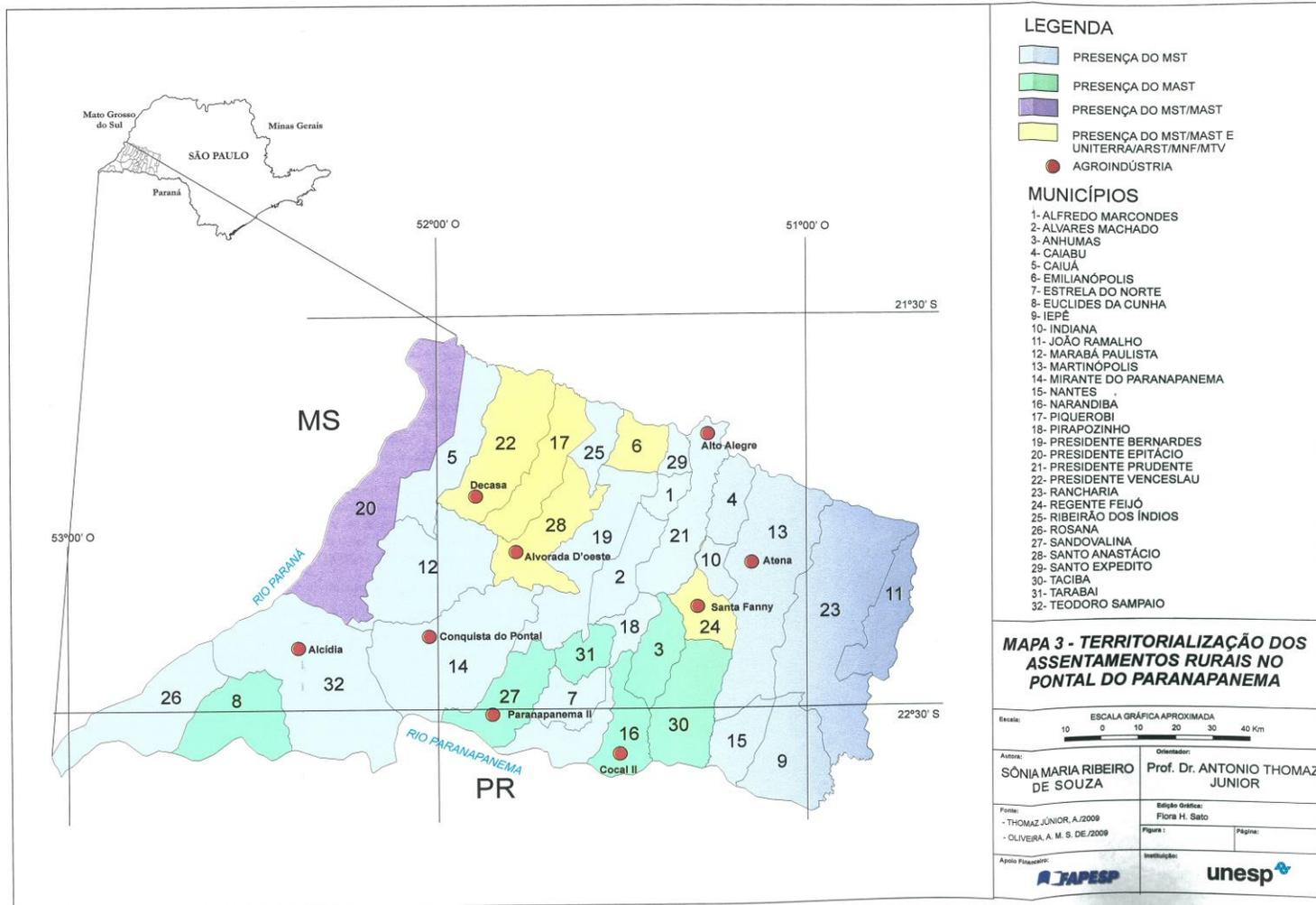
Os desdobramentos desse processo, além da subordinação ao capital agroindustrial canavieiro, financeiro e ao Estado, podem ser dimensionados também por meio da concentração da propriedade da terra, na busca de legitimação das terras griladas pelos latifúndios, no desmonte das pequenas propriedades familiares, sacramentando e renovando, o processo de desterritorialização, que também atinge diretamente os assentamentos rurais e as iniciativas dos trabalhadores organizados no âmbito dos movimentos sociais que reivindicam as mesmas terras.

Assim, o processo recente de expansão da cana-de-açúcar e do capital agroindustrial canavieiro, no Pontal do Paranapanema, é expressão cristalina dos territórios em disputa, formulação que tem orientado as pesquisas do CEGeT.

Os contratos de integração inauguram uma lógica que altera a maneira de pensar e agir dos assentados que vêm no processo de inserção com as agroindústrias uma alternativa de produzir sem, no entanto, perceber a lógica destrutiva e concentradora presente nesta atividade.

Concretiza-se a integração agricultura-indústria, ao mesmo tempo em que intensificam as contradições decorrentes do capitalismo manifestadas pela intensificação de sujeição do trabalhador assentado ao capital. Ou seja, os trabalhadores ingressam novamente num esquema de sujeição e subordinação quando trabalham na e para as agroindústrias. Esse foi o caso, por exemplo, da Destilaria Alcídia, em Teodoro Sampaio e os contratos de arrendamento (Portaria ITESP n.º77) em áreas de assentados.





Em de Teodoro Sampaio, por exemplo, foram os “escolhidos”, inicialmente o assentamento Água Sumida, em caráter de “experiência, para o plantio de cana-de-açúcar para a Destilaria Alcídia, em 2005, e, posteriormente, outros assentamentos foram sendo incorporados, mediante a aprovação do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), como já dito anteriormente.

No contexto da expansão recente do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, a Odebrecht instala, em 2007, a Nova Conquista do Pontal, no município de Mirante do Paranapanema, muito próximo da maior concentração de assentamentos da região, ou seja, 1/3 do total. Segundo Thomaz Jr, (2007c, p.8),

A face desse processo de expansão da cana-de-açúcar em meio à *onda valorizadora do bem comum* em nome dos combustíveis renováveis e que revela o conteúdo das novas alianças entre latifundiários/grileiros e capitalistas é a aliança que está sendo costurada no Pontal do Paranapanema, pois os capitalistas e os produtores por eles influenciados estão arrendando terras griladas e devolutas para plantarem cana-de-açúcar.

Ainda de acordo com o autor,

Com isso legitimam a posse das terras públicas em nome dos grileiros e usufruem dos baixos preços para se garantirem à frente dos negócios, que ao final dos contratos e com o prolongamento das negociações, provavelmente será mais uma vez beneficiados, agora com a prerrogativa de comprarem as terras, mas já legalizadas (THOMAZ JR, 2007c, p.8).

Esses problemas têm passado ao largo das discussões e do incremento do agronegócio. O interesse deste projeto está centrado no problema da expansão da atividade canavieira na região, tanto em áreas de assentamentos quanto em áreas consideradas devolutas.

Essa atividade vem reconfigurando a região do Pontal do Paranapanema respaldada pelo discurso do agronegócio produzido tanto pelas políticas governamentais como pelos meios de comunicação atrelados aos interesses do capital representados pelo setor da agroindústria canavieira. Segundo Thomaz Jr (2009) o avanço da cana-de-açúcar na região se deve em função de benefícios que os grandes grupos ligados a agroindústria canavieira obtêm por meio de incentivos e financiamentos com recursos

públicos, os quais repercutem na expansão da agricultura capitalista e no recrudescimento da agricultura camponesa. Segundo o autor outro fator que explica essa ofensiva se deve ao fato de esta ser uma área histórica de conflito por terra e, sendo, portanto mais suscetível de se colocar em marcha uma estratégia de controle do capital sobre a reforma agrária. A esse respeito o autor afirma,

(...) estamos acompanhando mais de perto, no Pontal do Paranapanema, com a expansão da cana-de-açúcar e do empreendimento agroindustrial canavieiro, nestes últimos dois anos, os quais espalham suas garras sobre terras improdutivas, devolutas ou com pendência jurídica, revelando, conseqüentemente, o real interesse da união de interesses entre latifundiários e capitalistas, para legitimarem as irregularidades/ilegalidades da posse da terra (THOMAZ JR, 2009, p. 204).

Ainda de acordo com o autor,

Esse pacto de classes está redesenhando as formas de uso e exploração do território, no Pontal do Paranapanema, mediante *nova* divisão do espaço produtivo, apresentando novos desafios para os trabalhadores. De um lado, absorvendo os camponeses assentados para o trabalho no corte, por conta da total ausência de políticas públicas para mantê-los em condições de produção nos lotes, e, de outro, pela via da incorporação de parte dos lotes ao cultivo da cana-de-açúcar, na qualidade de “fornecedores” à base do expediente da política de financiamento do Banco do Brasil *BB-Convir*. Essa clara inversão de objetivos da agricultura camponesa é, na realidade, uma prática deliberada para desmontar e desestruturar sua existência, mesmo havendo interesses em mantê-los, todavia subordinados, controlados e subsumidos ao capital (THOMAZ JR, 2009, p.204-205).

Com as novas investidas do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em conseqüência do incremento das novas tecnologias, das mudanças nas formas de organização da produção, da inserção dos mercados no circuito de financeirização mundial, novas áreas de expansão são incorporadas produzindo alterações significativas nos lugares. (ARRUDA, 2007).

Estes são incorporados ao processo de acumulação e da reprodução ampliada do capital por meio da espacialização das agroindústrias em várias regiões do país, como é o caso da ocupação de áreas do Cerrado, da Amazônia, do Oeste Paulista.

A especialização do agronegócio por meio da instalação das agroindústrias (Quadro 1) tem alterado significativamente a região. As facilidades concedidas pelo Estado proporcionam deslocamentos de empresas e de empresários/produtores rurais que, nesse movimento provocam mudanças nas relações de produção e na organização do trabalho na região.

Quadro 1- Localização das Usinas na RA de Presidente Prudente

USINAS	MUNICÍPIO
Alcídia	Teodoro Sampaio
Conquista do Pontal	Mirante do Paranapanema
Alvorada do Oeste	Santo Anastácio
DeCasa	Marabá Paulista
Alto Alegre	Presidente Prudente
Athena	Martinópolis
Cocal II	Narandiba
Paranapanema I	Sandovalina
Santa Fany *	Regente Feijó

Fonte: Barreto (2011).

As mudanças na forma de produzir, sobretudo com a monocultura – soja, cana-de-açúcar, milho, eucalipto – para atender o mercado externo ancoradas, principalmente pelo alcance dos preços nas bolsas de valores, além de uma série de facilidades implementadas pelo acesso a créditos, assistência técnica e inovações tecnológicas que possibilitam o aumento da produtividade da terra em todos os biomas brasileiros (THOMAZ JR, 2009, ARRUDA, 2007).

A reestruturação produtiva é marcada por mudanças na estrutura do padrão de cultivo e pela reorganização da superfície ocupada das áreas de cultivos (feijão, amendoim) e pastos (pecuária) para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, na região, agora (re)dimensionada pelo agronegócio canavieiro. Nesta região, o cultivo de lavoura sede lugar a cana como estratégia de territorialização do capital.

* A Destilaria Santa Fany, em Regente Feijó, estava com as operações paralisadas, sob estágio falimentar, com um passivo de R\$ 158.459.958,73, mas teve sua dívida reduzida para R\$ 141.859.119,95, após análise do Plano de Recuperação Judicial. Em junho de 2011, sua venda foi votada em assembléia. De acordo com Barreto (2011), houve duas Audiências Públicas, uma em 13/06/2011 e a outra no dia 04/07/2011. Nessas Audiências, o Fundo de Investimento em Participações NSG Infra-estrutura apresentou sua proposta de compras dos ativos e passivos da Destilaria Santa Fany Ltda. No entanto, a compra da Destilaria foi realizada pelo Grupo Braspart Florestal – Comércio de Madeiras Ltda.

O processo de reestruturação produtiva que se evidencia representada pela sua expansão e ampliação em áreas de pastagens, e também tidas como atrasadas economicamente, com a instalação de unidades processadoras de cana provoca alterações no espaço agrário preexistente. Isso pode ser observado pela instalação de Usina Conquista do Pontal, pertencente ao grupo Odebrecht, controlado, pois, pela ETH³, para fins canavieiros (Fotos 1 e 2) .

Foto 1 - Usina Conquista do Pontal no Município de Teodoro Sampaio- SP



Fonte: SOUZA, S. M. R, 22/04/2010.

Baseada na expansão canavieira (Fotos 3 e 4) a região sofre novos arranjos em função reterritorialização do capital, momento em que a terra reserva de valor para os latifundiários; se havia um processo de ocupação, pelos movimentos sociais de luta pela terra, em terras devolutas; se a região apresentava “dificuldade” para a expansão da agricultura; atualmente, o uso do espaço agrícola está completamente alterado. Portanto, se o uso do espaço é modificado altera-se também o processo de apropriação das terras, de produção e das relações de trabalho.

³ A ETH possui duas unidades industriais no estado de São Paulo: Unidade Alcídia, localizada em Teodoro Sampaio, e Unidade Conquista do Pontal, implantada em Mirante do Paranapanema. A Unidade Conquista do Pontal, construída em 2009, tem capacidade máxima de moagem de 3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.(UNICA, 2010).

Podemos observar como a região se altera não somente como um processo de incorporação da terra como reserva de valor, mas também essa alteração se dá pelas novas relações que se estabelecem no processo de reprodução e acumulação capitalista no espaço. (ARRUDA, 2007)

Foto 2- Laboratório da Usina Conquista do Pontal



Fonte: SOUZA, S. M. R, 22/04/2010.

A ocupação das terras devolutas e a alteração das áreas de pastagens para a cana seria uma solução para minimizar parte dos conflitos por terra e também a resposta para os problemas de crescimento econômico da região.

A concentração de riqueza evidencia-se no espaço regional pela presença de uma estrutura fundiária altamente concentradora, com o predomínio do latifúndio ou da grande propriedade pouco produtiva.

Assim, a articulação entre o poder econômico, sustentado pelos mecanismos institucionais é o que tem permitido a transformação das terras devolutas em terras destinadas a produção de cana-de-açúcar, numa clara estratégia de disciplinamento do processo de acesso a terra, pela reforma agrária, bem como tem sido um instrumento eficaz para inibir a produção nos assentamentos que, sem alternativas acabam por integrar-se à plantação de cana. Nesse sentido, selando o compromisso dos governantes com a burguesia rural e empresarial (THOMAZ JR, 2009).

Foto 3- Área de plantio da cana no Município de Teodoro Sampaio-SP



Fonte: SOUZA, S. M. R, 22/04/2010.

Foto 4 – Expansão da cana e a (re)organização da paisagem no município de P. Venceslau- SP



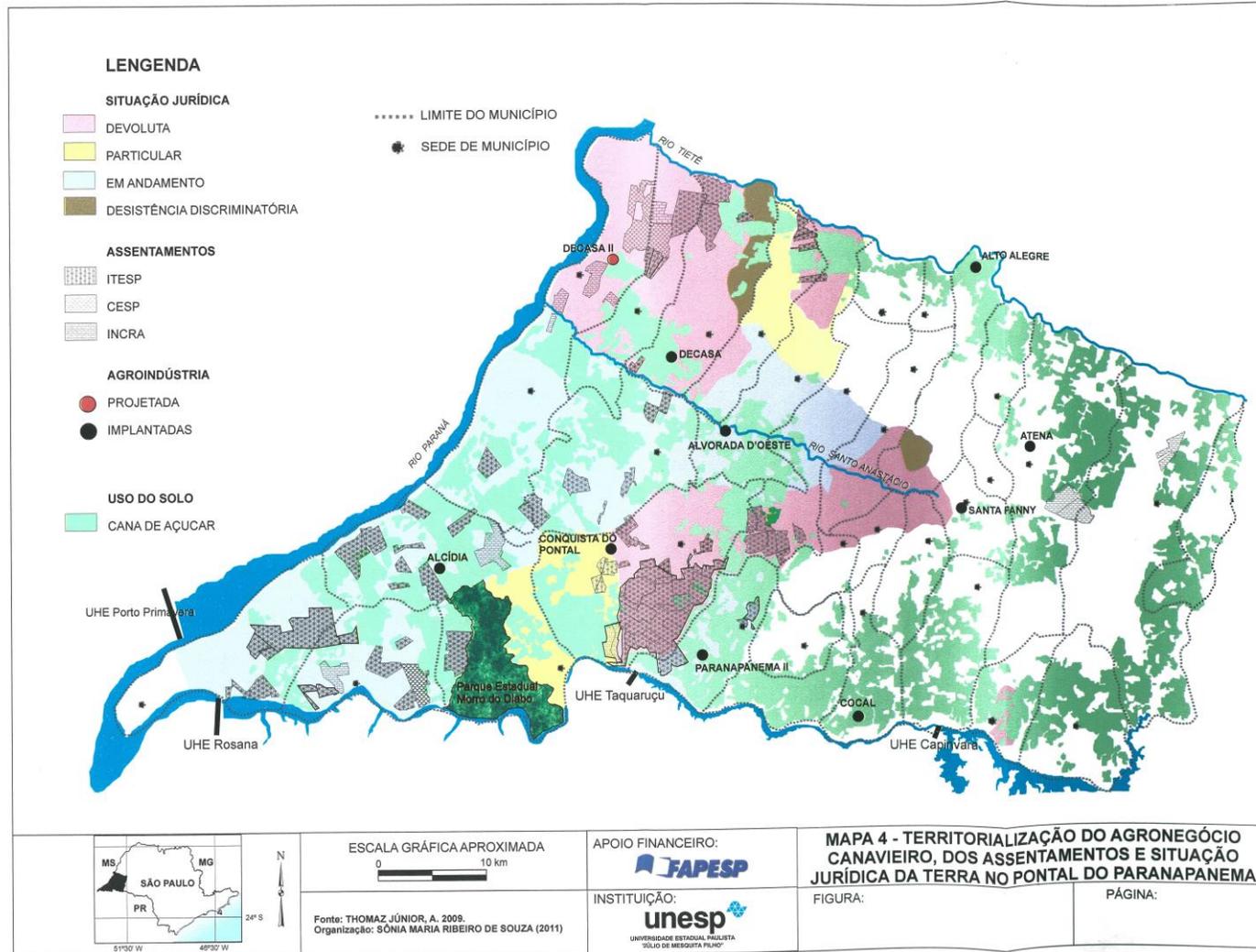
Legenda
corte da
cana
após
queima -
primeiro
plano -,
preparo
do solo -
segundo
plano -;
ao fundo
área de
pastagem
com
mata
ciliar

Fonte: SOUZA, S. M. R, 16/05/2010

Em função da ausência de uma política pública clara e que atenda as necessidades dos assentados em suas unidades de produção estão cada vez mais empobrecidos e sem alternativas para sua reprodução. Segundo o referido autor,

A sucessão desses insucessos tem motivado os assentados à descrença nas alternativas de curto prazo, o que os tem estimulado a aderir ao cultivo da cana-de-açúcar, sem que os movimentos sociais tenham qualquer controle da situação. Esse quadro nos convida a pensar que ceder as terras em arrendamento para o cultivo de cana-de-açúcar é, diante das circunstâncias, uma estratégia para manter a terra ou manter-se na terra (THOMAZ JR, 2009, p. 344).

Nessa dinâmica o território é redimensionado pelo agronegócio canavieiro a partir de um perverso processo de integração tornado uma prática comum nas estratégias das agroindústrias, que se constitui numa lógica destrutiva ao submeter o pequeno produtor ao processo de produção agroindustrial.



Por outro lado, essas transformações se explicam pela movimentação mundializada do capital, mas a introdução da região no circuito espacial da produção canavieira também se deve aos arranjos discursivos nos quais têm sido fomentado a gestão e controle do trabalho com as consequências políticas nos modos de subjetivação que estão sendo produzidos a partir deles. Os contratos de integração foi uma forma de controle que teve como um dos seus elementos o discurso, na medida em que ao alterar a relação de trabalho do assentado com a terra, propiciou a alteração de uma lógica de produção ou uma forma de pensar e produzir na terra, e isso é constatado em uma entrevista de um assentado que vivenciou esse processo.

Quando eu e minha família resolvemos plantar cana para a usina foi devido não ter alternativa, o nosso gado era pouco e estávamos atrás de uma renda para permanecer na roça. O que me passou segurança na época foi que o ITESP através dos técnicos foi em minha casa fazer o projeto e falaram mil maravilhas. Assinei em casa o projeto do financiamento de R\$ 18.000,00 reais. Não me deram um centavo do financiamento, no final de quatro anos pagaram o financiamento e deram um pouco de dinheiro que deu pra eu fazer uma compra. O pior foi o segundo contrato, vieram com uma história de que o tal do ágio deu baixo a cana não cresceu muito e que a cana só deu para pagar o financiamento, foi necessário na época juntar todos que plantou cana e fazer um protesto na usina depois de muita reunião nos pagaram uma mixaria foi o pior negocio da minha vida, o pasto não saiu mais direito e o lugar da cana virou muita areia. Acho que o pior era a falta de controle não sabia quantos caminhões deram, quantos quilos não sei o que é ágio, eles vinham buscar a cana a noite. (Entrevista junto ao assentado da Gleba XV de Novembro - Rosana/SP, dia 20/09/2010, apud SILVA, 2011, p.28)⁴.

Eu e meu marido L... não sabia que esse projeto chamava BB convir, quem veio aqui em casa não foi nem o banco e nem a usina foi o técnico do ITESP, que nos enganou falou que ia da bastante lucro e tudo mil maravilha e nos não precisava fazer nada realmente não fizemos nada, mas também não recebemos nada. No primeiro ano disse que foi para pagar as contas e no segundo plantio não vieram nem cortar com argumento que não compensava corta que o ágio e o tamanho da cana era ruim, ficamos com 5 hectares de terra empitada de ser utilizada soltamos o gado dentro somente agora depois de 6 anos que conseguimos reformar de volta plantando pasto. Isso nos

⁴ Trabalho monográfico realizado por Cledson Mendes da Silva, intitulado *A expansão do agronegócio canavieiro no Pontal Paranapanema (SP) e os novos desafios para o MST e para a luta pela terra*, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr, junto ao Curso Especial de Graduação em Geografia/Convenio INCRA/PRONERA/UNESP. Membro do CEGeT.

custou caro. A nossa vontade era ir atrás de nossos direitos. Fomos enganados. (Entrevista realizada dia 06/10/10, apud SILVA, 2011, p.29).

São essas estratégias, traduzidas em “nova maneira de produzir” que altera as formas tradicionais de produção, alija a pequena unidade de produção camponesa transformando também as suas formas de pensar e de agir tornando-o mais fragilizado diante da destrutividade contida nesse processo, pela sujeição à produção agroindustrial. Como afirma Oliveira (2009, p.282),

(...) a necessidade de expansão da matéria-prima e de valorização espacial do capital agroindustrial canavieiro está conduzindo à reorganização do território em escala local-regional. Nesse contexto, não só as áreas com os cultivos e atividades anteriores estão sendo eliminadas ou substituídas pela cana-de-açúcar, como novas áreas também têm sido incorporadas a essa forma atual de produzir.

A expansão do capital agroindustrial canavieiro, nesse sentido, promove a disputa por terras que sejam adequadas no que se refere à baixa declividade que favorece a mecanização, fertilidade dos solos conseguidos com uso de tecnologia, uso dos recursos hídricos para irrigação, transportes etc., extensão e proximidade das unidades processadoras. Estas condições favorecem o aumento do preço da terra, tanto no que diz respeito à compra quanto para os contratos de arrendamento de grandes propriedades quanto a integração em áreas de assentamentos. A substituição das atividades agropecuárias, como amendoim, milho, feijão, pastagem etc., pela cana-de-açúcar é facilitada nesse sentido.

Neste contexto, nas áreas em expansão, como no Pontal do Paranapanema, um elemento importante na atribuição ou elevação de preço da terra é a possibilidade de legalizá-las, com pendências jurídicas, equivalentes a 450.000 hectares de um total de 1,2 milhões de hectares da região do Pontal do Paranapanema, via a aprovação do Projeto de Lei n.º 578/2007 (THOMAZ JUNIOR, 2009). (Mapa 4)

O PL 578/2007, conforme assinala Thomaz Jr (2009) é uma estratégia política, convertida em medida legal, que legaliza a grilagem de terras e, ao mesmo tempo, que instrumentaliza uma ação para inviabilizar as lutas pelo acesso a terra e impossibilitar

outras formas de uso das mesmas no Pontal do Paranapanema para a produção de alimentos com a criação e viabilização de assentamentos.

Outro aspecto destacado é que esses novos arranjos, tanto políticos quanto econômicos, são reveladores de uma dinâmica que tem como estratégia a desmobilização dos trabalhadores que lutam por acesso e permanência na terra, a partir da incorporação dos assentamentos no circuito espacial da produção da cana-de-açúcar. Atesta esse processo, conforme destacamos, a expansão canavieira e a implantação de unidades agroprocessadoras em terras improdutivas, devolutas e/ou com pendências jurídicas, demonstrando a aliança entre latifundiários e capitalistas, para legitimarem a posse ilegal da terra (THOMAZ JR, 2009).

Não é possível desconsiderar que mais uma vez a apropriação da terra pelo capital, por meio desses mecanismos, se dá em função das dificuldades enfrentadas pelos assentados em tocar a terra. E isso se deve à falta de compromisso e descaso em vários níveis governamentais em garantir o processo de permanência na terra por meio de políticas públicas, financiamentos e créditos que sejam coerentes com a realidade dos assentamentos e que possibilitem sua reprodução.

No entanto o que se observa, é a prevalência de iniciativas que consolidam os privilégios aos grandes proprietários de terra (nem sempre proprietários, senão grileiros), e outras frações do capital, no caso, os grandes grupos agroindustriais canavieiros, que se beneficiam dos recursos públicos, pouco ou muito pouco sobrando para a agricultura camponesa. Isso consolida o histórico da política agrícola excludente, no Brasil, que não favorece formas alternativas de produção ou de subsistência, baseadas em modelos que fomentem tanto equilíbrio ambiental, quanto leve em conta os aspectos culturais e sociais da forma camponesa de produzir e de viver na terra.

Dada essa impossibilidade, os assentados são literalmente empurrados na direção do cultivo da cana-de-açúcar para as unidades agroindustriais, da mesma forma que se submetem a esse processo, também pela via da venda da força de trabalho, ou seja, por meio do assalariamento ou ganho por produção, no corte. Essa condição de acesso e permanência precários na terra pode ser traduzida como uma contradição interna à forma de atuação do capitalismo no campo, na contemporaneidade, a qual representa uma das faces da reestruturação produtiva. Por outro lado, é a ausência de

políticas públicas ou o direcionamento de investimentos públicos que garantam a diversidade e outra lógica de produção à agricultura camponesa, que faz com que os assentados, no Pontal do Paranapanema, se vejam sob o assédio do capital.

Isso se dá por meio de um investimento discursivo que, além de os cooptar, faz com que os assentados se vejam como os próprios parceiros, os mais beneficiados ao se verem na possibilidade de continuar a produzir, mesmo que reféns. Portanto, as mudanças nas práticas de organização do trabalho na agricultura camponesa é, também, um investimento discursivo mobilizado por uma ação eminentemente política que tem na subordinação “consentida” dos trabalhadores a expressão máxima do capital.

Consideramos, então, o discurso como um elemento importante para entender esse processo, uma vez que fica claro as formas renovadas de controle social, na medida em que o objetivo do capital para o processo de organização do trabalho não apenas consiste no controle da produção e dos trabalhadores, mas também, diante das resistências impostas, o capital carece constantemente renovar as formas de controle social. Nesse caso, a apropriação das formas de produção da agricultura camponesa transformando-a em outra racionalidade, num claro investimento em mudança de mentalidade; desqualificação de seu saber alterando sua forma de lidar com a terra.

Os investimentos das empresas agroindustriais têm se dado nesse sentido, primeiro transforma o trabalhador em “parceiro”, depois o insere no circuito de produção agroindustrial, capacitando-o para a produtividade e logo o insere como força de trabalho na empresa. É o que destacaremos a seguir, traçando os enunciados com que as empresas Odebrecht têm atraído o poder local/regional e os assentados.

4.3. O discurso da inserção e da viabilidade econômica nos assentamentos

Conforme foi discutido, o Pontal do Paranapanema, ao longo dos últimos anos, vem sendo (re)configurado por meio da expansão do agronegócio canavieiro. Com isso a instalação de unidades agroprocessadoras materializa desse processo.

A Usina Conquista do Pontal, foi construída pela Odebrecht/ETH, em Mirante do Paranapanema. O projeto da Odebrecht previa a utilização de cerca de 160 mil hectares de terras para o plantio/produção de cana-de-açúcar. Um dos argumentos

utilizados para justificar a expansão da cana pode ser acompanhado pelo boletim eletrônico da Odebrecht, denominado de “Uma nova Energia no Pontal”.

O Pontal do Paranapanema – a ponta de terra no extremo sudoeste do Estado de São Paulo, entre os rios Paraná e Paranapanema – nos últimos 50 anos foi notícia principalmente por seus problemas fundiários. *Longínquo e rústico*, o Pontal manteve-se coberto por florestas até 1950. A região sofreria o impacto de duas reduções dos limites da antiga Reserva Florestal do Pontal do Paranapanema, que criaram um grande estoque de terras devolutas. *Os municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema figuram entre os mais carentes de São Paulo* (ODEBRECHT, 2009) (Grifos nosso)

Mais a frente ressalta:

Nesse ambiente de muitos desafios sociais, econômicos e ambientais a superar, a Odebrecht deu início, em 2007, à atuação no setor de Açúcar e Etanol, com a ETH Bioenergia, que adquiriu na região a sua primeira usina: a Destilaria Alcídia, em Teodoro Sampaio. Além de modernizar e expandir a Alcídia, a ETH pretende instalar mais três unidades na região: a Usina Conquista do Pontal, já em construção em Mirante do Paranapanema, uma planta na cidade de Euclides da Cunha e outra em Presidente Epitácio, ambas em estudos.

A força do agronegócio, com colheita mecanizada de cana-de-açúcar, tecnologias agrícolas modernas e preservação ambiental já começa a movimentar a economia local, gerando trabalho, renda e impulsionando os serviços municipais de educação, saúde e saneamento. Com isso, dinamiza-se a produção dos assentamentos de reforma agrária espalhados na região nos últimos 20 anos. Após 50 anos de grilagem e invasões de terra, a turbulência agrária no Pontal diminui.

Segundo o Diretor de Planejamento e Meio Ambiente da ETH, Luiz Pereira de Araújo Filho, “É perfeitamente possível conciliar agronegócio, agricultura familiar e meio ambiente”. Assegura ainda, “O pólo de produção da ETH está atraindo usinas de outros grupos ao Pontal do Paranapanema e *incentivando pequenos produtores rurais a fornecerem cana-de-açúcar* para as indústrias (...) A ETH está investindo no Pontal do Paranapanema também via *planejamento de longo prazo*”, observa Luiz Pereira, pois em 2007, 137 agricultores familiares de assentamentos forneceram 16 mil t. de cana-de-açúcar à Alcídia.

Os investimentos do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema não têm sido direcionados apenas ao aspecto econômico. Como vimos ressaltando, há um aparato discursivo que, aliado às escalas do Governo e ao capital, facilita ou criam as condições para que este seja incorporado. Os discursos sobre sustentabilidade, por exemplo, têm comparecido a partir de um conjunto de enunciados que cruzam diferentes conhecimentos, culturas e estratégias políticas. Instituições de pesquisa e universidades, empresas farmacêuticas etc., os conhecimentos por elas produzido têm sido apropriados por interesses econômicos, pelo capital e seus aliados, e reinscrito em outras constelações de saber-poder. Nesse contexto, os discursos têm se apresentado como difusores de uma visão hegemônica acerca da apropriação da natureza e se erigido como mecanismos de legitimação da exploração capitalista.

É assim que as demandas produzidas na escala do *local* são absorvidas e domesticadas no interior de uma rede de organizações que buscam mediar a formulação de políticas e propostas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico. A análise construída aqui busca evidenciar que os discursos vão sendo construídos e se reproduzem enquanto estratégias de mediação das relações de poder e dominação, que se estabelecem entre aqueles interesses que controlam e dirigem os mecanismos de acumulação capitalista na ordem mundial e aqueles que de maneira subordinada alimentam esse processo, como é o caso da atuação dos governos em relação à exploração do espaço agrário com a cana-de-açúcar.

Nesse sentido, a apropriação dos discursos não se esgota apenas em um sistema prático de exploração econômica, ao contrário, é revestido por um conjunto de mecanismos que enriquecem e dão operacionalidade aos interesses do capital. Desta maneira, podemos compreender os mecanismos de apropriação da natureza como tributários de uma ordem discursiva que atribui significado à exploração e legitima o desenvolvimento das forças produtivas como essenciais à manutenção da vida humana. Vejamos esse respeito a forma como a ETH tem atuado no Pontal do Paranapanema.

Ao propor atuar na região, a Odebrecht traçou uma estratégia em que seu discurso se alia aos discursos veiculados pelos poderes local/regional. Na maioria das vezes, os enunciados envolvem a questão de renda, emprego e sustentabilidade. A cooptação do poder público local é evidenciada na medida em que no afã oportunista de

alinhamento ao poderio econômico da empresa, os prefeitos dos Municípios de Mirante do Paranapanema, Eduardo Piazzalunga e de Teodoro Sampaio, José Ademir Infante Gutierrez assumem respectivamente que os municípios estão na “fronteira do desenvolvimento sustentável”.

Mirante tem 33 assentamentos de reforma agrária, que ocupam 44% do seu território, com 1.526 famílias assentadas; somos o município com o maior número de assentados de reforma agrária no Brasil. Com a instalação da ETH na região *estamos transferindo o foco da quantidade de assentamentos para a qualidade da produção*. Vamos consolidar o assentado como produtor rural. (Grifos nosso)

Alcídia e Conquista do Pontal *dinamizam a economia e geram demanda* por profissionais capacitados, *impulsionando o progresso* do município. Em setembro iniciamos um curso de capacitação, inédito na região, para operadores industriais, com 60 vagas para alunos de Teodoro e 20 para alunos de Mirante. Teodoro já possui o Centro Educacional Delfos, que mantém um curso profissionalizante para operadores do setor de Açúcar e álcool, de grande interesse para a ETH. A previsão é de que o programa capacite 1.500 pessoas até 2011. (ODEBRECHT, 2010) (Grifos nosso)

Como toda estratégia de mercado envolve pesquisa e sua posterior publicidade, a ETH contratou uma empresa de consultoria, Diagonal Urbana Consultoria, para realizar o Diagnóstico Socioambiental envolvendo os municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, para mapear suas “fragilidades e potencialidades”. Posteriormente este buscaria subsidiar um Plano de Ação Social com programas voltados às questões socioambientais devidamente balizados de indicadores e metas para avaliar resultados. Segundo Luiz Pereira de Araújo Filho, Diretor da ETH, “A experiência pioneira no Pontal servirá como referência para os pólos regionais do Mato Grosso do Sul e Goiás, onde será reproduzida. A idéia é *induzir* o desenvolvimento sustentável”.(ODEBRECHT, 2010).

A partir dos resultados obtidos com o diagnóstico traçaram um perfil socioeconômico dos municípios. “*São eles*, os assentados, que sustentam nossos dois supermercados”, afirma o Prefeito Ademir Infante, de Teodoro Sampaio. E a gerente da Diagonal Urbana, Dirce Koga, socióloga de formação, afirma que “Se não fosse a população dos assentamentos, a cidade já teria quebrado. Eles olham o mapa e até geograficamente *se vêem como os últimos*” (ODEBRECHT, 2010).

É interessante observar que se os assentamentos sustentam a economia dos municípios isso se deve ao esforço dos assentados em garantir sua reprodução, seja por meio de incentivos de políticas de desenvolvimento rural ou não. A esse respeito Mazzini et al (2007, p. 60) afirmam que nos assentamentos de reforma agrária no Pontal,

(...) 60% das famílias sobrevivem majoritariamente da produção no lote, complementando esta produção com aposentadorias e pensões em 26% dos casos e/ou com trabalho externo de membros da família em 7% dos casos e 7% a partir de outras fontes como doações, pontos comerciais, arrendamentos, etc.

Diante da ausência do poder público local em efetivar políticas para viabilizar a permanência na terra com ações que permitam estratégias de garantia de renda, de condições de infraestrutura, de saúde, educação etc., enfim condições socioeconômicas, evidencia-se a tentativa de implementação de políticas públicas paliativas que não alteram substancialmente a realidade em questão. Nessa direção destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA, criado em 2003, oficialmente dar uma resposta aos problemas da agricultura de base familiar fortalecendo e inserindo-a econômica e socialmente. Nesse sentido, visa promover a integração entre as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar, adquirindo os alimentos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassando-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de obtenção ao alimento ou em situação de risco alimentar. O Programa começou a ser executado em 2003 com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e em 2006 passou a contar também com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Desde sua criação até o mês de julho de 2009, em seis anos, o PAA recebeu do Governo Federal investimentos de R\$ 2,2 bilhões para a compra de alimentos (BRASIL, 2009). Esse montante não se aproxima absolutamente dos recursos que foram disponibilizados para a agricultura empresarial. Segundo dados do Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, será disponibilizado recursos da ordem de R\$ 107,21 bilhões, 7,2% a mais em relação à safra anterior. Já no Plano Safra da Agricultura Familiar

2011/2012, a destinação de recursos para a agricultura familiar, o governo anunciou que vai liberar R\$ 16 bilhões. O valor é o mesmo do Plano da safra passada (BRASIL, 2011). Enquanto que houve um aumento significativo para a agricultura empresarial, para a agricultura de base familiar essa medida não foi efetuada.

Segundo os enunciados⁵ a justificativa desta disparidade “são as novas medidas de apoio à pecuária, cana-de-açúcar e agroenergia, além da estocagem de suco de laranja. (...) No caso da cana-de-açúcar e dos biocombustíveis, estão asseguradas linhas de financiamento para a expansão e renovação de canaviais” (BRASIL, 2011).

A destinação desse montante de recursos para a agricultura empresarial, de longe revela a opção do governo pelas *commodities* e pelo mercado agroexportador. Por outro lado, a agricultura de base familiar, mesmo cultivando áreas muito menores que as ocupadas pelo agronegócio, contribui com a maior parte da produção dos alimentos da cesta básica. Os dados do Censo Agropecuário/2006 registram que 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo têm origem nas pequenas propriedades de administração familiar.

Assim, um aspecto importante é o incentivo à produção e o consumo de alimentos regionais, o que possibilita o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que foram deixados de lado em função do processo discursivo do qual a agricultura camponesa foi alvo, por ser considerada “atrasada”, de acordo com os princípios da Revolução Verde. Isto significa que a agricultura de base camponesa é altamente viável para o país, sendo mais produtiva e ocupando menos terras, neutralizando o discurso conservador de que o agronegócio por ser maior e “moderno”, produz mais. E recoloca em questão a necessidade da Reforma Agrária.

Esse programa que poderia ser um elemento importante para a segurança alimentar dos assentados na medida em que permitiria pensar a terra enquanto “terra de trabalho”, já que subverteria a lógica da “terra de negócio” via a integração a agroindústria, constituindo de fato sua função social que, no contexto de uma Reforma Agrária permitiria a efetivação de uma política nacional de segurança alimentar. Devido a ausência da efetivação desses processos a fragilidade econômica que se encontra os

⁵ Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/plano-agricola>. Acesso em 12/08/2011

assentados nos projetos destacados cria as condições para que os discursos do agronegócio canaveiro se materializem num momento em que supostamente não existe alternativa e, nesse processo fragiliza um projeto camponês, tendo em vista a (re)ordenção territorial não só no lote, mas nas dinâmicas do assentamento, do município e da região.

Em relação ao poder público essas políticas mitigadoras de desenvolvimento rural, de geração de renda, torna-se um discurso que merece reflexão tendo em vista a ênfase somente na geração de renda que reduziria o questionamento da necessidade da Reforma Agrária, o que poderia levar a um posicionamento dos movimentos sociais de questionamento desses feixes de relações discursivas presentes nesses territórios de luta.

E quando nos reportamos a esse quadro, é possível explicar os discursos que têm sido dirigidos ao Pontal do Paranapanema, por meio da atuação da Odebrecht. É uma estratégia, como afirma Thomaz Jr (2009), direcionada para inviabilizar a Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, numa associação entre capital, Estado e latifundiários.

A partir do momento em que a Odebrecht chega ao Pontal do Paranapanema, em 2007, a empresa está amparada por um aparato legal, que é o PL 578/2007, do governo do Estado e que confere legitimidade à sua atuação. Se os enunciados correntes afirmam que o Pontal do Paranapanema é uma região que precisa ser alçada à condição de desenvolvida, não só em termos econômicos como também ambientais, seu discurso incorpora essas necessidades e toda a sua estratégia caminha nessa direção.

A empresa ETH, controlada pela Organização Odebrecht, tem participação acionária de 33% da japonesa Sojitz Corporation – trading multinacional que atua na comercialização de *commodities*. Criada em meados de 2007, a ETH atuará de forma integrada na produção, logística e comercialização de açúcar, etanol e energia elétrica. Mais de R\$ 5 bilhões serão investidos na criação de três pólos produtivos localizados nos estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, onde serão plantados aproximadamente 600 mil ha de cana-de-açúcar (ODEBRECHT, 2009).

Em seu Boletim Odebrecht Informa online⁶, a empresa divulga, por meio de um de seus componentes, os objetivos que têm traçado. Segundo Clayton Miranda, Líder de Investimento do negócio Açúcar e Álcool, “Não queremos apenas ser os maiores. Cresceremos investindo em alta tecnologia e na capacitação das pessoas, sempre com o mais rigoroso respeito ao meio ambiente”. Segundo Ailton Reis, Diretor de Produção,

(...) a inovação do projeto ETH começa *no modelo do negócio*, baseado na criação dos pólos que promoverão sinergia entre as usinas, com redução nos custos de produção e otimização da capacidade instalada, o que resultará em *aumento da competitividade*. (Grifos nosso).

Hoje são duas unidades produzindo açúcar, álcool, e energia elétrica para consumo próprio. Até 2013, serão pelo menos 10 unidades agroindustriais em operação, com capacidade para processamento de 46 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, assegurando uma produção de 3,1 bilhões de litros de etanol, 2,3 milhões de toneladas de açúcar e uma capacidade instalada para co-geração de energia (com o aproveitamento do bagaço da cana) de 1.300 MW anuais (ODEBRECHT, 2007). Segundo os enunciados da empresa, a “grandiosidade do projeto” corresponde ao potencial produtivo do Brasil no cultivo e na agroindustrialização da cana-de-açúcar. Segundo Ailton Reis, a produtividade da cana na região Centro-Sul do Brasil é de 85 t/ha.

Somos o maior produtor mundial de açúcar, com o menor custo. Em relação aos outros grandes produtores, nosso custo de produção é quase metade do indiano, duas vezes e meia menor que o dos Estados Unidos e da China, e mais de três vezes menor que o praticado na Europa. (REIS, 2007, s/p).

Ainda segundo Reis (2007, s/p)

Estamos nos preparando para atender esse mercado promissor, apostando em excelentes oportunidades de negócio com Estados Unidos, União Européia, China e Japão. Nosso plano de negócios beneficiará toda a cadeia da bioenergia, com investimento em diferentes modais logísticos no Brasil e no exterior, como a instalação de terminais de carga e escritórios de venda que atendam com eficiência às demandas. (REIS, 2007, s/p.).

⁶ Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br>. Acesso em 18/02/2011

Nesses enunciados da empresa estão evidenciados uma lógica espacial que corrobora o que vimos apontando, ou seja, a apropriação do discurso da crise faz com que novas áreas sejam inseridas numa nova dinâmica e uma nova produtividade espacial – noção que se aplica a um lugar em função de uma atividade ou conjunto de atividades (SANTOS, 1994) –, com a presença dos conglomerados empresariais voltados especificamente para atender demandas de exportações e importações.

Nesses espaços é por meio do monopólio de propriedades territoriais que se dá a reprodução do capital envolvendo todas as relações do processo de produção e de valorização do capital vinculado. Sob essa nova lógica capitalista imperialista as atividades agrárias tornam-se cada vez mais alvo estratégico das corporações agroindustriais. As corporações agroindustriais passam a extrair diretamente e de maneira generalizada, o valor fora de suas fronteiras regionais ou nacionais por meio da exploração direta dos trabalhadores nestas regiões, o que altera de maneira significativa o processo de acumulação do capital e a forma de apropriação do espaço.

Em Boletim Especial, denominado de Inclusão Produtiva⁷, a empresa divulga algumas matérias sobre o Pontal do Paranapanema, as ações que busca implementar em integração com o poder público local, particularmente dos municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema. Divulga alguns projetos envolvendo a questão ambiental e de inserção do assentado.

No Assentamento Laudenor de Souza, uma integração entre a Alcídia, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e a Prefeitura de Teodoro Sampaio, desenvolve o “Projeto Ver-De Um Pontal Legal”. Segundo a informação divulgada no Boletim o projeto está permitindo a recomposição florestal em 111 hectares de área degradada. A Alcídia executa o preparo do solo, a prefeitura fornece os defensivos agrícolas e o ITESP entra com as mudas de espécies nativas plantadas pelos agricultores da Associação Beira Rio, formada por assentados.

Benedito Bezerra Pereira, 50 anos, coordenador do projeto, viveu seis meses num acampamento do Movimento Sem-Terra (MST) em Teodoro Sampaio depois que trocou, em 1997, Santa Isabel, no Norte do Paraná, onde nasceu, por um lote de terra no Pontal do Paranapanema. “Hoje, estamos plantando pelo *sistema agroflorestal* espécies

⁷ Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br>. Acesso em 18/02/2011

nativas como ingá, ipê, aroeira, amendoim, jequitibá, peroba e pau-d’alho, associado a seringueira, urucum e mamona, para produzir *biocombustível*”. No lote de 21 hectares onde vive com a mulher e duas filhas, além de mandioca e “leite de algumas vaquinhas”, o agricultor também planta *eucalipto*. Seu orgulho é a disposição da filha de estudar Biologia na universidade. “As coisas estão mudando no Pontal.”, afirma (BOLETIM ODEBRECHT, 2010). Como afirmamos anteriormente, o que está em jogo é que o discurso se fundamenta numa série de questões que envolvem a dimensão econômica, política, cultural, social, numa trama de relações que, de acordo com Thomaz Jr (2009, p.76),

(...) reproduzem-se relações capitalistas e não essencialmente capitalistas para garantir o projeto hegemônico do capital, a dominação de classe e o controle social. O desenvolvimento desigual e combinado desse processo é a chave para entendermos as diversas formas que o capital utiliza para praticizar a exploração, a subordinação, a expropriação, a sujeição, enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução.

Os assentados não têm essa dimensão, pois nesse processo de subordinação a sua escolha recai sobre sua sobrevivência e é aí que sua “cooptação” é facilitada ou como se aliam interesses privados aos interesses públicos e necessidades reais são apropriadas para legitimar a ação do capital. Vejamos mais alguns fragmentos de discurso. Em seu Boletim, assinala que a sua “Prioridade é viabilizar assentamentos” e divulga

Coberto por florestas até 1950, o Pontal sofreu, em 1946 e em 1966, o impacto de duas reduções dos limites da antiga Reserva Florestal do Pontal do Paranapanema, decretadas pelo então Governador Adhemar de Barros durante seus mandatos à frente do Executivo paulista. As duas medidas *criaram um grande estoque de terras* devolutas na região, deflagrando um processo de grilagem e de privatização que alimentou meio século de conflitos. (ODEBRECHT, 2010) (Grifos nosso).

Mais adiante assegura que:

Nos últimos 20 anos, os projetos de reforma agrária do Itesp distribuíram milhares de hectares a agricultores sem-terra, sobretudo do norte do Paraná. A maioria recebeu lotes de 20 hectares onde desenvolve produção leiteira e planta mandioca, milho e feijão para subsistência. *Dinamizar as cadeias produtivas dos assentamentos é o maior desafio*. (ODEBRECHT, 2010) (Grifos nosso).

A prioridade, agora, é *viabilizar os assentamentos, inserindo-os em cadeias produtivas fortalecidas*. Trata-se de levar assistência técnica e extensão rural ao produtor, de capacitar a população, de *diversificar a estrutura produtiva* e de *difundir o reflorestamento*, a recuperação de solos e a *idéia da sustentabilidade*. Vamos gerar oportunidades de trabalho e renda com a recuperação ambiental. (CARVALHO, 2010).(Grifos nosso).

O papel da empresa em oferecer para uma região “dilapidada” pelos conflitos, alternativas de inclusão ao assentado compõe uma estratégia que já mencionamos anteriormente. Há um “estoque de terras devolutas”. Para reforçar seu discurso a Odebrecht divulga imagens de famílias de assentados em que o pano de fundo é sua “*responsabilidade*” pelo desenvolvimento da região ao evidenciar a produção do lote e a satisfação dos assentados em mostrar o fruto do seu trabalho (Foto 05). As alternativas oferecidas pela empresa ao *dinamizar a produção* dos assentamentos logrou ser um grande êxito, do qual a maior tributária é a empresa (Foto 06).

Como podemos acompanhar aqui os enunciados se entrelaçam num jogo de relações em que a empresa: 1) exerce uma forma de controle sobre o assentado na medida em que o mantém subordinado e dependente da “boa vontade” da empresa em propiciar assistência e inseri-lo na economia local, desenvolvendo uma região tão carente de investimentos; 2) o papel da empresa socialmente responsável, criando uma falsa ideia de que com sua ação todo mundo lucra; 3) com o objetivo de dinamizar a produção passam a realizar a gestão da unidade produtiva sob os moldes e controle empresariais com a especialização e a orientação da produção direcionada para o mercado.

Foto 5 – Assentado vinculado ao projeto “Responsabilidade Social” da ETH Odebrecht



Fonte: Odebrecht, 2010.

Nesse discurso, a responsabilidade social e a sustentabilidade são enunciados que correspondem a uma estratégia das empresas em que estas buscam significar as suas ações a sua imagem tanto quanto os produtos que fabricam. O etanol não é uma energia limpa? Com esse discurso adquirem cada vez mais projeção e poderiam fazer com que a população passe a ter novas expectativas com relação a essas corporações, de modo que além de gerar lucro e empregos ainda se comprometam com objetivos sociais e políticos. A responsabilidade social inscrita na crença em um consenso inerente à noção de desenvolvimento sustentável. Este consenso aposta na possível conciliação entre os “interesses” econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais (ZHOURI, et al. 2005).

Foto 6- Destilaria Alcídia no município de Mirante do Paranapanema / SP



Fonte: Odebrecht, 2010.

O que está em jogo na verdade travestido de boas intenções é um discurso renovado do capitalismo contemporâneo que, no afã de preservar o seu poder de acumulação, (re)inventa meios de produzir instrumentos de controle de trabalho e de gestão adequados aos seus propósitos.

4.4. As relações de trabalho enunciadas pela Odebrecht

Atendido às questões sobre inserção, desenvolvimento da região outra questão importante é a geração de empregos. Para dar conta de tal propósito o discurso agora é direcionado às condições de trabalho (mecanizado), a inserção do trabalho feminino, o investimento em qualificação profissional.

Na edição n. 147, do Boletim Odebrecht Informa Online, o trabalho feminino está em destaque. É interessante observar a forma como os discursos se conformam à fala do trabalhador, evidenciando o seu estranhamento. “Para elas não há tempo ruim. Mulheres participam da colheita mecanizada de cana-de-açúcar na destilaria Alcídia, em São Paulo, pertencente à ETH, operando equipamentos pesados” (ODEBRECHT, 2010). Segundo a empresa

Crisléa Rodrigues, Suzilaine Oliveira, Aparecida Silva Lima e Aline Silva Oliveira têm uma história em comum para contar: elas são as primeiras mulheres que chegaram à Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio, região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, para comandar colheitadeiras, plantadeiras e caminhões na área agrícola da primeira usina da ETH Bioenergia. Sem receber tratamento diferenciado por serem mulheres, realizam trabalhos braçais da mesma forma que os homens e têm o respeito deles. (ODEBRECHT, 2010).

A empresa ressalta que investiu em mecanização R\$ 5 milhões, sendo que cada máquina chega a custar R\$ 800 mil. “Se o trabalhador não tiver cuidado com seu equipamento, não vale a pena investir”, afirma Cristiano Bastos da Silva, coordenador da mecanização agrícola. Segundo ele, as mulheres se destacam porque são mais delicadas, detalhistas e cuidadosas no trabalho. “Para ser uma candidata não precisa ter experiência anterior, somente vontade de aprender”. Mais a frente destaca a forma como o coordenador avançou em postos de trabalho dentro da empresa

Cristiano tem 35 anos e chegou à Alcídia em janeiro de 2008, após passagem pela Usina Eldorado, adquirida em março pela ETH. Começou a trabalhar aos 13 anos como cortador de cana, foi encarregado de mecanização de colheita e passou a supervisionar a logística. Na Eldorado, formou equipe, estruturou a área agrícola e o organograma operacional. Voltou a estudar aos 22 anos, na 5ª série do Ensino Fundamental. Em 2007, concluiu o curso de Administração de Empresas.

Na Destilaria Alcídia estruturou a mecanização, formando grupo de trabalho para operar máquinas colheitadeiras. Segundo ele, “Tive um caminho muito sofrido, mas vocês não devem se basear nele. Precisam estudar e ser os melhores”.

Uma das trabalhadoras Crisléa Rodrigues, tem 25 anos, dois filhos, vive no Assentamento Santa Zélia, próximo da Destilaria Alcídia. Trabalhava como balconista em Teodoro Sampaio. Atualmente é operadora de colheitadeira. “Sempre quis comandar essas máquinas”, afirma. “*Cuido dela como se fosse minha*. Fico mais tempo no trabalho do que com minha família.” Nesse discurso é possível acompanhar uma das formas de controle do trabalho que é o estranhamento. Segundo Thomaz Jr (2011, p. 1), “(...) sob a regência do sistema metabólico do capital o trabalho se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital e no dinheiro.”

Ao não se dar conta dos processos envolvidos nessa relação o trabalhador se mantém subordinado numa lógica perversa. A partir do momento em que o excedente econômico passa a ser produzido por um segmento social que dele não se apropria, os não-proprietários dos meios de produção, os homens envolvidos nesse processo passam a *estranhar-se* do produto de seu trabalho bem como do próprio processo de trabalho. E o elemento que assegura a exploração do trabalho, e seu conseqüente estranhamento, é a propriedade.

A propriedade privada dos meios de produção é fundamento para o estranhamento. A exploração do trabalho realiza-se mediante a apropriação dos produtos do trabalho dos não-proprietários pelos proprietários. Assim, temos uma mediação política que se complementa à dimensão econômica, neste caso assegurando aos proprietários o direito à exploração do trabalho dos não-proprietários.

A jornada de trabalho das mulheres é de 8h, das 7h às 15h. Todos os dias avaliam o funcionamento das máquinas, para tal passaram por um curso de treinamento de 16 horas teóricas com os fabricantes do equipamento, e 16 horas de aulas práticas nos campos. (ODEBRECHT, 2010).

A outra trabalhadora, Aparecida Silva Lima, 26 anos, nasceu em Dourados (MS). Começou a trabalhar na Destilaria Alcídia em 2007. Trabalhava antes no refeitório da empresa. “Aprendi a manobrar as máquinas e a trocar suas peças”, afirma. Hoje recebe um salário maior para trabalhar de operadora de colheitadeira. Tem uma folga semanal, ou seja, a cada cinco dias de jornada.

Suzilaine Oliveira, trabalha como motorista de caminhão. Ela é formada, pós-graduada e morou um ano e meio em Portugal. Conheceu alguns países da Europa, como Alemanha, França e Espanha. “Eu estava no Brasil a passeio, mas meus pais não queriam que eu voltasse a morar longe. Foi quando soube da vaga”, conta. Ela fez a entrevista e, entre 17 homens, foi a escolhida. “Suzi acha que dirigir seu caminhão é mais fácil do que o carro. Ele é confortável, a visibilidade é maior e o mecanismo é muito simples.”

Aline da Silva Oliveira, 19 anos, conquistou na ETH seu primeiro emprego. Também moradora do Assentamento Santa Zélia, ela é uma das operadoras de plantadeira. “O que me *desafia é saber que a produção está nas minhas mãos e depende de mim*”, diz. “Devo acompanhar a quantidade de adubo que cai da máquina e checar se a terra está cobrindo a muda de cana. Aprendi muito e quero dar o melhor de mim todos os dias.” (ODEBRECHT, 2010).(Grifos nosso).

Nesses enunciados da trabalhadora veiculados e apropriados pela empresa, mais uma vez se percebe, conforme afirma Thomaz Jr (2011, p. 5)

(...) a característica contingente do sistema do capital, de erigir-se na medida em que o trabalho alienado se consubstancia em negatividade, ao afirmar o processo de produção de capital no qual o produto do seu trabalho não lhe pertence, como também não se reconhece no próprio processo laborativo (...).

Um dos discursos enunciados pela empresa, como vimos é a oferta de empregos. No entanto, como as terras no Pontal são terras de baixa ou quase nenhuma declividade, o processo de mecanização tem se efetivado. E com isso a geração de empregos é

extremamente reduzida. Não se consolidando, portanto esse discurso, mas se mantendo como legitimidade de ação da empresa na região.

A mecanização do processo produtivo provoca redução no número de postos de trabalho nas usinas, e exige um novo perfil dos profissionais. Uma colheitadeira, por exemplo, substitui o trabalho de aproximadamente 90 pessoas. Emprega 10, mas exige trabalhadores qualificados para o trabalho. (ODEBRECHT, 2010).

No topo da carreira, o salário de um operador pode alcançar R\$ 1.500,00. Assim, as vagas de cortador de cana diminuirão, pois mesmo que o discurso da empresa apregoe seu remanejamento para outras funções, como por exemplo, operador de máquinas, tratores e equipamentos, gerenciador de sistemas de informática por satélite e técnicos agropecuários, dificilmente a oferta desses postos de trabalho cobrirão a demanda por emprego. E assim, o discurso de geração de emprego e renda não se legitima. “Aqui na Alcídia não haverá desemprego”, assegura Lamartine Navarro Neto, Diretor da usina.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais associadas às estratégias de racionalização têm ocasionado drástica redução do número de postos de trabalho, acompanhada do aumento do emprego informal e da precarização das relações de trabalho. Daí ser uma impossibilidade no sistema capitalista o pleno emprego. Assim, de acordo com Previtalli,(2009, p. 142),

Essas práticas gerenciais buscam a colaboração e o envolvimento dos trabalhadores através de pagamentos de prêmios individuais. Contudo, esse elemento por si só não é uma novidade no campo do controle dos trabalhadores e da quebra de solidariedade de classe. A novidade consiste no desenvolvimento de mecanismos que constroem esses trabalhadores a participarem da gestão do seu trabalho.

Portanto, esses trabalhadores passam a ser co-gestores do processo de racionalização do processo de trabalho. O processo de reorganização do trabalho está originando uma forma de controle do processo produtivo mediante a introdução de tecnologias de informação e práticas gerenciais, cujo discurso assenta-se na cooperação, no envolvimento e na integração do trabalhador. Nesse contexto, onde os enunciados passaram a ser flexibilidade e qualificação, as empresas observaram que

muito do processo de inovação, particularmente as inovações incrementais no processo de trabalho, depende da participação do trabalhador direto.

Invernizzi (2000), explica como esta nova organização, a partir de uma redefinição na divisão do trabalho, repercutiu para as alterações no contexto do controle social. Para a autora, neste tipo de organização, o controle já é exercido de modo direto e coercitivo sobre o trabalho individual, como no modelo taylorista-fordista. Mas opera-se uma transição para o controle via organização do trabalho, sustentado na responsabilidade e autonomia do trabalhador frente a seu trabalho, no auto-controle e no controle entre os próprios trabalhadores (ANTUNES, 1995).

A consolidação do controle, da disciplina sobre o trabalho, enquanto uma das representações do modo de produção capitalista, também simbolizava o crescente desenvolvimento tecnológico e a conseqüente produtividade, mas também a necessidade do capital em estabelecer e organizar técnicas para o poder hierárquico e autoritário com o trabalho, assegurando o controle e a apropriação do saber operário, principalmente pela sua desqualificação. A maior justificativa para estas necessidades reside no estranhamento dos objetivos do capital para o trabalhador:

É porque a acumulação do capital é um objetivo apenas do capital que ela só pode ser alcançada se for imposta aos trabalhadores. É nesse sentido que se pode entender o desenvolvimento da tecnologia capitalista, não apenas pela sua eficácia produtiva propriamente dita, mas também pela capacidade produtiva no contexto de um trabalho orientado por um objeto estranho aos operários (LEITE, 1994a, p. 55).

A ofensiva do capital no campo, por meio dos avanços tecnológicos no processo de produção tem promovido, cada vez mais, o aumento da eficiência e fortalecimento do controle sobre o processo de trabalho. A esse respeito Thomaz Jr. (2008) afirma que,

(...) o capital impõe sua “leitura” de moderno e de tecnificado, e é pelo mesmo caminho que setores expressivos da sociedade entendem ser essa a *bola da vez* para o desenvolvimento social e econômico e abertura de postos de trabalho. Considerando o processo geral e as dinâmicas específicas das diferentes expressões do capital agro-químico-alimentar-financeiro e suas respectivas composições societárias, cada vez mais presentes e marcantes parcelas do capital estrangeiro, está-se diante de uma *nova* divisão territorial do trabalho. (p.11).

Assim, tomando como referência a atividade canavieira, vemos a forma como tem se materializado no campo o progresso técnico e toda uma estratégia de planejamento vertical e integral da atividade agroindustrial, e da adoção de sistemas de controle e de subordinação do trabalho alterando as relações sociais de produção e de trabalho no espaço agrário. Mas não podemos deixar de evidenciar que esse processo não é linear, embora haja subordinação há também formas de resistências contra essas formas homogêneas de produção do capital. Conforme podemos, acompanhar as alterações no modo de produzir e organizar a produção agrícola provocaram uma reorganização do espaço geográfico, adequando-o às novas condições de produção determinadas, em geral, pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas.

Assim, os discursos atuais embasados em geração de renda, emprego, sustentabilidade, em decorrência da imposição de mudança na matriz energética, têm feito prevalecer interesses econômicos, estratégicos para o capital. Além disso, revela o destrutivismo desse sistema na medida em que amplia as desigualdades sociais, a concentração de riqueza, de terra, de renda e de poder. Assim, as relações de trabalho precarizadas, a subordinação de camponeses e agricultores ao processo de oligopolização que estamos acompanhando demonstram que, para o capital, a sustentabilidade representa a variação de um discurso pautado em meios “racionais” e eficientes para o controle e monopólio dos recursos naturais.

A dinâmica dessa atividade, então, é sistematicamente responsável por desestabilizar o meio ambiente, concentrar terras e renda, fomentar violações nas relações trabalhistas, entre outros efeitos, em todo o país. Os impactos no uso/exploração dos territórios são evidentes. A sujeição do trabalhador no corte de cana exposto a toda sorte de intempéries (calor, risco de acidentes com foices, facões e animais peçonhentos, intoxicações por agrotóxicos, entre outros) as excessivas jornadas e os ritmos acelerados motivados pela produtividade (Fotos 7 e 8), a degradação da terra (Fotos 9), traduzem uma lógica destrutivista do capital, travestido em discurso do desenvolvimento econômico e sustentável”.

Foto 7 - Trabalhadores na frente de corte da cana no município de P. Venceslau / SP



Fonte: SOUZA, S. M. R, 16/05/2010.

Foto 8- Trabalho no corte da cana após queima no município de P. Venceslau/SP



Fonte: SOUZA, S. M. R, 16/05/2010.

Foto 9- Área queimada para o corte e degradação do solo



Fonte: SOUZA, S. M. R., 16/05/2010.

Nesse sentido, as transformações socioespaciais que são materializadas no país e, no caso em destaque, no Pontal do Paranapanema, em decorrência da expansão da atividade canavieira, a partir da demanda mundial do etanol, devem ser apreendidas pelas diversas formas de produção, apropriação da terra, subordinação e controle do trabalho e das relações de trabalho.

Entretanto, o que é enunciado pela empresa está longe de traduzir essa realidade. Luciano Guidolin, Diretor Responsável por Planejamento, Finanças, Pessoas e Organização na ETH, afirma que os cuidados com as condições de trabalho e a gestão ambiental adotados pela ETH, sem dúvida, contribuirão para a aceitação internacional dos produtos da ETH. “Estamos eliminando as queimadas e implantando a colheita mecanizada”, ressalta. “Dessa forma, reduziremos as emissões, preservaremos a fauna e, sobretudo, *o solo, assegurando nossa produtividade* nos próximos anos”. A mecanização também garante melhores condições de trabalho. “Nossos trabalhadores rurais já começaram a receber capacitação para operar equipamentos modernos, o que proporcionará uma melhor condição profissional” (ODEBRECHT, 2010). (Grifos nosso).

Ao adquirir a usina Alcídia, a ETH recebeu áreas cultivadas, plantas industriais, equipamentos e diferentes culturas empresariais. “Nosso maior diferencial serão as pessoas. Já estamos atuando na sua seleção e capacitação, e investindo em excelentes condições de trabalho”, afirma Guidolin.

Sobre a mecanização “Como o trabalho no campo será mecanizado, temos dedicado esforços ao planejamento dos treinamentos para que os operadores de máquinas agrícolas conheçam tanto a operação quanto a manutenção de equipamentos”, afirma Patrícia Maia, Responsável por Pessoas e Organização na ETH. “Isso exige maior cuidado também na contratação, uma vez que buscamos, como pré-requisito, diploma de ensino médio e carteira de habilitação. Experiência anterior também é um diferencial desejado”, ela acrescenta.

A empresa exige qualificação para o exercício de atividades na área industrial, e o trabalhador deve ter formação técnica em química, mecânica, eletrotécnica ou açúcar e álcool. O treinamento é oferecido pela ETH e tem como finalidade promover uma especialização na indústria de açúcar e álcool, passando por todas as etapas da produção, desde matéria-prima, moagem, tratamento do caldo, fabricação do açúcar e do álcool, geração e distribuição de vapor e energia, até estocagem e carregamento desses produtos. Disciplinas como matemática, física e química aplicadas, informática, segurança e higiene pessoal fazem parte do currículo, assim como temas como comercialização e distribuição, inteligência de mercado e logística, além de aspectos comportamentais, como trabalho em equipe, comunicação e liderança. A Fundação Centro Paula Souza⁸ é uma das responsáveis pela capacitação profissional.

No atual processo de reestruturação produtiva, a demanda por novas formas de contratação e de controle da força de trabalho requer novas estratégias para manter o número de trabalhadores formais. Entretanto, a essa configuração do emprego está vinculada aos ritmos impostos pela ação e demanda capitalistas, isto é, a divisão técnica e territorial do trabalho se desenvolve em graus e ritmos diferentes a depender de onde o capital se instala. O que queremos ressaltar é que a medida que a atividade canvieira se

⁸ O Centro Paula de Souza é uma Autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, o Centro Paula Souza administra 200 Escolas Técnicas (Etecs) e 51 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais em 155 municípios paulistas. As Etecs atendem mais de 213 mil estudantes nos Ensinos Técnico e Médio.

expande e predomina a monocultura, esta eleva a composição orgânica do capital e acentua-se divisão técnica e territorial do trabalho.

A adoção do modelo e suas lógicas inerentes, tais como a permeabilidade política e cultural para adaptar-se à inovação, a abertura às inversões de capital, produzir para exportar, incrementar os excedentes, especializar a produção, são as bases promissoras para converter os territórios em “territórios eficientes”. Para o capital os “territórios eficientes” são aqueles cenários que do ponto de vista político, econômico e cultural foram condicionados por meio dos discursos e infraestruturas para receber e tornar eficaz a reprodução ampliada do capital que adere aos territórios rurais. No entanto, isso não se processa sem alguma forma de resistência. Discutiremos esse tema no capítulo 5.

E aqui é pertinente pensar sobre a influência do conceito para a constituição e definição arranjos e rearranjos produtivos, os quais são embasados numa lógica de produção e de acumulação e que tem no conceito de desenvolvimento, pensado em termos do discurso de crescimento econômico, de progresso, a sua ênfase. O que precisa ser compreendido é a dimensão real que o termo desenvolvimento deveria traduzir, que vai muito além da esfera econômica. Entendido isso, não haveria necessidade de um “sustentável” ao lado, adjetivando-o na atenta lembrança de como deveria sê-lo. Assim, com o esvaziamento do sentido de desenvolvimento, busca-se uma mudança de modelo que supere semânticas, conceitos e boas intenções.

Como se pode observar o investimento de uma prática discursiva possibilita que haja uma (re)configuração de um espaço e dos territórios, a partir da (re)legitimação do capitalismo ao apropriar-se de questões que são caras a todos como os problemas vinculados às mudanças climáticas.

CAPÍTULO 5

CAPÍTULO 5- TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA ESTEIRA DO DISCURSO DA “ENERGIA LIMPA”

Introdução

No capítulo anterior discutimos como a inserção do Pontal do Paranapanema no circuito do agronegócio canavieiro tem propiciado a sua (re)configuração. Um dos aspectos que abordamos é que essa inserção tem sido facilitada e favorecida por alianças estratégicas entre Estado, latifundiários e capital. As contradições, os conflitos, as formas de dominação podem ser “lidos” por meio de um discurso que expressa um projeto de dominação exercido pela atuação do Estado e do capital, por meio da inserção dos assentados no circuito agroindustrial precarizando tanto sua relação com a terra por meio dos contratos de “parcerias” para fornecimento da cana, quanto do ponto de vista das relações de trabalho.

Nesse aspecto é fundamental entender as formas de controle exercidas pelo capital sobre o trabalho, no contexto do agronegócio e, em particular do agronegócio canavieiro, a partir de uma estrutura discursiva em que o resultado é expresso nas formas de exploração, subordinação e sujeição, que são travestidas de produtividade, qualificação, inserção e, no caso dos “sobrantes” a precarização expressa nas formas de trabalho semi-escravizadas, como é o caso dos trabalhadores no corte da cana-de-açúcar.

Vimos a forma como o discurso da “parceria” e, posteriormente, da denominada inserção e sustentabilidade referem-se à participação da agricultura camponesa ao processo produtivo agroindustrial. A interação entre as diversas formas de relações de trabalho, desde as assalariadas e as relações não tipicamente capitalistas, evidenciam a subordinação e a imposição de formas de produzir e, conseqüentemente, a combinação entre formas de relações de trabalho diversas, com a finalidade de aumentar as formas de reprodução ampliada do capital, ou as formas monopolista na sua versão contemporânea.

É neste contexto, que no capítulo temos como objetivo evidenciar as relações que estão imbricadas ao movimento de mudança de matriz energética, particularmente do agronegócio canavieiro. O capítulo analisa as questões que normalmente não se evidenciam diante da febre dos combustíveis “verdes”.

No caso do agronegócio e, particularmente do canavieiro, essas questões se complexificam por meio de um discurso em que a busca por mecanismos de expansão do capital se entrelaça a transformação de práticas e condutas que revelam os confrontos entre as experiências locais/regionais e as que o modelo hegemônico estabelece como as únicas viáveis e possíveis.

Relações de trabalho, soberania alimentar, reforma agrária, são temas que têm se tornado invisíveis ao Estado diante da voracidade da expansão do capital, numa lógica que tem alijado ao longo do processo modernizador do campo as populações rurais. Assim, modernização da agricultura, ciência, reestruturação produtiva, capital, trabalho, Estado se entrelaçam numa série processos e de relações que fizeram e fazem parte do processo de constituição do espaço e dos territórios.

5.1. As transformações da agricultura: Estado e discurso científico

Racionalizar a produção, tornando-a mais eficiente era a grande meta do Estado e de segmentos da burguesia agrária nacional, em torno à qual se articulariam estratégias e mecanismos traduzidos numa série de enunciados que alçou a agricultura nacional à condição de moderna. “Produzir mais, com menores custos”, era o enunciado principal dos que se propunham a atualizar a *vocação agrícola do país* e, para consegui-lo, era prioridade a modernização da lavoura. Ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira esses enunciados têm sido ressignificados: processo de legitimação da expansão das lavouras de exportação, em que os argumentos a favor da produtividade e eficiência se fizeram presentes. O uso do aparato tecnológico alardeado como verdadeiramente expressivo do progresso e que legitimava a “agricultura moderna” e sua condição e base para o desenvolvimento do país, tornando-a modelo de referência.

Da conjunção entre administração *científica* da produção e exportação resultaria na inserção da agricultura brasileira no sistema de mercadoria mundializado. As novas relações produtivas, articuladas simultaneamente, às chamadas culturas tradicionais e ao complexo latifúndio-comercialização-minifúndio, impôs uma reordenação das relações campo-cidade com rebatimentos para o desenvolvimento da divisão social do trabalho. (GRAZIANO DA SILVA, 1998; IANNI, 1995)

Segundo Graziano Neto (1985, p. 47), “O processo de transformação tecnológico ocorrido anos de 1980, privilegiou alguns produtores (os grandes), algumas atividades (os produtos de exportação) e algumas regiões (o Centro-Sul).” A lógica da modernização do campo consistiu no ajuste de elementos da agricultura de pequeno porte praticada pelo trabalho do colono, do parceiro, do meeiro com os hábitos e comportamentos associados à precárias relações de trabalho da moderna agricultura.

Pensá-lo exige, contudo, uma análise do Estado não apenas como tutor da ofensiva capitalista do ponto de vista de um projeto articulado ao contexto do discurso do desenvolvimento, mas, também, do ponto de vista da relação com a produção do saber. Ou seja, uma forma de produção de conhecimento que funciona no interior de uma específica economia de poder e que é caracterizado pela interação e a retroalimentação mútua do capitalismo, da ciência e da tecnologia, nesse caso ciências, técnicas e capitalismo funcionam entrelaçados. Em alguns casos, impulsionando-se mutuamente: cada parte se apóia nos sucessos, na autoridade, nos efeitos de verdade e na potência das outras.

Assim, o Estado, a partir da produção de um saber tecnificado e cientificizado, ancorou os grandes projetos promotores do “desenvolvimento econômico”, atendendo aos interesses da burguesia agrária aliada ao capital internacional. Os investimentos do Estado com a destinação de recursos, tanto na implementação de uma política agrícola quanto no apoio a pesquisas voltadas para o melhoramento da cana-de-açúcar ou das técnicas de produção, têm sido fundamentais para a garantia da expansão do capital no campo. Nessa perspectiva, destacam-se as políticas traçadas de incentivos à atividade canavieira, à modernização das técnicas agrícolas e à concentração fundiária. A reordenação do espaço agrário brasileiro foi a consequência da ofensiva capitalista representada por uma burguesia nacional.

Nesse sentido, propicia visualizar o discurso como um espaço de um jogo de forças em que porta-vozes de segmentos sociais com interesses diversos, ao descreverem, prescreverem problemas e soluções para o campo, encontravam-se garantindo a própria estrutura desigual da reprodução social, em prol de seus variados interesses.

A compreensão do papel exercido pelo Estado no que se refere à acumulação de capital no agronegócio canavieiro, exige, ainda, uma crítica ao saber que fomenta as estratégias do capital. Conforme discutimos no capítulo 1, nos anos 1970, eram forjadas as bases políticas de acordo com às exigências do capital para a implementação dos Complexos Agroindustriais nos moldes atuais. Assim, duas ações foram deflagradas pelo Estado para que as mudanças pudessem ser efetuadas: a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Tais ações foram fundamentais para os investimentos do capital no campo.

À primeira, cabem críticas quanto à natureza do conhecimento científico empregado na promoção das técnicas de produção para a agricultura e a pecuária brasileiras, ou seja, um conhecimento que contribuiu para a manutenção/disseminação de um modelo agrário concentrador da propriedade, e também excludente na medida em que foi direcionado às atividades que carecem de recursos da ordem de milhões, como são os financiamentos do BNDES aos produtores de soja e cana-de-açúcar. Com isso, em nome de um suposto projeto modernizador abrigavam-se propostas de intervenção na realidade que dizia respeito a lugares distintos da emissão dos discursos relacionados à dimensão econômica, política e científica, possibilitando a mudança de mentalidade no campo o que facilitou a incorporação das novas formas de produção e expansão do capital.

À segunda, tais críticas residem no volume e destinação dos créditos para o cultivo da cana-de-açúcar e sob qual foi se consolidou e se legitimou a burguesia agrária brasileira sob o discurso desenvolvimentista. Em suma, é preciso partir do entendimento de que ambas as ações favoreceram o domínio da burguesia canavieira no Brasil. “Daí o papel decisivo e de extrema relevância do Estado, que, com o Proálcool, alavancou e consolidou toda uma trajetória histórica de manutenção de privilégios e protecionismos para esse segmento do capital.” (THOMAZ Jr., 2002, p. 76).

Como se pode acompanhar, a Embrapa, além de tornar a produção em muitos casos inviável pelo grau técnico imposto e exigido, aniquila saberes locais, engendrando outros saberes considerados avançados, como foi o caso da Revolução Verde. Conquanto as formas de superar o atraso, na realidade se criou condições para que, no que tange às relações de trabalho, supostamente mais adequadas à promoção do “progresso”, prestava-se a promovê-lo, estabelecendo uma ética comum de racionalidade e eficiência inerentes à construção do mercado de trabalho. O conhecimento do qual resultaram as políticas para a agricultura, como o conhecimento da economia, limita-se a assegurar a reprodução do capital quaisquer que sejam os efeitos sobre as populações.

O papel do discurso científico, nesse sentido, foi produzido com a participação do Estado como uma das estratégias para alteração das bases da agricultura. Em tempos de “revolução verde”, os recursos empregados pela Embrapa visavam, ainda, a formação de profissionais altamente qualificados, com conhecimento voltado, evidentemente, para a formação de uma agricultura que alçasse à condição de “moderna”, do tecnologicamente avançado em oposição a “atrasada” forma de cultivo e cultivar da agricultura camponesa.

Nessa perspectiva, o discurso competente representado por um corpo de pesquisadores, técnicos etc., foi fundamental na direção da formulação de uma política energética nacional a partir do cultivo da cana-de-açúcar, ou seja, a produção de um conhecimento “científico” amparado em de um projeto fundamentalmente ligado a concepção e gestão do espaço segundo uma lógica em que o papel do Estado alicerça as ações do capital. Nesse sentido, as práticas ligadas ao discurso científico legitimam, “automatizam”, despolitizam o discurso e as regras e o funcionamento do mercado mundializado.

5.2. Agronegócio e políticas públicas e desenvolvimento

É, pois, no interior dessas redefinições que uma longa tradição de construção social da ideia de desenvolvimento tem sido transformada para justificar a expansão capitalista e, no atual processo de acumulação, materializado na expansão dos

agrocombustíveis. a ideia de desenvolvimento, está atrelada a um processo colonizador envolvendo o poder e constitui-se, ainda, em um dos principais eixos do funcionamento da estratégia empreendida no sentido de reafirmar os valores e os interesses das sociedades capitalistas industrializadas, garantindo não só a sua reprodução, como também sua contínua expansão. Da mesma forma nessa lógica de expansão dos agrocombustíveis acompanhamos o projeto brasileiro de hegemonia na América do Sul e países da África, atrelado ao capital materializado no discurso de produção de energia limpa.

E nessa perspectiva, tem início um imenso investimento envolvendo recursos econômicos, científicos e tecnológicos no sentido de reorientar a trajetória ou de (re)dimensionar as regiões consideradas atrasadas, sob a promessa de finalmente colocá-las nos trilhos do desenvolvimento. É no interior das complexas relações de poder estabelecidas entre Estado e entre os diferentes setores ou classes sociais no âmbito de cada uma delas, que o desenvolvimento das regiões consideradas atrasadas entrou na *ordem do discurso* (FOUCAULT, 2000). Isso colocou em ação uma série de dispositivos capazes de orientar condutas e modos de intervenção numa determinada lógica estabelecida, assim como, e principalmente, excluir alternativas que poderiam ameaçar essa mesma lógica. Isso explica as alianças, particularmente no Pontal do Paranapanema para o controle da Reforma Agrária.

O conjunto desses dispositivos colocados a serviço da salvaguarda do capital e do sistema capitalista é que forma o núcleo do *discurso do desenvolvimento*. A construção da ideia de região “atrasada” como identidade foi um dos mais sólidos produtos desse discurso. Segundo Machado, (2006, p. 4-5),

A produção desse discurso foi um trabalho para o qual contribuíram, e ainda contribuem, agentes os mais variados, seja em relação às intenções, à formação profissional ou ao credo político; seja no interior de instituições especializadas; seja em centros de produção de conhecimentos.

A lógica operativa que caracterizou o *desenvolvimentismo*¹, de acordo com Escobar, faz parte do espaço global da modernidade e particularmente das práticas econômicas modernas. Assim, a “era do desenvolvimento” foi abordada por ele como

¹ Este termo foi empregado neste trabalho para se referir ao modo de operação do discurso do desenvolvimento e não para caracterizar *especificamente* qualquer teoria de desenvolvimento.

um capítulo do que Rabinow (1986, apud ESCOBAR, 1998) chamou de “antropologia da modernidade”, ou seja, a busca de um modo de estranhar o que nos é peculiar, uma maneira de mostrar como as pretensões de verdade que o ocidente construiu estão ligadas a práticas sociais – entre elas a epistemologia e a economia – que trabalham como forças efetivas no jogo de poder que se trava no interior das formações sociais.

A compreensão dos mecanismos de funcionamento de uma formação discursiva passa pela análise das interrelações entre os três eixos que a definem: as formas de conhecimento através das quais são elaborados seus objetos, conceitos e teorias; o sistema de poder que regula suas práticas; e as formas de subjetividade que se buscam moldar a partir desses saberes e dessas práticas (FOUCAULT, 2000). Segundo Premida, (2004, p. 30),

Alguns problemas levantados a respeito das políticas de desenvolvimento pensadas para o espaço agrário mostram um questionamento das bases de noções e crenças do sistema de conhecimento e técnicas agronômicas utilizados. Abre-se um panorama para uma disputa de princípios e métodos sobre agriculturas possíveis. Agricultura “convencional”, de “precisão”, “tecnológica”, “sustentável”, “agroecológica”, “orgânica”, entre tantas, agrupam-se — com alinhamentos contrários entre agriculturas hegemônicas e não hegemônicas — em um conjunto de saberes tido como válidos, mas não necessariamente científicos.

Com o surgimento de uma problemática socioambiental como da atualidade, este conjunto de ideias, teorias e práticas nesses modelos de agricultura, foram necessários para a transformação de políticas agrárias e agrícolas "insustentáveis o que explica a expansão da atividade agroenergética, particularmente, o etanol. Dessa forma, pensar em desenvolvimento é considerar um projeto munido de uma série de dispositivos, de práticas discursivas cuja finalidade é o controle e a dominação. (PREMIDA, 2004). Ainda segundo o autor,

Da mesma forma que ao final do século XIX no Brasil havia um discurso acerca de um projeto de nação "moderna" aos moldes europeus, constituídos sobre a marca da ciência, da raça e da civilização, atualmente, nas discussões sobre um projeto de transformação da realidade nacional (por vezes ainda pensada nos termos da falta, da ausência e da negatividade) há um sistema de crenças e valores pautados sobre a questão do “desenvolvimento”, da “sustentabilidade”, da “problemática ambiental”, do domínio e

importância do conhecimento científico e tecnológico. Um projeto que se apóia sobre algumas condições históricas, sociais e culturais, dando-lhe sentido e formando um campo de possibilidades temático, com suas prioridades e repertório de problemas.(PREMIDA, 2004, 41).

Quando os indivíduos se apropriam socialmente dos discursos está instalada toda uma gama de problemas sugeridos por estes discursos. Reforçando, todavia, que a "sintaxe" discursiva não muda, pois, caso contrário, ficaria fora do campo de debate instituído socialmente. Isso significa que regras precisam ser acatadas para a legitimidade discursiva, bem como sua inteligibilidade aos pares do grupo hegemônico.

Assim, tende a instalar-se um discurso que aos poucos vai sendo apropriado e se faz com sentido para a sociedade que o cria e o recebe. Ainda uma insatisfação quanto as possíveis alterações climáticas do planeta, redução da camada de ozônio, elevação de temperatura, concentração da taxa de gás carbônico na atmosfera, elevação do nível da água do mar, questões essas ligadas aos fenômenos populacionais (crescimento demográfico, principalmente) e às não tão discutidas manobras de reação dos países inquietos com eventuais concorrentes na indústria, comércio e agricultura. (PREMIDA, 2004).

Assim, enunciados como “recursos”, “sustentabilidade”, “limites do desenvolvimento”, “crescimento demográfico” que, não desprezando sua importância, não é tensionado quanto ao seu caráter ideológico, levando a um processo de biologização questões políticas e sociais. Da mesma forma que argumentos ecológicos são utilizados, para ilustrar e prevenir os “desequilíbrios” entre ambiente e sociedade. A ecologia ou os discursos ecológicos podem ser utilizados de maneira que possam esconder tensões e conflitos e para garantir o controle de recursos naturais na concorrência por mercados e por hegemonias regionais. (PREMIDA, 2004).

A década de 1970 ficará marcada na história como a década em que as questões do desenvolvimento e os problemas ambientais deixaram de ser questões regionais e ganharam uma dimensão global. As noções de “subdesenvolvimento”, “atraso” e “pobreza”, serviam basicamente para se visualizar mundos diferentes através do contraste com o desenvolvido, adiantado e rico; passou a ser questionado e cada vez mais se torna forte a idéia de simultaneidade do desenvolvimento.

Assim enfatiza-se uma fragmentação do desenvolvimento em decorrência da homogeneização das relações econômicas, ou seja, as desigualdades econômicas não podem ser medidas com uma noção de tempo, mas pelo relacionamento excludente, na base da competitividade de economias que já incorporaram padrões tecnológicos e transformaram suas instituições tornando-as eficientes dentro das relações complexas que passaram a exigir as organizações econômicas e políticas da sociedade moderna. O processo de desenvolvimento global exige para seu entendimento novos conceitos, mas também exige novas alternativas para minimizar as desigualdades sociais, e os riscos para o esgotamento da base física da economia, a natureza.

Atualmente as inovações tecnológicas têm suscitado desde o deslumbramento sobre sua capacidade de intervenção na direção da solução de problemas anteriormente insolúveis. Impulsionada pela questão ambiental, mais recentemente e pela primeira vez na história, a concepção de desenvolvimento passou a incorporar o adjetivo “sustentável”. Como uma idéia força, a concepção de desenvolvimento sustentável possibilitou igualmente, a emergência de inúmeras problemáticas e questões que trazem em seu bojo a interação entre essas diferentes dimensões, e se traduzem no redirecionamento das ações e políticas públicas locais, nacionais e internacionais.

Portanto, noção de desenvolvimento e seu correlato “sustentável” tem servido aos mais diferentes propósitos e interesses. Ora é tomada como remédio para todos os males, ora desqualificada como mais uma forma encontrada pelo sistema para maquiagem as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico.

O fato é que essa noção continua informando, em diferentes níveis, parte dos esforços demandados na busca de caminhos alternativos às mazelas sociais e ambientais produzidas pelo modelo de desenvolvimento dominante. Seja entre os adeptos ou entre os críticos, há uma espécie de consenso de que a noção é imprecisa, frágil, plástica, ambígua etc. Para os críticos, demonstrar essas imprecisões é uma forma de desmascarar o seu conteúdo ideológico. Para os seus adeptos, devem ser empreendidos esforços no sentido de precisar a noção de desenvolvimento sustentável, pois assim ela poderia dar lugar a construtos teóricos mais elaborados e consistentes capazes de orientar a implementação de políticas eficazes. (MACHADO, 2006, 13).

Como afirma Mészáros (2007, p. 190)

Não é possível abordar de maneira adequada o grande desafio do desenvolvimento sustentável que hoje temos de encarar sem eliminar

as restrições paralisantes do caráter *conflitual/adverso* de nosso processo de reprodução social. (...) Pois *sustentabilidade* significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas *quase* naturais. (Grifos do autor)

Mészáros (2007, p. 190) aponta que há um paradoxo no que se refere à sustentabilidade e o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, na sociedade regida pelo capital “(...) se nos tornou necessário qualificar todo desenvolvimento futuro como *desenvolvimento sustentável*, a fim de preencher o conceito com um conteúdo realmente factível e socialmente desejável.

Após séculos de um modelo contínuo e crescente de produção, distribuição e consumo em larga escala, inaugurado pela chamada Revolução Industrial, a humanidade se depara com os efeitos inexoráveis de sua atuação sobre a natureza.

Os paradigmas de desenvolvimento baseados em contornos antropocêntricos, nos quais a natureza é vista apenas como instrumento de intervenção e satisfação das inúmeras necessidades humanas, geraram a saturação dos recursos e alterações ambientais catastróficas.

As matérias-primas necessárias à produção industrial foram utilizadas sem qualquer preocupação com sua possível escassez, assim como a energia empregada pelos meios de transporte foi obtida a partir da queima de combustíveis fósseis. O meio ambiente natural sofreu profundas alterações pela atuação irresponsável do homem e o desequilíbrio se apresenta não apenas pela limitação ou mesmo extinção de certos recursos, mas também, e principalmente, pelas mudanças nocivas nos caracteres ambientais.

As alterações climáticas são as que mais denunciam o desajuste provocado pela intervenção humana na natureza, entre elas o chamado efeito estufa, que consiste no aquecimento anormal da crosta terrestre pelo acúmulo excessivo de gás carbônico. Estima-se que a concentração desse gás na atmosfera tenha aumentado 31% nos últimos 250 anos, justamente o período em que recrudescceu a antropização da natureza para abastecer a industrialização crescente. Paralelamente ao aumento da emissão, a

diminuição dos sumidouros ou depósitos de gás carbônico, com a derrubada das florestas, também contribuiu para o aumento da temperatura da Terra.

5.3. Do discurso da sustentabilidade à ampliação do capital no campo

O discurso da sustentabilidade energética e da necessidade de cumprir os compromissos assumidos no Protocolo de Quioto justificam o apetite do governo brasileiro em produzir agrocombustíveis e fundamentam o Plano Nacional de Agroenergia do Brasil. Seduzido pelos mercados nacional e internacional da chamada “energia limpa”, o Brasil almeja a posição de liderança no setor, favorecido, de um lado, pelo iminente esgotamento das reservas internacionais de petróleo e, de outro, pela urgente necessidade de desenvolvimento de uma matriz energética não poluente.

Não há dúvidas de que o Brasil desfruta de fatores favoráveis à assunção de uma posição de liderança na produção de agrocombustíveis, tais como a extensão territorial, a posição geográfica, que lhe confere radiação solar intensa, a farta disponibilidade de água doce para irrigação dos plantios e a existência da tecnologia necessária. Contudo, o discurso nacionalista não pode ser usado para proteger interesses particulares e setoriais, o que seria uma reprodução dos arranjos institucionais deflagrados na década de 1970, por ocasião do Proálcool.

A utilização de fontes renováveis de energia, que abrange a hidrelétrica, a eólica, a solar e a agroenergia, representa significativa redução da emissão de gás carbônico, uma vez que a queima de combustíveis fósseis e a produção de cimento são responsáveis por 75% da emissão desse gás. A agroenergia tem como principais pilares o etanol, produzido a partir da cana-de-açúcar, o biodiesel, obtido a partir da soja, girassol, pinhão manso, entre outros, e o biogás, originário da digestão anaeróbica de matéria orgânica (EMBRAPA, 2005).

Atualmente, o Brasil representa quase 40% da produção mundial de etanol, mas o governo brasileiro quer mais. Entre as diretrizes do Plano Nacional de Agroenergia destaca-se a necessidade de dedicar novas terras a essa atividade. Novamente – ecoando a retórica dos militares à época do Proálcool – o discurso oficial é o de expandir o cultivo da cana-de-açúcar sem ampliar a área desmatada, sem reduzir a área utilizada na

produção de alimentos e mantendo-se os impactos ambientais circunscritos ao socialmente aceitável. A realidade, contudo, é outra. A cadeia produtiva do etanol que, historicamente, tem no estado de São Paulo o maior produtor do Brasil, com 57,8% do total nacional avança para as regiões Centro-oeste, Norte e Nordeste, pressionando ecossistemas anteriormente intactos.(OLIVEIRA, 2009).

Há um verdadeiro abismo entre a retórica do governo e as práticas da agroindústria. Por vezes, nem mesmo o discurso oficial consegue esconder a intenção de subordinar o social/ambientalmente sustentável ao economicamente atraente. De fato, o etanol está no centro da política brasileira de agrocombustíveis que contempla a atuação de grupos internacionais capitalizados, que já são responsáveis por 20% (SCHLESINGER, 2008) da cana de açúcar produzida no país. A avidez é tamanha que a própria União atua no setor por meio da Petrobrás Biocombustíveis, subsidiária da estatal brasileira do petróleo.

Para atender à crescente demanda externa, os canaviais avançam sobre o território brasileiro. A previsão é de que a área de cana plantada aumente 50% até 2015 (MAPA, 2010). O prejuízo ambiental é gigantesco. Segundo dados do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, até 2035 o Cerrado deve perder cerca de 600 mil hectares para a cana de açúcar, em virtude de novos desmatamentos. A destruição dos ecossistemas do Centro-oeste brasileiro em proveito da cana-de-açúcar já é uma realidade determinada: de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), nos anos de 2007 e 2008, os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ocuparam o topo da lista de estados brasileiros em relação ao desmatamento gerado pela cultura da cana.

As estatísticas são confirmadas pelas diretivas inseridas no Plano Nacional de Agroenergia, segundo o qual,

São imprescindíveis investimentos em infraestrutura e logística de transporte e armazenagem para aumentar a atividade de projetos fora das áreas tradicionais. Entre eles, a conclusão dos investimentos no corredor norte-sul, que permitirá a consolidação da agroindústria sucroalcooleira no Maranhão, Piauí, Tocantins, e mais os investimentos no Nordeste e no Centro-Oeste, na produção de oleaginosas para o biodiesel. (BRASIL, 2005)

Ainda no Plano Nacional de Agroenergia, orgulha-se o governo brasileiro do “país de dimensões continentais”, cujas terras longínquas são terreno disponível para os supostos benefícios sociais da monocultura da cana. Assim, a área de expansão dos Cerrados, a integração pecuária-lavoura, as pastagens degradadas, as áreas de reflorestamento e as atualmente marginalizadas, como o Semi-árido nordestino, somam cerca de 200 milhões de hectares (MAPA, 2009). Assim que,

(...) o capital, em sua voracidade genética, não só mantém a sua essência como incrementa a sua exploração e acumulação via espoliação (HARVEY, 2003), apresentando-se ao mundo travestido de modernidade, sob o rótulo de agronegócio. Os mecanismos de acumulação primitiva foram aprimorados com a privatização dos recursos naturais, pela intensificação da extração da mais-valia relativa através das mudanças tecnológicas, pela modificação na composição orgânica do capital e, pela imposição aos trabalhadores de regimes societários vinculados socialmente ao século passado.(ARRUDA, 2007, p. 233)

As formulações discursivas construídas pautadas na ideário neoliberal de progresso, crescimento econômico, produtividade escondem as mazelas e os custos sociais desse projeto que, em sua voracidade destrói, a seu passo, a biodiversidade via desmatamento para implantar monoculturas, expropria sujeitos sociais do campo de suas terras quando não altera suas formas de produção e de organização do trabalho. As outras faces perversas desse modelo que não são visibilizadas materializam-se na precarização do trabalho, na concentração de poder e riqueza e cria os entraves para a realização da reforma agrária. (ARRUDA, 2007; THOMAZ JR, 2009).

Assim que, para a reprodução capitalista para além das questões econômicas e políticas é materializada, também, por meio do discurso ou de formulações discursivas, como enfatizamos no capítulo1, que estão engendradas nos dispositivos e nas estratégias desenvolvimento e crescimento econômico. E são essas formulações discursivas criadas ou colocadas em movimento por meio do Estado, da ciência que, espacializadas, produzem uma racionalidade técnica baseada nos padrões de produtividade, lucratividade e eficiência.

As áreas de expansão da atividade canavieira constituem-se em exemplos bastante representativos desse processo. O Estado cria as condições para a reprodução ampliada do capital com as políticas de inovações tecnológicas e de pesquisa e, nesse

sentido, “(...) os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem mas também sua expansão”. (HEREDIA et al, 2010, p.165)

Conforme discutimos no capítulo 1, o processo de modernização, na década de 1970, foi patrocinado pelo Estado, que criou as bases, por meio do investimento em pesquisas, difusão de pacotes tecnológicos, créditos etc., que fundamentaram o Proálcool, instrumento fundamental na rearticulação da burguesia agrária. Em um contexto marcado pela centralização de poder nas mãos do Estado e também por política agrícola baseada na concessão de altas somas em crédito rural visando a modernização da agricultura brasileira, intensificaram-se as ações do Estado sobre o agronegócio canavieiro.

Com a expansão do grande capital no campo, e também a partir das transformações da sociedade brasileira, os grandes proprietários de terra e empresários rurais reatualizaram o atraso como sendo um elemento constituidor do seu discurso e de sua prática política. As transformações ocorridas na sociedade fizeram com que viessem a tona novos agentes econômicos e sociais que se imbricam às velhas estruturas e processos. Em verdade, pode-se dizer que do anacronismo subjacente a essas velhas formas, originam-se novos sujeitos políticos e novos sistemas de dominação e de legitimação os quais vão sendo constituídos na mesma medida em que são produzidos e reproduzidos velhos sistemas, atores e estruturas.

É assim, que ainda persiste como fundamento do monopólio fundiário, uma concepção de propriedade como direito natural que permeia de forma marcante os enunciados, as argumentações e as práticas dos grandes proprietários de terra e empresários rurais. Essa noção de propriedade é considerada pela burguesia agrária como sendo a forma mais antiga e segura de se criar riqueza e de se obter reconhecimento político e poder. Sendo naturalmente um direito, a noção de propriedade fundiária carrega consigo atributos e discursos que atualizam “os elementos ideológicos do domínio” (OLIVEIRA VIANA, 2000).

A defesa e o exercício do direito de propriedade fundamentam um discurso sobre a função social da terra e uma visão elitista que vêm, ao longo dos séculos, excluindo trabalhadores rurais do processo produtivo e priorizando o papel do Estado

como guardião dos interesses da burguesia agrária nacional. (BRUNO, 2009; THOMAZ JR, 2007).

O processo de disputas e conflitos em torno da reforma agrária, por exemplo, está associado a discursos e antigas práticas políticas que, desde a década de 1980, vêm configurando o espaço agrário nacional. Fundamentado no pressuposto do desenvolvimento econômico do país enraíza-se na necessidade de preservação e aperfeiçoamento do patamar produtivo, da eficiência e da rentabilidade. No entanto, o que tem ressignificado o discurso e a prática da burguesia agrária são os enunciados embasados na modernização da agricultura, e que institui a grande empresa capitalista rural e agroindustrial e estabeleceu um novo patamar produtivo e tecnológico no campo.

Mesmo considerando este como um processo inacabado, é com base nas transformações da agricultura que são instituídas novas formas de pensar a questão fundiária e a identidade dos grandes proprietários de terra e empresários rurais brasileiros. A ressignificação de um discurso que traz alguns elementos novos, capaz de rearticular enunciados de outra maneira fazendo com que os grupos sociais dominantes no campo se identifiquem nessa linguagem e atuem no sentido de construir uma outra/nova identidade de classe (BRUNO, 2009).

A agricultura, “enfim modernizada”, como afirmou um de seus principais porta-vozes, sobre essa nova realidade contribuiu para dar novos sentidos e legitimidade ao discurso patronal sobre a questão agrária, uma vez que alçado a novos moldes e patamares produtivos, o grande proprietário de terras deixa de ser responsabilizado pelo atraso do país e, nesse sentido, o latifúndio deixa de ser considerado um obstáculo ao processo de modernização e industrialização brasileiro.

Com essa estratégia e rearticulação das elites agrárias brasileiras, a reforma agrária adquire a pecha de “assunto ideológico ultrapassado”, sem base de sustentação, tanto econômica como teórica, que seja coerente e condizente com as novas alternativas de desenvolvimento para o país. Assim, nesse contexto de modernização, passa a ser uma ameaça à produção e “ao imenso esforço dos empresários rurais em montar uma estrutura de abastecimento, gerar divisas para o país, criar milhões de empregos” (BRUNO, 2009).

O que está em cena, nesse momento, face aos argumentos de que a agricultura é sempre penalizada nesse país, “que quem produz paga sempre a maior conta”, entre outros, é a internalização do capital e a necessidade de fazer frente ao processo de globalização com maior competitividade. Nesse sentido, a renovação do discurso da “vocação agrícola do país” (MENDONÇA, 2009), anteriormente defendida como algo natural tem por base a questão da disponibilidade de recursos naturais e no cenário de reordenamento entre as nações. Para Bruno (2009, p. 21),

O discurso do produtor e empresário rural  , também, para se legitimar como empresário e capitalista, no sentido mais completo do termo, porque se trata, no terreno político, de eliminar a imagem negativa da ineficiência que   a marca dos grandes proprietários de terra no Brasil. Há uma terceira referência muito importante, pois é por meio dela que os grandes proprietários fundiários se contrapõem aos que estão demandando terra e desqualificam os trabalhadores rurais: a de que eles, produtores e empresários, são dotados do saber e do capital.

A constituição de um “novo” discurso demandou, da burguesia agrária brasileira o estabelecimento de novos padrões e arranjos que lhes possibilitasse maior competência na rearticulação dos interesses em jogo. Por exemplo, surge daí novas parcerias com instituições públicas e privadas, as fusões, o uso do *lobby* e do *marketing*, a busca de assessorias em propaganda e comunicação, e um eficiente uso da imprensa como espaço privilegiado de produção de sentidos de classes.

Essas estratégias, redefiniram, as relações intra e extra classes dominantes no campo, com o Estado e com a sociedade. Outra questão posta   que nos discursos enunciados já não se apresentam a defesa do latifúndio apenas; há agora a necessidade da grande propriedade como parte indispensável do emergente agronegócio, estabelecendo-se, a partir daí novos enunciados para justificar sua manutenção, conforme foi discutido sobre o Pontal do Paranapanema.

Quando se acompanha o discurso vê-se que uma das expressões do atraso reside na própria concepção de propriedade rural como direito natural e que circunda e legitima a violência como prática de classe. A representação do discurso e dessa prática se destaca em novos enunciados em defesa dos modernos padrões de eficiência, produtividade, competitividade ou o imperativo da gestão e da qualificação empresarial como forma e condição de reprodução social e prática política.

Segundo José de Souza Martins (1994, p. 11),

Há, no contemporâneo, a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado. De modo que os fatos de hoje acabam se mostrando como fatos densamente constituídos pela persistência de limitações e constrangimentos históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras (...). São estruturas, instituições, concepções e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganham vida própria.

A modernização, por ter sido hegemônica por forças sociais conservadoras, lideradas por elites ávidas e fortes o suficiente para manter seus privilégios, mostra-se excludente na medida em que esse processo é marcado por aprofundamento da heterogeneidade estrutural e da desigualdade social. A sociedade brasileira atual é extremamente complexa, e essa complexidade está perpassada por inúmeras realidades dicotômicas interagindo no mesmo espaço geográfico.

Entender essa realidade significa necessariamente encontrar elementos que sejam significativos desse universo contraditório e que, como universais, sejam historicamente capazes de explicar o movimento das contradições. Pode-se, portanto, olhar a realidade brasileira por várias faces e, fundamentalmente como produto de um processo de desenvolvimento heterogeneizador, que marca a história nacional.

Esse aspecto aparece, tanto quando se observa o conjunto dos setores, onde alguns ramos se apresentam mais modernizados tecnologicamente que outros. Isso está presente não apenas ao nível da tecnologia, mas também ao da organização empresarial, onde os métodos de gestão são diferenciados, em razão das estruturas terem se processado sem uma linha geral uniforme. De qualquer forma, tem-se a grande empresa moderna, tanto tecnologicamente, quanto em termos de organização empresarial imersa num universo em que parcela preponderante, embora não dominante, é formada de empresas arcaicas.

No entanto, esse mesmo processo explica uma diferenciação que, de certa forma, dá concretude à diversidade de abordagens do processo de transformação verificado, está no fato de que o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira aprofundou as diferenças. As diversas cadeias produtivas experimentaram graus de desenvolvimento

distintos e, com isso, profundidades variadas de alteração nas suas dinâmicas específicas.

Ainda que internalizando as linhas mestras da expansão capitalista, como resultado da concentração das políticas públicas em segmentos, produtos e regiões, tem-se a amplificação da heterogeneidade da estrutura de produção, o que problematiza transposições de concepções de cadeias produtivas a outras, sem mediações que levem em conta as especificidades envolvidas. Quando se agrega a esse quadro a desigualdade social produzida, reproduzida e ampliada nesse processo, o quadro exhibe complexidade ainda maior. Dentre as várias cadeias produtivas, e mesmo entre elos de uma mesma cadeia, verifica-se realidades sociais radicalmente diferentes.

Fruto dessa falsa mudança, em que as transformações produtivas se realizam com o aprofundamento das desigualdades e da heterogeneidade estrutural, a agricultura brasileira configura-se como um mosaico, constituído de um emaranhado de situações, onde a regra é representada pela elevação persistente da exploração da força de trabalho, seja do trabalho livre, seja mesmo pela recriação ou estímulo à expansão de relações de produção ditas arcaicas, chegando mesmo aos múltiplos mecanismos de trabalho compulsório. Mantendo-se a tendência atual, isso tende a agravar-se, pois, como afirma IANNI (1997, p. 23)

(...) as desigualdades sociais não se reduzem, ao contrário reiteram-se ou agravam-se... (numa) história que revela a escassa 'modernização' alcançada em determinadas esferas da economia onde tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social (IANNI, 1997, p. 23).

As articulações de interesses e disputas que perpassam os setores do agronegócio a partir dos enunciados discursivos dos vários segmentos evidenciam um falso projeto, tendo em vista a propagandeada união e unidade dos setores ditos produtivos em prol do desenvolvimento do país e da modernização da agricultura. Também é possível afirmar que há uma nova configuração na representação de interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais a partir dos rearranjos por que passam o atual espaço agrário brasileiro.

A percepção sobre a representação, entendida enquanto processo social que busca aglutinar e incorporar uma diversidade de entidades de classe, tanto formais, por meio de suas associações, grupos de pressão, etc., também seus porta-vozes, lideranças e quadros políticos. A representação aqui também é entendida enquanto uma prática social construída a partir de um conjunto de enunciados que identifica e legitima as classes sociais uns em relação aos outros, denominando o que Mendonça (2005) denomina de frações dominantes e dominadas da burguesia agrária brasileira.

Nesse sentido, a reflexão sobre a representação é indissociável da compreensão sobre classe social e os processos que a conformam ou que consubstanciam a luta de classes nos interstícios do sistema capitalista. As disputas em torno, por exemplo, da hegemonia de determinado setor, de políticas públicas, créditos, etc., a relação com o Estado, configura e legitima a atuação dos segmentos rurais, patronais e empresariais da agricultura nacional.

5.4. A fronteira do moderno e a representação de classe

A partir de meados dos anos de 1980 a representação patronal reorienta sua prática discursiva. Há, nesse processo uma redefinição das relações das classes dominantes agrárias entre elas quanto com o Estado na busca de novos espaços e também de uma luta por representação política desses setores. Nessa conjuntura o que se observa é que há um redirecionamento do discurso que não é mais apenas o da defesa da propriedade latifundista da terra em si, mas da grande propriedade constitutiva dos, à época, complexos agroindustriais, passando por tanto para outro contexto mais amplo que justificaria, portanto a grande propriedade.

Esse momento contribui para uma maior complexidade em torno das análises, pois evidencia uma nova configuração da composição de classe no espaço agrário brasileiro, tanto no que se refere ao surgimento de novas elites agrárias – co-habitando com as velhas elites – ampliando-se a partir daí os espaços de interlocução, como também a existência de uma burguesia agrária moderna já consolidada, construída pela modernização concentradora e excludente da agricultura brasileira. (BRUNO, 1997, 2006).

É partir desse momento que pode-se afirmar que há uma nova geração política no campo, originada do processo de modernização da agricultura, particularmente no interior das associações de classe. São lideranças que no contexto dos anos de 1980, têm o poder de unir, em torno da defesa do monopólio da terra, os vários segmentos do patronato rural, desde aqueles vinculados aos setores mais tradicionais que não têm a racionalidade (UDR) como foco de suas atividades, como aqueles ligados às agroindústrias e às grandes cooperativas empresariais. Segundo Bruno (2006, p. 23),

Abrigam-se nessa nova identidade patronal os grandes proprietários de terra e empresários rurais; as grandes cooperativas empresariais; inúmeros setores a jusante e a montante das cadeias agroindustriais, em especial os fornecedores de insumos e implementos agrícolas; cafeicultores e usineiros; empresas de reflorestamento, produtores de cacau e sojicultores.

Indicativos claros do que busca-se evidenciar é que a união de setores, como os pecuaristas, por exemplo, que historicamente são considerados expressão do atraso e da improdutividade, mas que se reorganizam e passam a enunciar o discurso de agentes do desenvolvimento com base em pressupostos da sustentabilidade. Essa nova geração política no campo, o mais das vezes moderna pelo uso de novas tecnologias, se reorganiza por meio da atualização de um discurso calcado em velhos argumentos e velhas formas de atuar em defesa da propriedade da terra.

É com base nesse discurso, do moderno, da busca pelo desenvolvimento do país, que as lites agrárias desencadearam uma ofensiva no campo estabelecendo o parâmetro das discussões e debates sobre a reforma agrária enunciando o discurso sobre o “respeito a quem produz” gerando, nesse sentido, as bases que sustentam a defesa e a intocabilidade da propriedade da terra.

As práticas dos grandes proprietários de terra e seus porta-vozes, evidencia que há uma apropriação dos argumentos em defesa dos “setores produtivos do país”, pela grande imprensa, por órgãos estatais de pesquisa, por intelectuais, etc., que, longe de se constituírem em espaços de interlocução da sociedade civil, tornam-se mediadores e defensores de um determinado modelo de desenvolvimento e de produção para o país.

Deste ponto de vista, pensar a constituição e expansão do agronegócio canavieiro revela-se bastante esclarecedora da existência de um eixo saber/poder, que se articula em torno de um projeto hegemônico de "modernização da agricultura".

No que se refere às apropriações da noção de agronegócio feitas pelos setores patronais a partir das atividades verticalizadas – a integração da produção – Severino (2003), destaca que,

(...) é exaustivamente usado pela Abag em sua busca pelo reconhecimento do sistema de *agribusiness* e de legitimidade para se projeto político. Uma de suas principais estratégias é tentar demonstrar o peso do sistema de *agribusiness* no PIB brasileiro (SEVERINO, 2003, p. 7).

Na realidade o que se observa é que as transformações ocorridas na agricultura introduzem rearranjos na esfera da articulação de interesses do empresariado rural brasileiro no decorrer do século XX, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Essas transformações introduzidas no velho sistema corporativo de representação de interesses² evidenciam as novas formas de articulação, tendo espaço, assim, a ABAG no cenário representativo do agronegócio brasileiro, embora não consiga alcançar todos os objetivos a que se propôs, conforme já foi destacado (BRUNO, 1997). Alicerçada na representação de moderna, buscando desvincular da representação do latifúndio a ABAG também buscava pela unidade de classe que pudesse angariar políticas públicas para o setor. Ainda conforme Severino (2003),

(...) esta instituição surge declarando o propósito de administrar conflitos de representação política dos setores do *agribusiness* e constituir um “grupo de pressão” unificado pelo Estado (SEVERINO, 2003, p.7. Grifos do autor.).

A esse respeito, Mendonça (2005) afirma que,

(...) assegurar a permanência ou exclusão de representantes do “setor agrário” junto às agências da sociedade política – ou Estado restrito - o que, em face dessa nova agricultura superespecializada, tornava cada vez mais difícil a construção de um consenso, ainda que a retórica de suas lideranças estivesse centrada na construção de uma identidade empresarial dos grandes proprietários (MENDONÇA, 2005, p. 2).

² Há alguns estudos bastante interessantes sobre o surgimento das organizações representativas do patronato rural como a Sociedade Nacional da Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira. Destaque para MENDONÇA, 1997; 2005; BRUNO, 1997; ORTEGA, 2005.

Conforme salientou Bruno (2006),

(...) o processo de modernização da agricultura, em seus vários momentos, significações e adjetivações, é redefinidor da reprodução do latifúndio no Brasil concebido como concentração fundiária, não observância da função social e como expressão das relações de mando e dominação (BRUNO, 2006, p. 440).

A trajetória do agronegócio a partir um conjunto de mecanismos, de técnicas e estratégias ao longo da década de 1990, conforme discutimos, foi sendo efetuada para a manutenção e preservação das elites agropecuárias brasileiras e como expressão a mais desse conjunto de práticas de gestão e do controle do capital que gradativamente se disseminou no espaço agrário nacional.

A forma de atuação dessas elites, ao longo da década de 1980, instituiu novos “padrões de comportamento” os quais legitimam e atualizam, por meio de um discurso amparado na modernidade do campo, concepções e práticas antigas que evidenciam a “velha” ordem de dominação no espaço agrário brasileiro.

A nova configuração que a agricultura tomou, principalmente após o processo modernizador do campo ocorrido no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, processo esse feito mediante a coordenação e o incentivo do Estado brasileiro buscando aliar o desenvolvimento da agricultura ao desenvolvimento da economia, modificou paulatinamente o espaço agrário brasileiro expulsando muitos daqueles que viviam no meio rural para as cidades e, além disso, constituiu um entrave à realização da reforma agrária no país, mesmo diante dos avanços da luta pela terra conquistados pelos movimentos sociais.

Outro aspecto que pode ser observado diz respeito ao processo de especialização que fez com que as organizações de representação unitária deixassem de “(...) ser as grandes e exclusivas protagonistas do patronato rural brasileiro para se transformarem em partícipes do conjunto das entidades de representação e intermediação de interesses.” (ORTEGA, 2005 p.59). Segundo o autor, o que tem ocorrido entre os agricultores mais “modernos” é a tendência às associações setoriais, sejam elas por produto ou interprofissionais. Segundo o autor, essa tendência à representação especializada, em detrimento da representação unitária, tem como forte exemplo os sindicatos rurais.

Nesse sentido, então, a partir da década de 1980 houve um rearranjo e uma intensa modificação tanto no campo quanto em relação às classes dominantes. O processo de modernização da agricultura trouxe com ele novos agentes e (re)articulações de interesses, sendo responsável por uma nova cartografia de redefinições das alianças e relações no campo. Há, nesse sentido, “(...) um movimento político integrado que, sustentado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas (...)”. Basta, para isto, acompanharmos, nesse período a diversificação social que houve no campo e o aumento dos espaços de representatividade patronal. (MENDONÇA, 2000, p. 3).

A criação dos complexos agroindustriais (CAIs) trouxe e chance integralizar capitais, promoveu o aparecimento de novos atores sociais que contribuíram para o aumento da representação de classes e de interesses para além do espaço agrário. (MENDONÇA, 2000). É nesse contexto que surge a crise de representação do setor com as segmentações que atinge, em cheio, a classe proprietária rural, o que Mendonça (2000, p.3) denomina de “frações dominadas da classe dominante” agrária brasileira. Segundo Ortega (2005, p. 245),

Paralelamente ao processo de desenvolvimento capitalista e à expansão das relações de mercado, ocorreram transformações importantes nas formas de articulação da sociedade civil e nos sistemas de intermediação entre os grupos diversos de interesses, e entre estes e o Estado.

Para Thomaz Jr (2011, p. 06),

O entrecruzamento dessas ações, que estão sendo guiadas pelo processo expansionista do capital, no campo, reflete as novas faces das contradições do processo de desenvolvimento das forças produtivas situadas na base desse movimento de (re)ordenamento territorial do espaço produtivo e que expressa a atualidade do capitalismo tardio, no Brasil.

A hegemonia do agronegócio comporta, então uma série de desdobramentos em termos de política agrícola, de concentração de capital, de relações de trabalho (na medida em que a tecnificação é usada como explicação para o largo desemprego e precarização das relações de trabalho), de nocivos efeitos sobre o meio ambiente e,

consequentemente, sobre as condições de vida de vastas populações. Mas, tudo isso envolto em preocupações ecológicas, divulgadas por ONGs e empresas, nos argumentos de um desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, de uma “economia sustentável”.

Assim, a hegemonia do agronegócio tem uma série de implicações que vão desde leva a concentração de capital, relações de trabalho (precarização, desemprego), problemas ambientais e, consequentemente, afeta sobremaneira as condições de vida da população em geral. E o contraproducente desse processo é essa gama de questões comparecem em questões ecológicas, promovidas por ONGs e corporações, no debate sobre o desenvolvimento sustentável e mais recentemente a 'economia sustentável'. (PAULA, 2007, p.7).

A atração, localização e distribuição dessas empresas pelo território brasileiro longe de ser um problema são noticiadas por vários setores da mídia como vantagem, operação facilitada pelo largo desemprego que tem justificado o avanço do agronegócio canavieiro. Há uma verdadeira produção cultural criando especificidades e atrações para as empresas. Nesse sentido, há também projetos educacionais para a inserção da temática do agronegócio nas escolas. Uma experiência em curso é promovida por um convênio entre a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo com a Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG/RP), trabalhando “temas transversais” nas diferentes disciplinas de escolas de ensino fundamental e médio, em cerca de 53 municípios da região, com materiais pedagógicos sintomaticamente intitulados: “Agronegócio: sua vida depende dele”. (ABAG, 2006). Da mesma forma que as agroindústrias têm investido no Pontal do Paranapanema em “qualificação” profissional, com o discurso de “dar oportunidade ao jovem” de ingressar ao mercado.

Entretanto, existe de um lado o extremado otimismo e, de outro, algumas denúncias e lamentos – nem sempre relacionadas criticamente com o avanço do agronegócio e das monoculturas – sobre os efeitos da expropriação do trabalhador rural, da destruição da flora e fauna nativas e com elas, a mudança climática, a poluição e esgotamento progressivo de reservas de recursos hídricos, afetando progressivamente variados setores sociais. A expansão desmesurada de hidrelétricas também vem chamando a atenção para a apropriação privada de recursos que deveriam ser públicos.

Historicamente, tanto as discussões quanto os projetos apresentados com o propósito de implementar a reforma agrária no país nunca apontavam para uma modificação radical da estrutura de posse e uso da terra. Ao contrário, visavam a continuidade de um modelo de desenvolvimento com base na expansão do mercado interno e na integração política de amplos setores da população rural. Acreditava-se que as condições do homem e da produção rural prejudicavam a expansão e a modernização da agricultura, o que afetava os projetos de desenvolvimento. Embora avançassem na concepção de reforma agrária, deixando de associá-la preferentemente à ocupação de áreas pioneiras e à colonização, mantinham o viés conservador. Tratavam de modificar o monopólio latifundiário sobre a terra e de integrar ou recriar o campesinato, base do crescimento do mercado interno, capaz de garantir a estabilidade e permitir a produção agrícola nos moldes exigidos pelo processo de industrialização. (SILVA, 1996).

Assim, sempre privilegiou-se os grandes empreendimentos de colonização e a expansão da fronteira agrícola, ao mesmo tempo que aumentava a repressão no meio rural em face dos movimentos que recrudesciam, a exemplo das Ligas Camponesas. Mas sem deixar de implementar formas de resistência, ao agronegócio, conforme verificamos hoje, as formas de luta organizadas pelo MST e, Via Campesina, inclusive com ações do primeiro na região do Pontal do Paranapanema.

Essas formas de luta e resistência que convergem para a produção da lógica de produção da agricultura camponesa como alternativa revelam um acentuado contraste em relação aos parâmetros homogeneizadores ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, implementado pelas políticas públicas. A hegemonia do Estado na formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento evidencia, historicamente, que os segmentos mais capitalizados do campo são os maiores beneficiários da ação governamental. Conforme discutimos no capítulo 4, a respeito do PAA quando comparamos a destinação de recursos para a agricultura camponesa e a empresarial. O protagonismo dos segmentos excluídos se deu pela condução das lutas sociais, que promoveram uma lenta, porém contínua expansão dos direitos sociais no campo. As estratégias de desenvolvimento continuam focadas na produção agrícola, com a abordagem de “cadeias produtivas”, buscando a maximização da competitividade do agronegócio.

5.5. No discurso a distância entre a intenção e a ação

A agricultura se transforma em *agribusiness*, o que pela lógica do discurso, significa que o espaço rural se moderniza. A formulação de um projeto econômico para o país ainda ressignificado no discurso da *vocação agrícola*. Os custos sociais ainda permanecem os mesmos. O que está em questão é que, agora, a sociedade já tem a percepção do significado dos “limites impostos ao crescimento” e quais foram e são os saldos do processo modernizante. Por isso, em alguns setores da sociedade há uma busca por um desenvolvimento que considere uma racionalidade também leve em consideração a justiça social. As questões como: Qual seria o lugar dos trabalhadores rurais nos projetos de desenvolvimento? Qual o papel da agricultura no desenvolvimento? E, sobretudo, qual o papel da reforma agrária.

Em contraposição, a lógica de produção camponesa se caracteriza pela pequena escala na produção, heterogeneidade da paisagem geográfica, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional. Assim, o território se constitui ou se produz perpassado por múltiplas escalas de poder e de disputas, as quais dão origens a distintos territórios e territorialidades (FERNANDES, 2008).

E aqui residiu uma questão fundamental da tese que foi pensar a influência do conceito do discurso na constituição e definição de arranjos e rearranjos produtivos, os quais são embasados numa lógica de produção e de acumulação e que tem no desenvolvimento, pensado em termos do discurso de crescimento econômico, de progresso, a sua ênfase.

O que precisa ser entendido é a dimensão real que o termo desenvolvimento deveria traduzir, que vai muito além da esfera econômica. Entendido isso, não haveria necessidade de um “sustentável” ao lado, na atenta lembrança de como deveria sê-lo. Assim, com o esvaziamento do sentido de desenvolvimento, busca-se uma mudança de modelo que supere semânticas, conceitos e boas intenções. Nesse sentido, buscamos a seguir traçar algumas considerações sobre a construção discursiva do desenvolvimento.

O direito à propriedade leia-se, o exercício de seu potencial axiológico, previsto no ordenamento jurídico brasileiro como direito fundamental do indivíduo, guarda imediata correlação com o direito natural, o direito de existir. Assim, as grandes

monoculturas destinadas à produção dos agrocombustíveis, pertencentes às empresas transnacionais e aos latifundiários do agronegócio, negligenciam a função social da propriedade, ao criar espaços sem referência, que favorece o desenraizamento e esvazia o sentimento de pertença, ao impor a transformação do *lugar* em monoculturas.

O processo de “monocultorização” do lugar suprime modos de viver de comunidades que buscam assegurar seus direitos à identidade, ao território, à autonomia política e à sua própria visão de desenvolvimento (ESCOBAR, 2005, p.141). Em verdade, o lugar entendido como “a experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (ESCOBAR, 2005, p.133), só pode ser apreendido em sua relação com a ordem global. O lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, empresas e instituições, configurando um cenário de cooperação e conflito, a base da vida em comum.

As práticas hegemônicas como o plantio de monoculturas, visando “a redenção energética mundial”, obscurecem o *locus* que apresenta significância. Dessa forma, tem-se que os lugares “entram na política da mercantilização de bens e da massificação cultural, mas o conhecimento do lugar e da identidade podem contribuir para produzir diferentes significados – de economia, natureza e deles mesmos” (ESCOBAR, 2005, p.144).

As monoculturas expressam a materialização do discurso da globalização, da modernidade, de processos político-econômicos que atravessam as fronteiras nacionais, engendrando novas combinações de espaço-tempo (HARVEY, 2003). Os recursos, as formas e funções espaciais e a subsistência sofrem, assim, constantes transformações provenientes do processo de utilização “desenfreada” e acelerada do espaço que se vinculará à acumulação de capital. A mercantilização da propriedade, decorrente deste processo, interfere, inclusive, na garantia do direito à alimentação, questão frequentemente trazida à tona no debate acerca dos agrocombustíveis.

No Brasil, a segurança alimentar, direito natural de qualquer ser humano, é respaldada pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2003 e pela promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN), em setembro de 2007. Todavia, a formalização legal da questão por si só não

promove o direito à alimentação, embora o consolide como direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos instituídos na Constituição da República (LAGES e ZUCARELLI, 2007).

Todavia, com a expansão das monoculturas agroenergéticas observam-se alterações substantivas no meio rural brasileiro, notadamente no que se refere às culturas de subsistência e alimentícias, à disponibilidade de terras para cultivo e sobrevivência da agricultura camponesa e de base familiar. Tem-se uma alteração das relações de produção e reprodução social pré-existente, sujeitando os camponeses a pressões econômicas e políticas que desvalorizam as culturas de subsistências. A segurança alimentar, nesse contexto, mais que meio material de subsistência, é condição para reprodução social, indispensável à manutenção de diferentes formas de apropriação do território.

Como afirma Thomaz Jr (2009, p. 5),

Nas condições atuais requer que discutamos o próprio modo de produção capitalista e no plano das ações concretas a luta pela terra e pela reforma agrária e da luta dos povos pela sobrevivência, contra a fome, como se registrou fartamente em vários países do mundo desde que a pressão altista dos alimentos atingiu índices alarmantes desde final de 2007.

Está claro que esse modelo baseado no agronegócio não tem sido capaz de respeitar a biodiversidade, o meio ambiente e a reforma agrária. Este cenário suscita apreensão e a necessidade de retomar e ampliar as discussões no sentido de evidenciar e esclarecer a população às contradições inerentes aos mecanismos e estratégias desse modelo baseado na agroenergia; resistindo a imposição sobre os territórios de um projeto que está totalmente dissociado da soberania alimentar. Como afirma Moreno (2010, s/p)³

Ao longo de 2007 e 2008, o tema dos agrocombustíveis foi um grande mobilizador de várias redes, movimentos e organizações no país e no exterior e serviu como um raio que, de certa forma, galvanizou o entendimento do que vem por aí, quais são as estratégias do chamado capitalismo verde, o que o sistema e as empresas estão propondo como sua versão para a transição para uma sociedade pós-petróleo.

³ MORENO, C. Promover a agroenergia industrial para exportação é hipotecar a Soberania Alimentar. Entrevista à revista online EcoDebate, em 22/02/2010. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2010/02/22>. Acesso em: 06/09/2010.

Nesse sentido, é preciso avaliar o discurso da aposta na agroenergia como nova matriz energética uma vez que serve para renovar o discurso do agronegócio e suas estratégias de ocupação territorial e as mazelas intrínsecas ao mesmo.

Além dos impactos observados sobre o meio ambiente e a produção de alimentos, a agroenergia tem sido criticada pelas violações aos direitos humanos, como no novo ciclo da cana-de-açúcar, que está impondo uma rotina aos cortadores de cana-de-açúcar que, para alguns estudiosos, equipara sua vida útil de trabalho à dos escravos.

Em maio de 2007, foi lançado o documentário ‘Quadra Fechada’, o qual mostra as condições precárias em que é realizado o trabalho nos canaviais das “modernas” usinas produtoras de açúcar e álcool no interior de São Paulo. Como se ganha por produtividade, os trabalhadores cortadores de cana chegam a trabalhar numa jornada de até 12 horas ao dia, com um dispêndio de energia muito grande, desidratação constante oriunda das vestimentas utilizadas e do intenso calor do sol, com graves consequências para a saúde desse trabalhador. A exploração da mão-de-obra é recorrente e o sistema ‘Quadra Fechada’, ainda que permita o controle da produção de cana-de-açúcar, é utilizado apenas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cosmópolis e Região⁴.

Em pesquisas realizadas pelo estudo “Despoluindo Incertezas: Impactos Locais da Expansão das Monoculturas Energéticas no Brasil e Replicabilidade de Modelos Sustentáveis de Produção e Uso de Biocombustíveis” (2007), construído a partir de trabalho de campo, foi apresentado um ponto de vista crítico com relação aos impactos socioambientais dos agrocombustíveis. Durante a pesquisa foi ressaltada:

(...) a complexidade dos processos envolvidos na geração dessa energia e não somente seu menor teor de poluição do ambiente, sobretudo, quando avaliamos os graves problemas envolvidos na produção deste insumo, tais como: emprego de monoculturas, deslocamento de populações rurais, pressão sobre a produção de alimentos, reconfiguração do espaço rural, destruição da vegetação nativa, contaminação de solos, rios e nascentes, poluição atmosférica, enfermidades respiratórias, mortes por excesso de trabalho e outros mais (ASSIS e ZUCARELLI, 2007, p. 15).

⁴ Implantado em 1998, o método visa combater os roubos nas medições da jornada de trabalho dos canavieiros e as fraudes na pesagem e no preço da cana colhida. Com a implantação da quadra fechada, o salário médio do trabalhador aumentou 30% e o objetivo do documentário foi justamente de difundir esse sistema (NOVAES, 2007).

O referido estudo propõe, a partir das informações coletadas, uma estratégia calcada na “produção de álcool a partir da tecnologia empregada em mini-destilarias promovendo um circuito de sustentabilidade econômica e ambiental que possibilita a autonomia energética da propriedade rural” (ASSIS e ZUCARELLI, 2007, p. 15).

Os conflitos de opinião e a falta de conclusões mais sólidas com relação aos efeitos socioambientais da produção da agroindústria canavieira em âmbito nacional se refletem na própria imagem do etanol combustível em nível internacional. Vale destacar, por exemplo, o posicionamento do co-presidente do Grupo de Trabalho 2 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁵, Osvaldo Canziani, que criticou a ênfase nos benefícios dos biocombustíveis, especificamente o caso do Brasil, alegando que a produção concentrada em monoculturas gera impactos perversos⁶, como já enfocado ao longo deste trabalho.

Ao lado das técnicas mais modernas de cultivo, as quais são enfatizadas pelo discurso do país como “um dos campeões mundiais de produtividade agrícola”, as relações de trabalho, expressas na superexploração de trabalho, são encobertas diante dos eufóricos índices de produção. Em 2009, o agronegócio canavieiro foi líder em número de trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo libertados pelos grupos de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Foram 1.911 trabalhadores em 16 casos denunciados, 45% do total de 4.243 trabalhadores, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Mesmo nas fazendas em que não há trabalhadores escravos, a legislação trabalhista é constantemente desrespeitada. No estado de São Paulo, os problemas trabalhistas se concentram no excesso de jornada e nas más condições de segurança, higiene e alimentação.

Em 2009, o Ministério do Trabalho inclui grandes usinas na chamada "lista suja" do trabalho escravo. Uma delas foi a Brenco, que tem participação acionária de 20% do BNDES. A criação de mecanismos de monitoramento da produção “sustentável” de etanol pelos setores público e privado não estão impedindo usinas brasileiras flagradas com irregularidades trabalhistas e ambientais de exportarem o combustível. Conforme que aponta um estudo divulgado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, da Repórter Brasil, em maio de 2011. “O etanol brasileiro no mundo – os impactos

⁵ Intergovernmental Panel on Climate Change

⁶ Jornal F. de São Paulo, de 07/04/2007, p. A17.

socioambientais causados por usinas exportadoras”⁷ cruzou informações sobre atuações trabalhistas e ambientais emitidas por órgãos oficiais com dados sobre grupos exportadores. Detectou, dessa forma, que várias deles estão presentes nas duas listas e, apesar disso, têm exportado etanol para países que já contam com legislações que pedem monitoramento socioambiental de importações.

Em relatório divulgado pela ONG Repórter Brasil⁸, também apresenta um estudo detalhado sobre os efeitos negativos da atividade canavieira. O relatório destaca o contraste existente entre investimento e desenvolvimento em tecnologia de ponta e a convivência com práticas atrasadas no que se refere à extrema precarização das relações de trabalho e a questão ambiental. Em paralelo, outra crítica vem sendo levantada nos debates internacionais que cercam o tema, referindo-se a associação entre agrocombustíveis e o avanço da fome no mundo, como resultante da alta de preços dos alimentos. Estas são as estratégias que são engendradas em torno do agronegócio e as consequências deletérias e os custos sociais e ambientais desse discurso para a sociedade em geral.

Assim, os enunciados que compõem o discurso sobre a defesa de um planeta sustentável, via desenvolvimento do agronegócio canavieiro, em realidade deixam de enunciar as formas de dominação e controle por meio da superexploração do trabalho na maioria das vezes em condições análogas ao trabalho escravo. Ao contrário do que ostenta o governo brasileiro, o fato é que o cultivo da cana-de-açúcar, desde os tempos do Proálcool até os dias atuais, se dá sobre bases pouco comprometidas em termos socioambientais, portanto, o etanol brasileiro não é e jamais será uma “energia limpa”.

Diante desse contexto não podemos desconsiderar o peso da história do espaço agrário brasileiro, na qual prevalecem estratégias de desenvolvimento fundadas na concentração fundiária, no uso intenso de recursos naturais, na sub-remuneração da força de trabalho e na validação de projetos ambientalmente danosos (ACSELRAD, 2001; THOMAZ JR, 2009). O processo de concentração produtiva e de centralização de capital, decorrente da necessidade de produção de agrocombustíveis em larga escala, implica e relega ao camponês e ao pequeno produtor à sua precariedade, dificultando a

⁷ Disponível em: http://www.reportebrasil.org.br/documentos/canafinal_2011

⁸ O Brasil dos Agrocombustíveis: Cana 2008. Impactos sobre a terra, o meio e a sociedade. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. ONG- Repórter Brasil, 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br, acesso em 22/09/2009.

sobrevivência da agricultura camponesa e familiar em um ambiente de reestruturação produtiva, e ainda, tornando os pequenos e médios agricultores produtores de alimentos o elo mais frágil da cadeia, sujeitos às pressões do mercado e a preços atraentes tanto para arrendamento quanto para venda de suas terras, como é o caso dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (THOMAZ, JR, 2009).

A materialidade do discurso que advogamos neste trabalho reside, então, numa reconfiguração do território decorrente da expansão irrestrita das monoculturas energéticas, a qual gera e engendra conflitos, contradições e resistências de grupos sociais não afinados com a acumulação do capital e/ou precariamente incluídos na dinâmica da globalização. Seu cerne encontra-se nas relações de poder, articuladas entre diferentes segmentos sociais e seus respectivos projetos políticos, que criam, recriam discursos e imprimem uma dinâmica nos rearranjos do espaço e dos territórios.

O que se observa, portanto, é que, a despeito da euforia advinda dos agrocombustíveis, para além das manifestações de encantamento em torno do discurso sobre esse “umbral de uma nova civilização” ditado pelo padrão de produção e consumo industrial e que a acumulação do capital nos impõe, temos a tarefa de pensar sobre o que se está plantando em termos de futuro, uma vez que a expansão do agronegócio de energia e os seus efeitos são caracterizados como um dos grandes portadores de conflitos socioambientais.

Nesse sentido nos exigindo um esforço de compreensão, de atuação crítica e de resistência ou, como afirma Mészáros (2007, p. 188), “Eis o tipo de espírito que precisamos agora enfrentar, a menos que estejamos dispostos a nos resignar ao *status quo* e, com aceitar a perspectiva da paralisia social contínua e a conseqüente autodestruição humana”. Portanto, é preciso avaliar de que forma a atual aposta na agroenergia do etanol como uma nova matriz energética renovável tem servido para reatualizar e renovar o discurso do agronegócio e suas estratégias de expansão pelos territórios. Em acordo com Arruda (2007, p. 97),

(...) o agronegócio nada mais é do que um novo modelo de dominação do capital que se instala sobre a agricultura por meio do domínio do capital estrangeiro e das grandes corporações sobre a economia. Pautados por um novo modelo tecno-produtivo os produtores são induzidos a produzir commodities agrícolas de grande valor no mercado internacional, enquanto as empresas que controlam o

comércio, compram os produtos, monopolizam as exportações e, fica com a maior parte das taxas de lucros.(ARRUDA, 2007, p. 97).

Da mesma forma que na lógica da acumulação e dos mercados a ciência é mais um elemento desse processo, uma vez que passa a ser considerada como aporte das forças produtivas. (MACHADO, 2007). Para a autora,

A incorporação da ciência no processo produtivo aumenta potencialidade produtiva, que não pode ser viabilizada em função da demanda da população, uma vez que o aumento da capacidade de produzir não encontra a demanda agregada para atingir seus objetivos, uma vez que o ritmo de acumulação do período globalizante é maior que o ritmo de crescimento do poder aquisitivo.(Id, p. 73-74).

Conforme a autora, “(...) a globalização produtiva, as exigências do mercado mundializado decidem as áreas de expansão do agronegócio que são consagradas por uma agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado.”(ARRUDA, 2007, p.80).

O avanço do complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico provocou um reordenamento do espaço do ponto de vista da organização das atividades da agricultura, também promovem, de acordo com Arruda (2007, p. 81),

(...) uma nova ordem econômica com novas formas de produtividade espacial e/ou geográfica com a supervalorização das paisagens e a recriação de novas paisagens sob a lógica de um modelo de racionalização produtiva. Assim, (re)inaugura-se um ciclo com a energia transformada e mercadoria, com o mercado do etanol e uma série de desdobramentos do ponto de vista ambiental, de organização de produção, de relações de trabalho, da soberania alimentar, da reforma agrária têm lugar.

A euforia da produção de agrocombustíveis, na mediação entre proteção ambiental e crescimento econômico, desafia princípios fundamentais de democratização e descentralização da produção de energia. O domínio das monoculturas e o domínio das grandes corporações multinacionais e estatais põe em xeque o discurso de desenvolvimento social e humanitário promovido por governos nacionais preocupados com a rentabilidade do setor. As ações do Estado para assegurar a inserção e autonomia dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais tem se dado apenas no discurso. (LAGES e PENIDO, 2010).

Devido à necessidade de produzir agrocombustíveis em larga escala, o processo de concentração da produção e concentração de capital faz com que trabalhadores rurais/camponeses nas pequenas propriedades fiquem em situação precária, dificultando a sobrevivência da agricultura camponesa nesse cenário de reorganização produtiva.

O peso da hegemonia de uma agricultura patronal e as mudanças em curso na matriz energética nacional apontam para um conservadorismo dinâmico através da manutenção de velhas formas de apropriação do território. As monoculturas, na *ordem do discurso* do imperativo do desenvolvimento, estabelecidas pela conjuntura capitalista, implicam na supressão de “muitas culturas no plural” (FEATHERSTONE, 1999, p.17).

A relação entre monocultura energética, função social da propriedade e segurança alimentar é conflituosa. A concepção que alicerça a monocultura além da propriedade privada da terra, implica em uma apropriação privada dos recursos naturais, o que por sua vez, dificulta a produção das culturas alimentares e de subsistência, comprometendo a manutenção socioeconômica e cultural das populações do campo e de tantas outras categorias de trabalhadores rurais, como arrendatários, posseiros, meeiros etc., impulsionando-os para as margens do processo produtivo ou para as periferias do sistema capitalista.

A implementação desse modelo, baseado na exportação de agrocombustíveis, em que a velha divisão entre países comparece – a escolhas e as formas de produção são ditadas aos países do sul para atender às necessidades de consumo dos países do norte – caracteriza, em última instância, uma forma de legitimação e controle dos territórios brasileiros, controlados e dominados pelo agronegócio e pelas transnacionais eternizando a relação de dominação aos moldes do colonialismo. Em síntese, o discurso das benesses atribuídas aos agrocombustíveis está sendo vendido como possibilidade de entrada em um “novo umbral” civilizatório, entretanto, carrega em si as velhas formas arcaicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolhas para a realização dessa investigação abriram novas possibilidades de trabalho. Realizamos uma análise sobre os discursos produzidos a respeito do espaço agrário, lançando mão do conceito foucaultiano de discurso como uma possibilidade de leitura da (re)configuração espacial ou o (re)dimensionamento do território a partir do agronegócio canavieiro.

É certo que ao lançarmos mão dessa discussão incorríamos em risco teórico-metodológico já que, ao pormos em relevo o discurso enquanto uma prática social, não quisemos criar nenhum campo novo de estudo na Geografia, mas fazer uma análise de processos e fenômenos sociais embora assumindo o risco, portanto de não dar conta da complexidade do tema abordado.

Trabalhamos com uma hipótese que considerou o discurso como um elemento constitutivo do espaço e como tal criador e recriador de espaços e de territórios. Nesse sentido, este não estaria apenas em um universo comum de significados, mas aconteceria em um complexo de aparatos, práticas, agenciamentos, na criação de hábitos e técnicas, mediante um conjunto de regras oferecidas como modelo.

Assim, num primeiro momento, situado espaço-temporalmente no processo de modernização da agricultura, os pacotes tecnológicos foram lidos como uma poderosa tecnologia dirigida ao espaço rural, que ajudou a constituir sujeitos “produtores-produtivos”, trabalhadores-disciplinados-controlados e uma agricultura remodelada. Evidenciamos algumas estratégias que, ao “orientar, informar,” prescreveram, capacitaram, integraram, modernizaram e, com isso transformaram o espaço rural possibilitando o avanço e expansão do capitalismo.

Procuramos problematizar, com a atuação da Embrapa, como as políticas públicas são elaboradas a partir da formulação de um conjunto de saberes sociais e agronômicos vinculados ao pensamento científico moderno, a partir das práticas de intervenção, as quais se complementam formando uma cadeia de controle com o objetivo de construir estratégias de desenvolvimento.

O discurso da modernização da agricultura referia-se a apropriação que seus agentes faziam do processo de crescimento da produção mercantil. Assim, ele procurava traduzir, organizando um processo de transformações que implicavam na redefinição das formas de inserção da agricultura na economia brasileira, a partir de um conjunto de mecanismos, e de estratégias que redefiniram o espaço agrário sustentados pelo discurso do desenvolvimento econômico.

Buscamos evidenciar, portanto, a produção do discurso do desenvolvimento herdeira de um jogo de disputas de interesses e de movimentação de forças desencadeadas a partir da modernização da agricultura e do agronegócio. Também ressaltamos que essa noção resulta do conflito e das disputas de interesse em tono da expansão do capitalismo industrial.

Assim, é resultante de uma lógica e de uma determinada conjunção de forças que influenciar demandas sociais, subordinando-as à lógica da reprodução do sistema metabólico do capital, ou seja, em função dos mecanismos da acumulação flexível.

Como decorrência desse processo, na década de 1970, as transformações que se reconfiguram no território brasileiro decorrentes do agronegócio representam a lógica do capitalismo contemporâneo em sua busca para (re)produzir e sobreviver diante das crises de acumulação. Processo esse que se consolida na expansão da produção agropecuária modernizada e altamente capitalizada voltada para atender o mercado globalizado.

O seu avanço para as novas regiões tem como objetivo atender aos interesses do agronegócio acentuando o processo de acumulação ampliada do capital e, conseqüentemente, acirrando as contradições no espaço agrário atual. Deste modo, tal expansão não está vinculada tão somente a busca por terras em outras regiões do país, mas concretiza-se também pela apropriação pelo agronegócio, especialmente o agronegócio canavieiro, de espaços dotados de significativas reservas hídricas, sendo a apropriação e o controle da água também condição para o processo de acumulação e reprodução do capital em ampla escala no campo, o que Thomaz Jr (2009) analisa a partir do conceito de agrohidronegócio. Assim como aponta Arruda (2007, p. 233),

Em áreas (re)dimensionadas do século XXI, o capital, em sua voracidade, não só mantém a sua essência como incrementa a sua exploração e acumulação, apresentando-se ao mundo travestido de

modernidade, sob o rótulo de agronegócio. Os mecanismos de acumulação primitiva foram aprimorados com a privatização dos recursos naturais, pela intensificação da extração da mais-valia relativa por meio das mudanças tecnológicas, pela modificação na composição orgânica do capital e, pela imposição aos trabalhadores de regimes societários vinculados ao século passado (...).

Como é o caso das condições de trabalho na cana, atualmente. Harvey (2003) analisa as formas de exploração da força de trabalho implementadas pelo capitalismo contemporâneo, a partir do conceito de acumulação por espoliação.

Para Thomaz Jr (2009, p. 9), “(...) momento de mundialização do capital, não se fazem ausentes os mecanismos e procedimentos utilizados quando do momento da acumulação originária ou primitiva, como algo exclusivo e único, correspondente à fase inicial do capitalismo e que desapareceu, no decorrer do tempo.”

Assim, é da lógica de acumulação do capital que resultam as dinâmicas dos lugares e dos territórios, ora se colocando em evidência para produzir mercadorias ora se “submergindo” quando as mercadorias produzidas tornam-se menos rentáveis ao circuito do capital –, haja vista, hoje, o incremento do agronegócio canavieiro. É desse movimento as várias fases de modernização pelas quais o Brasil passou.

A modernização da agricultura, na década de 1960, passa a incorporar os principais pressupostos da revolução tecnológica, acompanhando as transformações dos demais setores econômicos e atingindo a organização de um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola, nos moldes da revolução verde (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Esse modelo baseado na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção agrícola, propiciou transformações econômicas e, conseqüentemente novos rearranjos espaciais.

O desenvolvimento de métodos científicos para a realização da produção agrícola, visando o aumento de produtividade e a redução de custos, aperfeiçoou e expandiu seu processo produtivo, induzindo a importantes progressos técnicos, que foram fundamentais para imprimir inovações às forças produtivas.

Com o desenvolvimento da ciência e tecnologia a agricultura foi reestruturado alterando as formas de produzir tradicionais possibilitando a concretização da mais-valia mundializada (ELIAS, 2003).

Temos, portanto, nesses eventos, em escalas nacional e internacional, possibilidades para as práticas discursivas elaborarem determinados discursos a respeito da agricultura, e estabelecerem-se como regimes de verdade por meio das relações de poder-saber. Em seu texto *Verdade e Poder*, Foucault afirma “(...) a verdade não existe fora do poder [...] cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (1979, p. 12).

No caso da agricultura, para que uma determinada verdade a seu respeito se estabeleça e não outra, como, por exemplo, a necessidade de modernização baseada num modelo de uso extensivo de tecnologia e insumos agrícolas – representado pela Revolução Verde – os princípios e fins dessa agricultura, a estrutura e o funcionamento da mesma, foi preciso que essa verdade fosse sustentada por uma base institucional. Nesse caso, a base institucional é representada pelos órgãos estatais, pelos institutos de pesquisa, como a Embrapa.

Esses órgãos elaboram um conjunto de leis, de diretrizes com a pretensão de construir verdades e práticas sobre a agricultura. Assim, à medida que algum discurso se torna hegemônico, torna-se verdadeiro e, portanto, legitimador.

Com isso, novos discursos são formulados e novas tecnologias de controle são efetivadas. Tudo isso validado pelos efeitos de poder. Esses efeitos de poder, tanto no discurso político, discurso econômico e científico controlam, selecionam e distribuem os discursos em si. Esses discursos durante as últimas décadas redesenharam a agricultura elaborando novas formas de ocupação do território.

O discurso do agronegócio emerge, então, como aposta e incentivo de um modelo de desenvolvimento rural ancorado no ideário de desenvolvimento econômico, na sua versão mais quantitativa em que destaques são dados aos ganhos de produtividade e competitividade, no entanto se desconsidera os seus efeitos no meio rural.

A concentração da propriedade da terra é o mais conhecido e, atualmente, no Pontal do Paranapanema se evidencia outra face manifesta no conteúdo do processo concentracionista sobre terras públicas que retroalimenta a prática da grilagem.

Outro mecanismo é a expressiva injeção de subsídios na forma de créditos e um investimento altíssimo em pesquisa e tecnologia para a consolidação de um modelo tecnológico intensivo na utilização de máquinas e insumos que oneram a força de trabalho, além da destruição dos recursos naturais e seus efeitos deletérios sobre o meio ambiente.

No discurso do neoliberalismo no qual se insere o agronegócio, apresentam-se contradições nem sempre identificadas, que estão ocultadas pelas formulações construídas e pautadas na idéia de progresso, de crescimento econômico e de produtividade.

Sem contar que o agronegócio, em parceria com o Estado e o capital em seu movimento destrutivo tem ampliado processos intensos de desterritorialização, via destinação de recursos públicos e privados ao fomentar políticas públicas voltadas para atender programas específicos para a produção de energia a partir da hidroeletricidade. Programas que tem como finalidade a construção de grandes obras que impactam áreas protegidas (Parques, Reservas, APP et.), agricultores camponeses e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, esses projetos não evidenciam uma real preocupação com as desigualdades do processo de desenvolvimento do país. A região aparece então como um território de ação e controle.

Os discursos enunciados tanto pelo Estado quanto pelo capital sempre trazem às áreas de atuação a idéia de crescimento e progresso, progresso que é entendido como geração de empregos, novos investimentos e projeção das regiões de atuação no cenário nacional. O território vai sendo apropriado pelo centro hegemônico, tanto política quanto economicamente.

Oficialmente esses projetos apresentam-se como estratégia de desenvolvimento, estruturada em grandes investimentos que buscam promover não só a expansão do produto interno bruto e da tributação da economia, como também a redução das desigualdades inter-regionais. E que servem para justificar o desmatamento, a

monocultura da soja, da cana-de-açúcar, do eucalipto – só para ficar entre as mais perversas – a destruição de áreas de preservação ambiental, a expropriação e o empobrecimento dos povos indígenas, o desterroamento das comunidades tradicionais (quilombolas, posseiros, extrativistas, pescadores artesanais, fundos de pasto, faxinalenses), a extinção do campesinato, o acionamento de mecanismos ilegais de agenciamento, contratação, e formas de pagamento pautadas por produção, superexploração do trabalho associada ao acionamento das práticas regressivas vinculadas às formas assemelhadas e atualizadas da escravidão etc.

É um processo antagônico, em que o deslocamento para a inviabilização da reforma agrária adotada pelos governos militares, por meio de incentivos para a expansão da fronteira na década de 1970 se desloca, na atualidade, para o discurso da produtividade e competitividade no qual as regiões são reconfiguradas pelo capital sob o rótulo de agronegócio. (ARRUDA, 2007). Concordamos com a autora quando afirma que,

Na ordem estabelecida visando preparar o território para o agronegócio como as leis de estímulo à exportação, a criação de infraestrutura etc., o discurso do controle que está intrínseco nas formulações construídas acerca da competitividade, do aumento do PIB do agronegócio e da produtividade agropecuária. Ou seja, o que aparece é a competitividade em todas as escalas: no mercado externo, entre as empresas instaladas nos municípios das regiões produtoras de *commodities* agrícolas e entre os municípios. Enfatiza-se a rentabilidade, o crescimento econômico, mascarando as contradições e abstraindo o real que é a sociedade, as relações de trabalho e o território. (...) o agronegócio parece existir “a-espacialmente”, sem o território. O que não constitui uma premissa verdadeira, pois, a concretização das transações do agronegócio só é possível a partir da base produtiva, ou seja, da terra e da água como meios de produção. (ARRUDA, 2007, p. 259).

E é nesse espaço da apropriação de riquezas que a terra e a água ocupam lugar central, quando a ameaça de sobrevivência do planeta, a produção de alimentos, a exploração e a comercialização de matérias-primas etc., são enunciados. “Impõe-se de modo marcante, elementos novos e repletos de significados no tocante às disputas em torno da terra e da água ou do acesso a esses bens no mundo e, particularmente, no Brasil.” (THOMAZ JR, 2011, p. 3).

Da mesma forma que também pode ser destacado que esse processo provoca uma “guerra”, na qual os argumentos sobre as vantagens dos agrocombustíveis são enaltecidos e o apelo para a redução do consumo de energia propicia uma corrida desenfreada na busca de alternativas e de produção de outras formas de energia, e que alçam os grandes conglomerados transnacionais petrolíferos, industriais, comerciais e financeiros, a arautos do meio ambiente e salvadores do planeta e transformam a ciência e a tecnologia nas responsáveis por apresentar infinitas possibilidades para a resolução das questões.

Em realidade, conforme podemos acompanhar, essa nova dimensão da crise ambiental, começando com as mudanças climáticas, se desenvolve em paralelo à ascensão das finanças e de sua crise. Na atualidade o que se observa é que as concentradas forças econômicas estão sendo chamadas a agir em tempos de crise e os setores poderosos da sociedade não apenas protegem eles mesmos, mas usam catástrofes para ampliar sua dominação.

E, nesse cenário, o que se acompanha por meios dos enunciados de crise ambiental é o discurso em que a luta contra a mudança climática foi substituída pela “adaptação à mudança climática”, num bom clima de negócio. (CHESNAIS, 2011).

Ao se apresentar como alternativa energética limpa, do ponto de vista econômico, social e ambiental, e demandar, para sua própria sustentabilidade, pesquisas e tecnologias que se adéquem ao conceito de que reivindica como seu fundamento, a agroenergia torna-se pertencente ao campo da política, da economia, da ciência e tecnologia, entrelaçando discursos e evidenciando a relação entre as formas de incorporação dos discursos tecno-científicos pelo Estado e grupos econômicos contemporâneos.

Se a agricultura tradicional apresentava limitações à entrada do capitalismo industrial, com o desenvolvimento de pesquisas envolvendo a agroenergia se inaugura um amplo campo de possibilidades. As adaptações à jusante do processo de produção agrícola e à montante eram ajustes específicos da indústria à agricultura, mas a partir do suporte dos novos conhecimentos que vão da biologia molecular, da química, bioinformática entre outras especialidades, a intervenção já acontece em todo o ciclo produtivo via conquista do controle biológico e sequenciamento na escala dos genes, na produção de OGMs etc.

Todo o conhecimento de base e derivado das biotecnologias estão diretamente ligados a estas mudanças e inflexões do conhecimento científico e sua estreita relação com os setores produtivos.

Nesse sentido, não só se verifica um (re)ordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil, como também novas relações são estabelecidas por meio de alianças estratégicas entre o capital agroindustrial canavieiro, os grandes proprietários de terras e o Estado (THOMAZ JR, 2009).

É o caso do Pontal do Paranapanema, em que os contratos de integração fizeram do assentado um fornecedor de cana para as agroindústrias com o apoio do Estado, justificado pelo discurso de ser esta uma forma de distribuir renda e de inseri-lo no circuito da produção, o que na realidade caracterizou uma forma de controle do capital agroindustrial canavieiro sobre o território e o modo de vida camponês.

O objetivo desta pesquisa em nível de doutorado foi trazer à luz reflexões sobre a necessidade de pensarmos o processo de expansão da cana-de-açúcar de forma dialética, no sentido de apreendermos as contradições que a envolve. O discurso de modernidade que é atribuído a este tipo de agricultura encobre todo o arcaísmo que o sustenta.

O arcaísmo se revela no padrão de agricultura “moderno” no qual as grandes plantações de cana-de-açúcar, hoje, tornam-se um ideal paradigmático. Assim, sob a aparência das agroindústrias o que está oculto e resguardado é o latifúndio, que como é sabido, associado à desigualdade social, que tem sido a marca registrada do modelo brasileiro de desenvolvimento. A condição de miserabilidade, o desmonte do tecido social, a violência, são expressões que evidenciam a face perversa desse modelo.

Nesse cenário de expansão da atividade canavieira há um disputa que atravessam os discursos econômico, social, político, econômico, jurídico, técnico, científico e essa disputa leva a uma polarização que, na verdade, expressa as contradições em torno desse processo que revela, por sua vez, conflitos “(...) entre forças sociais hegemônicas e predatórias e aquelas que apontam na direção de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente equilibrada.”(FUKS, 2001, p. 22).

Nesta “clássica polarização” os grupos sociais mais representativos, segundo a ênfase de seus discursos, são as agroindústrias canavieiras, o governo do estado, o capital.

Na formação discursiva do desenvolvimento estão os “adeptos do desenvolvimento” representados pelo governo do estado, agroindústrias da cana, representações político-institucionais e cientistas enquanto do outro lado estão os considerados “conservacionistas”, “atrasados”, os críticos à expansão da cana representados pelos grupos ambientalistas, movimentos sociais, cientistas e outros.

É importante salientar o fato de que alguns órgãos públicos como a Embrapa, apresentam discursos divergentes do governo do estado sobre o tema da expansão da cana. E não obstante, existem também divergências de discursos entre representantes desses órgãos em relação ao assunto.

A produção e territorialização da monocultura são legitimadas na esfera pública. Os critérios básicos que tendem a legitimar a vantagem comparativa do Brasil na plantação da cana: “produtividade”, “eficiência” e “competitividade”. A monocultura é justificada a partir dos enunciados das ótimas condições climáticas, do estoque de terras disponíveis, da disponibilidade de recursos hídricos, da tecnologia de ponta e das vantagens comparativas, na ótica de conquista de espaço no mercado mundial, o que pela lógica de mercado a produção do etanol e a expansão da sua área para a exportação a legitima. (ARRUDA, 2007).

Por outro lado, para se desconstruir essa lógica, ou de como essa lógica pode vir a ser deslegitimada pelos atores sociais, basta acompanharmos o processo de subordinação e controle que essa prática propicia, uma vez que a monocultura da cana é uma atividade que compromete a possibilidade de outro modelo se manter, como é o caso da agricultura de base camponesa praticada nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema.

As políticas de incentivo ao desenvolvimento rural sempre obedeceram à lógica da modernização da agricultura, estimulando a produção em grande escala para o mercado internacional, com o uso intensivo de insumos químicos e de mecanização intensiva.

Essas políticas darão continuidade a um padrão de desenvolvimento, o qual reforçou, sobretudo, o projeto do agronegócio, baseado na especialização produtiva, na predominância da inovação tecnológica e na *commoditização*.

Neste cenário, se configuram disputas e o discurso funciona como uma das estratégias de legitimação do capital canavieiro, em torno do qual circulam os enunciados em defesa dos agrocombustíveis. Estado, empresários rurais, agroindústrias ou corporações financeiras compõem o grupo em prol do convencimento do público que o rodeia. Os grupos sociais estão em constante conflito na arena de debate onde, na maioria das vezes, o confronto se dá pela palavra.

Por vezes, o confronto ocorre de modo desigual em função da trajetória do grupo ou pelas regras próprias inerentes ao discurso. É pelo discurso que o poder e o saber se articulam. Logo, aquele que tem a palavra está inserido em um contexto social e investido de uma legitimidade para enunciar e, conseqüentemente, exercer poder. Dessa forma, cabe salientar que as palavras não possuem um só sentido, mas adquirem diversas significações a partir da percepção de quem fala e de qual contexto este sujeito social está inserido.

Nessa ordem idealizada da produção (a ordem do agronegócio), a pequena produção é estranha e não tem “lugar”. As lutas dos grupos organizados com projetos alternativos para o território são desqualificadas por defenderem práticas tornadas “estranhas”. As práticas tradicionais que muitas vezes são formas comunitárias de produção, não se ajustam ao novo esquema da produção em grande escala para o mercado internacional no qual a competição é o cerne.

Assim, os discursos enunciados sobre desenvolvimento, da “sustentabilidade” facilitam o acesso da monocultura a grandes extensões de terras, limitando a possibilidade de manutenção de usos variados do território por parte de agentes sociais crescentemente envolvidos numa situação de violência.

A legitimidade que o discurso do desenvolvimento sustentável tende a conferir às empresas favorece seu diferencial de poder de influência perante os demais sujeitos. Para se compreender adequadamente as dimensões práticas e discursivas das tensões que atravessam o território, particularmente no Pontal do Paranapanema é preciso, porém, considerar que encontra-se em disputa a legitimidade das formas de apropriação

do espaço-tempo – também social - por modos diferentes de ver e viver no mundo. Para que a sociedade elabore coletiva e criativamente tais tensões, conforme sustenta Escobar (1993, p.23), é preciso considerar a complexidade do social e, frente à ideologia do desenvolvimento, estar aberto a “novas narrativas da cultura e da vida”.

Nessa direção, há uma corrida desenfreada para produzir o combustível que o mundo precisa, num ritmo que este padrão de produção e consumo industrial e que a acumulação do capital impõe. Configura-se, assim a estratégia global para a reprodução do capital, viabilizando a manutenção de um padrão de consumo, na mesma lógica de produção e circulação de mercadorias que tende a concentrar mais o poder das grandes empresas que já detêm o controle sobre as cadeias do sistema agroalimentar mundial.

Escolhemos analisar o agronegócio canavieiro como um acontecimento da ordem do discurso do capital. Acontecimento produzido por um feixe de correlações de enunciados, oriundos e tecidos em função da existência de tipos diferenciados de discursos que embasam e consolidam o sistema capitalista.

Discursos que deixam o peso de sua materialidade no espaço e na composição dos territórios; situados geográfica e temporalmente pautados no intervalo que começara com o advento da Revolução Verde, processo de instauração da modernização da agricultura. Portanto discursos para além de uma materialidade lingüística, que se ordenam para a produção de determinados espaços obedecendo a uma lógica; lógica de apropriação e de reprodução do capital.

A trajetória do agronegócio e como se constitui a partir de diversas fontes e instâncias de discurso, fazendo-nos refletir sobre a importância da atividade social para a construção de representações sobre o objeto. Os sujeitos, participantes dessa atividade social, tais como representantes do setor agrário, cientistas, ambientalistas são, em parte, responsáveis pela construção discursiva do objeto agronegócio.

Essas construções, que passam pela imagem gerada em torno do objeto e pelos efeitos visados via construção discursiva, representam materialidade na forma de organização espacial, no controle e gestão do território por meio do capital. É o mesmo que dizer que o discurso adquire concreticidade na medida em que seus efeitos produz arranjos e rearranjos nos territórios, haja vista a já destacada corrida expansionista da

atividade canavieira, com seus efeitos mais perversos: desrespeito às relações de trabalho, desmonte de unidades produtivas camponesas, concentração fundiária, etc.

É nesse sentido que a reestruturação da geografia da circulação e da acumulação do capital altera as configurações espaciais e as escalas de governos existentes, inaugurando novas e contraditórias formas de produção do espaço e apropriação do meio ambiente.

O que traz à tona novamente a questão dos paradoxos: quanto mais se fala no fim dos recursos naturais e, em última instância da natureza, mais o político, o econômico e o científico se imbricam e buscam uma linguagem pautada pelo controle do natural, a exemplo da biotecnologia, do melhoramento genético, para se legitimar.

As transformações tanto econômicas quanto geopolíticas, sociais e institucionais vêm remodelando a base material da sociedade – tanto no centro capitalista quanto na esfera periférica – a partir de estratégias de acumulação que contêm, em essência, processos de geração e de difusão de novos conhecimentos. A geração de informação e de conhecimento sempre instituíram diversos modos de produção social, embora sua criação e distribuição possuam especificidades nos diferentes momentos históricos.

A produção de conhecimento sobre os fenômenos naturais e sociais, por exemplo, faz parte do mecanismo de criação de estratégias de sobrevivência da espécie humana, embora o saber produzido seja sempre condicionado pelas condições concretas de cada sociedade, seus modos de vida, sua cultura, seu grau de desenvolvimento científico e tecnológico.

É nesse contexto que se observa o (re)surgimento de discursos que impactam diretamente a agricultura e o espaço rural brasileiro. Discursos que são feitos em escala global e que têm repercussões nas escalas nacional, regional e local. Derivados desses discursos têm emergido nos setores da agricultura brasileira uma ênfase no agronegócio como solução para a economia brasileira, mas agora, com responsabilidade social, com práticas mais justas e equilibradas ambientalmente.

Em que pese a veracidade desses discursos e a necessidade de práticas na agricultura brasileira que levem em conta os aspectos sociais e ambientais para o bem do planeta, o fato é que esses discursos vêm sendo apropriados e têm sustentado o incremento e expansão do agronegócio no Brasil.

Também é nesse contexto que a ofensiva do capital por meio do incremento do agronegócio, particularmente do setor canavieiro, se apresenta. Ou seja, direciona-se, hoje, o discurso de que o país precisa desenvolver-se; que o país está diante do “umbral de uma nova civilização”.

Portanto se apresenta como alternativa mundial em termos de desenvolvimento de tecnologias para produção de energias renováveis e limpas; um país de dimensões continentais, com estoque de terras e mão-de-obra disponíveis e em plenas condições de gerar riqueza e renda; assim, instaura-se no país uma retórica em que assimila-se e adapta-se ao discurso econômico dominante entrelaçando-se, portanto, discursos e práticas que têm o espaço como referência, configurando novos territórios de atuação do capital.

Para compreender os meandros de tal dinâmica não se pode considerar essa prática como auto-evidente; deve-se, ao contrário, procurar captá-la ao mesmo tempo como expressões de relações de poder e como dinâmicas que, por sua vez, redistribuem este poder sobre o território e seus recursos, sejam eles materiais, institucionais ou políticos.

Nesse sentido, uma análise que é bastante pertinente é a possibilidade de discutir possíveis tendências de padrões de consumo, relações sociedade/natureza e formas de sociabilidade caracterizadas pela emergência das biotecnologias no sistema agroalimentar contemporâneo.

Estas tendências e novas relações sociais podem emergir com a expansão das biotecnologias e legitimarem-se, em termos de descrição e narrativa, por um discurso com características biopolíticas. Esta vinculação se faz pertinente, pois existe no atual debate agroalimentar, por exemplo, um controle e procura incessante de legitimação quase científica do que produzir, onde produzir, qual melhor semente, e tudo patrocinado por empresas nacionais e internacionais que têm ditado e controlado a produção de sementes em escala mundial.

Essas são questões que nos desafiam, pois como a emergência das biotecnologias é o elemento de representação do discurso do agronegócio atual, em novas formas de controle do capital. Pensamos também ser essas as bases de reprodução

do sistema capitalista que estão sendo redefinidas e que nos deve por atentas para, por meio de pesquisas, pensar formas alternativas e de resistências a esse modelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs). *O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 38-47
- AGUIAR, et al. *Monitoramento do modo de colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo – ano safra 2009/2010*. Ministério de Ciências e Tecnologias, INPE, 2010. Relatório de pesquisa.
- AGUIAR, R. C. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis; Brasília, CNPq, 1986.
- ALENTEJANO, P. R. R. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan/fev.1997.
- ALMEIDA, P. R. Planejamento no Brasil: memória histórica. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). *Revista Parcerias Estratégicas*, n 18, p. 157-190, ago. 2004.
- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANCIAES, A. W. F. (Coord). *Avaliação tecnológica do álcool etílico*. Brasília: CNPq, 1978.
- ANDRADE, M. C. *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- ANFAVEA. *Estatísticas, 2007-2008*. Disponível em <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 14/13/2008.
- ANTONIO, A. P. O movimento social rural e o assentamento de camponeses. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente/SP, n.14, p. 70-76, 1992.
- ANTONIO, A. P. *O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960- 1990*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ARAÚJO, B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. *O Complexo Agroindustrial: o Agribusiness Brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990.

ARAÚJO, C. E. F. Diagnóstico da Situação Atual do Bioetanol no Brasil: Impactos Socioambientais e Novos Desafios para as Políticas Públicas. In: Encontro da ANPPAS, Brasília. *Anais...* Brasília, 2008.p. 21-32

ARAÚJO, M. J. *Fundamentos de Agronegócios*. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAÚJO, N. B. de.; PINAZZA, Luiz Antonio. *Agricultura na Virada do Século XX – Visão de Agribusiness*. São Paulo: Globo, 1994.

ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRUDA, Arruda, Z. A. *Onde está o agro desse negócio?: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia) UNICAMP, Campina, SP, 2007.

ASSIS, W, F.; LASCHEFSKI, K. *Impactos Cumulativos e Tendências Territoriais da Expansão da Cana e Eucalipto para a Produção de Bioenergia*, 2006. Disponível em: <boell-latinoamerica.org/download>. Acesso em: 27/08/08

ASSIS, W. F. T.; ZUCARELLI, M. C. Despoluindo Incertezas: Impactos Locais da Expansão das Monoculturas Energéticas no Brasil e Replicabilidade de Modelos Sustentáveis de Produção e Uso de Biocombustíveis, Coord. Lucia Ortiz. NatBrasil, fevereiro de 2007, 28p.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JR., A.; OLIVEIRA, A. M. S. A nova ofensiva do capital canavieiro e os desdobramentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista (SP) *Geografia em Atos*, Presidente Prudente, v. 1, n.6, dez. de 2006. P.10-18.

BEZERRA, G. N. Consensualismo e localismo na competição interterritorial: a experiência da Agenda 21 no Estado do Rio de Janeiro. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v.7, n.1 /mai. 2005

BARBOSA, A. M. S. A biopolítica pelas mãos do mercado: os projetos sociais da ALBRAS S.A. *Novos Cadernos NAEA* v. 11, n. 1, p. 179-202, jun. 2008, ISSN 1516-6481

BARROS, B. Biocombustível sustentável já tem a sua “cartilha”. *Valor Econômico*, São Paulo, Cad. A, p.3, 13 ago. 2008

BARROS, G. S. C.; MORAES, M. A. F. D. A desregulamentação do setor sucroalcooleiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 156-173, 2002.

BATALHA, M.; SOUZA FILHO, H. M. A falsa dicotomia entre agronegócio e agricultura familiar. *Agroanalysis*, São Paulo, v. 23, n. 8, p. 46-47, nov. 2003.

BECKER, B. K. Tendências de transformação do território no Brasil. Vetores e circuitos. *Revista Território*, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, v.1, n. 2, jan/jun. 1997. p.47-59.

BELIK, W.; VIAN, C. E. F. Desregulamentação Estatal e Novas Estratégias Competitivas da Agroindústria Canavieira em São Paulo. In: MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Orgs). *Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Ed. Atlas, 2002, p. 69-92.

BELL, Daniel. *El advenimiento de la sociedad post-industrial: un intento de prognosis social*. Madrid: Alianza, 1976.

BENKO. G. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BERMANN, C. *As novas energias no Brasil: Dilemas da Inclusão Social e Programas de Governo*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORLAUG, N. *La revolución verde, paz y humanidad*. México: CIMMYT, 1972. (Serie reimpressos y traduccione CIMMYT, 3) (Conferencia pronunciada en ocasión de la recepción del Premio Nobel de la Paz de 1970. Oslo, Noruega. Diciembre 11, 1970).

BRASIL. Acompanhamento da safra brasileira. Safra 2010/2011. MAPA/CONAB. Abr. 2011.

BRASIL e EUA. *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis*. São Paulo, marco de 2007, 6p. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br>>. Acesso em: 25/10/2007.

BRASIL. Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2006.

BRASIL. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2006.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005. Brasília, DF, 2005c.

BRASIL Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior 2003, nov/2003, 23p.

BRAY, S. C. *A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema*. 1980. página. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980.

BRAY, S. C. et al. *As Políticas da Agroindústria Canavieira e o Proálcool no Brasil*. Marília: Ed. UNESP, 2000.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. F.; RUAS, D. *As políticas da agroindústria canavieira e o proálcool no Brasil*. Marília: Ed. UNESP, 2000.

BRUNO, R. A. L. et al. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: MauadX; Sericopédica, RJ: EDUR, 2009.

BRUNO, R. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária/UFRJ, 1997.

BRUNO, R. A grande propriedade fundiária ontem e hoje. Quais as razões para tanto poder e tanta intolerância dos proprietários? In: MELO, J. A. T (Org.). *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2006. p. 235-248.

CAIRNCROSS, F. *La muerte de la distancia*. Barcelona: Paidós, 1998.

CAMPOS, E. Bertin compra Infinity Bio-Energy. *Valor ONLINE*, São Paulo, 10 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

CARVALHO, P. S. Inclusão produtiva. *Boletim Online*. Odebrecht, 2010. Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br>. Acesso em: 22/08/2010

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 3 ed. Madrid: Alianza, 1999 .

CHESNAIS, F. Crise financeira mostra beco sem saída. Entrevista à Central Sindical Popular/CSP/CONLUTAS. Disponível em: www.csp.conlutas.org.br. Acesso em: 08/06/2011.

CHESNAIS, F . Um programa de ruptura com o neoliberalismo In: HELLER, A. et. al. *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COPERSUCAR. 2010a. Disponível em: <[http:// www.copersucar.com.br/hotsite/2010/historico.html](http://www.copersucar.com.br/hotsite/2010/historico.html)>. Acesso em: 28 agost. 2011.

COPERSUCAR. 2010b. Disponível em: <<http://www.copersucar.com.br/hotsite/2010/gestao.html>>. Acesso em: 2 agost. 2011.

COPERSUCAR. 2009. Disponível em: <[http:// www.copersucar.com.br/hostsite/2009/](http://www.copersucar.com.br/hostsite/2009/)>. Acesso em: 23/04/2010.

CORRALES, F. M. *Caminhos cruzados da educação ambiental na Embrapa: o dilema entre a transmissão dos conteúdos e o diálogo de saberes*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental)- Faculdade Universidade de São Paulo. 2003.

CORSI, Francisco Luiz. A globalização e a crise dos estados nacionais. In: DOWBOR L. et ali. *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.32-42.

CTC. CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA. *Sustentabilidade da Produção Agrícola da Cana de açúcar*. Piracicaba: CTC. 2004.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATTO, D. (Coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 99-110.

DAVIS, J.; GOLDEBERG, R. A. *Concept in Agribusiess*. Boston: Division of Research, Havard University, 1957.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965-1985*. São Paulo: Icone, 1985.

DEL ROIO, Marcos. Globalização e crise do Estado brasileiro. *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*, Marília, v. 8, n. 2, p. 127-148, 1999.

DESEP. *Câmaras setoriais e intervenção sindical*. São Paulo: Desep/CUT, 1992. (Texto para Discussão, 5).

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A Dolarização do Conhecimento Técnico Profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n. 43, p. 163-176, 2000.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EID, F., SCOPINHO, R. A. (Coord.). Reestruturação produtiva, política industrial e contratação coletiva nos anos noventa: as propostas dos trabalhadores. Agroindústria da cana-de-açúcar, Projeto de Pesquisa e Formação Sindical, GEP-SUCRO, São Carlos, 1998.

EMBRAPA. Embrapa agroenergia: pesquisas em processos de produção de biocombustíveis. *Boletim Embrapa Agroenergia*. Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em: 20/11/2010.

_____. Agroenergia: uma oportunidade para integrar o saber e o saber fazer. *Boletim Embrapa Agroenergia*. Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em: 20/11/2010.

_____. *Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*. Brasília: Embrapa, 1975.

_____. *Modelo Institucional de Execução da Pesquisa Agropecuária*. Brasília: Embrapa, 1974.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo? In: LADER, E. (Org.) *La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p.115-152.

ESCOBAR, A. *La Invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Editorial Norma, 1998.

ESCOBAR, A. Dinero, desarrollo y ecología. *Revista de Ecología Política*, Barcelona, n.9, 1993.p. 58-73.

FAIRBANKS, M. Álcool: frota bicomustível, exportações e consumo maior de açúcar indicam futuro rentável para setor. *Revista Química e Derivados*. São Paulo, n. 446, fevereiro/2006. Disponível em: <http://www.quimica.com.br/revista/qd446/álcool1.html>. Acesso em: 07/05/2007.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. *Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103->. Acesso em: agost. 2009.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17, 2004, Gramado. *Anais....* 2004. [CD-ROM]

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERRAZ, J. M. G. A Insustentabilidade da Revolução Verde. *Meio Ambiente e Agricultura*, São Paulo, Ano VII, n. 26, abr/mai/jun 1999.

FERREIRA, O. P., REYDON, B. P., SILVA, J. G., da; BELIK, W. A geração de tecnologia pelo setor privado: O caso da agroindústria no Brasil. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 2, n. 3, p. 329-363, set/dez 1985.

FOLHA DE S. PAULO. *Para manter emprego, cortador de cana precisa elevar produção*: ONU investigará se 9 mortes ocorreram por exaustão. [En Línea]. São Paulo: 18 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.cip.saude.sp.gov.br/CEREST/Ferramenta_de_Comunicacao/Midia%20e%20Acidente%20de%20Trabalho/Fax%20simile%20capa%20textosFolha18092005.doc> . Acesso em: 30 de março de 2008.

FOLHAONLINE. Presidente Lula chama usineiros de heróis. 20 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, M. *Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FOUCAULT, M.. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, V. T. Estrangeiros pé de cana. *Folha de São Paulo*, Cad. Dinheiro, 03/02/2010.

FREITAS, R. E.; MENDONÇA, M. A. A. O mercado internacional sucroalcooleiro para o Brasil. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, Ano XVII, n. 3, p. 43-40, Jul./Ago./Set. 2008,

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GIDDENS, A. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2002

GOES, T; MARRA, R.; SOUZA E SILVA, G. Setor sucroalcooleiro no Brasil Situação atual e perspectivas. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, Ano XVII, n. 02, p. 39-51, Abr./Mai./Jun., 2008

GOLDEMBERG, J. In: *Etanol e bioeletricidade: a cana de açúcar no futuro da matriz energética*. [Coord. E org. SOUZA, E.L.L.; MACEDO, C.I.]. São Paulo: Luc Projetos de Comunicação, 2010.[Introdução].

GÓMEZ, M. J. R. *Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 2006. 467p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GORGATTI NETTO, A. *A atuação da Embrapa nos setores prioritários de energia, sementes e agroindústria*. Brasília: EMBRAPA/DID, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. A relação setor público – privado na geração de tecnologia agrícola no Brasil, *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, v. 2, n. 2, p. 185-232, maio/ago 1985.

GRAZIANO NETO, F. *Questão Agrária e Ecológica: crítica da moderna agricultura*. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

GRUBISICH, J. C. Desnacionalização do etanol põe em risco soberania nacional. *Caros Amigos*, ano XV, n. 172, p. 11, 2011.

GRÜN, R. Atores e Ações na construção da governança corporativa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n. 52, p. 139-161, 2003.

GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. *A condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2003.

HEREDIA B.; PALMEIRA, M.; S.LEITE. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 25 n° 74, p. 150-196, 2010.

HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil - 1971. In: Stedile, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda - 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INVERNIZZI, N. *Novos rumos do trabalho: mudanças nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira*. 2000. 345p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2000.

JANK, M. S.; NAPPO, Márcio. Etanol de cana-de-açúcar: uma solução energética global sob ataque. IN: ABRAMOVAY, Ricardo. (Org.). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2009. p. 19-57.

JANK, M.S. A consolidação do etanol como commodity para os próximos 10 anos. *Revista Opiniões*. Disponível em: www.revista.opinioes.com.br. Acesso em: 29/03/2009.

JARDIM, A. Em defesa do etanol. *Revista Opiniões*. Disponível em: www.revista.opinioes.com.br. Acesso em: 19/04/2010.

JORNAL HORA DO POVO. *Morte por exaustão no corte de cana em SP*. [En Línea]. São Paulo: Instituto Brasileiro de Comunicação social. 2006.

<<http://www.horadopovo.com.br/2006/marco/29-03-6/pag4a.htm>>. Acesso em: 29 de março de 2008.

KAGEYAMA, A. (coord.). *O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Campinas: s.n. 1987.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Trad. de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LASCHEFSKI, K. *Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico?*. I Seminário Nacional Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, Reitoria da UFMG – Campus Pampulha, Belo Horizonte, 2008.

LEDESMA, M. A. *Agronegócios: Empresa y Empreendimento*. Buenos Aires: El Ateneo, 2004.

LEITE, M. P. (org). *O Mundo do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.

LEITE, M. P. *O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária*. São Paulo: Scritta, 1994.

LEMKE, T. The Birth of Bio-Politics - Michel Foucault's Lecture at the College de France on Neo-Liberal Governmentalit. *Economy and Society*, v. 30, n. 2, p. 190- 207, Maio 2001.

MACHADO, V. F. *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92*. 269f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2008.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Balanço nacional de cana -de-açúcar e agroenergia / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento . Secretaria de Produção e Agroenergia – Brasília: MAPA /SPA, 2007.*

MARTINES-FILHO, J., BURNQUIST, H. L. VIAN, C. E. F. *Bioenergy and the Rise of Sugarcane-Based Ethanol in Brazil*. Choices Magazine, 2nd Quarter 2006, 21(2). Disponível em: <<http://www.inovação.unicamp.br/etanol/report/inte-choices2006210.pdf>>. Acesso em 03/05/2007.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994

MARX, K. *A miséria da Filosofia*. São Paulo/SP: Ciências Humanas, 1974.

MASUDA, Y. *La sociedad informatizada como sociedad post-industrial*. Madrid: Fundesco/ Tecnos, 1984.

MAZZALI, L. *O Processo de Reorganização Agroindustrial: do complexo à organização em “rede”*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. [Coleção Prismas/ PROPP]

MENDONÇA, M. R. A agrobioenergia: os mitos do setor sucroalcooleiro em Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009. São Paulo. Anais... São Paulo: AGB, 2009, p. 1-22.

MENDONÇA, M. R.; MESQUISTA, H. A. O agrohídro-negócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1 e ENCONTRO BRASILEIRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2, 2007. Salvador. **Anais...** Salvador, 2007.

MENDONÇA, S. R. *A organização das cooperativas brasileiras e a nova hegemonia ruralista no Brasil*. Relatório de pesquisa, CNPq, 2005.

MENDONÇA, S. R. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. *História e Perspectivas*, Uberlândia (32/33): 91-132, Jan.Jul./Ago.Dez.2005.

MENEGUELLO, L. A.; CASTRO, M. C. A. A. O protocolo de Kyoto e a geração de energia elétrica pela biomassa da cana de açúcar como mecanismo de desenvolvimento limpo. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.8, n.1, p. 33-43, mar. 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. 30 cortadores de cana são hospitalizados por excesso de trabalho. [En Línea]. Ministério Público do trabalho: Cuiabá, 2007. <http://www.prt23.mpt.gov.br/noticias/noticia_detext.php?seq=2355>. Acesso em: 30 de março de 2008.

MNDH. Movimento Nacional de Direitos Humanos: Luta pela vida, contra a violência. Disponível em: http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=570&Itemid=45. Acesso em: ag. 2008.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES SILVA, M. A. A morte ronda os canaviais paulistas. *Reforma Agrária*, São Paulo, v. 33, n.2, ago./dez., 2006.

MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.). *Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002.

MOREIRA, R. J. *Agricultura familiar no capitalismo: formas sociais em mutação*. Rio de Janeiro, Centro de Documentação – CPDA/ UFRRJ, 1995. (mimeo.)

MORENO, C. Promover a agroenergia industrial para exportação é hipotecar a Soberania Alimentar. Entrevista à *EcoDebate*. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2010/02/22>. Acesso em: 06/09/2010

MORIN, E; MOIGNE, J.L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MULLER, C. C. A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil. In: VIEIRA, A. P. *Política agrícola*. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.

MULLER, G. Nosso agrário verde-amarelo: contabilizando heranças e sugerindo uma estratégia. *Rascunho*, Rio Claro, n. 27, 1993.

MULLER, G. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

MUNDO NETO, M. Setor Sucroalcooleiro e espaço financeiro: a construção do mercado de “bioenergia”. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO CENTRALIDADE E FRONTEIRAS DAS EMPRESAS NO SÉCULO XXI, 1, 2009, São Carlos. *Anais...*, São Carlos: UFSCar, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. *Agenda 21*. Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992; Rio de Janeiro). Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

NEVES, D. P. *Agricultura familiar*: questões metodológicas. *Revista da ABRA*, v.25, n 2 e 3, p.21-36, 1995.

NEVES, M. F.; CONEJERO, M. A. Sistema Agroindustrial da Cana: cenário e agenda estratégica. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 587-604., out./dez. 2007.

NEVES, M. F. A década do agronegócio. In: NEVES M.F; ZYLBERSTAJN, D. NEVES, E. M. *Agronegócio do Brasil*. São Paulo: Saraiva, p. 3-17, 2006.

NOBRE, A. D. *Biocombustíveis num planeta ameaçado*. Out-dez, 2009. Disponível em: www.revista.opinioes.com.br. Acesso em: 21/03/2010.

ODEBRECHT. Inclusão social produtiva. *Boletim Odebrecht online*. Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br>. Acesso em: 23/08/2010

ODEBRECHT. Uma nova energia no Pontal. *Boletim Odebrecht online*. Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br>. Acesso em: 23/08/2010

ODEBRECHT. Para elas não há tempo ruim. *Boletim Odebrecht online*. Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br>. Acesso em: 23/08/2010

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Agronegócio Competitivo*. Caderno A3, 17 de jul 2011.

OLIVEIRA, A. M. S. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*. 2009. página. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, A. M.S. *A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação*

ambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, A. U. Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 12, 2009, Montevidéo/Uruguai. *Anais...* Montevidéo/Uruguai, 2009.

OLIVEIRA, A.U. Agrocombustíveis e produção de alimentos. *Folha de S. Paulo*, Cad. Tendências e Debates, 17/04/2008, p.2.

OLIVEIRA, A.U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*, Ano 19, v.2, n.21, p.113-156, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, A. U; STEDILE, J. P. A cartilha “*A Natureza do Agronegócio no Brasil*”. Brasília-DF. 2005.

OLIVEIRA VIANA, J. Populações meridionais do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2000.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 4 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

OZÓRIO, P. C. M. *A luta sindical pelo direito a um trabalho digno na agroindústria canavieira paulista como pressuposto da democracia*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Campinas, 2007.

PAIXÃO, M. O Proálcool Enquanto uma Política Energética Alternativa: uma Resenha Crítica. Disponível em: <<http://www.brasilsustentavel.org.br/textos/texto7.rtf>>. Acesso em 05/05/2007.

PAIXÃO, M.; FONSECA, M. Exportações de Etanol Brasileiro, Integração Regional e a Questão Ambiental: uma análise empírica. In: *Anais do IV Encontro da ANPPAS*. Brasília, junho de 2008

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. In: *Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7. São Paulo, set./dez., 1989, p.

PASTORE, J.;ALVES, E. R.A. A reforma do sistema brasileiro de pesquisa agrícola. In: CONTADOR, Cláudio Roberto (org.). *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: IPEA, 1975.

PANZUTTI, Ralph. Transformações do cooperativismo agrícola no estado de São Paulo e intervenção do Estado. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.27, n.9, set. 1997.

PAULILLO, L.F.; MELLO, F. O. T. Metamorfoses da rede de poder sucroalcooleira paulista e desafios para autogestão setorial. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v.52, n.1, p. 41-62, jan./jun. 2005.

PAULINO, E. T. *O limite das cercas: Desdobramento da apropriação capitalista da exploração familiar em Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Dissertação de Mestrado em Geografia), 1997.

PINAZZA, A. P. O processo de integração da P&D junto ao complexo agroindustrial sucro-alcooleiro”, In: P&D no Setor Agroindustrial: Integração x Isolamento (Evento Satélite ao XVI Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em Ciência e Tecnologia), 30/Out/1991, PENSA/USP, São Paulo.

PINTO, E. M. M.; MENDONÇA, M.L. O mito dos biocombustíveis. *Jornal Brasil de Fato*: 2007. <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/o-mito-dos-biocombustiveis>>. Acesso em 30 de março de 2008.

PNA. *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia. 2. ed. rev. - Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

POLANYI, K. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outra verdade inconveniente - A nova Geografia. In: *Revista Caros Amigos*. Ed. Especial Aquecimento Global: a busca de soluções. Ano XI número 34, setembro de 2007.

PORTO GONÇALVES, C. W. O Desafio Ambiental. Coleção “Os Porquês da Desordem Mundial. Mestres explicam a globalização. Organizador Emir Sader. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRADO JR, C. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PREVITALLI, F.S. O controle do trabalho pelo discurso da qualificação do trabalhador no contexto da reestruturação produtiva do capital. *Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts*, Ponta Grossa, 17 (2): 141-155, dez. 2009

PROCANA. *Ethanol Guide – Guia Internacional do Alcool*. São Paulo: 2004, 320p. produpar.html>. Acesso em: 2 agos. 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008: combater a mudança do clima: solidariedade humana em um mundo dividido*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>.

RAHNEMA, M. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 229 –250.

RAMOS, P. Situação Atual, Problemas e Perspectivas da Agroindústria Canavieira de São Paulo. In: *Informações Econômicas*. São Paulo, IEA, 1999, vol. 29, nº 10.

REIS, A. Uma nova energia no Pontal. In: *Boletim Odebrecht online*, , 2010. Disponível em: www.odebrechtonline.com.br. Acesso 22/08/210.

RIBEIRO, S.K. O etanol como ação de mitigação a mudanças climáticas. *Revista Opiniões*. Disponível em: www.revista.opiniões.com.br. Out/dez.2009. Acesso em 23/04/2010.

RIVALDO, O. F. Energia na agricultura. In YEGANIANITZ, L. *Pesquisa Agropecuária: questionamentos, consolidação, perspectivas*. Brasília: EMBRAPA, 1988. P. 267-268.

RODRIGUES, R. Mais agropecuária para mais indústria. *Folha de S. Paulo*, Cad. Dinheiro, 30/06/10. (s/p).

RODRIGUES, R. Somos imbatíveis na cana. *Mundo Cana*, ano 1, n. 1, set. 2009.

ROSA, L. P. *Tecnociências e humanidades: novos paradigmas, velhas questões (O determinismo newtoniano na visão de mundo moderna)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

RUAS, D. G. G., (1996) *O processo da concentração das unidades industriais sucroalcooleiras do Estado de São Paulo: 1970-1992*. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP. Tese de Doutorado.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1978]

SAMPAIO, J. Pré-sal não pode ser o pós-etanol. *Folha de S. Paulo online*, Caderno Opinião 05/09/09.

SANTOS, B. S. *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 1997.

SANTOS, J. C; PESSÔA, V. L. S. A territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP: As tramas do Capital e os impactos no mundo do trabalho. In: *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v.3, n. 5, p. 243-263, fev. 2008.

SANTOS, L. G. Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil. In: ARAÚJO, H, R (org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 23-46.

SANTOS, M. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Técnica/Espaço/Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M.(Orgs.) *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

SCHLESINGER, S. *Agronegócio e biocombustível uma mistura explosiva: impactos da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia*. Rio de Janeiro: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

SCHNEIDER, S. Introdução. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 7-12.

SCOPINHO, R. A. Qualidade Total, Saúde e Trabalho: Uma Análise em Empresas Sucroalcooleiras Paulistas. *Revista de Administração Contemporânea* v. 4, n. 1, Jan./Abr. 2000, p. 93-112.

SHIVA, V. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, C. M. *A expansão do agronegócio canavieiro no Pontal Paranapanema (SP) e os novos desafios para o MST e para a luta pela terra*. Monografia. Geografia/FCT/UNESP/Convenio INCRA/PRONERA/UNESP, 2011.

SILVA, M. Dezembro, um momento histórico. *Revista Opiniões*. Disponível em: www.revista.opiniões.com.br. Acesso em 18/10/2009.

SILVEIRA, M. A. Ideologia da modernização e suas implicações na pesquisa na pesquisa agropecuária. In: DUARTE, J.; RIBEIRO, R. M. *Comunicação em ciência e tecnologia: Estudos da Embrapa*. Brasília, Embrapa, 2006.

SIMOES, A. J. F. Biocombustíveis: a experiência brasileira e o desafio da consolidação do mercado internacional. In: *Biocombustíveis no Brasil: Realidades e Perspectivas*. Brasília: MRE, 2007, 205p, p. 11 a 33.

SIQUEIRA, F. *Economia agrícola: cenário otimista para o campo nos próximos cinco anos*. *Gazeta Mercantil, Cad. C*, p. 05, 12/12/2007.

SIQUEIRA, F. *Setor sucroalcooleiro vê cenário melhor*. Folha de S. Paulo, Cad. Dinheiro, 02/06/2009.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORJ, B. *Estado e Classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SOUSA, I.S.F. *A sociedade, o cientista e o problema de pesquisa: o caso do setor público agropecuário brasileiro*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Embrapa/SPI, 1993.

SOUZA, S.M.R. *Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa*. Presidente Prudente: Presidente Prudente: Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Dissertação de Mestrado em Geografia) 2005.

STEDILE, J. P.(org) *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional*. São Paulo: Expressão Popular, vol. 1, 2005.

SUNKEL, O. *El marco histórico del proceso de desarrollo y de subdesarrollo*. Santiago: CEPAL, 1967.

SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: HUCITEC; Universidade Estadual de Campinas, 1979.

THERBORN, Göran. Dimensões da Globalização e a Dinâmica das (Des)igualdades. In GENTILI, Plabo (2000) (org). *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires; CLACSO. 2000.

THIOLLENT, M. *Anotações críticas sobre a difusão de tecnologia e ideologia da modernização*. Brasília: Embrapa. Cadernos de Difusão de tecnologia , jan./abr. 1984.p. 45-51.

THOMAZ JR, A. *Os desafios a um projeto para o Brasil (Imperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas)*. 2011(mimeo).

THOMAZ JÚNIOR, A. *Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Tese de Livre Docência) 2009.

THOMAZ JR, A. *Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio: uma nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado*, 2008 (mimeo).

THOMAZ JÚNIOR, A. *Um Olhar Auto-crítico do Trabalho e da Classe Trabalhadora no Brasil no Século XXI*, 2007a (mimeogr.)

THOMAZ JÚNIOR, A. *Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais*. Presidente Prudente 2007b, (mimeogr.)

THOMAZ JÚNIOR, A. *Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)*. Presidente Prudente 2007c, (mimeogr.)

THOMAZ JÚNIOR, A. *O Novo Ambiente Institucional na Agroindústria Canavieira Paulista e a Luta pela Terra. Uma Peleja para a Classe Trabalhadora*. In: MORETTI, E. THOMAZ JÚNIOR, A. *Por uma Geografia do Trabalho*. *Revista Pegada*, v.3, Número Especial, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira em questão: a relação capital-trabalho e os desafios para o movimento sindical. Relatório de Pesquisa (Auxílio à Pesquisa-FAPESP). Presidente Prudente, 2001, 252 p. (mimeogr.)

THOMAZ JÚNIOR., A. *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana* (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: USP/FFLCH, 1996. (Tese de Doutorado).

TOKAR, B. The new energy debates. Z Magazine online, n.1, v. 20. Disponível em <http://zmagsite.zmag.org/jan2007/tokar0107.html>.

UNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, 2011.

UNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, 2010.

UNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, 2009.

UNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, 2007.

UNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, 2005.

UNICAMP. *Estudo sobre as possibilidades e impactos da produção de grandes quantidades de etanol visando à substituição parcial de gasolina no mundo*. Campinas: UNICAMP, 2005. Relatório final.

VALOR ONLINE. Governo prepara normatização para trabalho no setor sucroalcooleiro. 1 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

VIAN, C. E. F. "Expansão e Diversificação do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil - 1980/96". São Carlos, DEP/UFSCAR, 1997, Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, 1997.

VIEIRA, J.N.S. Os biocombustíveis e a necessidade de repensar a política agrícola. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, DF. Ano XIX, n. 3 Jul./Ago./Set. 2010, p. 07-21

VIOLA, A. *Antropología del Desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Paidós, 2000.

WAACK, R.S; NEVES, M. F. Competividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar. In: ompetitividade do agribusiness brasileiro.IPEA/PENSA/USP, vol. v. jun. 1998.

WEID, J. M. V. D. Agrocombustíveis: solução ou problema? In: ABRAMOVAY, R. (Org.). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: Editora Senac, 2009. p. 99-142.

ZAFALON, M. Estrangeiros avançam no álcool brasileiro. Folha de S. Paulo, Cad. Dinheiro, 28/10/09. (s/p)

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005. p. 89-116.

ZYLBERSZTJAN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. Disponível em: <<http://www.pensa.org.br/>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

ZYLBESRSZTJAN, D. Firmas, cadeias e redes de agronegócio. In: NEVES, F.; ZYLBESRSZTJAN, D; NEVES E.M. *Agronegócio no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2005, p.21-2